



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**CLESIO BARBOSA LEMOS JUNIOR**

**PATRIMÔNIO CULTURAL EM TERRITÓRIO URBANO CONTEMPORÂNEO:  
o caso Circuito Cultural Praça da Liberdade - Belo Horizonte (MG)**

**CAMPINAS  
2016**

**CLESIO BARBOSA LEMOS JUNIOR**

**PATRIMÔNIO CULTURAL EM TERRITÓRIO URBANO CONTEMPORÂNEO:  
o Caso Circuito Cultural Praça da Liberdade - Belo Horizonte (MG)**

**TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP  
PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR  
EM GEOGRAFIA NA ÁREA DE ANÁLISE  
AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

**ORIENTADORA: PROFA. DRA. ARLÊUDE BORTOLOZZI**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO  
FINAL DA TESE DEFENDIDA POR CLESIO  
BARBOSA LEMOS JUNIOR E ORIENTADO  
PELA PROFA. DRA. ARLÊUDE BORTOLOZZI**

**CAMPINAS**

**2016**

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s):** Não se aplica.

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Geociências  
Cássia Raquel da Silva - CRB 8/5752

L544p Lemos Junior, Clesio Barbosa, 1968-  
Patrimônio cultural em território urbano contemporâneo : o caso do  
"Circuito Cultural Praça da Liberdade" - Belo Horizonte (MG) / Clesio Barbosa  
Lemos Junior. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Arlêude Bortolozzi.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Geociências.

1. Patrimônio cultural. 2. Espaço urbano. 3. Políticas públicas. 4. Turismo  
cultural. I. Bortolozzi, Arlêude. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto  
de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Cultural heritage in contemporary urban territory : the study of  
"Cultural Circuit Praça da Liberdade" - Belo Horizonte (MG)

**Palavras-chave em inglês:**

Cultural heritage

Urban space

Public Policies

Cultural tourism

**Área de concentração:** Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

**Titulação:** Doutor em Geografia

**Banca examinadora:**

Arlêude Bortolozzi [Orientador]

Claudete de Castro Silva Vitte

Eugênio Fernandes Queiroga

Luiz Gonzaga Godoi Trigo

Olga Rodrigues de Moraes von Simson

**Data de defesa:** 07-11-2016

**Programa de Pós-Graduação:** Geografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

**AUTOR:** Clesio Barbosa Lemos Junior

**PATRIMÔNIO CULTURAL EM TERRITÓRIO URBANO CONTEMPORÂNEO:  
o caso do “Circuito Cultural Praça da Liberdade” – Belo Horizonte (MG)**

**ORIENTADORA:** Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi

Aprovado em: 07 / 11 / 2016

**EXAMINADORES:**

Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi - Presidente

Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte

Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes Von Simson

Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godoi Trigo

***A Ata de Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora,  
consta no processo de vida acadêmica do aluno.***

Campinas, 07 de novembro de 2016.



## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória de meu pai.  
Sei que a condição de estarmos em planos distintos,  
ainda que momentaneamente, não me impede de agradecer e reconhecê-lo  
neste momento, pois, se cheguei até aqui foi porque fui presenteado pelo senhor,  
juntamente com minha mãe, com o meu maior patrimônio - minha vida!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que direta e indiretamente me ajudaram a chegar nesta etapa da minha vida, em especial, à Professora Arlêude Bortolozzi pela confiança, pelos ensinamentos, pela parceria e pela amizade construída.

## EPÍGRAFE

“O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra”.

Françoise Choay

## RESUMO

Se o aprofundamento do estudo sobre o patrimônio cultural no contexto contemporâneo apresenta-se complexo, essa complexidade se apresenta ainda mais ampliada no território urbano. A partir dessa questão, desenvolveu-se uma pesquisa cuja hipótese é a de que a ligação do patrimônio cultural com o território urbano contemporâneo está associada à valorização dos espaços públicos visando atender, ao mesmo tempo, o processo de globalização das cidades e da cultura. Tendo como foco o Circuito Cultural Praça da Liberdade, uma política pública cultural criada em 2012 em Belo Horizonte (MG), decidiu-se por analisar quais são as implicações da citada complexidade no gerenciamento do referido circuito visando oferecer subsídios para uma melhor gestão. A metodologia utilizada apoia-se no método dialético e na análise crítica e se vale da aplicação de questionários a um público muito amplo que tem contato com o circuito cultural.

**PALAVRAS CHAVES:** Patrimônio Cultural, Território Urbano, Políticas Públicas, Circuito Cultural Praça da Liberdade.

## **ABSTRACT**

**ABSTRACT:** If the deepening of study on the cultural heritage in the contemporary context is complex, this complexity is even more amplified in urban territory. Based on this question, a research was developed whose hypothesis is that the link between cultural heritage and contemporary urban territory is associated with the valorization of public spaces in order to meet the process of globalization of cities and culture. Taking as its focus the Cultural Circuit Praça da Liberdade, a public policy created in 2012 in Belo Horizonte (MG), it was decided to analyze what are the implications of this complexity in the management of this circuit with the aim of providing subsidies for better management. The methodology used is based on the dialectic method and critical analysis and whether it is the application of questionnaires to a very broad that has contact with the cultural circuit.

**KEY WORDS:** Cultural Heritage, Urban Territory, Public Policies, Cultural tourism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Palácio da Liberdade .....	19
Figura 02 - Centro Cultural Banco do Brasil .....	31
Figura 03 - Arquivo Público Mineiro .....	55
Figura 04 - Memorial Minas Gerais Vale .....	113
Figura 05 - MM Gerdau Museu das Minas e do Metal .....	161
Figura 06 - Mapa de localização de Belo Horizonte (MG) .....	163
Figura 07 - Mapa Esquemático do Circuito .....	173
Figura 08 - Regiões Administrativas de Belo Horizonte (MG) .....	180
Figura 09 - Praça da Liberdade .....	197
Figura 10 - Biblioteca Luiz de Bessa .....	204
Figura 11 - Espaço do Conhecimento UFMG .....	218

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Percentual de População Urbana .....	44
Tabela 02 - Maiores Aglomerações Urbanas do Mundo (2013) .....	45
Tabela 03 - Registro de Bens Tangíveis .....	99
Tabela 04 - Registros de Bens Intangíveis .....	103
Tabela 05 - Repasse de ICMS/MG .....	157
Tabela 06 - Municípios Pontuados no ICMS Patrimônio Cultural .....	157
Tabela 07 - Dados do Trabalho de Campo .....	182

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01 - Patrimônio Cultural Mundial no Brasil .....	97
Quadro 02 - Etapas da Educação Patrimonial .....	112
Quadro 03 - Ficha de Inventário .....	133
Quadro 04 - Cartas Patrimoniais .....	146
Quadro 05 - Bens Tombados pelo IEPHA/MG .....	154
Quadro 06 - Espaços Culturais do Circuito Cultural Praça da Liberdade .....	174



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Idade dos entrevistados .....	183
Gráfico 02 - Gênero dos entrevistados .....	184
Gráfico 03 - Escolaridade dos entrevistados .....	184
Gráfico 04 - Renda familiar dos entrevistados .....	185
Gráfico 05 - Local de residência dos entrevistados .....	186
Gráfico 06 - Você conhece a Praça da Liberdade? .....	186
Gráfico 07 – Qual ou quais motivos te levam ou levaram até a Praça da Liberdade? .....	187
Gráfico 08 - Você já ouviu falar do Circuito Cultural Praça da Liberdade? .....	187
Gráfico 09 - Conhecimento do Circuito Cultural Praça da Liberdade? .....	188
Gráfico 10 - Você já visitou algum dos espaços culturais listados a seguir? ..	189
Gráfico 11 - Você sabia que os espaços culturais da pergunta anterior fazem parte do Circuito Cultural Praça da Liberdade? .....	190
Gráfico 12 - Com que frequência você visita espaços culturais e/ou museus? .....	191
Gráfico 13 - Você sabia que o acesso a alguns espaços culturais do Circuito Cultural Praça da Liberdade é gratuito? .....	191
Gráfico 14 - O que você acha sobre a divulgação do Circuito Cultural Praça da Liberdade? .....	192
Gráfico 15 - Você acredita que o Circuito Cultural Praça da Liberdade valoriza a cidade de Belo Horizonte (MG)? .....	192
Gráfico 16 - Você acha que Belo Horizonte (MG) ficou mais conhecida, por pessoas de outros estados e países, por causa do Circuito Cultural Praça da Liberdade? .....	193
Gráfico 17 - Você está satisfeito com o que é oferecido pelo Circuito Cultural Praça da Liberdade? .....	193
Gráfico 18 - Você indicaria o Circuito Cultural Praça da Liberdade para outras pessoas conhecerem? .....	194

## LISTA DE SIGLAS

CAT - Centro de Apoio Turístico Tancredo Neves

CCPL - Circuito Cultural Praça da Liberdade

CDPCM-BH - Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte

CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural.

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado.

CONEP - Conselho Estadual do Patrimônio Cultural.

DEDEPAB - Departamento de Organização e Defesa do Patrimônio Artístico do Brasil.

DPI - Departamento do Patrimônio Imaterial.

DETEL-MG - Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais.

DETRAN-MG - Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais

FAOP - Fundação de Arte de Ouro Preto.

FCS - Fundação Clóvis Salgado.

FEBEM - Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

FUMPAC - Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICCROM - *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property.*

ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços.

ICOM - *International Council of Museums.*

ICOMOS - *International Council of Monuments and Sites.*

ICSM – Instituto Cultural Sérgio Magnani

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

IGA - Instituto de Geociências Aplicadas.

INCR - Inventário Nacional de Referências Culturais.

INDL - Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social.

INTERPOL - Organização Internacional de Polícia Criminal.

IPAC - Inventário do Patrimônio e Acervo Cultural.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPSEMG - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

IUM - Imposto Único sobre Minerais.

MEC - Ministério da Educação e Cultura.

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul.

OEA – Organização dos Estados Americanos.

ONU - Organização das Nações Unidas.

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PCH - Programa de Cidades Históricas.

PIC - Programa de Iniciação Científica

PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

POU - Programa de Obras Urgentes.

PPP - Programa de Parceria Público-Privada

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEC - Secretaria de Estado de Cultura.

SEPLAG - Secretaria de Planejamento

SMARU - Secretaria Municipal de Regulação Urbana

SMA - Secretaria do Meio Ambiente

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

TICP - Territórios de Interesse Cultural e da Paisagem.

UAI - Unidades de Atendimento Integrado

UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais.

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNEP - Organização das Nações Unidas para o meio Ambiente.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para as Crianças e Adolescentes.

USP - Universidade de São Paulo.

VAF - Valor Adicionado Fiscal.

ZEPEC - Zona Especial de Preservação Cultural.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 01 - SOBRE O TERRITÓRIO .....</b>	<b>31</b>
1.1. O Conceito de Território .....	33
1.2. Território Urbano Contemporâneo .....	40
1.2.1. Gentrificação .....	48
1.2.2. Espetacularização .....	51
<b>CAPÍTULO 02 - SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL .....</b>	<b>55</b>
2.1. Apontamentos Históricos: da antiguidade à contemporaneidade ...	59
2.2. Conceitos Básicos .....	67
2.2.1. Cultura .....	67
2.2.2. Memória .....	73
2.2.3. Identidade .....	78
2.2.4. Pertencimento .....	83
2.3. Bens Culturais .....	87
2.3.1. Bens Tangíveis .....	98
2.3.2. Bens Intangíveis .....	100
2.3.3. Bens Naturais .....	104
2.4. Educação Patrimonial .....	106
<b>CAPÍTULO 03 - SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SALVAGUARDA E PROTEÇÃO .....</b>	<b>113</b>
3.1. Antecedentes da Preservação .....	116
3.1.1. Preservação no Contexto Mundial .....	118
3.1.2. Preservação no Contexto Nacional .....	121
3.2. Instrumentos de Proteção e Acautelamento .....	126
3.2.1. Instrumentos Administrativos .....	130
3.2.2. Instrumentos Judiciais .....	142
3.2.3. Outros Instrumentos .....	143
3.3. Cartas Patrimoniais .....	145

3.4. Preservação do Patrimônio Cultural no Estado de Minas Gerais	150
3.4.1. ICMS Patrimônio Cultural	156
<b>CAPÍTULO 04 - ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO</b>	161
4.1. Apresentação	162
4.1.1. Os espaços culturais	167
4.2. Metodologia	175
4.2.1. O questionário	176
4.2.2. A delimitação da amostra	178
4.2.3. O trabalho de campo	180
4.3. Resultados	183
4.3.1. Gráficos	183
4.3.2. Análise dos dados	194
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	197
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	204
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	218

## INTRODUÇÃO

---

Figura 01 – Palácio da Liberdade



Fonte: <http://circuitoculturaliberdade.com.br/plus/modulos/listas/?tac=espaco&id=12#/album>

“O mundo está se movendo em um ritmo tão rápido que a maioria das pessoas entrou no século XXI, esquecendo as suas origens. Devia ser o contrário. Devíamos valorizar nossas raízes e nossa cultura e usá-las como uma base para construir o nosso futuro”.

(Recomendações dos estudantes no Fórum Juvenil do Patrimônio Mundial – Pequim)

## INTRODUÇÃO

Acredita-se que um dos caminhos possíveis para compreender as ligações existentes entre sociedade, território e cultura seja por intermédio das questões que envolvem a geografia e o patrimônio cultural, isso porque são áreas do conhecimento passíveis de articulação. Além disso, avançar nas questões teórico-metodológicas referentes às disciplinas, dentre elas a geografia, pode ampliar o esclarecimento sobre a referida problemática.

Com base nesse mote, escrevi um projeto de pesquisa que deu origem a esta tese cuja problemática pode ser sintetizada pela seguinte questão: se o aprofundamento do estudo sobre o patrimônio cultural no contexto contemporâneo apresenta-se complexo, essa complexidade se apresenta ainda mais ampliada no território urbano. Dessa forma, nesta tese a hipótese é a de que a ligação do patrimônio cultural com o território urbano contemporâneo está associada muito mais à valorização econômica, visando atender ao processo de globalização das cidades, do que à valorização cultural dos espaços públicos buscando atender as comunidades locais. A partir desse ponto e tendo como foco o “Circuito Cultural Praça da Liberdade”, uma política pública cultural criada em 2012 na cidade de Belo Horizonte (MG), houve a decisão de analisar quais são as implicações da referida complexidade no gerenciamento do citado circuito cultural, afim de oferecer subsídios para uma melhor gestão.

Se por um lado o interesse era realizar uma pesquisa respaldada pelas contribuições das Ciências Humanas e das Ciências Sociais, por outro, tanto a formação em Arquitetura e Urbanismo quanto à atividade como docente, no ensino superior, assim como, a experiência como consultor na implantação de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural nos municípios mineiros, permitiram ao pesquisador, maior abrangência na abordagem da temática.

Diante disso, a escolha metodológica recaiu sobre o método dialético, uma vez que, a melhor maneira de abordar um objeto que se queira pesquisar é aquela que começa pelo real ou o que mais concretamente represente a realidade. Assim, este estudo apoia-se no método dialético e na análise crítica como metodologia de trabalho.

Por dialética compreende-se a arte do diálogo, da contraposição, da contradição de ideias que leva a novas ideias e assim, sucessivamente. Além disso,



acredita-se que a dialética pode nos levar a uma reflexão crítica do mundo quando passamos a interrogar o que está por detrás da aparência da realidade, ou conforme disse Diniz (2008):

Exercitar o raciocínio dialético é procurar respostas em situações que aparecem como dadas, como naturais, quando de fato foram naturalizadas por uma visão de mundo que atende aos interesses de quem domina (classe social), procurando por meio dos canais (escola, meios de comunicação, família e outros), disponibilizados na vida social, imprimir sua visão como sendo a visão do coletivo. (DINIZ, 2008: p. 11)

O método dialético é uma possibilidade de caminho na construção do saber científico na medida em que ele se torna a trajetória percorrida pelo sujeito (pesquisador) na busca por conhecer e perceber-se na construção do conhecimento do objeto (fato investigado) que se constrói, desconstrói e reconstrói nas interações entre o sujeito e o objeto. Nas palavras de Diniz (*op. cit.*):

O exercício dialético nos permite compreender que o homem enquanto ser histórico na produção de uma vida material estabelece relações de negação com o mundo e com ele próprio, criando contradições e gerando conflitos nas relações que se tornam a base da organização de sua vida social. (DINIZ, 2008: p. 01)

Uma vez que o interesse deste estudo se concentra em “como” os fatos se apresentam, o “por que”, o “para que” e o “para quem” tornam-se questões interessantes para a compreensão e explicação da realidade. Dessa forma, uma vez que possibilita a captura da historicidade do fenômeno, o direcionamento teórico metodológico que o método dialético aponta é aquele cujo problema está dentro de um contexto mais amplo, ao mesmo tempo que, dinamicamente, estabelece contradições possíveis de existir entre os diferentes aspectos da problemática. Assim, tal método reconhece a dificuldade de se apreender o real, em sua determinação objetiva e, por isso, a realidade se constrói diante do pesquisador por meio das noções de totalidade, mudança e contradição. Sobre a noção de totalidade diz-se que se refere ao entendimento de que a realidade está totalmente interdependente, interrelacionada com os fatos e fenômenos que a constituem, sobre a noção de mudança compreende que a natureza e a sociedade estão em constante mudança e que estas tanto são quantitativas, quanto qualitativas e sobre a noção de contradição percebemos que esta se torna o motor das mudanças.

Além disso, com base nos estudos de Karel Kosick (2002), considera-se que uma análise acurada deve ponderar que as partes constituintes do real necessitam ser apreendidas como totalidade. Por sua vez, Wachowicz (2001) diz que para uma análise crítica serão necessárias ações que se apresentam da seguinte forma:

Muita leitura, especialmente leitura sobre o problema vivido pelo pesquisador, seria o procedimento inicial. E a primeira dificuldade, de natureza conceitual, já pode vislumbrar-se aqui: ao fazer-se a crítica, já se está construindo a escolha das determinações. Afinal é uma escolha, ou uma descoberta? Seja o que for, é dali que parte o raciocínio para o entendimento da realidade. Outra dificuldade, mais que conceitual, processual ou de procedimento, será não apenas tomar as determinações em si, mas colocá-las em relação umas com as outras, pois em si elas permanecerão estáticas e, portanto, incapazes de explicações da realidade. O que nos importa é explicar a realidade, o que nos remete à terceira dificuldade, que é mais que conceitual e também mais que processual: **nossa intenção é explicar uma realidade não somente para compreendê-la, mas para estabelecer as bases teóricas de sua transformação.** A intencionalidade acrescenta assim ao método dialético um componente político, que sendo importante não pode deixar de lembrar sempre das possibilidades relativas que possui: a teoria não muda o mundo, mas é uma das condições para sua mudança. (WACHOWICZ, 2001: p. 02-03) (grifos do autor)

Uma vez aclaradas as questões relativas à temática e à metodologia deste estudo, passa-se a contextualizar a base científica que o respalda. Assim, tecer considerações sobre a Geografia abordando aquilo que ela estuda e como estuda ou sobre aquilo que não estuda seria desproposital e extenuante. Desta forma, optou-se por apresentar a seguir um breve relato sobre os estudos geográficos no Brasil a partir de suas principais influências filosóficas, metodológicas. Tudo isso, para reforçar a postura de que a Geografia não é uma disciplina isolada, mas ao contrário, é capaz de se articular com outras ciências visando a produção de conhecimento interdisciplinar.

Pode-se dizer que o estudo acadêmico da geografia no Brasil se deu a partir de 1934 quando se criou o Departamento de Geografia e História na Universidade de São Paulo (USP). Em 1936 surge, na atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o segundo curso de geografia do país. Desde sua criação até aproximadamente a década de 1970 as bases metodológicas da academia brasileira estiveram apoiadas nos conceitos da chamada “geografia tradicional”, esta, por sua vez, esteve relacionada a três principais escolas.

A Escola Alemã, responsável pelo determinismo, trabalhava com o conceito de que o ambiente em que vivemos influencia diretamente na diversidade cultural existente. Atribui-se a Carl Ritter (1779/1859) o desenvolvimento das primeiras bases teóricas desse pensamento ao elaborar “a lei das costas dos litorais” onde o autor relacionava o desenvolvimento dos países com a existência de litorais recortados. Segundo Ritter, os lugares onde os litorais fossem muito retilíneos, não seriam propícios ao desenvolvimento. No entanto, coube a Friedrich Ratzel (1844/1904) o estímulo das ideias deterministas que foram empregadas para a

reunificação alemã e também para justificar o processo neocolonialista na África. O estudioso desenvolveu o conceito de espaço vital, utilizado pelos alemães quando na tentativa de expandir seu território. A associação que Ratzel procurou fazer foi entre a nação e uma determinada quantidade de território com recursos necessários para a manutenção ou para o desenvolvimento daquela cultura. Segundo ele, um povo não poderia sobreviver sem uma determinada quantidade de solo. Muitos estudiosos criaram teorias sobre este assunto, talvez a de maior impacto e popularidade esteja no livro *“Civilization and Climate”* (1924), de Ellsworth Huntington (1876/1947), cuja abordagem era sobre o clima e como ele poderia interferir se tornando um fator importante no desenvolvimento de uma população. Na época, o principal argumento utilizado para basear as leis gerais do determinismo geográfico era a condição climática, contudo, outros elementos da geografia física ganharam *status* científico, tais como a posição e localização da rede hidrográfica, o desenho dos litorais, a qualidade do solo e a morfologia do relevo, todos usados para esboçar teorias àquele tempo. As teorias criadas entre os séculos XIX e XX procuravam afirmar que o desenvolvimento das nações e as características genéticas das diferentes culturas eram determinados por padrões geográficos. Apesar do esforço empreendido, evidentemente, não é possível afirmar que fatores climáticos determinem se um país será rico ou pobre, posto que o que estabelece tal condição é o âmbito sociopolítico e não climático. A História, a Arqueologia, entre outras ciências, mostram-nos que não é correto afirmar que antes da chegada dos “homens civilizados europeus” os povos dos trópicos eram subdesenvolvidos ou pobres, pelo contrário, estudos apontam que as técnicas desenvolvidas pelas culturas dos trópicos eram bastante desenvolvidas para a época, muitas delas superiores às dos povos de clima temperado. Entende-se que não há uma relação direta entre as condições geográficas e o desenvolvimento de uma nação, tal argumentação apenas respaldou um modelo europeu de desenvolvimento, cuja essência recaía na subjugação dos demais povos.

Por sua vez, a Escola Francesa apoiava-se no positivismo, corrente filosófica atrelada ao filósofo Auguste Comte (1798/1857), mas que, no entanto, possuía distintos conceitos, englobando perspectivas filosóficas e científicas diferentes no século XIX e no século XX. A corrente positivista ou possibilista, na geografia, surge como uma resposta às colocações deterministas e seu maior mentor foi Paul Vidal de La Blache (1845/1918) que utilizou conceitos e métodos do positivismo clássico

para estruturar seu posicionamento teórico. Cumpriu sua tarefa realizando intenso diálogo com a obra de Ratzel. No entanto, apesar de entenderem e visualizarem de maneira distinta o espaço, ambas correntes – determinista e possibilista - fixaram suas bases no positivismo. Tal fato pode ser comprovado pelo ideal de “neutralidade científica” do conhecimento geográfico. Conforme apontado por Antônio Carlos Robert Moraes (2007), as diversas disciplinas científicas, incluindo a geografia, tiveram papel fundamental durante as etapas de avanço, domínio e consolidação da sociedade burguesa na França, pois através da objetividade e neutralidade legitimou-se as autoritárias doutrinas de ordem. La Blache, segundo Moraes (*op. cit.*), propõe o uso do método empírico-indutivo pelo qual só se pode formular juízos a partir dos dados da observação direta, ou seja, só é considerada verdade aquilo que pode ser comprovado com o uso dos sentidos. É possível reconhecer a participação do homem na obra de La Blache, porém, em seu pensamento prevaleceu o naturalismo, a análise das relações “Homem X Natureza” e não as relações sociais. Este fato pode ser constatado quando o autor fala “da população, de agrupamento, e nunca de sociedade” (MORAES, *op. cit.*). O pensamento de La Blache acabou alastrando-se pelo mundo e tornou-se a geografia oficial de quase todos os países até a década de 1960. Como metodologia de trabalho, nessa linha de pensamento, era delimitada uma área da superfície terrestre e passava-se a descrevê-la em sua totalidade, procurando abarcar os aspectos físicos, humanos e econômicos, resultando em grandes descrições de áreas. Com as transformações ocorridas no pós-guerra um novo contexto mundial se configura e a geografia de bases positivistas se vê em crise, motivada por vários fatores dentre eles: a) substituição do modo capitalista concorrencial pelo capitalista monopolista; b) controle da economia pelos Estados, surgindo a preocupação com a prática do planejamento regional, no caso brasileiro, podemos citar os períodos caracterizados pelos governos de Juscelino Kubitschek e dos militares; c) preocupação com o domínio dos territórios, uma nova geopolítica mundial; d) reorganização do espaço - “mundializado”; e) modernização da agricultura, provocada pelo êxodo rural e pela industrialização; f) advento de um comércio pré-globalizado, com intrincada rede de fluxos e relações; g) necessidade de novas técnicas de pesquisas para análise geográfica: computador, sensoriamento remoto, satélites. O pensamento positivista demonstrava-se inapto diante dessa nova realidade. O desenvolvimento das ciências e do pensamento filosófico ultrapassavam os postulados positivistas

(MORAES, *op. cit.*). A geografia tradicional, empírica e descritiva, não dava mais conta da descrição e da representação dos fenômenos da superfície terrestre. Um novo papel para a geografia: planejamento territorial e organização do espaço, a descrição por si só não tem mais sentido, uma vez que não existe utilidade prática para tal propósito. Nesse sentido, a geografia buscou uma nova identidade dentro do universo das ciências destacando-se a partir de então duas principais vertentes do conhecimento geográfico, o pragmatismo geográfico e a geografia crítica. Na ânsia de escapar das amarras do positivismo clássico o conhecimento geográfico passou a trilhar caminhos diferentes, destacando-se o “materialismo histórico”, a “fenomenologia” e o “neopositivismo”.

A Escola Estadunidense aparece endossada pela geografia quantitativa, concepção que aparece na década de 1950 na obra de Fred K. Schaefer (1904/1953), *“Exceptionalism in Geography”* (1953), assim como, na obra de William Bunge (1928) *“Theoretical Geography”* (1968). Apesar de ser de origem alemã, Schaefer dedicou-se à docência em Geografia na “*Iowa University*” (EUA) onde conduziu a influência quantitativa na geografia, sendo responsável por espalhá-la pelo mundo durante a década de 1970. A “geografia teórica”, ou “nova geografia” caracterizou-se principalmente pelo traço positivista no que se refere à busca de explicações científicas e à formulação de leis. Para Schaefer a concepção regional historicista que até então estava sendo usada eliminava o conteúdo científico da geografia, desta forma, chega a propor o resgate do determinismo de Ratzel. Schaefer dizia que se tornava imperioso a integração científica da geografia com outras ciências, que deveria haver a possibilidade de transferência de teoria de um campo para o outro, no entanto, essa transferência apenas seria possível se houvesse uma linguagem única. Assim, somente a matemática cumpriria tal papel uma vez que sendo a linguagem das ciências em geral esta também deveria ser a linguagem da geografia. Desta forma, Schaefer defendia o uso dos princípios matemáticos para garantir a exatidão e confiabilidade dos resultados alcançados.

Toda movimentação crítica, ocorrida nos anos de 1950, surge como uma reação ao caráter fundamentalmente descritivo da geografia. As ciências, de maneira geral, passavam por transformações em suas bases epistemológicas visando acabar com as incertezas e indeterminações, a precisão metodológica aparece com uma reação à intuição e ao indeterminismo. É a tentativa de se “fazer da geografia moderna uma disciplina rigorosa e científica” (GOMES, 2006: p. 29). O

pensamento neopositivista caracterizou-se por promover uma revolução no pensamento geográfico, na tentativa de transformar a geografia numa verdadeira ciência. Essas transformações abrangeram três aspectos básicos, o primeiro, do ponto de vista filosófico, pois, superando o positivismo tradicional, a geografia acabou adotando os pilares filosóficos de um “neopositivismo”. O segundo, do ponto de vista conceitual, procurando a racionalização e a sistematização da categoria “espaço” e das classificações regionais e o terceiro, de caráter puramente metodológico, pois os geógrafos neopositivistas passaram a empregar o “método científico”, intrínseco às ciências naturais. Com a utilização e a combinação desses três vieses modernizantes, estabeleceram-se novas perspectivas para a geografia no que diz respeito aos aspectos teórico-metodológicos e à procura de maior rigor científico. A filosofia neopositivista recomenda um cuidado esmerado com a linguagem científica.

As escolas brasileiras tiveram suas matrizes associadas à Escola Francesa que priorizava estudos regionais e até 1980 a geografia no Brasil esteve ajustada com a visão teórico-quantitativa, ou seja, com o pensamento tradicional, no entanto, conforme disse Moraes:

A Geografia Tradicional deixou uma ciência elaborada, um corpo de conhecimentos sistematizados, com relativa unidade interna e indiscutível continuidade nas discussões. Elaborou um rico acervo empírico, fruto de um trabalho exaustivo de levantamento de realidades locais e alguns conceitos (como território, ambiente, região, habitat, área, etc.) que merecem ser rediscutidos. (MORAES, 2007: p.91-92)

Só recentemente a geografia conheceu o rumo da renovação teórica. Com radicais críticas às perspectivas tradicionais um movimento iniciado a partir dos anos de 1970 introduziu novas orientações metodológicas no horizonte da investigação dessa ciência fazendo surgir a “geografia crítica”. A principal mudança dessa renovação diz respeito à passagem, que ainda ocorre de uma “geografia tradicional” e descritiva voltada para a memorização para uma “geografia crítica” preocupada com o raciocínio e o espírito crítico. Uma célebre frase do Professor Milton Santos sintetiza o pensamento da Geografia Crítica, dizia ele: “o espaço é a morada do homem, mas pode ser também sua prisão” (SANTOS, 2002B: p. 116).

Assim, pode-se sintetizar a compreensão da evolução do pensamento geográfico a partir de dois blocos distintos: o primeiro, a “geografia tradicional”, que trabalhava com a ideia de que o ambiente natural determinava as características da sociedade, assim como, dedicava-se à descrição da natureza, pouco relacionando o

papel ativo do homem no meio e o segundo, a “geografia crítica”, também conhecida como “geografia marxista” que busca explicar a atuação do homem no meio geográfico pelo aspecto das transformações sociais, seu objetivo é integrar a relação entre trabalho, sociedade e natureza, diferenciando os espaços construídos segundo os interesses da sociedade vigente. Esse ramo da geografia possui um caráter mais analítico e politizador.

Despretensiosamente, afirmar-se que a Ciência Geográfica, ao longo de sua trajetória, tem vivenciado avanços e recuos e, atualmente, apresenta grandes avanços metodológicos que nos permitem compreender a dinâmica e as contradições do e no espaço geográfico. Para reforçar esta ideia cita-se Marshall Berman (2007), quando em sua obra intitulada “Tudo que é sólido se desmancha no ar”, disse não poder separar as duas dimensões que fizeram parte das transformações que passaram a ocorrer a partir do século XVIII. A dimensão espiritual, relacionada com a arte e a intelectualização e a dimensão material, representada pelas estruturas e processos políticos, econômicos e sociais. Na visão deste autor, separar estas duas dimensões representa não perceber a fusão e interdependência entre o indivíduo e o ambiente. Para Berman, os primeiros escritores e pensadores modernos, dentre eles, Marx, Baudelaire, Goethe, entre outros, “tinham a percepção instintiva dessa interdependência e construíram personagens carregados das contradições e conflitos da modernidade” (BERMAN, 2007: p. 159). Tal colocação nos demonstra que desde o advento da modernidade não há mais um único caminho a seguir, não há certezas definidoras e se por um lado essa realidade proporciona a opção de escolher caminhos, por outro também sugere o convívio com a diversidade.

Assim, não só a Geografia, mas também outras ciências fragmentaram-se e passaram a ter múltiplas abordagens e demandas o que, indiscutivelmente, gerou a dificuldade de se ter uma visão de totalidade. Essa realidade deixa clara a condição de contradição à qual os seres humanos são detentores. Hoje, os profissionais, sejam eles de que áreas forem dificilmente têm condições de traçar um panorama completo de seus saberes e para ilustrar esta afirmação basta lembrar que, desde os tempos mais remotos, o homem tem buscado segurança e estabilidade e, para tanto, tem desenvolvido modelos, artefatos e processos que lhe garantam a sensação de domínio e controle sobre a natureza. Contudo, malgrado termos desenvolvido tecnologias que são capazes de nos levar até mesmo a outros

planetas, sabemos muito pouco, ou quase nada, sobre nós mesmos. Entretanto, há que se reforçar que muitos são os estudiosos que vem chamando atenção para os problemas com os quais temos nos envolvido e que insistimos em classificar com sendo, exclusivamente, de natureza social, econômica ou política nos esquecendo, ou, o que é pior, não querendo aceitar que estes fazem parte de uma rede cujos fios são interdependentes. Esta condição foi metaforicamente chamada por Ilya Prigogine de “efeito borboleta”<sup>1</sup>.

À guisa de reforço metodológico, o fato é que estão postos para os pesquisadores da contemporaneidade complexos desafios que a linearidade e o determinismo, que se acreditava caracterizar o mundo, não dão mais conta de enfrentar. Estamos lidando com uma realidade que não se explica pelos modelos de Newton e nem pelo rigor cartesiano. Não podemos mais olhar o ambiente que se nos apresenta, globalizado e caracterizado por fenômenos interdependentes, por meio de uma formação humana que privilegia o pensamento reducionista e fragmentado. A propósito, conforme salientou Vergara (1993):

Essa fragmentação que caracteriza o homem moderno está por trás de nossas relações desequilibradas com as outras pessoas e coisas à nossa volta, as quais não vemos como fazendo parte de uma unidade. Não considerá-las dentro de uma perspectiva de unicidade e totalidade leva-nos a identificar observador e coisa observada como entidades distintas e independentes, assim como a justificar os mecanismos de controle e dominação largamente empregados nas relações sociais. (VERGARA, 1993: p. 24)

Dessa forma, deve-se buscar alternativas para iluminar as sombras que se apresentam, sobretudo, aquelas que primam pela visão de totalidade, unicidade e que resgatam, principalmente, a integridade do ser humano e daquilo que ele construiu.

Conforme apresentado, a totalidade aparece com uma das principais categorias do processo de produção do conhecimento dialético. O pensador Georg Lukács assim definia:

A categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas. (LUKÁCS, 1979: p. 215)

---

<sup>1</sup> Ilya Prigogine foi ganhadora do Prêmio Nobel de Química, em 1977, referindo-se aos estudos de meteorologia utilizou essa metáfora dizendo que o batimento das asas de uma borboleta pode provocar um leve sopro no local onde ela se encontra o qual, ao avançar gradativamente, pode provocar um furacão do outro lado do mundo.



Além do mais, o exercício de produzir conhecimento pensando na totalidade permite ao homem (re)construir-se enquanto interage com sua produção. Nas palavras de Carvalho (2008):

Quando a totalidade está assim posta ou reposta, ficam devidamente ressaltados alguns de seus traços constitutivos universais: em primeiro lugar, ela aparece como uma rede de relações, as fundadoras e as demais, a partir de uma determinada centralidade; em segundo, ela também aparece, simultaneamente, como uma unidade concreta das contradições que se chocam no seu interior e que exatamente expressam o seu conteúdo e o seu movimento; em terceiro, fica evidenciado o fato de que qualquer totalidade contém totalidades a ela subordinadas - totalidades internas e inferiores - e está contida em totalidades mais abrangentes, mais complexas e situadas numa escala superior; em quarto, e por último, fica também evidenciado o caráter histórico, portanto transitório, da totalidade, de qualquer totalidade dada. (CARVALHO, 2008: s/p)

Em suma, uma análise sobre a realidade social, não pode ser realizada considerando a preponderância de questões políticas em detrimento das econômicas ou culturais e vice e versa, pelo contrário, há que se levar em conta as especificidades e delimitações de cada uma dessas questões nos momentos parciais e nos momentos recíprocos, ou seja, exercitar a compreensão entre os diferentes aspectos da realidade, física, social, econômica, política, cultural, assim como, entre as diferentes escalas espaciais, do local ao global, e dos diferentes setores da gestão política, municipal, estadual e federal.

Desta forma, talvez a Geografia seja de todas as áreas do conhecimento aquela que possui as melhores condições para a produção do saber com visão de totalidade, por que talvez mais do que uma ciência ela seja uma ferramenta interdisciplinar que permite descrever, compreender e explicar cada fato natural e/ou social.

Com base nessas premissas e após a realização da pesquisa se originou este trabalho que se encontra organizado da seguinte forma: No capítulo 01 tratou-se o território, deste seu conceito mais amplo até o enfoque no território urbano contemporâneo com seus processos de gentrificação e dramatização. No capítulo 02 aparece o patrimônio cultural, apresentado a partir de apontamentos históricos, passando pelos conceitos básicos e específicos que sustentam o termo, assim como, pelo instrumento didático que lhe dá legitimidade que é a Educação Patrimonial. As políticas públicas são o assunto inicial do capítulo 03 que apresenta sua especificidade nas políticas públicas de preservação, nos diferentes contextos de gestão, assim como, nos instrumentos de proteção e de cautela disponíveis. O objeto de estudo desta tese, o Circuito Cultural Praça da Liberdade, assim como, os

procedimentos metodológicos adotados no trabalho são apresentados no capítulo 04 e, posteriormente, dedicou-se algumas laudas às considerações finais.

## CAPÍTULO 01

---

Figura 02 – Centro Cultural Banco do Brasil



Fonte: <http://circuitoculturalliberdade.com.br/plus/modulos/listas/?tac=espaco&id=6#/album>

“Para mim o mundo é um território a descobrir e o que determina o trabalho do arquiteto é a maneira como trata de descobri-lo”.

(Glenn Murcutt)

## 1.0. SOBRE O TERRITÓRIO

Sabe-se que a busca pelo entendimento do conceito de território tem sido foco de estudos de variados profissionais, sobretudo os ligados à geografia, não sendo, contudo, exclusividade desta ciência. O termo vem sendo utilizado como conceito central, mormente, nas ciências sociais tais como: a ciência política, a sociologia, a antropologia e a história. Os autores procuram entender a realidade a partir da compreensão do significado de território que, por sua vez, pode ser interpretado de acordo com as peculiaridades características a cada uma das áreas de investigação. Entretanto, se por um lado esta vasta gama de abordagem representa dinamismo, por outro, traz consigo uma superficialidade que prejudica a abordagem científica, tanto na geografia como em qualquer outra ciência.

No que se refere à geografia, o território transformou-se em uma das suas palavras-chave e, desta forma, destaca-se como uma especificidade da disciplina e como sua principal categoria de análise.

Na geografia moderna, foi Friedrich Ratzel (1844/1904) que inicialmente introduziu o conceito de território, quando em sua obra “Antropogeografia” destacou a preocupação com a consolidação do Estado alemão. Segundo o autor, em pleno século XIX a Alemanha ainda não se apresentava como um Estado Nacional, assim como, não apresentava condições verdadeiras para expandir seu domínio e desenvolver-se no capitalismo, uma vez que, não tinha participado da busca por colônias. Segundo Ana Lia Farias Vale *et.al.*:

Do ponto de vista da explicação geográfica, inicialmente, o conceito de território tem um caráter político-jurídico de utilização; é definido como uma porção da superfície terrestre delimitada que se reserva para uma coletividade humana que a dispõe em função de suas necessidades. (VALE, *et. al.*; 2005, p. 13)

As ciências sociais têm entendido o território a partir das relações sociais expressas nas formas do poder político, cultural e econômico que ele apresenta ou representa. Assim, pode-se dizer que o processo de produção e apropriação do território possui em sua origem fatores econômicos, políticos e culturais abordados de forma distinta por teóricos que, direta ou indiretamente, tomam posições que contemplam as relações entre essas dimensões, privilegiando em algumas produções científicas aspectos políticos e econômicos, em outras, econômicos e culturais, ou ainda, aspectos culturais e políticos.

Segundo Marcos Aurélio Saquet (2003/2004), o território é um processo de conjugação de forças, de relações e produções interconectadas, de articulação dos aspectos econômicos, políticos e culturais, no tempo e no espaço. As relações entre esses diferentes elementos e aspectos das dimensões variam para cada lugar e momento e/ou período histórico. Para Vale *et. al.* (*op. cit.*):

As dimensões básicas, econômica, política e cultural condicionam e são condicionadas na dinâmica territorial. Na dimensão econômica, sucintamente, o território é discutido como produto da divisão territorial do trabalho; na dimensão política ou jurídico-política, compreende-se o território como um espaço delimitado e controlado, no qual se exerce um poder, na maioria das vezes, relacionado ao Estado e, na cultural ou simbólico-cultural, o território é visto como um produto de apropriação/valorização simbólica. As dimensões econômica, política e cultural são frutos das relações sociais, que se manifestam através do tempo, conceito fundamental para se compreender a constituição do território e da territorialidade e, especialmente, as desigualdades e diferenças. . (VALE, *et. al.*; *op. cit.*; p. 13-14)

Além disso, para Rogério Haesbaert (2004) cada área do conhecimento tem um enfoque centrado em uma determinada perspectiva. A geografia enfatiza a sua materialidade nas múltiplas dimensões, enquanto que a ciência política enfatiza uma construção a partir das relações de poder, já na economia o território é visto como fator locacional ou como base da produção, enquanto a antropologia destaca, preferencialmente, a sua dimensão simbólica através da cultura.

Tendo como mote esta breve introdução, a seguir abordou-se o conceito de território, destacando-se o território urbano contemporâneo, uma vez que, tal contextualização será útil para nortear a análise proposta.

### 1.1. O Conceito de Território

O termo território pode ser associado, ao menos, a duas origens: a primeira significa “*terra pertencente a*”, ou seja, *terri* (terra) e *torium* (pertence a), de origem latina; a segunda, associada à primeira, *terreo-terror* (aterrorizar - aquele que aterroriza) designou a concepção política de quem aterroriza para dominar e de quem é aterrorizado pelo domínio de uma determinada porção do espaço (HAESBAERT, *op. cit.*; MESQUITA, 1995). De acordo com Rogério Haesbaert (*op. cit.*) estas duas origens, ainda que consideradas por alguns estudiosos como duvidosas, perpassam os conceitos de território utilizados tanto pelo senso comum como pela ciência. Desta forma, o termo território, é interdisciplinar e polissêmico,

por vezes relacionado com a Biologia (etologia<sup>2</sup>), com a Ciência Política (Estado), com a Antropologia (territorialidade), entre outros. Desde sua origem etimológica até a prática de seu uso, o território está diretamente relacionado com as relações de poder, contudo, é necessário observar que nem toda relação de poder é territorial ou inclui territorialidade<sup>3</sup>.

Território é um termo cujas definições podem ser diversas e diferenciadas conforme foi observado por Zilá Mesquita (acima). Esta autora define especificamente o termo, dizendo que o território é o mais próximo de nós; logo, falar de território é também falar de sujeitos, de vida cotidiana, de sentimentos e de desejos, enfim, é falar do próprio lugar. Outra contribuição desta autora, diz respeito à maneira como se estabelece a relação entre território e territorialidade, esta, entendida “como projeção de nossa identidade sobre o território” (MESQUITA, *op. cit.* p. 83).

Segundo Eliseu Spósito, a territorialidade tem relação direta com o indivíduo:

Aí temos o território do indivíduo, seu ‘espaço’ de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade. A territorialidade, nesse caso, pertence ao mundo dos sentidos, e, portanto da cultura, das interações cuja referência básica é a pessoa e a sua capacidade de se localizar e se deslocar (SPÓSITO, 2004, p. 113).

Este autor também se refere aos vários significados do termo e aos enganos cometidos quanto a considerá-los análogos. Para ele, é a falta de leituras mais aprofundadas sobre o assunto que tem sido a causa de mal entendidos na definição de território e espaço.

Assim, a territorialidade está diretamente relacionada ao indivíduo e não faz sentido sem ele. Sem dúvida, é o fato de ser utilizado pelo homem, conforme nos informa Milton Santos em sua obra “Metamorfoses do Espaço Habitado” (2008 B), que dá ao território a condição de categoria de análise. Este autor diferencia território de configuração territorial e também de espaço e paisagem.

<sup>2</sup> Estudo dos hábitos dos animais e da acomodação dos seres vivos às condições do ambiente; Tratado dos costumes, usos e caracteres humanos.

<sup>3</sup> Sobre esta abordagem cita-se Paul Claval (1979) que apresenta dois tipos de relações de poder, a primeira do homem sobre a natureza e a segunda dos homens sobre os homens. No primeiro caso, o autor afirma que a partir do uso da técnica o homem teve condições de modificar progressivamente o meio até os dias atuais, o que nas palavras de Milton Santos (2008 B) seriam os meios: técnico, técnico-científico e o meio técnico-científico-informacional. No segundo caso, Claval apresenta diferentes relações de poder, a saber: (i) poder puro ou absoluto (um manda e o outro obedece); (ii) poder de submissão (relação tradicional entre chefe e empregado); (iii) poder de desigual (acordos entre patrão e empregado, como o dissídio coletivo); e (iv) dominação inconsciente (ocorre num grupo hierarquicamente homogêneo, mas que dele emerge um líder). Nesse segundo tipo, apesar de existir uma relação de poder, não ocorre necessariamente uma territorialidade.

São diferentes os conceitos de paisagem, de configuração territorial e de espaço. A paisagem não é a configuração territorial, embora seja uma parte dela. A configuração espacial não é o espaço, embora dele também participe. A configuração territorial é o território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem. (SANTOS, 2008 B, p. 83).

A complexidade do mundo atual exige que o pesquisador conceba o território como algo dinâmico, vivo, um espaço construído historicamente pela sociedade, e não, simplesmente, o palco de atuação da sociedade. É preciso levar em conta a dinamicidade do território, ter em mente que a sociedade incide sobre o território e esse na sociedade. Isto significa que em tempos de globalização, ao investigar o território, “deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS, 2003, p. 247). Para Milton Santos, o território usado deve ser a categoria de análise do espaço e não o território em si, pois a categoria “território usado” permite sistematizar teoricamente o entendimento do conceito território. Em suas palavras:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, (...). A ideia de tribo, povo, nação e, depois de Estado Nacional decorre dessa relação tornada profunda (SANTOS, 2003, p. 96-97).

Desta forma, tem-se que o território deve ser concebido como um espaço em constante construção e reconstrução, tal postura, remete a outro aspecto a ser considerado sobre o território, a sua historicidade:

O território revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações presentes e as ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. Tal encontro modifica a ação e o objeto sobre o qual ela se exerce, e por isso uma não pode ser entendida sem a outra (SANTOS, 2003, p. 247).

Por sua vez, Claude Raffestin (1993), além de diferenciar espaço de território, alerta para o fato de que muitos cientistas têm cometido erros de análise por não pensarem nessas diferenças e usarem os termos como sinônimos quando, na verdade, devem ser considerados de maneira distinta<sup>4</sup>. Para este autor:

---

<sup>4</sup> A apropriação impõe limites e fronteiras ao espaço e, assim, o transforma em território. A apropriação do espaço, transformando-o em território, conforme a visão de Raffestin pode ser pensada de diversas formas. Como exemplo, pode-se citar: no meio urbano os territórios são em grande parte delimitados por muros e paredes que parecem fazer aumentar ainda mais o individualismo pregado pelo sistema capitalista. Atualmente a própria paisagem urbana tem sido

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço (...). O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações de poder. (RAFESTIN, 1993, p. 143)

Conforme se pode perceber, não há um consenso quanto ao emprego do termo, assim como, quanto à definição de uma escala. Contudo, acredita-se ser imprescindível, ao se fazer a análise de um determinado território, delimitar uma escala - nacional, estadual, local, a cidade, o bairro, a rua, enfim, definir o lugar. Seja na escala da casa, da rua, do bairro ou da cidade, do estado ou da nação, a delimitação de um território é uma atividade bastante complexa, sobretudo, na atualidade, em função da rapidez da apropriação do espaço, assim como, da sua transformação. Tal realidade tem gerado territórios cada vez mais excludentes e, principalmente, estratégicos, uma vez que, na maioria das vezes, são criados por uma minoria que se beneficia das contradições impostas pelo sistema vigente.

Um ponto de vista bastante relevante para esta pesquisa é o cultural. Sob este viés, o território pode ser definido como o espaço de reconhecimento onde os indivíduos se sentem e se declaram como parte dele. Neste caso, o território se manifesta em diferentes formas e conteúdos, por exemplo, ao pertencer a um determinado bairro leva o morador a dizer que tal bairro é o seu território. Porém, este território pode aparecer simplesmente numa forma de manifestação cultural, como uma religião, uma seita ou uma festa, assim, estas manifestações acabam por definir territórios vinculados a elas e, por este motivo, necessários de se defender. Além disto, as manifestações remetem o território a uma dimensão afetiva, abstrata, porém, não menos significativa. Para Jorge Alberto Soares Barcellos: “o que o território oferece, enquanto lugar é um ponto de referência, uma âncora para um grupo” (BARCELLOS, 1995, p. 47). Neste sentido quando falamos em território é comum que se pense também em uma forma de manifestação, pois ele pressupõe a vida em toda a sua complexidade e também com as suas singularidades.

A complexidade deste tema sugere cautela, primeiro, diante da impossibilidade de encerrar, em poucas palavras, as discussões sobre este assunto e ao mesmo tempo, frente aos interesses específicos desta pesquisa que impõem um

---

alterada em função da delimitação e defesa dos territórios. As cercas elétricas, as placas de anúncio da existência de alarmes monitorados, as fachadas protegidas por grades, câmeras, ou por objetos cortantes em cima de muros, são apenas alguns exemplos que revelam um pouco dessa defesa e muito das fragilidades do território.



fio condutor para entender o quanto o estudo sobre o conceito de território pode contribuir para o conhecimento do espaço e, conseqüentemente, do nosso lugar neste espaço. Sendo assim, parece oportuno enveredar pela perspectiva, trazida por Rogério Haesbaert (*op. cit.*) que aponta quatro vertentes utilizadas pela geografia para focar o território, a saber: a política, a econômica, a naturalista e a cultural.

O olhar político (referente às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-político (referentes às relações espaço-poder institucionalizadas) refere-se a um espaço delimitado e controlado por relações de poder, geralmente o poder do Estado, que busca organizar o território para fins determinados. Na perspectiva econômica o território é concebido enquanto dimensão espacial das relações econômicas. Neste caso, o território passa a existir quando consiste em fonte de recursos e/ou é incorporado no debate entre classes sociais e na relação capital-trabalho. O território que surge a partir da visão naturalista é o que se baseia no entendimento exclusivo das relações entre a sociedade e a natureza, nas palavras do autor: “seria absurdo considerar a existência de territórios ‘naturais’, desvinculados de relações sociais” (HAESBAERT, *op. cit.*; p. 53). Por fim, a partir do olhar cultural ou simbólico-cultural o território é visto como produto da apropriação, da valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido. Este grupo valoriza o espaço tendo como base um determinado significado individual e/ou coletivo.

Ainda de acordo com Haesbaert (*op. cit.*), podem-se verificar algumas vertentes básicas das noções de território, a partir de uma perspectiva parcial, integradora, relacional e multiterritorial.

A perspectiva parcial é a que percebe a territorialidade sendo exercida a partir de um ponto de vista apenas. A configuração espacial resultante desta perspectiva parcial é formada por um conjunto de territórios isolados, como se em cada localidade fosse exercido apenas um tipo de territorialidade. Porém, há a necessidade de se considerar outras perspectivas para que se possa aproximar do que ocorre na realidade vivida. Assim, faz-se referência às perspectivas integradora, relacional e multiterritorial.

Na perspectiva integradora observa-se o território como revelador de parte ou de todas as dimensões sociais apresentadas anteriormente (política, cultural, econômica, naturalista). Busca-se entender o território como surgido de forma articulada, conectada e integrada com outros territórios.

Na perspectiva relacional é considerado que as relações sócio históricas ocorrem no espaço em um determinado tempo, sendo o território fruto de uma relação complexa entre os processos sociais e o espaço material. Esta perspectiva possibilita entender o território como movimento, fluidez e interconexão, relacionada aos processos como territorialização, desterritorialização e reterritorialização. A territorialização seria fruto de uma estratégia para tomar posse de um espaço geográfico, a desterritorialização seria o abandono espontâneo ou forçado da territorialização e a reterritorialização constitui-se na construção de uma nova territorialização, que não necessariamente ocorre na mesma localidade (HAESBAERT, *op. cit.*). Tal movimento aproxima a concepção de espaço-tempo ao fornecer à territorialidade uma mobilidade diacrônica (sucessão de tempos) e sincrônica (simultaneidade de lugares) (SANTOS, 2008 A). No entanto, é importante deixar evidenciado que tal processo está sempre se modificando, dando a ideia de que os eventos, embora não sendo os mesmos, são sempre parecidos em seus arranjos. Os fatores que influenciam esta mudança são de ordem ideológica, política, econômica ou social. Embora exista a tendência da predominância de uma delas, a depender do contexto histórico em que se dão as relações, estas se sobrepõem, dando a este processo o caráter de complexidade.

Para o conhecimento da perspectiva multiterritorial faz-se necessário salientar as seguintes considerações: (i) cada tipo de territorialização (parcial, relacional e integradora) possui um tipo de desterritorialização correspondente; (ii) a territorialização pode ocorrer numa área (território-zona), mas também pode ocorrer através do movimento, como por exemplo, a territorialização dos nômades (território-rede); (iii) a desterritorialização pode ocorrer com o deslocamento, mas também na imobilidade (por exemplo, com pessoas que vivem de forma precária e não têm condições de migrar do local onde vivem), porém ela não é total; e (iv) cada ser humano e cada sociedade exercem mais de um tipo de territorialidade, ou seja, podem produzir e/ou habitar ao mesmo tempo em mais de um tipo de território (HAESBAERT, *op. cit.*). A partir destas considerações é, então, possível entender a perspectiva da multiterritorialidade que, em linhas gerais, pode ser concebida como um processo de reterritorialização constante seja de uma área (território-zona) ou de uma série de áreas (território-rede), que o ser humano e as sociedades vivenciam contínua e simultaneamente. De acordo com o autor, a perspectiva da multiterritorialidade está mais próxima dos processos socioespaciais atuais.

Para Boaventura de Sousa Santos (2001)<sup>5</sup>:

Realmente, uma das grandes problemáticas de hoje é o binômio territorialização e desterritorialização. Sabemos que o processo de globalização não apenas desterritorializa, mas também territorializa. Dois exemplos: uma das grandes manifestações da territorialização das décadas de 80 e 90 é o movimento indígena neste continente.

O movimento indígena é uma grande afirmação de que há relações sociais que são escritas em territórios e que só fazem sentido enquanto parte deles. Os direitos das comunidades indígenas não são direitos desterritorializados. As suas terras são sagradas, e são aquelas e não outras. Os seus recursos naturais provêm daquelas terras e não de outras. As suas formas de jurisdição, seus costumes, suas magias, suas religiões, suas relações com os espíritos e com os deuses apenas são visíveis e concretizáveis pela presença da comunidade naqueles lugares, com as peças daquele específico cenário, como as árvores sagradas.

Há uma hiper-territorialização que ocorre curiosamente em pleno período de globalização. O próprio movimento indígena é hoje globalizado, mas ainda territorializado. Os direitos pleiteados pelos indígenas são territorializados. Por outro lado, sabemos que hoje vivemos em cidades globais. E uma delas é São Paulo. Mas sabemos que essas cidades nunca são globalmente globais. Elas têm parcelas globais. Estão desterritorializadas no sentido de que são globais e, portanto, ocupam um espaço global. No entanto, essa desterritorialização tem uma âncora territorial. Em São Paulo, por exemplo, é a Avenida Paulista. É o território da desterritorialização na cidade.

É ali que se consome grande parte dos passes eletrônicos do Brasil. É, portanto, ali que está a cidade global. E obviamente que isso é territorialização. (SANTOS, 2001, p. 03-04)

Boaventura Sousa Santos ao mencionar em seu texto, referenciando o movimento indígena, que “as suas terras são sagradas, e são aquelas e não outras”, faz referência ao conceito de identidade territorial que segundo nos apresenta Rosa Maria Vieira Medeiros (2007, s/p) “A identidade é algo que se constrói através de um processo contínuo de formação sempre em busca de sua plenitude”<sup>6</sup>.

No território essa identidade vai sendo formada, muitas vezes, com base em embates - relações de poder - quais sejam políticos, sociais, econômicos e culturais. Importante salientar, contudo, conforme mostram Souza & Pedon (2007), que:

A identidade territorial não existe nem a priori nem a posteriori à constituição do território. Pois que, é no movimento de sua constituição, e as permanentes transformações que vão ocorrendo ao longo da história que define o status ontológico desse processo. (SOUZA & PEDON, 2007, p 134)

<sup>5</sup> Trecho extraído do texto intitulado: “A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória”, apresentado no Seminário: “Estudos territoriais de desigualdades sociais”, realizado nos dias 16 e 17 de maio de 2001, no auditório da PUC/SP. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/12540065-A-territorializacao-desterritorializacao-da-exclusao-inclusao-social-no-processo-de-construcao-de-uma-cultura-emancipatoria-1.html>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

<sup>6</sup> Trecho extraído do texto intitulado: RE-TERRITORIALIZAÇÃO E IDENTIDADE. O SIGNIFICADO DOS ASSENTAMENTOS PARA A ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS). Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/rosamed.htm>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

O espaço é, portanto, o campo de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais. Assim, compreender o território a partir de uma análise parcial, conforme nos alerta Haesbaert:

(...) está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros do poder (...) território deve ser visto na perspectiva de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou da classe social a que nos estivermos referindo, afetiva. (...) o território é ao mesmo tempo um recurso ou um instrumento de poder e um valor, valor este que vai além do simples valor de uso ou de troca, estendendo-se pela valorização simbólica, identitário-existencial. (HAESBAERT, *op. cit.* p. 171-172)

A identidade não é algo dado, mas, um processo que se dá por meio da comunicação com outros atores. A desterritorialização nega a fixação do grupo social, da população, do indivíduo a uma base física além de fazer com que percam, ou pelo menos deixem adormecidos, seus costumes, suas relações interpessoais, seu cotidiano.

Indubitavelmente, na contemporaneidade, as relações sociais têm suas expressões estabelecidas, majoritariamente, nos espaços urbanos. O Fundo de População das Nações Unidas através do relatório sobre a situação da população mundial informa que, até 2050, a população mundial chegará a 08 bilhões e 900 mil indivíduos, dos quais cerca de 60% viverão em áreas urbanizadas (UNFPA, 2011). Tal realidade nos compele a interpretar as cidades contemporâneas como *lócus* da diversidade e multiplicidade. Para tal interpretação, o tratamento pelo viés da complexidade se faz necessário, uma vez que as relações de causa e efeito, inerentes aos sistemas lineares, não dão conta de explicar seu enredo. Assim, a partir de agora, passa-se a tratar o território urbano contemporâneo.

## **1.2. Território Urbano Contemporâneo**

A cidade é uma criação do homem, um produto histórico no espaço geográfico que se caracteriza pelo seu dinamismo e por ser um manancial de ideias, sabedorias, meditações, assim como, de contradições. Leonardo Benévolo, em sua obra “História da Cidade”, considera que todos os cidadãos “deveriam aprender a compreender - sistemática e historicamente - o ambiente físico em que vivem: a ler e

escrever o mundo dos objetos materiais, além do mundo dos discursos, de modo a poder discuti-lo, modificá-lo, e não apenas suportá-lo passivamente” (BENEVOLO, 2005, p. 09). Podemos encontrar reflexões e interpretações sobre a cidade desde os trabalhos acadêmicos, artigos, dissertações e teses, até as produções artísticas, poesia, cinema, música e literatura.

Sucintamente pode-se dizer que a linha do tempo que define a formação da cidade pode ser ilustrada por dois extremos. De um lado, encontram-se as primitivas civilizações, quando os humanos se predispuseram a viver em grupo e de outro, encontra-se uma prática social vinculada ao espaço transformado e “desnaturalizado” das cidades contemporâneas. No intervalo entre estes extremos tem-se desde a vida cooperativa nas aldeias, passando pela divisão do trabalho até chegar às conturbadas e complexas relações sociais vividas no território urbano contemporâneo. De acordo com Érika Cunha:

Neste processo de ocupação do mundo, formamos e transformamos os territórios que habitamos até torná-los os reflexos de nós mesmos, ou seja, territorialidades que expressam a ligação entre o substrato material da vida e a atividade humana de produção dos meios de existência que, juntas, constituem a forma-conteúdo reveladora de modos de vida que é a cidade. (CUNHA, 2008, p. 13)

Por meio deste vínculo alteramos a geografia natural produzindo e reproduzindo os ambientes que resultam de nossa “evolução” no tempo, transformando-os em uma “segunda natureza” (SANTOS, 2008 A). Em nossa trajetória histórica até a atualidade modificamos o espaço construído e objetivado da cidade até o ponto em que esta não pode mais ser considerada um território delimitado ou em expansão, mas um “sistema de serviços” cuja potencialidade é praticamente ilimitada conforme observou Giulio Carlo Argan (2005, p. 215).

Os registros arqueológicos mais remotos demonstram cidades datadas do Período Neolítico há 3.000 anos a.C. De acordo com os estudos, tal estabelecimento se deu quando da evolução da agricultura tornando possível produzir maior quantidade de alimento e, conseqüentemente, foi necessária a estocagem do excedente. Esta situação fez com que surgissem as classes sociais baseadas na divisão do trabalho o que trouxe consigo novas necessidades tais como: ter um lugar para armazenar os alimentos, ter alguém para organizar a cadeia de produção, estocagem, proteção e distribuição e, além disso, ter alguém que pudesse realizar trocas a partir do alimento excedente. Para facilitar seu funcionamento, esta organização deveria estar localizada em um lugar onde também pudessem ser

realizadas as cerimônias religiosas e, sobretudo, que pudesse ser protegido dos inimigos. A partir daí estava criada a cidade, fruto da evolução da técnica e da divisão social do trabalho, lugar de concentração da riqueza, das trocas, do poder político e do poder religioso (BRAGA & CARVALHO, 2008).

As primeiras cidades surgiram, inicialmente, como pequenas aldeias às margens dos rios, com destaque para aquelas ao longo dos vales dos Rios Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia; do Rio Nilo, no Egito; do Rio Indo, na Índia; dos Rios Yang-Tsé e Hoang-Ho na China e do Rio San Juan, na América Central. Marcelo Lopes de Souza, em sua obra intitulada “ABC do desenvolvimento urbano”, sintetiza da seguinte maneira a origem das cidades:

As primeiras cidades surgem como resultado de transformações sociais gerais – econômicas, tecnológicas, políticas e culturais - quando, para além de povoados de agricultores (ou aldeias), que eram pouco mais que acampamentos permanentes de produtores diretos que se tornaram sedentários, surgem assentamentos permanentes maiores e muito mais complexos, que vão abrigar uma ampla gama de não produtores: governantes (monarcas, aristocratas), funcionários (como escribas), sacerdotes e guerreiros. A cidade irá, também, abrigar artesãos especializados, como carpinteiros, ferreiros, ceramistas, joalheiros, tecelões e construtores navais, os quais contribuirão com suas manufaturas para o florescimento do comércio entre os povos (SOUZA, 2003, p. 46).

No território europeu as primeiras cidades apareceram onde se encontra a atual Grécia e os registros remontam a existência de “Cidades-Estados” desde os séculos VIII a.C. As cidades gregas tinham autonomia organizacional e eram centros com funções comercial, religiosa, política e artística. Dentre as contribuições deixadas como legado pelas cidades gregas destacam-se os aspectos filosóficos, políticos (democracia), jurídicos, militares e artísticos que ainda hoje são perceptíveis. Neste cenário destacam-se: Atenas, Esparta, Tebas, entre outras. Contudo, o caso de maior notoriedade de uma cidade na Antiguidade recaí sobre Roma, capital do Império Romano que, a partir da instauração da República, se expandiu por todo território europeu e grande parte da Ásia, dominando econômica, militar e culturalmente essas regiões por séculos. Com o declínio deste império e a invasão dos povos bárbaros houve um abandono das cidades e as pessoas se viram obrigadas a instalarem-se nos campos ao redor dos castelos criando as comunidades de caráter rural conhecidas como feudos, característicos do Período Medieval.

Durante a Idade Média pode-se dizer que houve a ruralização das civilizações europeias cuja consequência foi a descentralização política e a diminuição do comércio que havia. Porém, algumas cidades se mantiveram com características de

destaque mesmo que em outro continente, como é o caso de Constantinopla, então capital do Império Romano do Oriente, assim como, Tenochtitlán, considerada a capital do Império Azteca, localizada onde se encontra hoje a Cidade do México. No período do final da Idade Média com o ressurgimento do comércio, novamente se intensificou a concentração urbana no continente europeu e as cidades voltaram a se desenvolver como centros comerciais e culturais, além de se tornarem palco para o desenvolvimento do sistema econômico capitalista.

A cidade, entendida pela dialética englobando a prática e o projeto, tem suas origens atreladas ao Renascimento, da mesma forma que o patrimônio cultural. Para Argan (*op. cit.*), o início dessa discussão está na transição da cidade medieval para a renascentista, no entanto, embora o tratamento do assunto tenha iniciado nesse período, as transformações urbanas ocorridas não foram efetivamente suficientes. Lewis Mumford (1996) aponta a inexistência de uma cidade renascentista, uma vez que as transformações na cidade medieval foram pontuais, apenas alguns espaços públicos foram abertos na imbricada malha urbana medieval. Contudo, existem claras diferenças entre a cidade medieval e a renascentista. A primeira se estabelece por um aglomerado de habitações e oficinas que se dispõem em torno do palácio e da igreja, assim como, de uma área comum onde aconteciam as feiras e os mercados. O espaço urbano medieval não possuía caráter de consciência política organizada, já a cidade renascentista, ao contrário, caracterizava-se por uma organização social bem definida, em que a classe dominante, senhores de negócios, distingue-se das outras classes formadas por produtores. Tal distinção pode ser vista na própria organização espacial urbana que contempla ruas principais com espaços generosos, que abrigam uma arquitetura concebida de acordo com a importância política e social dos dirigentes e autoridades administrativas. A cidade renascentista reflete o poder de uma elite, formada por grandes comerciantes, que assume a direção política e cultural por intermédio do mecenato.

Com a consolidação do capitalismo e o advento da Revolução Industrial é que se deu a formação da cidade tal como a conhecemos hoje. Nas palavras de Roberto Braga e Pompeu Figueiredo de Carvalho:

Embora a cidade seja uma instituição milenar, o processo de urbanização da humanidade só veio a acontecer bem mais recentemente, a partir da revolução industrial, na passagem do século XVIII para o século XIX. Até 1850, nenhum país possuía população urbana superior à rural. O Reino Unido, berço da revolução industrial (e exatamente por isso), foi a primeira nação a atingir esse patamar. O desenvolvimento da cidade industrial moderna, nos moldes que a conhecemos hoje,

se deu exatamente nesse período, há cerca de 200 anos atrás (...) (BRAGA & CARVALHO, *op. cit.*, p. 108).

A relação entre os processos de industrialização e urbanização<sup>7</sup> é tão estreita que nos permite dizer que quanto mais as civilizações se industrializavam mais se urbanizavam, no entanto, tal afirmação cabe apenas para a realidade mostrada na Tabela 01 - Percentual de População Urbana, abaixo, que traz as primeiras e principais nações industrializadas do mundo, hoje, conhecidas como países desenvolvidos. Quando se trata dos atuais países em desenvolvimento sabe-se que seus processos de industrialização e de urbanização além de terem acontecidos tardiamente, não possuem relação direta, ou seja, em países como Brasil, Índia, China, etc; a urbanização aconteceu não necessariamente atrelada à industrialização.

A cidade, muito mais que um simples aglomerado de casas ou de indivíduos, é o lugar das trocas, do comércio, das interrelações de pessoas e de lugares. É o lugar para onde convergem os fluxos, materiais e imateriais, da sociedade (de gente, de riqueza, de poder, de saber, entre outros.).

**Tabela 01. Percentual de População Urbana**

	<b>INGLATERRA</b>	<b>EUA</b>	<b>JAPÃO</b>
<b>Ano de 1800</b>	25%	08%	-
<b>Ano de 1850</b>	50%	18%	-
<b>Ano de 1900</b>	78%	40%	18%
<b>Ano de 1950</b>	81%	65%	38%

Fonte: Braga & Carvalho (2008) - adaptado

Com o desenvolvimento verificado a partir do fomento do capitalismo e, conseqüentemente, com o incremento da industrialização surgiram as metrópoles e as megalópoles. As primeiras são as cidades centrais, de importância nacional ou regional, formadas por cidades ligadas entre si fisicamente ou através de fluxos de pessoas e serviços. As metrópoles assumem importante posição econômica, política, cultural, comercial, etc; na rede urbana da qual fazem parte (SOUZA, *op. cit.*). As megalópoles, por sua vez, são uma extensa região urbana pluripolarizada

<sup>7</sup> Existem distintos conceitos sobre urbanização. Pode-se dizer que uma sociedade está se urbanizando na medida em que o crescimento da população urbana é maior do que o da população rural, assim como, pode-se dizer que urbanização é a implantação de equipamentos e benfeitorias urbanas no espaço. Esta última definição é utilizada por arquitetos urbanistas, portanto, construir escolas, pavimentar ruas e implantar rede de esgoto é urbanizar o espaço permitindo a população rural beneficiar-se de benfeitorias urbanas.



por diferentes metrópoles conurbadas ou em processo de conurbação<sup>8</sup>. Correspondem às mais importantes e maiores aglomerações urbanas da atualidade, encontradas em regiões de intenso desenvolvimento urbano nas áreas rurais estão praticamente, senão totalmente, ausentes.

Durante os anos 2000 metade da população mundial vivia em cidades e a Organização das Nações Unidas (ONU) projeta, para o ano de 2050, a existência de dois terços da população mundial morando em cidades. A Tabela 02 - Maiores Aglomerações Urbanas do Mundo (2013), mostrada a seguir, retrata, na ordem da maior para a menor, o elenco das dez maiores aglomerações urbanas do mundo na atualidade. Percebe-se que nenhuma cidade europeia figura na tabela, por sua vez, a Índia aparece com 03 cidades cujo somatório da população equivale a 57.750.000 habitantes.

**Tabela 02. Maiores Aglomerações Urbanas do Mundo (2013)**

	<b>AGLOMERAÇÃO</b>	<b>PAÍS</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
01	Tóquio	Japão	36.669.000	-
02	Délhi	Índia	22.157.000	Toda a Índia tem uma população de 01 bilhão e 100 milhões de habitantes.
03	São Paulo	Brasil	20.261.000	-
04	Bombaim	Índia	20.041.000	-
05	Cidade do México	México	19.460.000	Este número de habitantes é o que tinha em toda República Mexicana em 1939.
06	Nova York	EUA	19.425.000	-
07	Shangai	China	16.575.000	Como país a China possui 01 bilhão e 300 milhões de habitantes a mesma população do mundo todo em 1939.
08	Calcutá	Índia	15.552.000	-
09	Dhâka	Bangladesh	14.648.000	-
10	Karachi	Paquistão	13.125.000	-

Fonte: UNFPA (2013) - adaptado

Acerca da realidade brasileira pode-se dizer que até a metade do século XX o Brasil era um país eminentemente agrário. A cidade de São Paulo, por exemplo, em meados do século XIX, não passava de uma pequena cidade provinciana sendo suplantada por cidades como Recife e Belém. No ano de 1900, menos de 10% da população brasileira morava em áreas urbanas e apenas quatro cidades brasileiras possuíam mais que 100 mil habitantes: Rio de Janeiro, com 691 mil habitantes, São Paulo (que graças à cafeicultura já era a segunda maior cidade brasileira), com 239 mil habitantes, Salvador, com 205 mil habitantes e Recife, com 113 mil habitantes (BRAGA & CARVALHO, 2004).

<sup>8</sup> É o processo de integração espacial das áreas urbanas de cidades contíguas, acarretado pela expansão populacional e espacial decorrente do processo de urbanização. As cidades **conurbadas** apresentam uma única **mancha urbana**.

Pode-se dizer que a história da cidade é uma história sobre a localização do homem no espaço e no tempo e trata-se de um relato da verdade dos fatos urbanos, mas também da análise desta verdade, por quem escreve a história. Deste modo, revela-se um inventário de possibilidades de ocupação do mundo caracterizado pela versão de cada autor que imprime ao texto também o que acredita ser a verdade. Por isso, não há “a” história da cidade, mas “uma ou várias” histórias sobre a cidade.

A dificuldade de determinação de uma história única e “verdadeira” pode ser percebida através da leitura dos mais dedicados estudiosos do assunto. Por exemplo, Lewis Mumford que representou uma das mais radicais posturas sobre este tema. Segundo o historiador, responsável por uma das mais completas e detalhadas obras sobre as formas e funções das cidades ocidentais, um método adequado de abordagem seria o da experiência e observação pessoal, algo que não se pode substituir por livros e que exige pelo menos uma existência para que possa ser realizado.

Por outro lado, Leonardo Benévolo propõe falar da cidade a partir de seu cenário físico sem se envolver profundamente em questões de caráter político, econômico e social, embora reconheça que tais aspectos fazem também parte do universo materializado da cidade. Neste caso prioriza-se a preservação da fidelidade à história real, ou seja, aquela reconhecida como legítima pela sociedade e contada “oficialmente”, sem a intervenção de interpretações pessoais. Porém, entende-se que esta postura revela-se superficial para a compreensão aprofundada dos modos de vida e das interrelações que envolvem o universo da cidade.

Há também quem acredite que a construção de um método de abordagem da história possa prestar-se a confusões optando então por não se aventurar sobre este assunto ao desenvolver uma sistematização das experiências urbanas. Este é o caso de Françoise Choay que se dedica à interpretação de parte da história da cidade se empenhando no registro detalhado das mais significativas propostas de planejamento realizadas por outros estudiosos ao longo do tempo e apresentando-as de maneira fragmentada.

Enfim, todo o arcabouço de análises sobre a cidade revela que há inúmeros elementos a serem considerados no estudo da história da cidade e tantos pontos de vista quantos forem os estudiosos. Talvez esta seja a razão para que não haja, até hoje, nenhuma história definitiva e escrita de modo completo e linear sobre este assunto. Por isso, qualquer estudo da história da cidade resulta da soma de

contribuições e da divisão de responsabilidades entre áreas de conhecimento e autores, podendo ser estes últimos especialistas formados a partir de um pensamento moderno ou profissionais inseridos em atividades que, em princípio, não se relacionam diretamente com o tema.

Em se tratando do território urbano contemporâneo, muitas são as abordagens e estudos que o tratam como uma rede interconectada. Nesse sentido, Arlêude Bortolozzi (2008) nos alerta:

A complexidade que envolve o conhecimento do “ambiental urbano”, hoje no contexto da globalização mundial aponta para a necessidade de uma nova leitura do território, como forma de compreender a sua dinâmica e buscar estratégias de intervenções, mais adequadas – para as cidades contemporâneas. Essa nova leitura deve ser entendida, como um conhecimento integrado da problemática ambiental urbana, onde os processos urbanos e históricos de reconstrução das cidades possam ser revelados através das relações entre diferentes escalas espaciais e da interdependência entre os diferentes aspectos, tais como os físicos, econômicos, sociais, políticos e culturais. Assim sendo, essa integração sugere uma força, que pode significar um combate às constantes fragmentações do espaço urbano no que concerne às relações do seu processo de produção, tais como sociedade-natureza; rural-urbano; local-global; sujeito-objeto, teoria e prática social. (BORTOLOZZI, 2008, s/p).

Por sua vez, Eugênio Queiroga (2011) ao discorrer sobre os espaços públicos nas metrópoles brasileiras argumenta:

O espaço público deve ser elemento indutor aos projetos urbanos, considerando, evidentemente, as especificidades socioambientais locais. É necessário considerar o sistema de espaços livres de forma prioritária e integrada para a constituição de um ambiente metropolitano mais adequado às práticas sociais, à esfera pública e à conservação ambiental. (QUEIROGA, 2011, p.34)

Além disso, o referido autor salienta: “A qualidade de vida propiciada pela urbanização não pode selecionar esta ou aquela classe social, pelo contrário, deve ser considerado um direito do cidadão” (QUEIROGA, *op. cit.* p.34).

Desta forma, acredita-se que os territórios urbanos devam ser percebidos como grandes estruturas dinâmicas constituídas por subestruturas distintas que interagem entre si de maneira não linear, gerando variáveis que estão em constante interação e mudança.

Contudo, para o efeito que se pretende com este estudo, é preciso propor um olhar focado na relação território urbano e cultura, analisando a maneira como esta vem sendo utilizada nas intervenções urbanas contemporâneas. Para Otília Arantes (1988), temos visto ser estabelecido em nossas cidades um “culturalismo de mercado”, reflexo da postura política neoliberal diante do processo de globalização mundial. Da mesma forma, Paola Jacques nos diz que:

Essa quase esquizofrenia dos discursos contemporâneos sobre a cidade - preservar o antigo ou construir o novo vem surgindo muitas vezes simultaneamente em uma mesma cidade, com propostas preservacionistas para os centros históricos, que se tornam receptáculos de turistas, e com a construção de novos bairros *ex-nihilo* nas áreas de expansão periféricas, que se tornam fontes para a especulação imobiliária. Muitas vezes, os atores e patrocinadores dessas propostas também são os mesmos, assim como é semelhante a não participação da população em suas formulações, e a gentrificação das áreas como resultado, demonstrando que as duas correntes antagônicas são faces de uma mesma moeda a espetacularização mercantil das cidades. (JACQUES, 2003; p. 33).

É comum encontrarmos, hoje em dia, exemplos de intervenções urbanas cujos discursos baseiam-se nos valores ligados à cultura, transformando significativamente a morfologia das cidades. Essa política de reforma urbana favorece o processo urbano da “gentrificação”<sup>9</sup>, assim como, cria a chamada “teatralização” das cidades, termos que serão tratados a seguir.

### 1.2.1. Gentrificação

O termo gentrificação tem sua origem vinculada à palavra inglesa *gentrification* e, de forma sintética, pode ser entendido como o processo de requalificação pelo qual passa o território urbano, envolvendo necessariamente a troca de um grupo com condição financeira reduzida por outro com maior poder aquisitivo. Embora apoiado no suporte cultural, mais especificamente no discurso da memória e da tradição, tem seu foco no mercado e sua *práxis* na produção de espaços que não podem ser usufruídos por toda a população.

Do ponto de vista histórico, Ruth Glass, por volta de 1970, utilizou o termo “*gentrification*” ao se referir à transformação que vinham sofrendo os antigos bairros operários de Londres, de onde se via retirar-se a classe popular em detrimento de uma classe média assalariada. Esta, por sua vez, retornava do subúrbio para onde fora, ao longo do século XIX, em busca de melhor qualidade de vida, de mais segurança e de espaços mais amplos e arejados. Ao abandonar o centro da cidade para ir em direção à periferia, a classe média permitiu que a classe popular ocupasse os bairros centrais que, em seguida, viram-se em degradação física devido à falta de investimentos. Este processo vem se desenvolvendo nos países industrializados basicamente ao longo da etapa chamada pós-industrial ou pós-

---

<sup>9</sup> Gentrificação é o processo de “enobrecimento” de um espaço urbano, intencional ou não, que expulsa a população mais pobre, seja por remoção ou especulação imobiliária, substituindo-a por outra com maior poder aquisitivo. Dentre tantos exemplos pode-se citar o Pelourinho em Salvador.

moderna, iniciada com o declínio do modelo socioeconômico industrial tradicional e caracteriza-se pelo deslocamento de uma parte da população com elevada remuneração para os centros das cidades, de onde são deslocados os habitantes com menor poder aquisitivo que viviam nestes espaços. O deslocamento vem acompanhado de investimentos e melhorias tanto nas moradias, que são renovadas ou reabilitadas, quanto em toda a área envolvida, tais como comércio, equipamentos e serviços. Tal ação reflete diretamente no mercado de solo e habitacional, de modo que desempenham um papel decisivo os agentes do solo: os proprietários, os promotores, os governos - locais, estaduais - e as instituições financeiras, assim como, os moradores em regime de propriedade ou de aluguel.

Para Neil Smith, este processo urbano, identificado inicialmente por Glass, evoluiu rapidamente e chega ao século XXI como uma dimensão marcante do urbanismo contemporâneo e como “o motor central da expansão econômica da cidade, um setor central da economia urbana” (SMITH, 2006, p. 76). Se, em seu início, os estudos definiam a gentrificação como um fenômeno associado ao mercado e ao comportamento da iniciativa privada, atualmente, muitos autores o reconhecem como parte de uma política pública. Para Smith (*op. cit.*), são definidas como “políticas oficiais de gentrificação”.

Na concepção de Luís Mendes:

De anomalia local e esporádica, limitada à cidade centro, a gentrificação passou a constituir-se como estratégia global ao serviço do urbanismo neoliberal e dos interesses da reprodução capitalista e social, tendo-se generalizado por todo o mundo urbano. É certo que, na realidade, essa evolução evidencia-se de diferentes formas, em diferentes bairros e cidades, e segundo ritmos temporais diferentes. (MENDES, 2011, p. 479)

Para Savage e Warde (1993) citado por Mendes (*op. cit.*), para que haja gentrificação no espaço urbano, tem de se dar uma coincidência de quatro processos a saber: i) uma reorganização da geografia social da cidade, com substituição, nas áreas centrais da cidade, de um grupo social por outro, de estatuto mais elevado; ii) um reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida e características culturais similares; iii) uma transformação do ambiente construído e da paisagem urbana, com a criação de novos serviços e uma requalificação residencial que prevê importantes melhorias arquitetônicas; iv) por último, uma mudança da ordem fundiária, que, na maioria dos casos, determina a elevação dos valores fundiários e um aumento da quota das habitações em propriedade.

Segundo Bortolozzi (*op. cit.*; s/p) ao citar Leite (2004): “Embora o processo de ‘gentrificação’ possa resultar igualmente em paisagens urbanas estandardizadas e que poderiam ser consumidas por qualquer pessoa, a lógica da intervenção não se baseia na indistinção de mercadorias voltadas para as massas”. Ainda de acordo com Mendes:

A gentrificação trata-se de uma recentralização urbana e social seletiva, alimentada por novas procuras, promotora de uma crescente revalorização e reutilização física e social dos bairros de centro histórico, indiciando, por conseguinte, novos processos de recomposição da sua textura socioespacial. (MENDES, *op. cit.*, p. 480)

Para a urbanista Helena Menna Barreto Silva (2006), ao apresentar a obra de Catherine Bidou-Zachariasen intitulada: “De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros históricos”, esse fenômeno tende a ocorrer por influência de dois processos que podem ser combinados ou não, quais sejam:

Pelo lado da demanda, as estratégias das classes médias de (re) conquista de territórios e de volta a cidade depois de décadas de encantamento, pelos conjuntos e loteamentos fechados, estimuladas pelo setor imobiliário. Mas não seria a classe média tradicional, mas sim outro tipo: ou os *yuppies*, ou famílias jovens, com maior escolaridade. Pelo lado da oferta e das decisões dos produtores de espaço – as estratégias dos governantes, em acordo com o setor privado, para tornar as cidades competitivas, dotando os centros de características que o tornariam atrativo para aquelas classes, seja para moradia ou para consumo e lazer. (SILVA, 2006, p. 8)

O uso da expressão, ao longo do tempo, teve altos e baixos. Em meados dos anos 1980 foi usada em tom positivo, apontando melhoramentos em uma área abandonada ou degradada e depois passou a ter uma conotação negativa, que permanece até hoje, justificada pela visão de que a gentrificação promove um urbanismo excludente. Para os críticos, esse processo traz consequências como o uso do espaço como ferramenta de poder, a semelhança entre as cidades, a reafirmação da classe média e de um modo de vida que não valoriza o coletivo, e sim um determinado grupo.

Dos exemplos que são encontrados para ilustrar o fenômeno, Nova York aparece com destaque, sobretudo no bairro do Soho. O processo começou com a instalação de artistas que buscavam aluguéis mais baratos e valorizavam o patrimônio histórico. Sua chegada a este bairro gerou uma nova vida cultural e boêmia e aumentou o preço das propriedades. A gentrificação também pode ser observada em diferentes capitais brasileiras, haja vista, a revitalização do Centro de São Paulo (SP); as obras da zona portuária no Rio de Janeiro (RJ); o projeto “Novo Recife” no histórico Cais Estelita em Recife (PE), entre outros.

Independentemente de qual seja o origem do fenômeno, deve-se atentar para as suas consequências. Segundo Smith (2006), a utilização de termos como “regeneração” ou “renovação” acaba por neutralizar as críticas aos projetos dessa natureza e permite a vitória das visões neoliberais da cidade. Da mesma forma, para Bortolozzi (*op. cit.*; s/p) em referência ao alertado por Leite (2004):

(...) Tanto na indústria cultural como nas políticas urbanas de “gentrificação”, os bens artísticos e o patrimônio cultural são tratados como mercadoria, portanto sujeitos à racionalidade econômica. (...) Este (processo), acaba por atuar na elitização do espaço, uma vez que suas características principais são a formação de paisagens de poder; a centralidade e a apropriação de certos espaços da cidade (...).

Assim, Bortolozzi (*op. cit.*) sintetiza assinalando que esses processos contemporâneos de reconstrução de áreas degradadas em território urbanizado deveriam representar novas práticas socioespaciais que permitissem integrar cultura e gestão social, tanto quanto estética e ética.

Ao mesmo tempo, uma sociedade participante nas políticas públicas voltadas para os centros históricos e para a cidade como um todo, pode ser um começo para amenizar esse fenômeno, o qual nos exige estado de alerta e disposição para agir.

### 1.2.2. Espetacularização

Quanto à “espetacularização das cidades”, deve-se dizer inicialmente que este termo está associado ao processo de “revitalização urbana” pelo qual vêm passando muitas cidades, tendo em vista sua inserção na rede global de cidades culturais e turísticas. Este processo tem como foco principal a recuperação da economia e utiliza, na maioria das vezes, o patrimônio cultural como instrumento de legitimação e muitos estudiosos o consideram como um reflexo da economia globalizada. Por globalização entende-se, de acordo com Lopes (2004):

(...) algo mais do que a planetarização da economia, a mundialização dos fluxos (financeiros, de relações sociais, mas também mediáticos e informacionais, logo simbólicos) ou a compressão espaço-tempo e a consequente separação do espaço face ao lugar. A globalização implica, também, uma tensão entre dominantes e dominados, vencedores e perdedores, sem que o sentido dessa dominação (que também é uma dominação de sentido...) implique um reducionismo tal que elimine resistências, assimilação, difusão, reconstrução, reciclagem, importação-exportação de significados. (LOPES, 2004, p.67)

As mudanças provocadas pela globalização afetam a produção do espaço urbano, atingindo diretamente a formulação das políticas públicas urbanas. Dentre os muitos efeitos da globalização destaca-se a espetacularização das cidades,

oriunda do chamado planejamento urbano estratégico, explicado pelas palavras de Castells (1990) citado por Vainer (2007, p.76): “a flexibilidade, globalização e complexidade da nova economia do mundo exigem o desenvolvimento do planejamento estratégico, apto a introduzir uma metodologia coerente e adaptativa face à multiplicidade de sentidos e sinais da nova estrutura de produção e administração”. Diante desta realidade, de acordo com Otília Arantes (2007), é retomada a “animação urbana”, quando a cidade só se torna protagonista se for devidamente dotada de um plano estratégico capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização. A transformação dos espaços em novas centralidades é o objetivo do plano estratégico, sendo utilizadas como ferramentas as opções culturais e de lazer como forma de apropriação dos mesmos. Ainda segundo a autora, quando se fala de cidade nos dias de hoje, fala-se cada vez menos em racionalidade, funcionalidade, zoneamento, plano diretor, e cada vez mais em requalificação. Corroborando este pensamento, João Teixeira Lopes (2007) diz que:

As políticas urbanas dominantes assumem explicitamente um caráter gerencial, legitimadas pelo discurso da competitividade da cidade tornada empresa, apresentada como condição *sine qua non* para encontrar um lugar ao sol na economia globalizada” (Lopes, 2007).

A espetacularização se dá por meio da mercantilização que, por sua vez, é fomentada pela publicidade e *marketing*, responsáveis por criarem novas imagens para as cidades a fim de fazê-las conquistar novos lugares geopolíticos na citada rede global. Essa tendência urbana contemporânea, baseada na lógica da imagem, utiliza a cidade como uma mercadoria e chega a forjar um produto, com características ideais, para ser consumido por um público internacional. De acordo com Fernanda Sánchez (2001), no que tange o campo das imagens é necessário: i) o desvendamento da construção de relações entre comunicação, poder e imagem; ii) a mercantilização da imagem da cidade e a circulação dos discursos das cidades-modelo; iii) as estratégias de difusão de imagens em múltiplas; iv) a inscrição de filtros sociais e espaciais na organização da imagem da cidade; v) as práticas materiais e os valores que pressionam para a atualização das imagens; e vi) a emergência de leituras e imagens alternativas.

As práticas ideológicas que produzem um objeto a partir do discurso e da imagem fazem com que a produção de um objeto material pertencente à cidade esteja diretamente relacionado com a produção de consumo deste objeto, tornando



este simbolismo parte da realidade social. Tal situação é criticada e indagada por Jacques da seguinte forma:

O que se vende internacionalmente é, sobretudo, a imagem de marca da cidade e, paradoxalmente, essas imagens de marca de cidades distintas, com culturas distintas, se parecem cada vez mais. Haveria, então, um padrão internacional de imagem de cidade? Um consenso mundial sobre um modelo de criar imagens, logotipos urbanos, ou ainda, de se vender cidades? Ou estaríamos diante de um tipo de 'internacionalismo do particularismo'? (JACQUES, *op. cit.*, p. 33).

A “espetacularização das cidades” está associada, na maioria das vezes, à criação ou adaptação de estruturas arquitetônicas que se transformam em marcos referenciais para a cidade visando ao desenvolvimento de atividades culturais. Museus e centros culturais são construídos e/ou acomodados em marcos históricos, passando a ser o cartão de visita e o ingresso das cidades na tão almejada rede cultural global.

Neste contexto, a instituição jurídica do tombamento acaba por funcionar como um estímulo para a “renovação urbana”. No entanto, a preservação que deveria assumir um caráter educativo e social passa a ter uma função econômica e os bens culturais se tornam grandes cenários de um espetáculo ao qual a grande maioria da população não tem acesso. Devemos pensar também que essa publicização de uma parte da cidade em detrimento das outras regiões serve como um mascaramento para a verdadeira face que se mostra feia diante da falta de educação e da miséria. David Harvey (1996), ao se referir às cidades ajustadas à ordem econômica contemporânea, também as denominou por mercadorias, além de atribuir o termo “empresariamento urbano” às iniciativas tratadas aqui como “espetacularização”. Outro viés associado a este tema e que merece nota é o estabelecimento das parcerias entre o poder público e as empresas privadas para a criação e/ou manutenção dos espaços culturais, também conhecidas como parcerias público-privadas.

A “cidade espetáculo” contemporânea está estreitamente ligada ao patrimônio cultural, sobretudo ao arquitetônico, utilizando-o para sua promoção e propaganda em escala mundial e visando tornar-se um marco referencial. Para Evelyn Furquim Werneck Lima<sup>10</sup>:

No processo de museificação das cidades globalizadas há uma tendência em se criar grandes espaços expositivos, não apenas pelos mega projetos de arquitetura, onde as artes plásticas operam no sentido da revitalização. É também comum a

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.046/601>. Acesso em: 04 fev. 2016.

valorização dos acervos dos museus através de sua contínua circulação, em superfícies cada vez maiores, implicando também em alterações na sistemática das exposições, ao prever a intensa circulação de exposições concebidas para se viabilizarem financeiramente através de circuitos internacionais. (LIMA, 2004, s/p)

É fato que a arquitetura e o urbanismo têm o poder de concretizar as representações e esta característica, atualmente, vem sendo muito trabalhada e utilizada pelos planejadores e outros profissionais na renovação urbana. Ao utilizá-los, os codificam em códigos de consumo para consumidores que irão reinterpretá-los. Percebe-se, a partir de tais características, como a representação da cidade é uma ferramenta cobiçada e disputada. Afinal, as diversas formas de representação também implicam poder, e o poder implica em dominação. Infelizmente, mais que um instrumento de alfabetização e desenvolvimento social, a cultura tem sido usada como um instrumento de desenvolvimento econômico, ao passo que devem andar juntos.

## CAPÍTULO 02

---

Figura 03 – Arquivo Público Mineiro



Fonte: <http://circuitoculturaliberdade.com.br/plus/modulos/listas/?tac=espaco&id=2#/album>

“Não quero minha casa murada por todos os lados ou minhas janelas fechadas. Eu quero que as culturas do mundo soprem sobre minha casa tão livremente quanto possível. Mas eu me recuso a ser varrido por elas”.

(Mahatma Ghandi)

## 2.0. SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL

No mundo, a complexidade do conceito patrimônio cultural, ao longo dos últimos 50 anos, têm sofrido alterações e aumentado de maneira exponencial. Neste sentido, diz-se que passou de um objeto físico, marcado pelo tempo, para uma forma de expressão de uma determinada cultura. “O patrimônio cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade é composto de todas as expressões materiais e espirituais que lhe constituem, incluindo o meio ambiente natural”. (Declaração de Caracas - 1992)<sup>11</sup>.

Do ponto de vista etimológico, a palavra patrimônio contém dois vocábulos: *pater* e *nomos*, o primeiro, do latim, relaciona-se ao chefe de família e o segundo, do grego, relaciona-se aos usos e costumes pertinentes à origem tanto de uma família quanto de uma cidade. Por outro lado, patrimônio está associado à ideia de um bem transmitido de um indivíduo para outro, considerando as variadas escalas de abordagem, o indivíduo pode ganhar o caráter de uma pessoa, uma família, uma comunidade, uma nação ou a humanidade. Assim, pode-se dizer que o patrimônio está associado ao contato permanente com as origens que fundaram uma sociedade, acompanha os distintos caracteres desta sociedade e tende a ser preservado e deixado como legado às gerações futuras.

No Brasil, a preservação do patrimônio histórico cultural ganha relevância a partir da década de 1930 quando Mário de Andrade, a pedido do então Ministro da Educação Gustavo Capanema, elabora um anteprojeto que dá origem ao Decreto nº. 25, de 1937, que, dentre outras coisas, organiza o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>12</sup>. Em seu anteprojeto Mário de Andrade defendia que o patrimônio compreendia, além dos bens materiais, a arte popular e a arte ameríndia, chegando a citar textualmente a música, os contos, as lendas, a medicina, as danças, assim como, o vocabulário, as magias, a culinária, etc. Mário de Andrade atestava o valor do patrimônio histórico como forma de se construir uma identidade nacional. Na sua concepção, somente o conhecimento da nossa cultura, com suas múltiplas faces, daria ao Brasil condições de inserir-se no concerto das nações e

---

<sup>11</sup> In Cadernos de Sociomuseologia, Nº 15, p. 254, 1999. Disponível em: <<http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/07/declaracao-de-caracas.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

<sup>12</sup> SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional criado em 1937 e em 1970 dá lugar ao atual IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

esse trabalho deveria iniciar-se juntamente com o processo de escolarização. Dizia ele: “Não basta ensinar o analfabeto a ler. É preciso dar-lhe contemporaneamente o elemento em que possa exercer a faculdade que adquiriu. Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização”.

Nos últimos anos, diante de uma consciência preservacionista cada vez maior em nosso país, tornou-se consenso, sobretudo entre os educadores, a necessidade da inclusão da temática ambiental nas escolas. A Constituição Brasileira estabelece:

**Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

**§ 1º** - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

**VI** - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; (Constituição Federal Brasileira, 1988)

Embora a lei trate a concepção de meio ambiente de maneira global, temos visto que a grande maioria dos programas de educação ambiental trata de forma omissa o assunto no tocante à dimensão socioeconômica e cultural, na qual se insere a discussão relativa à preservação do patrimônio cultural.

O primeiro instrumento legal existente no país que tratou sobre o patrimônio cultural foi o Decreto-lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937 que definia o termo da seguinte forma:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Artigo Nº 25, 1937)

Com a promulgação da Constituição de 1988 o assunto passou a ser tratado de maneira diferenciada ganhando nova conceituação e dimensão, assim, a “Carta Magna” do Brasil reconhece o patrimônio cultural e o define da seguinte forma:

**Art. 216** – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (I) as formas de expressão; (II) os modos de criar, fazer e viver; (III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; (IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; (V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Constituição Federal Brasileira, 1988)

Notadamente, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou significativamente o conceito de patrimônio, até então estabelecido pelo Decreto-lei Nº 25, de 1937. Ao substituir a denominação de patrimônio histórico e artístico por

patrimônio cultural, a legislação faz referências explícitas aos bens de natureza imaterial e evidencia de forma dilatada como passou a ser tratado o conceito de patrimônio no Brasil. Além do mais, a Constituição estabelece a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, contudo, continua mantendo a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob a responsabilidade da administração pública. É neste contexto que, conforme dito anteriormente, tem-se ampliado a reflexão sobre o assunto, assim como, tem-se feito uso de um instrumento poderoso, a educação patrimonial, responsável pela sensibilização para a preservação embasada no respeito aos valores sociais e éticos.

Desta forma, sob o ponto de vista da legislação, sem dúvida, houve um progresso significativo no que tange a preservação do patrimônio cultural brasileiro e isso foi feito de forma pragmática, pois, percebe-se que não se garante a continuidade temporal de um patrimônio apenas por meio de um decreto, mas, sobretudo, pelo envolvimento dos diversos atores e pelo reconhecimento da sociedade. Conforme nos alertou Aloísio Magalhães (1997)<sup>13</sup>, **“a sociedade é a melhor guardiã de seu patrimônio”**.

O patrimônio cultural brasileiro não se resume aos objetos históricos e artísticos, aos monumentos representativos da memória nacional ou aos centros históricos já consagrados e protegidos pelas instituições governamentais responsáveis pela proteção. De acordo com a definição encontrada no *site* do IPHAN:

O patrimônio cultural é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma comunidade. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, nas casas, nas danças e músicas, nas artes, nos museus e escolas, igrejas e praças. Nos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros, na poesia, nas brincadeiras, nos cultos religiosos. Ele faz parte do cotidiano e estabelece as identidades que determinam os valores de um povo. São considerados Patrimônio Cultural - definidos por lei - os monumentos, conjuntos e lugares notáveis. Monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais; elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições de valor excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (IPHAN, s/d)

<sup>13</sup> Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães (1927/1982), foi designer, artista plástico, secretário de cultura do Ministério da Educação e da Cultura (MEC) e diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Assim, pode-se dizer, de maneira sucinta e despretensiosa, que patrimônio cultural é o conjunto de bens materiais e/ou imateriais, que contam a história de um povo e por meio desse patrimônio cultural é possível conscientizar os indivíduos, proporcionando aos mesmos a aquisição de conhecimentos, assim como, à sensação de pertencimento.

## **2.1. Apontamentos Históricos: da antiguidade à contemporaneidade**

O que compreendemos por patrimônio na atualidade já foi visto de forma diversa ao longo do tempo. Considerando como início da trajetória a Antiguidade Clássica e indo até o período da Renascença, os bens patrimoniais, neste espaço de tempo, estavam relacionados às lembranças das civilizações consideradas superiores e eram vistos como “amuletos” ou peças de coleção. Assim, na Antiguidade não havia a noção de patrimônio enquanto bem de interesse coletivo que deveria ser preservado como legado para as gerações futuras. Segundo Hartog (2001: p. 18): “(...) a história, claramente se preocupava mais com o presente do que com o passado”. Da mesma forma, não se pode considerar que existia, naquela época, uma orientação do trabalho voltada àquilo que chamamos de originalidade artística. Conforme salienta Gombrich (1999: p. 68): se “aceitarmos que arte significa o exercício de atividades tais como a edificação de templos e casas, a realização de pinturas e esculturas, ou a tessitura de padrões, nenhum povo existe no mundo sem arte”, contudo, a atitude dos antepassados em relação a esses objetos se dava sob um ponto de vista utilitário, eram objetos que tinham função definida e não obras de arte ou patrimônio como entendemos hoje.

Os gregos, por exemplo, transmitiam o seu passado de geração em geração através de narrativas e poesias – o que chamamos hoje de tradição oral. A investigação sobre temas como genealogia, fundação de cidades, festas, rituais, leis, costumes ficava confinada num universo denominado de arqueologia, que não era como a ciência que conhecemos atualmente.

No Império Romano e na Ásia Menor já havia colecionadores de antiguidades, particularmente dos objetos de arte da Grécia Antiga. Os Atálidas<sup>14</sup>,

---

<sup>14</sup> A Dinastia Atálida foi uma linhagem grega que governou na cidade de Pérgamo após a morte de Lisímaco da Trácia - um dos generais e sucessores de Alexandre o Grande. Um dos oficiais de Lisímaco, Filetero, ficou com o poder na cidade em 282 a.C.. Seus descendentes, os Atálidas

por exemplo, são citados como os pioneiros por terem adquirido objetos gregos, baseados em critérios estéticos, para constituir uma coleção, mas esses objetos não eram investidos de valor histórico e nem havia a preocupação de serem preservados para o futuro. Eram admirados por pertencerem a uma civilização superior e não constituíam uma base da identidade de quem os colecionava (CHOAY, 2006).

Pode-se dizer que obras realizadas pelos homens veem sendo preservadas desde a Antiguidade Clássica. Na Roma Antiga os edifícios recebiam o nome de *monumentum*, possuíam um caráter mais celebrativo e sua finalidade era evocar e transmitir a memória de eventos ou personagens notáveis (MENICONI, 1998). Quando haviam “conservações” ou “restaurações” não se tinha a preocupação em preservar a matéria herdada e o que se fazia eram verdadeiras reconstruções, demonstrando a não preocupação com o que hoje chamamos de valor documental<sup>15</sup>. Curioso é o caso do Panteão<sup>16</sup>, edificação romana que se encontra ainda preservada, as mudanças de uso e significados que adquiriu ao longo dos diversos períodos históricos nunca lhe tiraram seu caráter essencial como monumento.

No período medieval, destaca-se o fato de ter havido muitas adaptações de uso, ou seja, várias edificações romanas remanescentes foram transformadas em edifícios religiosos. É provável que na Idade Média tenham sido adaptadas mais edificações a usos novos que em qualquer outro período anterior, mas isto está relacionado às condições econômicas desfavoráveis e não às posturas

---

posteriores, governariam a cidade, convertida em reino. Átalo I proclamou-se rei na década de 230 a.C., após as suas vitórias sobre os Gálatas. Os Atálidas reinaram Pérgamo até 133 a.C. quando Átalo III entrega o reino à República Romana. Disponível em: <http://osatalidas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2015.

<sup>15</sup> “O valor documental está expresso na construção propriamente dita, que mesmo vazia e sem uso ainda guarda a sua originalidade. Esse atributo valorativo também perdura em qualquer situação relativa aos modos de ocupação do imóvel cuja preservação é estudada. Os juízos de valor podem cogitar, inclusive, além da própria originalidade quando as indagações se prendem às questões alheias a programas ou funções do edifício; quando são estudadas e analisadas características técnico-construtivas. Neste caso, até a ruína tem o seu valor documental”. LEMOS, C. A. S. Originalidade, autenticidade, identidade, valor documental. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/260>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

<sup>16</sup> O Panteão romano, construído por Agrippa, em 27 a.C., foi consumido por um incêndio e reconstruído por Adriano, em 124 d.C., que ampliou a área da construção, introduziu novos elementos e uma nova linguagem, mantendo apenas o local e a destinação da construção original. No entanto, no frontão da nova edificação, pode-se ler uma inscrição que remete a Agrippa, ou seja, à construção original que havia deixado de existir após as obras de Adriano. Mais tarde, o Panteão foi transformado em templo católico. A questão de ter sido uma das únicas edificações romanas que chegou íntegra até os dias de hoje se deve ao fato de ter tido uma utilização permanente. Ver: DOURADO, O. Preservação: a ética das intervenções. In. Seminário Internacional de Preservação: a ética das intervenções, Belo Horizonte, IEPHA, 1998.



preservacionistas. Deve-se ressaltar ainda que neste período houve um grande esforço, realizado por ordens religiosas, na preservação de documentos.

Assim, desde Roma até o século XVIII houve uma crescente preocupação com os monumentos, entretanto, a partir da hegemonia do cristianismo na Europa, início do século XV, os papas passaram a se preocupar com o patrimônio cultural condenando a destruição dos monumentos, tal postura deu origem a uma preservação dotada de medidas protetivas e restauradoras (CHOAY, *op. cit.*).

Historicamente, a discussão em torno do tema patrimônio surge na Europa Renascentista, mais especificamente no *Quattrocento*, quando se começa a reflexão sobre a concepção linear do tempo e passa-se a acreditar na ideia de progresso. Estabelecendo uma comparação entre os valores do seu tempo e da época clássica, os pensadores humanistas se conscientizaram da diferença entre os dois períodos e estabeleceram o distanciamento entre o passado e o presente, sendo este último entendido como uma continuidade do primeiro (FONSECA, 2008). Atribui-se a Francesco Petrarca (1304/1374), intelectual e poeta italiano, a concepção e formulação da ideia fundamental que elaborou a dimensão do tempo passado e presente na história. Os estudiosos humanistas começaram a escavar, a medir e a identificar os remanescentes materiais da civilização romana e assim, o passado ganhou uma identidade própria passando a ser analisado como um objeto e os monumentos ganharam, enquanto elementos concretos de uma ação, um caráter de testemunhos desse passado, ou seja, adquiriram um valor documental, histórico e didático. As ideias políticas e filosóficas iluministas institucionalizaram a preservação do patrimônio cultural que se transformou numa arma política poderosa (CHOAY, *op. cit.*).

Encontramos um bom exemplo na Revolução Francesa que, num primeiro momento, seguindo os modelos agressivos das outras revoluções históricas destruiu os elementos que fossem representativos da ideologia anterior, então repudiada. As ações de vandalismo se tornaram uma prática constante até que surge uma corrente protetora dos bens associados ao antigo regime argumentando que apesar de simbolizarem ideias recusadas naquele tempo, os monumentos deveriam ser encarados como testemunhos históricos. Com tal iniciativa, preservando os importantes monumentos associados ao clero e aos aristocratas, os valores do novo sistema de governo - República Democrática - são reforçados e os monumentos passam a funcionar como fundamentação para a identidade da estrutura social

vigente ganhando, com isso, um valor nacional (FONSECA, *op. cit.*). Malgrado transcorridos mais de duzentos anos, a maneira de manifestar o descontentamento e a insatisfação para muitos indivíduos ainda continua sendo, infelizmente, o vandalismo com relação ao patrimônio.

Na transição do século XIX para o século XX a postura do Estado foi questionada, com relação às práticas de preservação até então adotadas, devido sua ineficiência diante dos interesses e influências mercadológicas. Desta forma, o século XX ficou caracterizado pelo valor econômico do patrimônio que se tornou o grande trunfo das políticas de preservação. Entretanto, conforme destaca Françoise Choay (*op. cit.*), durante os anos de 1930 ocorreram em Atenas duas conferências internacionais de interesse para a discussão do patrimônio cultural e da cidade. A primeira, datada de 1931, abordou, pela primeira vez em conferência internacional, a questão da preservação dos monumentos históricos e dos problemas das cidades antigas. A segunda, realizada em 1933, tratou da promoção do “novo”, tanto arquitetura quanto urbanismo fizeram “tábula rasa” do passado, neste sentido a conferência propôs: Não se devia demolir edifícios ou conjuntos arquitetônicos remanescentes de culturas passadas, i) quando eram realmente representativos de sua época, e como tais, podiam ser de interesse geral e servir para a educação do povo; ii) quando sua existência não comprometia as condições de saúde da população que vivia na vizinhança; iii) quando a presença ou a situação desses velhos quarteirões não interferisse com o traçado das principais artérias do tráfego urbano, nem prejudicasse de alguma sorte o crescimento orgânico da cidade. (CARTA DE ATENAS, 1933)<sup>17</sup>. O resultado desta postura é bastante conhecido, basta rever as várias intervenções urbanas realizadas sob estes princípios, em várias cidades ao redor do mundo, cujos resultados podem ser sintetizados pelo termo: “política do arrasa quarteirões”. Para a autora:

---

<sup>17</sup> “A Carta de Atenas reuniu as conclusões e propostas básicas de um grupo de arquitetos e urbanistas progressistas que participaram do 4º. CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Definindo as quatro funções básicas do homem como habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito (além da preservação de monumentos históricos), a Carta de Atenas propunha o zoneamento da cidade segundo essas quatro funções principais, aprofundando assim o zoneamento urbano que já era incipiente. No limite, estruturas urbanas rigidamente organizadas, como aquela proposta para Brasília, espelhariam a ordem ideal para o *habitat* humano”. Esta referência foi extraída do texto intitulado: As Teorias Urbanas e o Planejamento Urbano no Brasil de Roberto Luís Monte-Mór (s/d). Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT2308201001849.PDF>. Acesso em: 06 jan. 2016.

(as) duas conferências de Atenas oferecem o paradigma de uma ambivalência que tem caracterizado nossa época desde a Primeira e, sobretudo, da Segunda Guerra Mundial período durante o qual se tem destruído e conservado numa escala sem precedente. (CHOAY, *op. cit.*: p. 97)

A partir deste momento, o patrimônio vai conhecer novas teorizações e entendimentos nas quais o conceito de memória será cada vez mais associado ao assunto, assim como, diferentes definições vão surgir para além do hereditário e do genético, aparecendo os conceitos cultural, histórico e natural. Esta evolução do conceito desenvolve nas sociedades, nas palavras de Michel Lacroix, um “poderoso movimento em favor da salvaguarda, que se esforça por contrariar as forças da destruição, da negligência e da modernização excessiva (...) num mundo cuja fragilidade é extrema” (LACROIX, 1997, p.12). Este medo da fragilidade e da consequente perda leva à evolução dos critérios, de monumentos isolados passa-se ao entendimento do conjunto, de bens culturais a sítios e de uma dimensão material a uma dimensão imaterial.

É também neste período, sob os auspícios da salvaguarda que surgiram e desenvolveram-se instituições de proteção e salvaguarda como: a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1945, o Conselho Internacional de Museus (ICOM - *Internacional Council of Museums*), em 1946, o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro dos Bens Culturais (ICCROM - *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*), em 1959, o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS - *Internacional Council of Monuments and Sites*), em 1965 e, no caso do Brasil, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT), em 1968 e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), em 1971, entre outras. Concomitantemente, surge uma numerosa quantidade de cartas, convenções e declarações que abrangem as mais recentes noções de patrimônio, estipulando diretrizes na forma da sua preservação e dinamização.

Na atualidade, nota-se diferentes posturas acerca do patrimônio e assiste-se a discursos, mais ou menos, paternalistas. Assim, conclui-se que a noção de patrimônio, na contemporaneidade, é ampla possui muitos significados e conforme salienta Choay (*op. cit.*: p. 11), a “transferência semântica sofrida pela palavra

assinala a opacidade da coisa”. Ao utilizar-se do verbo concluir, não se propõe aqui, de maneira alguma, definir patrimônio, pois, compreendendo a instabilidade da sociedade na qual se vive, adotar uma postura definitiva seria ingênuo e obsoleto. O que se pretende é ficar consciente dos contornos do termo e das mudanças que sofreu e, certamente, continuará sofrendo daqui para frente.

Além disso, se torna importante dizer que na contemporaneidade, com o desenvolvimento de novas técnicas de conservação, com a introdução do conceito de sustentabilidade e com a democratização do saber, também foi colocado em discussão o valor econômico do patrimônio cultural proporcionado pelo turismo. Para exemplificar basta lembrar a recente eleição das “Novas Sete Maravilhas do Mundo”, um evento de escala planetária fundado por Bernard Weber que envolveu a eleição pela *internet*, por meio de voto popular, de 07 entre 21 monumentos que supostamente representam a humanidade. Curiosamente, 04 desses monumentos encontram-se nos países mais populosos do mundo e, ironicamente, a Europa teve apenas 01 monumento nessa lista apesar de toda a sua história. Convenientemente, o Cristo Redentor, construído entre 1931 e 1936 como homenagem ao cristianismo e à hospitalidade do povo brasileiro, foi considerado com maior valor patrimonial do que a Acrópole de Atenas (Grécia)<sup>18</sup>, a Basílica de Santa Sofia (Turquia)<sup>19</sup> e até mesmo do que as Pirâmides de Gizé (Egito)<sup>20</sup>. Contudo, pode-se associar sua valorização pelo conjunto único que forma com a paisagem. Outro exemplo relevante com relação à mercantilização do patrimônio no cenário contemporâneo é o da China, o país possui um total de 35 bens na lista de patrimônio mundial entre paisagens e monumentos. Caso não se soubesse das tradições culturais chinesas que priorizam as questões espirituais em detrimento das materiais, até se acreditaria em coincidência, no entanto, a crescente valorização do patrimônio construído naquele país vai ao encontro do crescente desenvolvimento da sua indústria turística cultural (FONSECA, *op. cit.*).

---

<sup>18</sup> Acrópole é a parte da cidade construída nas partes mais altas do relevo da região. A posição tem tanto valor simbólico, elevar e enobrecer os valores humanos, como estratégico, pois dali podia ser melhor defendida. Era na acrópole das diversas cidades que se construíam as estruturas mais nobres, tais como os templos e os palácios dos governantes. A acrópole grega original de Atenas ficou famosa pela construção do Parthenon, suntuoso templo em honra à deusa Atena.

<sup>19</sup> A Basílica de Santa Sofia, também conhecida como “Hagia Sophia” que significa “Sagrada Sabedoria” é um imponente edifício construído entre 532 e 537 pelo Império Bizantino para ser a catedral de Constantinopla, atualmente Istambul, na Turquia.

<sup>20</sup> Necrópole de Gizé também chamada de Pirâmides de Gizé, Guizé ou Guiza, é um sítio arqueológico localizado no planalto de Gizé, nos arredores do Cairo, Egito.

O propósito, para elucidar a crítica, não se trata aqui de atribuir maior ou menor valor a este ou àquele patrimônio, mas tão somente destacar que as chamadas “economias em desenvolvimento” viram nesta eleição uma grande oportunidade para a sua afirmação econômica, assim como, para a promoção do turismo cultural. Prova disto podia ser encontrada no *site* do Ministério da Cultura<sup>21</sup> do governo brasileiro que dizia: “Ele (Cristo Redentor) é uma maravilha, a eleição do monumento poderá representar uma injeção anual de US\$ 89,43 milhões na economia do Rio, com o aumento da chegada de turistas estrangeiros e (...) prevê a criação de cerca de 80 mil novos empregos”. Mais do que questões de ordem patrimonial o que se percebe nesta postura são as razões de ordem econômica. Apesar do que foi exposto, destaca-se que contrária a esta eleição esteve a UNESCO por considerar danoso este tipo de abordagem para o patrimônio, tanto pelo processo avaliativo como pela sobrecarga de turistas aos locais mais votados. O patrimônio cultural, na atualidade, tem sido entendido por parte da sociedade, em especial pela classe política, como um gerador de valores monetários encorpados provenientes de um ramo supostamente instruído da população que vê no turismo cultural uma forma de prestígio. Ir à Atenas e ser fotografado ao lado do *Parthenon*<sup>22</sup> é quase que uma obrigatoriedade, contudo, quantos dos turistas que assim o fazem compreendem o verdadeiro significado desse bem cultural? O bem cultural parece transmitir apenas sua forma e uma imagem criada para preencher o imaginário de cada um, perdendo a sua capacidade comunicativa de uma mensagem dos nossos antepassados ou, conforme define Choay, o “passado chama a atenção, interpela no instante, trocando o seu antigo estatuto de signo pelo de sinal” (CHOAY, *op. cit.*).

Sem dúvida, o patrimônio é um tema que está no cotidiano das pessoas, merece ser discutido e está longe de ser acomodado, muito pelo contrário, está em constante ampliação. Para Leonardo Castriota (2009), aos critérios estilísticos e históricos se juntam a preocupação com o entorno, ambiência e o significado que a comunidade confere ao bem patrimonial. De acordo com José Reginaldo Santos Gonçalves (1996, p.11-12) o “patrimônio cultural” no Brasil é uma modalidade

---

<sup>21</sup> MINISTÉRIO DA CULTURA DO BRASIL- Cristo Redentor – Maravilha Brasileira (15/06/2007) Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias\\_do\\_minc/index.php?p=27315&more=1](http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=27315&more=1)>. Acesso em: 16 nov. 2007.

<sup>22</sup> O Parthenon ou Partenão foi um templo da deusa grega Atena, construído no século V a.C. na acrópole de Atenas. É o mais conhecido dos edifícios remanescentes da Grécia Antiga.

discursiva de “narrativas nacionais” com o propósito de construir memória e identidade. Para Martins (2004) o patrimônio cultural é:

(...) uma das maiores (mas, ao mesmo tempo, mais tortuosas) invenções da contemporaneidade ocidental, sendo, provavelmente, uma das suas mais relevantes criações propagadas à escala mundial e de instrumentalização de propagação por todos os países do ideário de uma determinada ocidentalidade”. (MARTINS, *op. cit.*: p.115)

Desta forma, tornou-se num fenômeno de massas, de matriz democrática que tem sido visto como “culto”, segundo Choay (*op. cit.*) ou como uma “neurose contemporânea”, segundo Jorge (2004). Por sua vez, Clerton Martins (2006, p.45) acredita que o patrimônio “é uma consequência da percepção do homem e seu valor, no contexto no qual está inserido”, assim, a falta de informação da população sobre a valorização do patrimônio cultural têm consequências que refletem nos sujeitos enquanto povo, assim como, enquanto memória.

Assim, ao se tomar o patrimônio cultural como objeto para este estudo o fazemos por acreditar que, de maneira geral, pensar e agir sobre o patrimônio cultural é, sem dúvida, um fazer científico na medida em que estudar, conservar, restaurar, preservar, tomba, patrimonializar, entre outras ações, dependem da atuação e do trabalho, na maioria das vezes, de distintas ciências. Além do que, conforme destaca Arlêude Bortolozzi (2008, s/p): “discutir patrimônio cultural pode significar uma abertura de caminhos e possibilidades de reconstrução das cidades através de políticas de reorganização do espaço urbano, que valorizem a cidadania”.

Neste sentido, a contribuição da Ciência Geográfica revela-se fundamental, sobretudo, pelo diálogo que pode ser construído entre o território urbano e o patrimônio cultural visando o maior conhecimento da complexidade inerente às cidades contemporâneas. Estudos sobre o território urbano demandam uma compreensão ampla e vislumbram a possibilidade de um diálogo que aproxime saberes provenientes de diferentes campos do conhecimento, em uma fala compreensível aos diversos interlocutores que tratam do tema.

De acordo com Edgar Morin, na realidade global não cabe o isolamento da contextualização do conhecimento, que vai muito além da integração de conteúdos:

(...) a inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional. (MORIN, 2000, p. 43)

Essa possibilidade de cooperação mediada pela linguagem se baseia na superação da compartimentalização de saberes e contribui para o aperfeiçoamento

dos discursos que conforme afirma Japiassú (1976, p. 118), só há a dita interdisciplinaridade quando, além da informação recíproca, houver também um confronto da totalidade das disciplinas cooperantes, “na qual cada uma se arrisca e se modifica pela outra”.

## **2.2. Conceitos Básicos**

Ao referenciar o patrimônio cultural torna-se difícil dissociá-lo das expressões cultura e memória que, por sua vez, remetem diretamente à identidade de um determinado povo. Conforme nos mostra Marília Machado Rangel:

A cultura e a memória de um povo são os principais fatores de sua coesão e identidade, os responsáveis pelos liames que unem as pessoas em torno de uma noção comum de compartilhamento e identidade, noção básica para o senso de cidadania. (RANGEL, 2002: p. 22)

A partir deste ponto, se definir os contornos do termo patrimônio cultural se apresenta como um trabalho complexo, não há nenhuma dúvida que explicitar os conceitos inerentes a ele tais como: cultura, memória, identidade e pertencimento, apresenta-se como uma tarefa complexa e demasiado extensa, no entanto, não há como prosseguir sem ao menos tratar as delimitações de tais conceitos. Tratá-los de forma a estabelecer limites não implica em assumir uma postura redutora ou simplista, mas sim, contextualizá-los com o que se propõe neste estudo. Desta maneira, nos interessa refletir sobre as peculiaridades e as interrelações destes conceitos e, para tanto, buscou-se nas Ciências Sociais, em especial na Antropologia e na Sociologia, o respaldo teórico conceitual necessário.

### **2.2.1. Cultura**

O conceito de cultura é tratado como um dos principais nas Ciências Humanas e tem sido objeto de reflexão de diferentes pensadores, seja na Filosofia, seja na História, ou na Antropologia. Esta última, por exemplo, se constituiu como ciência quase que exclusivamente em torno desse conceito e os antropólogos, desde o século XIX, vêm tentando definir os limites do seu saber por meio da definição de cultura. Desta forma, não há como dizer o contrário, mas, os conceitos de cultura são múltiplos e contraditórios.

A maneira mais direta e simples de se definir cultura é: cultura é tudo aquilo de material e imaterial que é produzido pelo homem, ou seja, dos seus artefatos e objetos até seus ideais e crenças.

Sabe-se que desde o final do século XVIII até o início do século XIX, utilizava-se o termo germânico *Kultur* para simbolizar os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se, principalmente, às realizações materiais de um povo. Estes dois termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832/1917), no vocábulo inglês *Culture*, que segundo o autor: “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1871, *apud* LARAIA, 2006: p. 25). Para Laraia, além de definir, claramente:

(...) todas as possibilidades de realização humana, assim como, marcar o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos. (...) Tylor procurou, além disto, demonstrar que cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois trata-se de um fenômeno natural que possui causa e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capazes de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução. (LARAIA, *op. cit.*: p. 25-30)

Transcorrido mais de um século desde a definição de Tylor e a despeito da atualidade de sua acepção, muitos são os antropólogos que veem buscando aprofundá-la na tentativa de melhor compreender o comportamento social. Entretanto, segundo Laraia (*op. cit.*):

(...) as centenas de definições formuladas após Tylor serviram mais para estabelecer uma confusão do que ampliar os limites do conceito. Tanto é que, em 1973, Geertz<sup>23</sup> escreveu que o tema mais importante da moderna teoria antropológica era o de ‘diminuir a amplitude do conceito e transformá-lo num instrumento mais especializado e mais poderoso teoricamente’. Em outras palavras, o universo conceitual tinha atingido uma dimensão que somente com um contração poderia ser novamente colocado dentro de uma perspectiva antropológica. (LARAIA, *op. cit.*: p. 27-28)

De todas as posturas adotadas na tentativa de definir cultura, surgidas pós Tylor, chama a atenção a de Franz Uri Boas<sup>24</sup> (1858/1942) que iniciou uma crítica sistemática às teorias até então vigentes, que defendiam a existência de uma hierarquia entre culturas. Tais teorias, chamadas evolucionistas pela influência da obra de Charles Darwin (1809/1882), defendiam que todas as culturas passavam pelas mesmas etapas ou estágios durante sua existência, evoluindo, progredindo

<sup>23</sup> Clifford James Geertz (1926/2006) foi um antropólogo norte americano, professor emérito da Universidade de Princeton, em *New Jersey*, nos Estados Unidos.

<sup>24</sup> Antropólogo teuto-americano um dos pioneiros da antropologia moderna que tem sido chamado pelos estudiosos da área de “Pai da Antropologia Americana”.



das mais primitivas para as mais avançadas, ao longo do tempo, sendo que o estágio mais avançado da Humanidade era o atingido pelo Ocidente, visão que deu ao etnocentrismo<sup>25</sup> *status* de ciência. Boas, no entanto, criticou esta visão afirmando que toda cultura tem sua história própria, que se desenvolve de forma particular e não pode ser julgada a partir da história de outras culturas. Desta forma, o autor usou a História para explicar a diversidade cultural da Humanidade fazendo, pela primeira vez, uma aproximação entre História e Antropologia ainda hoje bastante utilizada. É exatamente a diversidade cultural que hoje desperta tanto interesse nas mais diferentes áreas do conhecimento. Segundo Silva & Silva (2006), esta definição chegou a influenciar obras como “Casa-grande e Senzala”, de Gilberto Freyre (1900/1987) que, segundo os autores, foi discípulo de Franz Uri Boas nos Estados Unidos.

Atualmente, na Antropologia não há um consenso sobre o que é cultura, muito pelo contrário, existem vários conceitos diferentes; no entanto, existe concordância com relação a alguns pontos dessas múltiplas definições. Um desses pontos afirma que as diferenças genéticas não determinam comportamentos culturais, ou seja, cultura não é predeterminada pela natureza, da mesma forma que o meio geográfico também não determina comportamentos culturais. Assim, de acordo com Silva & Silva (*op. cit.*):

(...) toda divisão de trabalho com base no sexo ou na raça, por exemplo, é cultural e não predeterminada pela natureza. (...) quaisquer tipos de discriminações sociais feitas com base em sexo ou raça, como aqueles discursos proferidos em nossa sociedade que afirmam que determinados trabalhos não podem ser feitos por mulheres, ou que algumas atividades consideradas inferiores são exclusivamente “*trabalho de negro*”: não possuem base biológica. Mas são discursos criados para justificar a posição dominante de determinados grupos sociais. (SILVA & SILVA, *op. cit.*: p. 90)

Por sua vez, Edgar Morin (2008), propõe discutir este assunto pensando como o ser humano interage e relaciona-se com as ideias, com a sociedade e a cultura do seu tempo e como, a partir desta relação, produz e reproduz seu cabedal cultural do qual fazem parte seus conhecimentos. O autor, expõe a relação complexa entre indivíduo, sociedade e cultura e diz:

---

<sup>25</sup> “Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc.” Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/comportamento/oqueetnocentrismo.html>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

A relação entre os espíritos individuais e a cultura não é indistinta, mas, sim, hologramática e recursiva. Hologramática: a cultura está nos espíritos individuais, que estão na cultura. Recursiva: assim como os seres vivos tiram sua possibilidade de vida do seu ecossistema, o qual só existe a partir de inter-retroações entre esses seres vivos, os indivíduos só podem formar e desenvolver o seu conhecimento no seio de uma cultura, a qual só ganha vida a partir das inter-retroações cognitivas entre os indivíduos: as interações cognitivas dos indivíduos regeneram a cultura que as regenera” (MORIN, *op. cit.*: p. 24)

Além disso, Morin refere-se à cultura como um “*Grande Computador*” constituído por vários terminais individuais que são os espíritos, cérebros dos indivíduos que fazem parte da cultura do seu tempo e, conseqüentemente, sujeitos ao chamado “determinismo cultural”. Há, segundo o autor, um determinismo evidente na origem do conhecimento, assim como, em outros aspectos culturais dos seres humanos, que é chamado de “*imprinting cultural*”. Tal *imprinting* “(...) nos impõe o que se precisa conhecer, como se deve conhecer, o que não se pode conhecer. Comanda, proíbe, traça os rumos, estabelece os limites (...)” (MORIN, *op. cit.*: p. 28). Ainda referindo-se à comparação da cultura com um computador e a afirmação de que cada indivíduo é um terminal “comandado” pelo computador maior, Morin adverte: “Mesmo quando é comandado e controlado pelos diversos programas dos quais falamos, o indivíduo dispõe sempre de seu terminal pessoal” (MORIN, *op. cit.*: p. 23), ou seja, sendo o ser humano uma parte da cultura que o formou, pode romper com os determinismos impostos, isso porque há espaço para a autonomia. Nas palavras do autor: “há multiplicação das brechas e rupturas no interior das determinações culturais, possibilidade de ligar a reflexão com o confronto, possibilidade de expressão de uma ideia, mesmo desviante” (MORIN, *op. cit.*: p. 23). Segundo Morin, os espíritos desviantes são aqueles que “contra o Tabu e a Censura (...) fingiram concordar com aquilo em que não acreditavam para salvar aquilo em que acreditavam” (MORIN, *op. cit.*: p. 37) e podem ser entendidos como sujeitos que “não obedeceram ao determinismo cultural, mas surgiram nas brechas abertas, ou que abriram no determinismo” (MORIN, *op. cit.*: p. 63). O autor nos conclama a romper com os determinismos, por exemplo o do conhecimento, adotando um ponto de vista crítico, criterioso e contextualizado, pois, somente com essa postura podemos situar o conhecimento:

01) (...) histórica, sociológica, cultural e epistemologicamente; 02) reconhecer os seus princípios e critérios de verdade e de erro; 03) enfrentar a complexidade de sua problemática em vez de escamoteá-la na concepção inepta de um determinismo trivial, imposto por uma sociedade trivial a um conhecimento trivial. (MORIN, *op. cit.*: p. 116)

“As coisas do espírito”<sup>26</sup>, segundo Morin, possuem vida própria e funcionam numa dinâmica própria de fazer, desfazer e refazer que são determinantes nas sociedades em relação à vida das pessoas, mas as pessoas precisam ter autonomia, mesmo que relativa, para contestá-las e provocá-las. Sintetizando a riquíssima explanação deste autor temos:

A cultura mantém a identidade humana naquilo que tem de específico, (...) mantêm as identidades sociais naquilo que têm de específico, (...) são aparentemente fechadas em si mesmas para salvaguardar sua identidade singular. Mas, na realidade, são também abertas: integram nelas não somente os saberes e técnicas, mas também ideias, costumes, alimentos, indivíduos vindos de fora. (MORIN, *op. cit.*: p. 126)

Outra maneira de definir cultura, digna de destaque, é a que lhe dá o significado como o ato de educar. Nesta perspectiva, cultura é tudo aquilo que uma sociedade ensina aos seus descendentes procurando garantir sua sobrevivência. Para o estudioso Alfredo Bosi (1996):

(...) cultura, assim como culto e colonização, viria do verbo latino colo, que significa eu ocupo a terra. Cultura, dessa forma, seria o futuro de tal verbo, significando o que se vai trabalhar, o que se quer cultivar, e não apenas em termos de agricultura, mas também de transmissão de valores e conhecimento para as próximas gerações. Nesse sentido, (...) cultura é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. Mas para haver cultura é preciso antes que exista também uma consciência coletiva que, a partir da vida cotidiana, elabore os planos para o futuro da comunidade. (BOSI, *op. cit.*: p. 91)

A partir desta concepção pode-se concluir que a cultura envolve todo o cotidiano dos indivíduos e que os seres humanos vivem em sociedade devido à cultura, da mesma forma que, toda sociedade possui cultura. Nas palavras dos autores:

A função da cultura, dessa forma, é, entre outras coisas, permitir a adaptação do indivíduo ao meio social e natural em que vive. E é por meio da herança cultural que os indivíduos podem se comunicar uns com os outros, não apenas por meio da linguagem, mas também por formas de comportamento. Isso significa que as pessoas compreendem quais os sentimentos e as intenções das outras porque conhecem as regras culturais de comportamento em sua sociedade. (SILVA & SILVA, *op. cit.*: p. 92)

Neste sentido, atitudes e gestos de indivíduos podem indicar tanto entendimento, quando quem os interpreta possui os mesmos códigos culturais, quanto desentendimento, quando quem os interpreta possui códigos culturais diferentes, ou seja, uma determinada roupa pode ser considerada normal para um certo grupo de indivíduos e ao mesmo tempo ser considerada rude e agressiva para

---

<sup>26</sup> As “coisas do espírito”, para Morin, são como o conjunto de tradições, mitos, ritos, religiões e religiosidades, ideologias, etc., que também podemos chamar de “construções intelectuais dos indivíduos e das sociedades”.

outro grupo. O que acontece a partir do contato destes grupos é o que se chama de choque cultural. Após o choque cultural pode haver transformações em ambos os grupos ou, na pior das hipóteses, pode haver um conflito. Basta ver a atual relação que existe entre cultura islâmica e cultura ocidental.

Além do mais, é conveniente lembrar que cada cultura tem sua própria estrutura e que todas elas são dinâmicas e mutáveis. Para Silva & Silva (*op. cit.*):

Assim, não é possível falarmos de povos sem história, porque tal fenômeno significaria a existência de uma cultura que não passasse por transformações ao longo do tempo, algo que hoje tanto a História quanto a Antropologia refutam veementemente. Também a noção de culturas 'atrasadas' é obsoleta, pois para considerarmos uma cultura atrasada teríamos de julgá-la segundo o parâmetro de 'adiantamento' de outras sociedades, o que não é possível. (SILVA & SILVA, *op. cit.*: p. 92)

Outra questão relevante a se considerar é que no mundo contemporâneo não existe mais cultura enclausurada, as sociedades estão em constante interação realizando trocas e influências culturais mútuas, por isso mesmo, "se todas as culturas são dinâmicas e mudam ao longo do tempo, todas as sociedades são também históricas, independentemente de serem tribos, bandos de caçadores-coletores ou grandes Estados" (SILVA & SILVA, *op. cit.*: p. 92).

O outro sentido dado à cultura é aquele que a define como produção artística e intelectual. Neste caso, tal postura nos possibilita falar em cultura erudita, cultura popular, cultura de massa, entre outras. Estas expressões definem a produção intelectual de determinados grupos sociais como práticas sociais e processos comunicativos híbridos e complexos, que promovem a integração de múltiplos sistemas simbólicos de diversas procedências.

Por fim, porém não menos importante, é o fato de compreender a cultura como uma dimensão do processo social e, conseqüentemente, associada às relações de poder. Nas palavras de José Luiz dos Santos:

Lembrem-se que elas (culturas) se consolidaram junto com o processo de formação de nações modernas dominadas por uma classe social; junto ainda com uma marcada expansão de mercados das principais potências europeias, acompanhando o desenvolvimento industrial do século passado. (...) As preocupações com cultura surgiram assim associadas tanto ao progresso da sociedade e do conhecimento quanto a novas formas de dominação. (SANTOS, 1997, p. 81)

Por sua vez, Olga Rodrigues de Moraes von Sinson (2003), em seu artigo intitulado: “Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento”, ao fazer referência a Yuri Lotman<sup>27</sup> afirma que “cultura é memória” uma vez que:

(...) é a cultura de uma sociedade que fornece os filtros através dos quais os indivíduos que nela vivem podem exercer o seu poder de seleção, realizando as escolhas que determinam aquilo que será descartado e aquilo que precisa ser guardado ou retido pela memória, porque, sendo operacional, poderá servir como experiência válida ou informação importante para decisões futuras.

Sem dúvida alguma, cultura constitui um conceito que se presta às mais diversas definições, demonstrando a complexidade que envolve este assunto. Para apreender os traços que caracterizam as suas variadas acepções é preciso acompanhar a dinâmica da transformação dessa expressão ao longo dos estudos voltados para esse campo. Ao mesmo tempo, tal condição apresenta-se como uma poderosa ferramenta, sobretudo para os educadores, no sentido de estudar os conceitos que dela se desdobram, além de permitir trabalhar os elementos que caracterizam as culturas e as suas diversidades e, principalmente, combater os preconceitos inerentes ao etnocentrismo e a estagnação do determinismo.

Em suma, utilizando das palavras de José Paulo Paes (s/d)<sup>28</sup>: “Cultura não é o que entra pelos olhos e ouvidos, mas o que modifica o jeito de olhar e ouvir”.

### 2.2.2. Memória

A palavra memória origina-se do grego “*mnemis*” ou do latim, “*memoria*”, em ambos os casos a palavra significa reter e conservar o passado. A palavra também permite referir-se à lembrança que se tem de algo que já tenha ocorrido e à exposição de fatos, dados ou motivos que dizem respeito a um determinado assunto. Quando no plural, dá-se o nome de memórias a um escrito narrativo em que são compilados fatos a que o autor assistiu ou participou. Por outro lado, também pode-se chamar de memória a um monumento comemorativo, pois ao longo da história, foram mandados construir monumentos e/ou edifícios em memória de pessoas que se sacrificaram e perderam a vida em nome da pátria, por exemplo. É um termo que está presente e é utilizado por várias ciências sendo, principalmente, absorvido pelas novas correntes historiográficas.

<sup>27</sup> Yuri Mikhailovich Lotman foi um acadêmico semioticista, historiador cultural e fundador da escola de semiótica cultural em Tartu (Estônia).

<sup>28</sup> José Paulo Paes foi um poeta, tradutor, crítico literário e ensaísta brasileiro.

Para os gregos a memória estava recoberta de um halo de divindade, pois referia-se à “Deusa Mnemosyne, mãe das Musas, que protegem as artes e a história”. (CHAUÍ, 2005: p. 138). De acordo com Marilena Chauí (*op. cit.*), a “memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais” (CHAUÍ, *op. cit.*: p. 138).

Filosoficamente, memória refere-se à capacidade mental de armazenamento de informações, sejam de experimentações ou de conhecimentos adquiridos ao longo do tempo e de trazer à tona essas informações quando necessário. Assim, pode-se dizer que o conhecimento se produz por meio de memórias de um passado consolidado no presente. Nos últimos anos, no âmbito da tecnologia, mais propriamente na informática, a palavra memória tem sido usada para definir a unidade do computador onde são armazenados os dados. No “Dicionário Básico de Filosofia” Japiassú e Marcondes (2006) afirmam: “A memória pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto com uma capacidade de evocar o passado através do presente” (JAPIASSÚ & MARCONDES, *op. cit.*: p. 183-184). Em função dessa “evocação” nossa sociedade preserva elementos culturais, memoráveis, em locais denominados “museus”, a casa das musas.

Atualmente, principalmente nas últimas décadas, o tema da memória passou a ocupar, com destaque, a história cultural e política do mundo contemporâneo. Segundo Tzvetan Todorov (2002: p. 193), a obsessão contemporânea pelo culto da memória configura-se como uma “preocupação compulsiva” com o passado, contudo, não pode ser naturalizada mas, antes, exige ser interpretada. A manifestação da memória como uma das preocupações centrais das sociedades ocidentais caracteriza uma volta ao passado que, nas palavras de Andreas Huyssen (2004: p. 09), contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século XX, “o mundo contemporâneo testemunhou eventos que parecem ter deslocado o foco dos futuros presentes para os ‘passados presentes’, com intensos e desbordantes discursos de memória”. As discussões em torno do assunto memória, estão sempre presentes na comunidade acadêmica, diz-se que a memória é a matéria prima do historiador e um tema bastante recorrente na academia são as reflexões sobre as dimensões da

memória, assim como, suas implicações práticas. Contudo, conforme salienta Maia Filho (2013) ao referenciar Cubitt (2007):

(...) ao discorrer sobre a compreensão dos que defendem a superioridade do conhecimento histórico (científico e objetivo; uma forma de conhecimento autêntico e imediato) sobre a memória (subjetiva e pouco confiável; uma combinação incerta de conjecturas retrospectivas e ilusões), Cubitt entende que uma ênfase política neste contraste levaria a uma desmistificação da história como sendo uma narração opressora ou uma construção autoritária do passado a serviço dos interesses das elites, excluindo ou marginalizando outras experiências, enquanto a memória designaria as 'vozes múltiplas e desorganizadas', mas sempre potencialmente ressurgentes, dos marginalizados e excluídos. (MAIA FILHO, *op. cit.*: p. 14-15)

Neste sentido, pode-se dizer que a memória permite o reexame das experiências do passado, sobretudo, daquilo que permaneceu desprezado e silenciado sob o peso das reconstruções historiográficas dominantes e que tenha sido considerado irrelevante por elas.

Para Huyssen, o marco temporal da discussão sobre a memória aconteceu na década de 1980 com a intensificação de uma política e de uma cultura sobre o tema. Embora, os discursos de memória tenham emergido, de forma muito peculiar, pela primeira vez no Ocidente no rastro da descolonização e dos novos movimentos sociais em sua busca por histórias alternativas, em particular a partir do final da década de 1960 (HUYSEN, *op. cit.*: p. 10-11).

Para Jacques Le Goff<sup>29</sup> (2003), os campos científicos que estudam hoje em dia a memória, como a biologia, a psicologia, a neurofisiologia, a psicofisiologia e a psiquiatria, podem contribuir para a compreensão das características e dos problemas da memória social e da memória histórica. Em contrapartida, os próprios estudos desenvolvidos por essas variadas ciências têm levado os pesquisadores à necessidade de aproximar a memória do campo das ciências humanas, na medida em que os resultados das pesquisas empíricas evidenciam uma relação intrínseca da memória com "(...) resultados de sistemas dinâmicos de organização" (LE GOFF, *op. cit.*: p. 421). O autor afirma ainda que estudos mais recentes vêm sendo desenvolvidos apontando uma aproximação da memória com a linguagem. Para Le Goff, antes de uma ideia ser falada ou escrita, precisa primeiramente estar armazenada na memória e, além disso, com o desenvolvimento da biologia e da cibernética, psicólogos e psicanalistas passaram a estudar a memória de uma forma mais teórica e não somente empírica. Esses pesquisadores observaram que os sentimentos inerentes ao homem, como o desejo, a afetividade, a censura, podem

<sup>29</sup> Jacques Le Goff (1924/2014) foi um historiador francês, membro da Escola dos Annales.

manipular a memória individual, consciente ou inconscientemente. Para o autor, a memória não é somente uma conquista; é também um instrumento e um objeto de poder, na medida em que, pela dominação da recordação e da tradição, o grupo se afirma e se reconhece (LE GOFF, *op.cit.*).

Assim, afirma-se que a construção da memória é essencial para que se preserve a identidade e a cultura, tanto do indivíduo quanto do grupo social. Conforme salienta Maia Filho (*op. cit.*: p. 19), a memória é um “elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, a memória é, também, um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.

Pierre Nora (1993) reforça que a memória é carregada por grupos vivos e está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações. Neste sentido, vale destacar que o ambiente construído, enquanto bem cultural referente à identidade de indivíduos e grupos, possui essencialmente uma memória. Para preservar um lugar, construído no passado e vivenciado no presente, é necessário resguardar a memória no sentido de contribuir para sua apropriação pela sociedade, além da manutenção dos valores culturais.

Walter Benjamim<sup>30</sup> (1994) dizia que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Quase que poeticamente, assinalou que articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”, mas apropriar-se de reminiscências. Dizia ele: “Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história”. E por falar em poesia, à guisa de reforço, Carlos Drummond de Andrade<sup>31</sup> em seu poema intitulado “Memória” nos diz:

Amar o perdido  
deixa confundido  
este coração.

Nada pode o olvido  
contra o sem sentido  
apelo do Não.

As coisa tangíveis

<sup>30</sup> Walter Benedix Schönlies Benjamin (1892/1940) foi um ensaísta, crítico literário, tradutor, filósofo e sociólogo judeu alemão.

<sup>31</sup> Carlos Drummond de Andrade (1902/1987) foi um poeta, contista e cronista brasileiro, considerado por muitos o mais influente poeta brasileiro do século XX. Drummond foi um dos principais poetas da segunda geração do Modernismo brasileiro.



tornam-se insensíveis  
à palma da mão.

Mas as coisas findas  
muito mais que lindas  
estas ficarão

A memória emerge de um grupo que ela mesma une. É, por natureza, múltipla, coletiva, plural e, ao mesmo tempo, individualizada. A esse respeito, Von Simson (*op. cit.*) define: memória individual como: “(...) aquela guardada por um indivíduo e se refere às suas próprias vivências e experiências, mas que contém também aspectos da memória do grupo social onde ele se formou, isto é, no qual esse indivíduo foi socializado”. Já sobre a memória coletiva a autora diz: “(...) que é aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes pelos grupos dominantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla”. Von Simson complementa dizendo que a memória coletiva:

(...) geralmente se expressa naquilo que chamamos de lugares da memória que são os memoriais, monumentos, murais, arquivos, bibliotecas, hinos oficiais, quadros e obras literárias e artísticas que exprimem a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade. (VON SIMSON, *op. cit.* p. 14-15)

Por este viés, Henrique Figueiredo Carneiro (2006, p. 20) completa que “a memória está diretamente ligada ao patrimônio de um povo, pois gera, a partir da cultura (...) um ponto de referência de sua identidade e as fontes de sua inspiração”.

**Os elementos materiais e imateriais de uma cultura servem de alicerce para o sentimento de pertencimento a um lugar.**

Desta forma, mesmo tendo consciência de que tanto um indivíduo quanto um grupo social se estabelecem a partir de suas ações no presente e em função de seus projetos futuros, não há como desconsiderar o passado, pois, sem as referências de outrora se torna difícil corrigir os erros, assim como, reforçar os acertos. Além disto, referências relativas à memória são um direito garantido pela Constituição do Brasil que diz em seu Art. 216: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, **à memória** dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...)”. (grifo nosso). Portanto, entende-se a memória como agente de transformações sociais, quando contribui através da seleção de lembranças e seu reconhecimento, para a formação da identidade. Assim, o patrimônio edificado é conseqüentemente caracterizado como objeto de referência sobrevivente ao tempo que estabelece contato afetivo, físico, cognitivo e

sensorial entre passado e presente. E **a memória, por sua vez, é um suporte necessário à promoção e identificação do patrimônio.**

### 2.2.3. Identidade

Do latim *identitas*, o substantivo feminino identidade aparece com os seguintes significados no dicionário da língua portuguesa: i) qualidade do que é idêntico; ii) conjunto de características que distinguem uma pessoa ou uma coisa e por meio das quais é possível individualizá-la; iii) igualdade entre as expressões, que se verifica para todos os possíveis valores atribuídos às variáveis que elas contêm. No entanto, para além das descrições do dicionário o termo *identidade* se presta a diversas acepções de acordo com as diversas áreas disciplinares.

Optou-se por iniciar as colocações acadêmicas do conceito de identidade referenciando dois expoentes da Sociologia, Émile Durkheim (1858/1917), francês, considerado o pai da Sociologia e fundador da Escola Francesa e o alemão Norbert Elias (1897/1990), que compilou em uma única obra cinquenta anos de reflexões sobre as relações indivíduo/sociedade. Ao tratar os conceitos de Elias utilizou-se sua obra intitulada *A sociedade dos indivíduos* (1994), no entanto, os estudos de Bernardo Novais da Mata Machado (2002) foram relevantes e balizaram as argumentações aqui apresentadas.

Durkheim disse, em relação ao indivíduo e ao seu processo de socialização: “a sociedade encontra-se, a cada nova geração, na presença de uma tábua rasa sobre a qual é necessário construir novamente” (FERRARI, [201?]) . A sociedade é preexistente ao sujeito individual, uma entidade que sintetiza o passado e nos transmite os códigos de valores éticos, morais, religiosos ou comportamentais comuns a um determinado grupo o que nos permite nos sentirmos integrados. Esse fenômeno de integração, ao qual damos o nome de aculturação, coloca-nos numa plataforma comum, criando o sentimento de comunidade e de pertencimento de grupo. Qualquer sujeito individual é, por conseguinte, um produto social, pois se relaciona com o mundo tendo por base os códigos do grupo que compõe. Entretanto, seria impossível negar que cada indivíduo se relaciona com o outro de forma única e particular, e é exatamente nessas especificidades ou particularidades que se cria uma dinâmica de transformação.

Por outro lado, os pressupostos traçados por Norbert Elias o levaram a definir que o que interessa é a rede de relações entre indivíduo e sociedade:

Para termos uma visão mais detalhada desse tipo de inter-relação, podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, ligam-se uns aos outros muitos fios isolados. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca (ELIAS, *op. cit.*: p. 35)

O autor destaca, sobre a historicidade dos indivíduos e da sociedade, o fato de que ambos estão em constante fluxo e são mutáveis, embora as mudanças não sejam sempre lineares ou progressivas. Além disso, Elias estabelece os conceitos de “identidade-eu”, “identidade-nós” e de “balança nós-eu”:

Cada pessoa só é capaz de dizer ‘eu’ se e porque pode, ao mesmo tempo, dizer ‘nós’ [...]. A sociedade não é externa aos indivíduos; tampouco é simplesmente um ‘objeto oposto’ ao indivíduo; ela é aquilo que todo indivíduo quer dizer quando diz ‘nós’ [...]. E esse fato, o de cada eu estar irrevogavelmente inserido num ‘nós’, deixa claro por que a entremeação dos atos, planos e propósitos de muitos ‘eus’ origina constantemente algo que não foi planejado, pretendido ou criado por nenhum indivíduo (ELIAS, *op. cit.*: p. 57)

Quanto à “balança nós-eu”, ela representa a maior ou menor inclinação, ao longo da história, para um ou outro pólo da identidade. Como exemplo, podemos dizer que indivíduos de sociedades primitivas davam mais importância à vida grupal (identidade-nós) devido a sua dependência mútua para sobreviver. A partir do período renascentista europeu, tivemos o inverso (identidade-eu), por ter sido firmada uma tendência histórica de individualização (MACHADO, *op. cit.*: p. 39). Em contrapartida, o autor nos alerta para o momento presente, em que a Humanidade começa a ser “a unidade de sobrevivência de todas as pessoas como indivíduos e de todos os subgrupos no interior dela” (ELIAS, *op. cit.*: p. 87). Dessa forma, podemos entender identidade, pelos conceitos de Norbert Elias, como uma rede de significados presentes na memória dos indivíduos de uma determinada sociedade.

As referências identitárias são construídas e desconstruídas num processo dialético, fazendo com que ocorra uma transformação, um deslocamento de identificações no contato com o outro e com as mais diversas influências externas. O tema inquietante e controverso, no cenário contemporâneo, é desligado de sua antiga concepção, na qual segundo Stuart Hall (2005, p. 07) “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.” Essa desarticulação de seus elementos constituintes caracteriza a

identidade como móvel, fluida e polissêmica. As velhas identidades centravam o sujeito e hoje, segundo o autor, fragmentam o homem pós-moderno. Portanto, ele é percebido como deslocado frente às transformações societárias de ordem global, provocando o que o autor denomina como “crise de identidade”. Esta é o resultado da mutação do sujeito do Iluminismo e sua visão cartesiana ao sujeito sociológico que se forma e modifica em contato com mundos exteriores, até finalmente se caracterizar como sujeito pós-moderno, devido à ausência de “essência” e identidade fixa.

Hall acreditava que a identidade cultural moderna é formada através do pertencimento a uma cultura nacional. Para o autor (*op. cit*; p. 48) as identidades não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Adotando o termo “comunidade imaginada”, Hall seleciona aspectos que considera os principais do processo de construção da identidade. Elas são colocadas entre o passado e o futuro, sempre na tentativa de se equilibrar na relação entre a fonte de significados culturais, o foco de identificação e um sistema de representação. “Devemos ter em mente esses três conceitos, ressonantes daquilo que constitui uma cultura nacional como uma comunidade imaginada: as memórias do passado; o desejo por viver em conjunto; a perpetuação da herança” (HALL, *op. cit*; p. 58). Apesar de tais identidades representarem unificação, Stuart Hall coloca que essa crença é um mito por acreditar que nenhuma nação é composta de um único povo, cultura ou etnia.

Ao questionar a homogeneidade o autor atribui à globalização<sup>32</sup> a responsabilidade do deslocamento da identidade moderna. Ela é percebida como um processo que interfere na constituição das identidades, quando as desintegra em função da padronização e perda ou transformação das raízes culturais, originando as identidades híbridas. Também chamada de modernidade tardia, o autor reflete sobre a influência da globalização na formação de identidades sob pontos de vista diferentes que convergem em aspectos como descontinuidade, fragmentação, ruptura e deslocamento. Porém, quanto ao seu efeito geral, o autor (*op. cit*; p. 87) acredita que ele ainda permanece contraditório quando algumas identidades tentam recuperar certezas perdidas e outras aceitam a sujeição ao plano da história,

---

<sup>32</sup> A globalização é uma nova e intensa configuração do globo, resultante do novo ciclo de expansão do capitalismo não apenas como modo de produção mas como processo civilizatório de alcance mundial, abrangendo a totalidade do planeta de forma complexa e contraditória.

política, da representação e da diferença e, assim, improvável que elas sejam outra vez unitárias.

Por sua vez, o estudioso Manuel Castells (1999, p. 22) entende a identidade como fonte de significado e experiência de um povo, construída com base em atributos culturais interrelacionados. O autor faz um paralelo entre as duas posições vistas, nas quais para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição, tanto na auto representação, quanto na ação social. Os “papéis” influenciam o comportamento de indivíduos através de negociações. Por outro lado as identidades são originadas pelos próprios atores por meio de um processo de individuação. Para ele, as identidades são fontes mais importantes de significado que os papéis, por causa do processo de autoconstrução (CASTELLS, *op. cit.*; p. 23). A dinâmica da identidade tratada por Castells está inserida no surgimento da sociedade em rede. Mas conforme seu posicionamento: “como, e por quem, diferentes tipos de identidades são construídas, e com quais resultados, são questões que não podem ser abordadas em linhas gerais, abstratas: estão estritamente relacionadas a um contexto social” (CASTELLS, *op. cit.*; p. 26).

Por outro lado, as tratativas inerentes às Ciências Sociais são aquelas comumente apropriadas pelo campo do patrimônio cultural. Neste sentido, a identidade se relaciona com a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e do seu pertencimento e sua afiliação a grupos, é o que nos diferencia uns dos outros, o que nos caracteriza como pessoa ou como membro de um grupo social. Ela é definida pelo conjunto de papéis que desempenhamos e é determinada pelas condições sociais decorrentes da produção da vida material. Conforme identificado por Marília Machado Rangel:

A cultura e a memória de um povo são os principais fatores de sua coesão e **identidade**, os responsáveis pelos liames que unem as pessoas em torno de uma noção comum de compartilhamento e identidade, noção básica para o senso de cidadania. (RANGEL, *op. cit.*: p. 22) (grifo nosso)

Contudo, é uma postura de conformidade, dentro das Ciências Sociais, pensar que nem o indivíduo se constitui alheio a seu contexto social e nem a sociedade é um todo exterior e alheio aos indivíduos. Para Berger e Luckmann (2004, p. 179): “a identidade é um elemento-chave da realidade subjetiva e encontra-se em relação dialética com a sociedade”. Neste caso, a individualização é entendida como o resultado da socialização e a identidade é formada na interação

entre o “eu” e a sociedade. Assim, as identidades são sociais e os indivíduos se projetam nelas, ao mesmo tempo em que internalizam seus significados e valores, contribuindo para alinhar sentimentos subjetivos com as posições dos indivíduos na estrutura social (HALL, *op.cit.*).

Identidades também envolvem sistemas mais vastos, como por exemplo, a identidade nacional que, por sua vez, tem uma forte relação com a noção de patrimônio cultural.

A consolidação dos “Estados Nacionais”, resultado de demandas ocorridas ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX e que envolveram disputas e estratégias diversas para o estabelecimento de um sentimento de cultura, comum entre os membros de uma determinada nação, é atualmente questionado por alguns estudiosos cujo argumento recai na seguinte alegação: as identidades culturais não apresentam mais os contornos nítidos e estão inseridas numa dinâmica cultural fluida e móvel, em função do processo de globalização. O símbolo da modernidade, o Estado-Nação, está em declínio, conseqüentemente, as fronteiras culturais já não são as mesmas fronteiras nacionais, tal fato se deve à intensificação das redes de comunicação que atingem os indivíduos, seja direta ou indiretamente.

Aquela identidade nacional que dependeu, sobretudo, do reconhecimento de um “passado comum” sustentado por “tradições inventadas” (HOBSBAWN & RANGER, 2012) ou reapropriadas, mitos fundadores da nação, lendas de tradição oral, versões oficiais da história no espaço geograficamente delimitado do Estado-nação perderam vigor em favor de conceitos mais flexíveis. Para Teixeira Coelho (1997), as identidades que outrora eram outorgadas e definitivas passaram a ser construídas, assim como temporárias. Para Lúcia Maciel Barbosa Oliveira<sup>33</sup>:

O que se impõe hoje, a partir da noção contingente, contextualizada e relacional da identidade, é garantir que a multiplicidade e a diversidade sejam preservadas, que a cultura, como uma longa conversa entre partes distintas, permita que convivam sujeitos dos mais diferentes matizes. Em vez disso, quando a cultura local parece esgarçar-se como consequência da globalização, a afirmação de identidades duras parece funcionar, para muitos sujeitos, como elemento apaziguador que busca deter e solidificar a fluidez característica da época atual. Verificam-se, então, manifestações extremadas, em que nacionalismos, fundamentalismos, xenofobias, preconceitos, são ressuscitados e lutas sem fim são travadas em nome da preservação de identidades. (OLIVEIRA, 2010: s/p)

---

<sup>33</sup> Bacharel em História pela FFLCH - USP, Licenciada em História pela Faculdade de Educação da USP, Mestre em Ciência da Comunicação pela ECA - USP, Doutora em Ciência da Informação pela ECA - USP, Professora de Teorias da Ação Cultural na ECA - USP. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Identidade+cultural>> Acesso em: 23 dez. 2015.

Neste processo de transformação, as relações individuais ou coletivas criam condições novas no interior da sociedade. Morin (*op. cit*; p. 129) enfatiza que existe uma “unidade cultural da humanidade”; porém, a poliidentidade dos indivíduos exige também a salvaguarda da “diversidade das culturas”. Para o autor, todos possuem uma “carteira de identidade terrena”, afirmando que temos a mesma natureza, “mas que nessa própria natureza, existem potencialidades com diversidades extremas”.

Enquanto conecta o indivíduo com o ambiente e a sociedade, a identidade gerada forma relações de acordo com o significado e conexão que estabelecem, além de tornar os lugares mais visíveis e presentes na memória de uma população.

Para Milton Santos (2002 A, p. 24.) a cidade é um organismo vivo e impõe valores mercantis e simbólicos às suas diversas frações. Os velhos lugares podem se renovar assim como os novos lugares podem ser chamados a funções novas. Cada pedaço da cidade evolui de maneira peculiar nos diferentes momentos históricos.

Diante deste processo, os sujeitos mudam com o espaço urbano quando expostos a informação, fatores sociais, políticos, históricos, culturais, etc. Observar o panorama contemporâneo implica perceber que as mudanças dos indivíduos imprimem também variações na cidade. Sob influência da população, a cidade muda constantemente.

Desta forma, acredita-se que a diversidade cultural e as expressões dessa diversidade devem ser buscadas e garantidas, tendo como norte o fato de que a cultura é sempre dinâmica e móvel. Preservar o diverso ante o impacto avassalador de um mundo globalizado é um grande desafio a ser enfrentado.

#### **2.2.4. Pertencimento**

Dentre os vários significados para o verbo pertencer encontramos “a ação de pertencer” da qual deriva o substantivo masculino pertencimento<sup>34</sup> que, por sua vez, pode ser definido como a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos, os quais pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual símbolos expressam valores, medos e aspirações. O significado antônimo do

---

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/pertencimento>>. Acesso em: 04 jan. 2015.

termo recai sobre o substantivo feminino exclusão que pode ser sintetizado como “ação de excluir”.

No entanto, a sensação de pertencimento está associada ao fato dos indivíduos sentirem-se pertencentes a um determinado lugar e ao mesmo tempo sentirem que este lugar lhes pertence. Por essa sensação, inconsciente e subjetiva, os indivíduos reúnem-se de diversas maneiras variando a escala, ou seja, formam sociedades, comunidades, tribos, famílias, etc. De acordo com Daniela da Silva Pieper *et al* (2014):

E pela sensação de nascer, existir, viver em algum lugar e ser alguém no Planeta Terra, desde os primeiros tempos da história humana, vivemos e transformamos sem cessar o meio natural em espaços e lugares socializando-o. Por uma necessidade latente de sentir-se parte, *pertencente*, o ser humano se organiza para conviver em se relacionando com o outro e consigo mesmo, compartilhando uma cultura tecida por visões de mundo, regras de convivência, em suas preces, cantos, danças, culinária, com uma maneira singular de viver no ‘seu mundo’. (PIEPER, *op. cit.*: s/p)

Para Ana Lúcia Amaral (2006), quando as pesquisas de sociólogos e antropólogos distanciaram-se do conceito de raça, passaram a considerar a ideia de pertencimento que pode ser temporário ou permanente. Além do mais:

Esse sentimento de pertencimento pode ser reconhecido na forma como um grupo desenvolve sua atividade de produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, cujo significado é dado por eles próprios em suas relações sociais. (...) As formas de organização coletiva não decorreriam, assim, só de traços raciais, pois a pertinência é capaz de realizar a união entre pessoas de ascendência racial diferente, mas que partilham a crença não só numa origem comum como também num destino comum, estabelecendo um sentido de homogeneidade para os membros de uma comunidade e de heterogeneidade em face dos diferentes grupos. Um exemplo da manifestação da sensação de pertencimento é a ação das comunidades tradicionais (detentoras de saberes naturais, transmitidos oralmente de geração a geração como os grupos remanescentes dos quilombos, populações ribeirinhas e os índios) é o que se testemunha nos processos pela manutenção de Unidades de Conservação, uma vez que os seus saberes e modo de vida foram obtidos e desenvolvidos nesse lugar, cujas condições e peculiaridades aprenderam a respeitar, de forma a permitir a continuidade da vida nessa região. Conseguem formar o consenso de que, para ajudar na conservação da comunidade, precisam ser vistos como parte integrante do todo, como “pertencendo” a essa região. Por outro lado, esse sentimento de pertencimento tem relação com a noção de participação. Na medida em que o grupo se sente ator da ação em curso, o que for sendo construído de forma participativa desenvolverá a corresponsabilidade, pertencendo os resultados a todos desse grupo, pois conterà um pouco de cada um. (AMARAL, *op. cit.*: s/p)

Para a ciência geográfica é no processo de apropriação e territorialização que as relações de identidade e pertencimento ao lugar são desenvolvidas. Isso acontece quando os sujeitos vão além da necessidade da apropriação de um espaço, quando desenvolvem nesse espaço valores ligados aos seus sentimentos e à sua identidade cultural e simbólica, recriando seu espaço de vida, ao qual se identificam e se sentem pertencer. (RAFFESTIN, *op. cit.*).



Diante do exposto, pode-se deduzir que no processo de socialização os indivíduos ao identificarem-se ou situarem-se fazem uso de expressões peculiares que definem a si mesmos e aos outros. Neste movimento, dá-se aos lugares o sentido de “meu”, “nosso”, assim como, definem-se saberes, significados e valores ora semelhantes, ora diferentes, de acordo como são vivenciados por meio das sensibilidades. Por exemplo, desde a antiguidade, povos tradicionais referenciam fenômenos da natureza, animais, plantas, rios, etc. para situarem-se no meio em que vivem.

Em seu estudo intitulado “Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável”, Carlos Roberto Brandão (2005, p: 38) faz a seguinte especulação: “onde é que começa e onde é que acaba o que é meu?”. Diante de tal indagação o autor discorre sobre os dois sentidos do questionamento, a saber:

Aquilo que é meu; aquilo que é minha propriedade, minha posse; aquilo que eu achei, ganhei, herdei, produzi, criei, comprei, e assim por diante, é meu porque não é dos outros (...). No mesmo sentido, aquilo que é meu pode ser também aquilo que eu compartilho com os outros aquilo que é meu e deles. E, sendo meu e deles é então: nosso. (BRANDÃO, *op. cit.*: p. 38)

A afirmação deste autor nos remete à visão de que somos tanto seres individuais quanto coletivos e, segundo a filosofia de Hannah Arendt (2005), a condição humana transita entre espaços de igualdade, simbolizados pela comunicação mútua, ancestralidade e gerações futuras, assim como, por espaços de diferença, onde se localizam a alteridade e a distinção. Embora a autora não fale tanto dos níveis privados e íntimos dos relacionamentos e das famílias, as categorias de ancestralidade e das futuras gerações descrevem um nível de pertencimento familiar e, possivelmente, cultural. Os espaços de diferença descritos por Arendt concretizam a expressão de indivíduos únicos capazes de realizações pessoais, assim como, apresentam o princípio da alteridade no cenário de diversidade no qual o ser humano se relaciona com os outros e com o mundo. Neste sentido, indivíduos não só existem como precisam se expressar em suas autenticidades para dar sentido à vida. Para a autora, o ser humano só se reconhece como tal em contato com o outro, “só existe a partir do outro”, criando-se assim a necessidade de distinção. Pela distinção, o ser humano expressa as diferenças e se torna singular, particular. Assim, a soma da *alteridade* - relações humanas em um cenário rico em diversidade - ao princípio da *distinção* - que não

corresponde a sentir-se superior aos demais e sim a sentir-se particular em sua essência, com foco na auto expressão de si mesmo e não na disputa com outros seres humanos - permite a existência da pluralidade de seres singulares e livres, capazes de viver harmonicamente (ARENDT, *op. cit.*).

Percebe-se que a discussão acerca do sentimento de pertencimento tem sido tratada não só pelas áreas disciplinares que originalmente abarcaram o termo tais como, a antropologia, a educação, a política e a geografia, mas também em outras como, por exemplo, a comunicação, conforme pode ser percebido no trabalho de Mauro Wilton de Sousa (2010) intitulado: “O pertencimento ao comum mediático: a identidade em tempos de transição”, onde segundo o autor:

A presença constante das temáticas da inclusão e exclusão social, da emancipação, do pertencimento, da cidadania, da identidade, da diversidade e da diferença, em diferentes ângulos de compreensão da sociedade atual, sinaliza a manutenção, quando não o acirramento, de tensões e conflitos históricos que se manifestam como linguagens dos desencontros, ainda hoje presentes, entre o indivíduo e a sociedade. (...) São manifestações práticas do cotidiano social e cultural, sinalizando uma sociedade de exclusões crescentes e explicitando, pela necessidade do pertencimento, crises e dificuldades de enraizamentos sociais e políticos, culturais e sociais: uma sociedade que convive, ao mesmo tempo, com processos de fragmentações crescentes da vida individual e coletiva e com processos políticos, econômicos e culturais da globalização. (SOUSA, *op. cit.*: p. 33)

Além do mais, o sentimento de pertencimento traduz-se em variados sentidos e motivações que sustentam a participação dos indivíduos em grupos, tribos e comunidades, assim como, possibilitam o enraizamento, a identidade e a referência social. Por outro lado, ele também é responsável pela quebra das fronteiras existentes entre o local e o global, o público e o privado, o comum e o individual e a comunidade e a sociedade. Conforme salienta Sousa:

A temática do sentimento de pertencimento tem ainda sua atualidade e sua complexidade marcadas pela presença dos meios de comunicação atuando no imaginário social, nas diferentes formas de organização da vida individual e coletiva, na delimitação e criação de interesses que os condicionam. Os diferentes media podem, pois, estar atuando como mediação fundamental tanto na construção quanto na caracterização do pertencimento como linguagem de busca de identidade (...). (SOUSA, *op. cit.*: p. 34)

Desta forma, reforça-se que o sentimento de pertencimento está intrinsecamente relacionado à ação de participação que, por sua vez, é o elemento chave para o desenvolvimento, a organização, e o fortalecimento do indivíduo e da sociedade. Assim, reconhecer-se pertencente à um grupo, independente da escala, e, principalmente, participar de sua formação e transformação se apresenta como um ponto pacífico para a sua inserção e atuação no contexto contemporâneo estabelecido.

## 2.3. Bens Culturais

A palavra bem, etimologicamente, é definida de acordo com o “Dicionário Etimológico: nova fronteira da língua portuguesa” como:

01. Advérbio: de maneira conveniente. Do latim *bene*; 02. Substantivo masculino: virtude, felicidade; 03. Adjetivo: Benquisto, querido. 04. Substantivo masculino, bens, propriedade, posse (de um indivíduo, de um grupo, de uma instituição etc.), etc. (CUNHA, 1986, p. 105)

De acordo com a referida fonte, a palavra tem sua origem ligada a sentimentos ou virtudes, contudo, a etimologia também mostra a definição da palavra como posse. Neste sentido, aproxima-se daquilo que se propõe tratar nesta seção do capítulo que é a referência de bem como algo produzido por um indivíduo e/ou comunidade e que compõe um acervo cultural.

O termo bem cultural surgiu após a II Guerra Mundial e teve seu conceito atrelado à ciência do Direito, especificamente, do Direito Internacional. A Convenção da UNESCO de 1954, conhecida como Convenção de Haia, figura como o primeiro tratado internacional a versar sobre o assunto. O documento produzido naquela ocasião, intitulado: “Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado”<sup>35</sup>, define bem cultural, em seu Capítulo I, Artigo 1º, da seguinte forma:

Capítulo I – Disposições gerais sobre a proteção;

Artigo I.- Definição dos bens culturais

Para os fins da presente Convenção são considerados bens culturais, seja qual for a sua origem e o seu proprietário:

a) os bens, móveis ou imóveis que tenham uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte, ou de história, religiosos ou seculares, os lugares que oferecem interesse arqueológico, os grupos de edificações que, em vista de seu conjunto, apresentem um elevado interesse histórico ou artístico, as obras de arte, manuscritos, livros e outros objetos de interesse histórico, artístico ou arqueológico, bem como as coleções científicas e as coleções importantes de livros, de arquivos, ou de reproduções dos bens acima definidos;

b) os edifícios cuja finalidade principal e real seja a de conservar e expor os bens culturais móveis definidos na alínea (a), tais como os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos, bem como os abrigos destinados a proteger, em caso de conflito armado, os bens culturais móveis definidos na alínea (a);

c) os centros que contenham um número considerável de bens culturais (definidos nas alíneas (a) e (b)), os quais serão denominados “centros que contêm monumentos”. (UNESCO, 1954: p. 01)

35

Disponível

em:

<[http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/brazil/brazil\\_decreto\\_44851\\_11\\_11\\_1958\\_por\\_orof.pdf](http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/brazil/brazil_decreto_44851_11_11_1958_por_orof.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2016.

Após esta primeira abordagem oficial sobre o tema surgiram outras duas, ambas realizadas em Paris, a primeira em 1970, na “Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais”<sup>36</sup> e a segunda em 1972, na “Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural”<sup>37</sup>. No caso da convenção de 1970 o documento produzido traz a seguinte definição acerca de bem cultural:

ARTIGO 1º

Para os fins da presente Convenção, a expressão "bens culturais" significa quaisquer bens que, por motivos religiosos ou profanos, tenham sido expressamente designados por cada Estado como de importância para a arqueologia, a pré-história, a história, a literatura, a arte ou a ciência e que pertençam às seguintes categorias:

- a) as coleções e exemplares raros de zoologia, botânica, mineralogia e anatomia, e objetos de interesse paleontológico;
  - b) os bens relacionados com a história, inclusive a história da ciência e da tecnologia, com a história militar e social, com a vida dos grandes estadistas, pensadores, cientistas e artistas nacionais e com os acontecimentos de importância nacional;
  - c) o produto de escavações arqueológicas (tanto as autorizadas quanto as clandestinas) ou de descobertas arqueológicas;
  - d) elementos procedentes do desmembramento de monumentos artísticos ou históricos e de lugares de interesse arqueológico;
  - e) antiguidades de mais de cem anos, tais como inscrições, moedas e selos gravados;
  - f) objetos de interesse etnológico;
  - g) os bens de interesse artísticos, tais como: (i) quadros, pinturas e desenhos feitos inteiramente a mão sobre qualquer suporte e em qualquer material (com exclusão dos desenhos industriais e dos artigos manufaturados a mão); (ii) produções originais de arte estatutuária e de cultura em qualquer material; (iii) gravuras, estampas e litografias originais; (iv) conjuntos e montagens artísticas em qualquer material;
  - h) manuscritos raros e incunábulo, livros, documentos e publicações antigos de interesse especial (histórico, artístico, científico, literário etc.), isolados ou em coleções;
  - i) selos postais, fiscais ou análogos, isolados ou em coleções;
  - j) arquivos, inclusive os fonográficos, fotográficos e cinematográficos;
  - k) peças de mobília de mais de cem anos e instrumentos musicais antigos.
- (UNESCO, 1970: p. 01)

Apesar da significativa ampliação que o conceito de bem cultural vai ganhando ao longo das convenções, acredita-se que foi na Itália que ele foi mais tecnicamente desenvolvido. Isto se deve a fato de ter sido instituída uma comissão, no ano de 1964, para elaboração da ordem e tutela da preservação e valorização do patrimônio cultural que ficou conhecida, em razão do nome de seu presidente, como “Comissão Franceschini”. Segundo Marcos Vaquer, a Comissão elaborou o seguinte conceito de bem cultural:

<sup>36</sup> Disponível em: <[https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/unesco\\_convencao.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/unesco_convencao.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2016.

<sup>37</sup> Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

“Appartengono dal patrimonio culturale da la nazione tutti i Beni aventi riferimento allá storia della civiltá. Sono assoggettati alla legge i Beni di interesse archeológico, storico artístico, ambientale e paisagístico, archivístico e librari, e ache altro benne che costituisca testimonianza materiale avente valore di civiltá”. (VAQUER, 1998, p. 241)<sup>38</sup>

Da definição elaborada, à época, pela “Comissão Franceschini”, pode-se extrair as seguintes conclusões: (i) os bens culturais são definidos a partir da noção de valores de civilização; (ii) os bens culturais são definidos exclusivamente como bens materiais, os bens de valor imaterial são omitidos; (iii) a definição inclui os bens de interesse ambiental e paisagístico configurando uma ampliação no significado.

No Brasil, a expressão bens culturais foi cunhada a partir de 1958, por força do Decreto Nº. 44.851 de 11 de novembro que promulgou a “Convenção e Protocolo de Haia” e, posteriormente, aparece no Decreto Nº. 25 de 1937 e na Constituição Federal, Artigo 216, de 1988.

Ao analisar o prólogo desta seção fica nítido que o conceito de bem cultural tem adquirido bastante relevância ao longo dos anos, sobretudo, nas políticas públicas culturais por sua importância em questões relativas à cidadania, aos direitos culturais e aos processos de formação dos povos. Por outro lado, muitas são as interpretações realizadas acerca do termo, por exemplo: quando Aloísio Magalhães propôs uma política cultural, na década de 1970, cuja noção de bens culturais se opunha à de patrimônio histórico e, ao mesmo tempo, a incorporava. Neste sentido, inaugurou-se um conceito bastante abrangente do termo que englobava o bem ecológico, a tecnologia, a arte, o fazer e o saber, tanto das elites quanto do povo. Essa noção dilatada de bem cultural apoiava-se em Mário de Andrade, conforme abordado no início deste capítulo.

Para Pedro Vives (2007) um bem cultural se define por sua utilidade pública, assim como por seu conteúdo simbólico. Pode integrar-se ao patrimônio cultural material e imaterial de uma sociedade, além de abarcar a infraestrutura necessária para sua guarda e conservação, como os museus, arquivos, centros de documentação, laboratórios, etc. Para o referido autor, também é possível relacionar o bem cultural aos resultados da criação, sejam eles tangíveis ou intangíveis, provenientes de processos de produção artesanal (em criações plásticas, musicais,

---

<sup>38</sup> “Pertencem ao patrimônio cultural da nação todos os bens que têm referência com a história da civilização. São submetidos a lei os bens de interesse arqueológico, histórico, artístico, ambiental e paisagístico, arquivístico e bibliotecas, e também outro bem que constitua testemunho material tendo valor de civilização” (tradução do autor).

cênicas etc.) ou industrial, neste caso como bens de consumo diretamente associados ao uso e usufruto do conhecimento, em todas as suas manifestações (como livros, discos, filmes, etc.).

Coelho Netto (1997), por sua vez, faz uma distinção entre o produto cultural e o bem cultural, relacionando o bem cultural à noção de um patrimônio pessoal e coletivo que, por seu valor simbólico, não pode ser trocado por um valor de moeda. Mesmo que na origem tenha sido eventualmente um produto, circunstâncias variadas transformaram-no em algo especial que está fora do mercado.

Flávio de Lemos Carsalade, ao confeccionar o verbete “bem”, que compõe o Dicionário IPHAN do Patrimônio Cultural, define:

Assim, ao mesmo tempo em que o *bem* é visto como algo que faz referência à vida humana em termos de sua felicidade e seu desenvolvimento ao tomar posse de si mesmo contra o fado, esse *bem* se relativiza ao contexto e se constitui em um elenco de referências para a nossa ação no mundo. Esse conjunto de referências – ou *bens*, se nos referimos às variadas manifestações do *bem universal* – funciona como instrumento para a sobrevivência e felicidade humana. É através da posse desses instrumentos que se constitui o acervo e arsenal do homem para essa sua busca terrena. Tais bens, verdadeiro tesouro por sua utilidade, quando compartilhados como herança coletiva, remetem à noção de *bem comum*, (...). (CARSALADE, 2015: p. 07)<sup>39</sup>

Ao citar o termo bem comum, o autor reforça a ideia de bem como parte integrante à soma daquilo que é compartilhado por um determinado grupo, sendo, portanto, do interesse de todos aqueles que compõem este grupo. No entanto, ao mesmo tempo, ao transpor o conceito de bem, enquanto advérbio, para o conceito de bem enquanto substantivo, acerca-se da concepção jurídica e econômica que, por sua vez, converge em direção ao conceito contemporâneo de patrimônio cultural, conforme nos mostra Márcia Chuva:

Hoje em dia, deu-se uma relativa ampliação do significado do termo (patrimônio cultural). Embora mantendo sua característica essencial de bem passível de posse, passou a incluir também, por um lado, a noção de bens cujo valor pode ser apenas econômico, ou ainda, bens imateriais, cujo valor é exclusivamente simbólico (CHUVA, 2012: p. 14)

Ao referenciar a questão econômica, torna-se relevante dizer que na atualidade, cada vez mais, bens culturais tem tido seu valor traduzido em moeda, o que acaba de algum modo por transformá-los em produtos culturais. Na opinião de Coelho Netto (*op. cit.*), tal postura leva a um enfraquecimento crescente da ideia de bem cultural. Por outro lado, para Enrique Saravia (2007) os bens culturais são, de

<sup>39</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bem%20pdf%283%29.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

maneira geral, os produtos do processo de criação artística, assim como os suportes necessários para sua difusão. O trabalho artístico é o que determina a especificidade dos bens culturais – cada bem cultural tem um valor de uso específico, ligado à personalidade de seu criador. Para que o bem cultural seja incorporado pela indústria cultural, ele deve se tornar suscetível à difusão massiva, transformando-se, assim, em produto cultural, ou, como alguns outros autores preferem, em mercadoria cultural. Sobre esta questão, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural<sup>40</sup>, documento elaborado pela UNESCO no ano de 2002, traz o seguinte texto em seu Artigo 08 – “Os bens e serviços culturais, mercadorias distintas das demais”:

Frente às mudanças econômicas e tecnológicas atuais, que abrem vastas perspectivas para a criação e a inovação, deve-se prestar uma particular atenção à diversidade da oferta criativa, ao justo reconhecimento dos direitos dos autores e artistas, assim como ao caráter específico dos bens e serviços culturais que, na medida em que são portadores de identidade, de valores e sentido, não devem ser considerados como mercadorias ou bens de consumo como os demais. (UNESCO, 2002: p. 04)

Apesar das abordagens claras e, em especial, da recomendação do principal órgão de preservação mundial, observa-se que o patrimônio cultural mundial tem sido tratado, cada vez mais, como mercadoria e não obstante, tem sido alvo de furtos que são anunciados frequentemente pelos veículos de comunicação de vários países. Basta ver, por exemplo, que no *site* do IPHAN foram encontrados 27 resultados de busca relacionados à Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) que, segundo consta, mantém ativa uma campanha de divulgação de obras desaparecidas que variam de pinturas, esculturas entre outros objetos de valor histórico e artístico. O assunto é tão delicado que em outubro de 2012 houve em Viena a “Conferência das Partes”, evento organizado pela Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, na qual o tráfico de bens culturais foi reconhecido como um aspecto importante a ser tratado. Os países mais atingidos pelo roubo de peças são a Itália e a França, mas o tráfico de bens culturais afeta vários outros países, como a Bolívia, o Peru, assim como, o Brasil. O IPHAN estabelece uma parceria com a Interpol na busca por bens culturais desaparecidos.

Enfim, conforme disse Carsalade:

Bem (cultural patrimonial) é a unidade de preservação do patrimônio cultural. O bem, como indivíduo, é a substância concreta da coisa dotada de significado patrimonial e que integra o rol do patrimônio coletivo, herança selecionada por um povo para

---

<sup>40</sup> Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 06/01/2016.

referenciá-lo e constituir o conjunto que atravessa a temporalidade de suas gerações. (CARSALADE, *op. cit.*: p. 02)

A “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”<sup>41</sup> da UNESCO, aprovada em 1972 e ratificada pelo Brasil em 1978, teve como objetivo incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade. Em seu texto, traz as seguintes definições:

ARTIGO 1º:

Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio cultural:

*Os monumentos* - Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

*Os conjuntos* - Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

*Os locais de interesse* - Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

ARTIGO 2º:

Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat*

de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural. (UNESCO, 1972: p. 02)

Apesar das críticas relativas às contradições do documento há de se considerar sua relevância diante da constante ameaça que vinha e ainda vem sofrendo o patrimônio cultural mundial, além disto, independente de incoerências e oposições, é ponto pacífico que o valor cultural de um bem reside na capacidade de estimular a memória das pessoas, contribuindo para a garantia de sua identidade cultural e para melhoria da sua qualidade de vida.

Considerando toda a América Latina, o México é o país que possui o maior número de bens listados como Patrimônio Cultural da Humanidade, são ao todo 31 (trinta e um) bens. O Brasil aparece na segunda posição com 20 (vinte) bens tombados, sendo que o mais recente foi o conjunto arquitetônico da Pampulha em Belo Horizonte (MG) incluído na lista em 16 de julho de 2016.

<sup>41</sup> Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2016.



O primeiro bem cultural brasileiro inscrito na lista do patrimônio mundial da UNESCO foi a cidade histórica de Ouro Preto (MG), em 05 de setembro de 1980, que se originou do processo de agregação de diversos arraiais de garimpo de ouro, ali estabelecidos no final do século XVII e início do XVIII. Em 1982 foi a vez do reconhecimento da cidade de Olinda (PE) e refere-se a uma área de 1,2 km<sup>2</sup> e cerca de 1.500 imóveis, os quais testemunham diferentes estilos arquitetônicos: edifícios coloniais do século XVI harmonizam-se às fachadas de azulejos dos séculos XVIII e XIX e às obras neoclássicas e ecléticas do início do século XX.

Em dezembro de 1983 foram inscritos na lista as Missões Jesuíticas, remanescentes que representam importante testemunho da ocupação do território e das relações culturais que se estabeleceram entre os povos nativos, na maioria do grupo étnico Guarani, e missionários jesuítas europeus. Estas estão localizadas nas ruínas de São Miguel Arcanjo, mais conhecido como São Miguel das Missões (RS). O conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico de Salvador (BA) é um dos mais importantes exemplares do urbanismo ultramarino português, implantado em acrópole, se distinguindo em dois planos: as funções administrativas e residenciais no alto e o porto e o comércio à beira-mar. Foi inscrito na lista da UNESCO em 05 de dezembro de 1985.

Situado no município de Congonhas (MG), o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos foi o inscrito na lista em dezembro de 1985. Construído na segunda metade do século XVIII, representa uma das obras-primas do barroco mundial. O Parque Nacional do Iguaçu (PR), devido seu valor ambiental e a beleza das paisagens, foi incluído pela UNESCO no rol do patrimônio natural mundial, pela importância dos remanescentes de Mata Atlântica e pelo espetacular conjunto das quedas d'água que formam as Cataratas do Iguaçu. Sua inscrição na lista se deu em 28 de novembro de 1986.

O conjunto urbanístico e arquitetônico de Brasília (DF), construído a partir do Plano Piloto de Lúcio Costa, foi inscrito na lista do patrimônio mundial em 11 de dezembro de 1987. Seu conjunto urbanístico se constitui no principal artefato urbano produzido em consonância com os princípios urbanísticos e arquitetônicos do movimento moderno. O Parque Nacional Serra da Capivara (PI) foi criado em 1979, para preservar vestígios arqueológicos da mais remota presença do homem na América do Sul, por sua importância, a UNESCO o inscreveu na lista do patrimônio mundial em 13 de dezembro de 1991.

O centro histórico de São Luís (MA) é um excepcional exemplo de cidade colonial portuguesa adaptada às condições climáticas da América do Sul e que tem conservado o tecido urbano. Este bem cultural foi inscrito como patrimônio mundial em 06 de dezembro de 1997. A cidade de Diamantina (MG) é um importante testemunho da ocupação do interior do país, demonstrando como no século XVIII os aventureiros à procura de riquezas e os representantes da Coroa Portuguesa adaptaram os modelos europeus a uma realidade americana, criando uma cultura original. O centro histórico foi reconhecido como patrimônio mundial em dezembro de 1999.

O trecho da Mata Atlântica que se inicia na Serra da Juréia (Iguape, SP) e vai até a Ilha do Mel (Paranaguá, PR) foi declarado patrimônio natural mundial em 1999. A sua inclusão na lista teve por objetivo estimular a preservação das florestas primárias e garantir a existência do seu patrimônio étnico e cultural, representado especialmente, pelas comunidades indígenas que habitam o entorno da área protegida. O título de patrimônio natural mundial para a Reserva de Mata Atlântica da Costa do Descobrimento foi concedido pela UNESCO, em 01 de dezembro de 1999, devido ao excepcional valor para a ciência e a preservação de ecossistemas de interesse universal.

Inscrito na lista do patrimônio natural mundial e reserva da biosfera em 2000, o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, que compreende o Parque Nacional do Pantanal e as Reservas Particulares de Proteção Natural de Acurizal, Penha e Doroquê, constitui o maior sistema inundado contínuo de água doce do mundo e um dos ecossistemas mais ricos em vida silvestre. O pantanal recebeu esse reconhecimento devido à paisagem que, formada por ecossistemas particulares e tipicamente regionais, constitui uma das mais exuberantes e diversificadas reservas naturais do planeta. Com relação ao Complexo de Conservação da Amazônia Central, inicialmente, em 2000, foi reconhecido o Parque Nacional do Jaú e, posteriormente, em 2003, o Comitê do Patrimônio Mundial estendeu o título, considerando também a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã e o Parque Nacional Anavilhanas, todos no Estado do Amazonas. A área inscrita na lista de patrimônio mundial pela UNESCO tem mais de seis milhões de hectares e é uma das regiões mais ricas do planeta em termos de biodiversidade.

O arquipélago de Fernando de Noronha (PE) e o Atol das Rocas (RN), ambos localizados no Atlântico Sul, foram inscritos na lista da UNESCO como patrimônio natural mundial em 16 de dezembro de 2001. Essas áreas representam uma grande proporção da superfície insular da América do Sul e suas riquezas aquáticas são extremamente importantes para a reprodução e a alimentação do atum, bem como de espécies de tubarão, tartarugas e mamíferos marinhos. Os parques nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas, ambos localizados no Estado de Goiás, foram declarados patrimônio mundial natural em 2001. As duas regiões são áreas protegidas do cerrado brasileiro, um dos ecossistemas tropicais mais antigos e diversificado do mundo.

A cidade de Goiás (GO) é testemunha da ocupação e da colonização do centro do Brasil nos séculos XVIII e XIX. As origens da cidade estão intimamente ligadas à história das bandeiras que partiram principalmente de São Paulo para explorar o interior do território brasileiro. O conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico de Goiás foi reconhecido como patrimônio mundial em 16 de dezembro de 2001. Primeira capital do atual Estado de Sergipe, São Cristóvão foi fundada em 1590, sendo considerada a quarta cidade mais antiga do Brasil. A Praça São Francisco, localizada na cidade, é um conjunto monumental excepcional e homogêneo, composto de edifícios públicos e privados que representam o testemunho único do período durante o qual as coroas de Portugal e Espanha estiveram unidas, entre 1580 e 1640. A praça constitui um assentamento urbano que funde os padrões de ocupação do solo seguidos por Portugal e as normas definidas para cidades estabelecidas pela Espanha. A Praça São Francisco foi reconhecida como patrimônio mundial pela UNESCO em 03 de agosto de 2010.

A partir de 1992, o conceito de paisagem cultural foi adotado pela UNESCO e incorporado como uma nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais. Anteriormente, os sítios reconhecidos nessa categoria eram relacionados a áreas rurais, sistemas agrícolas tradicionais, jardins históricos e outros locais de cunho simbólico. A cidade do Rio de Janeiro (RJ) passou, em 01 de julho de 2012, a ser a primeira área urbana no mundo a ter reconhecido o valor universal da sua paisagem urbana.














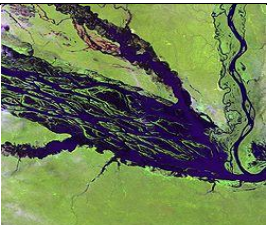





O Conjunto Moderno da Pampulha, situado em uma das regiões mais tradicionais de Belo Horizonte (MG), recebeu o título de patrimônio mundial durante a 40ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, que aconteceu em Istambul

(Turquia), no dia 16 de julho de 2016. A Pampulha é o primeiro bem cultural a receber o título de paisagem cultural do patrimônio moderno.

Para ser tombado como patrimônio histórico e cultural pela UNESCO, o bem cultural precisa atender aos pré-requisitos específicos, estabelecidos nas Diretrizes Operacionais (*Operational Guidelines*), um documento elaborado pela UNESCO e constantemente revisado por um comitê. O bem cultural pode ser classificado em pelo menos uma das três categorias: natural, cultural ou misto. A partir do momento em que o patrimônio é tombado ele passa a fazer parte de uma das duas listas existentes, ou seja, da lista de patrimônio mundial, quando o bem cultural está conservado e não corre o risco de se deteriorar ou, ao contrário, quando está sob ameaça, compõe a lista de bens em risco. Neste caso, de acordo com os registros encontrados, a UNESCO compromete-se a dar atenção especial ao bem tombado, assim como, a disponibilizar recursos para a manutenção e restauro do patrimônio em risco. Em ambos os casos, a organização deve garantir a proteção e a conservação dos patrimônios, além de oferecer assistência internacional através de um fundo e mobilizar um suporte nacional e internacional.

A seguir é apresentado um quadro resumo com os bens culturais e naturais tombados pela UNESCO no Brasil com suas respectivas localizações e datas de tombamento.

### Quadro 01 - Patrimônio Cultural Mundial no Brasil

 <b>Cidade Histórica de Ouro Preto (MG) - 1980</b>	 <b>Centro Histórico de Olinda (PE) - 1982</b>	 <b>Missões Jesuíticas - Rio Grande do Sul - 1983</b>	 <b>Centro Histórico de Salvador (BA) - 1985</b>
 <b>Santuário de Bom Jesus de Motosinhos - Congonhas (MG) - 1985</b>	 <b>Parque Nacional do Iguaçu - Foz do Iguaçu (PR) - 1986</b>	 <b>Plano Piloto de Brasília (DF) - 1987</b>	 <b>Parque Nacional da Serra da Capivara - Piauí - 1991</b>
 <b>Centro Histórico de São Luiz (MA) - 1997</b>	 <b>Centro Histórico de Diamantina (MG) - 1999</b>	 <b>Reservas de Mata Atlântica do Sudeste - (PR e SP) - 1999</b>	 <b>Reservas de Mata Atlântica da Costa do Descobrimento (BA e ES) - 1999</b>
 <b>Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (MT e MS) - 2000</b>	 <b>Complexo de Conservação da Amazônia Central - (AM) - 2000</b>	 <b>Ilhas Atlânticas Brasileiras - Fernando de Noronha (PE e RN) - 2001</b>	 <b>Cerrado - Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas (GO) - 2001</b>
 <b>Centro Histórico de Goiás (GO) - 2001</b>	 <b>Praça de São Francisco - São Cristóvão (SE) - 2010</b>	 <b>Paisagem Cultural do Rio de Janeiro (RJ) - 2012</b>	 <b>Conjunto Arquitetônico da Pampulha - Belo Horizonte (MG) - 2016</b>

Fonte: IPHAN - Elaboração: autor

### 2.3.1. Bens Tangíveis

Com origem no termo latim *tangibilis*, a palavra tangível permite fazer referência a tudo aquilo que se pode tocar. Num sentido mais amplo, também faz alusão ao que pode ser percebido de maneira precisa, portanto, acessível ao tato, o sentido que permite aos organismos perceberem as qualidades dos objetos como a temperatura, a aspereza, a textura ou a dureza.

Com relação aos bens culturais, os bens de natureza tangível ou material compõem aquilo que chamamos de patrimônio material, por sua vez, o patrimônio material é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza e conforme define os chamados Livros do Tombo que são definidos como: arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, das belas artes e das artes aplicadas.

Os bens de natureza tangível ou material podem ser classificados em bens móveis e bens imóveis. Os bens imóveis podem ser exemplificados pelas cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos, já os bens móveis, podem ser as coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

A ideia de monumento e o valor que a ele se atribui é juízo universal e prática usual em todas as sociedades, entretanto, o monumento histórico, exemplo típico de bem cultural tangível, é uma construção tipicamente ocidental. Neste sentido, durante muito tempo a preservação do patrimônio cultural nos países ocidentais esteve voltada para as coisas físicas, contrário, nos países orientais. Enquanto aqui a história se construiu pelos monumentos, nos países orientais, os objetos não foram indispensáveis para a perpetuação das tradições culturais.

A título de ilustração e considerando apenas os Livros do Tombo do IPHAN<sup>42</sup>, a Tabela 03 - Registro de Bens Tangíveis (pág. 91), mostra os registros de bens desta natureza em cada um dos Livros do Tombo e a quantidade de cada bem em cada um dos estados brasileiros.

---

<sup>42</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/229>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

**Tabela 03 - Registro de Bens Tangíveis**

	<b>LIVRO ARQUEOLÓGICO, ETNOGRÁFICO E PAISAGÍSTICO</b>	<b>LIVRO HISTÓRICO</b>	<b>LIVRO DAS BELAS ARTES</b>	<b>LIVRO DAS ARTES APLICADAS</b>	<b>TOTAL DE BENS TOMBADOS</b>
<b>ACRE</b>	00	00	00	00	00
<b>ALAGOAS</b>	02	09	01	00	12
<b>AMAPÁ</b>	00	01	00	00	01
<b>AMAZONAS</b>	01	03	03	00	07
<b>BAHIA</b>	18	93	118	02	231
<b>CEARÁ</b>	06	10	09	00	25
<b>DISTRITO FEDERAL</b>	00	03	01	00	04
<b>ESPIRITO SANTO</b>	00	11	06	00	17
<b>GOIAS</b>	04	07	18	00	29
<b>MARANHAO</b>	04	06	13	00	23
<b>MATO GROSSO</b>	01	04	04	00	09
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	03	02	01	00	06
<b>MINAS GERAIS</b>	13	54	169	00	236
<b>PARÁ</b>	05	18	11	00	34
<b>PARAÍBA</b>	00	12	14	00	26
<b>PARANÁ</b>	03	09	12	00	24
<b>PERNAMBUCO</b>	04	40	62	00	106
<b>PIAUI</b>	01	06	06	00	13
<b>RIO DE JANEIRO</b>	32	142	142	00	316
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	00	12	00	02	14
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	03	24	18	00	45
<b>RONDÔNIA</b>	00	01	00	00	01
<b>RORAIMA</b>	00	00	00	00	00
<b>SANTA CATARINA</b>	09	16	08	00	33
<b>SÃO PAULO</b>	07	49	44	00	100
<b>SERGIPE</b>	02	24	21	00	47
<b>TOCANTINS</b>	01	01	01	00	03
<b>TOTAL</b>	<b>119</b>	<b>557</b>	<b>682</b>	<b>04</b>	<b>1.362</b>

Fonte: IPHAN - Elaboração: autor

### 2.3.2. Bens Intangíveis

Do latim *intangibilis*, refere-se a aquilo que não pode ser tocado, de in -, não, mais *tangibilis*, o que se pode tocar.

Em 2003 a cidade de Paris foi, mais uma vez, sede de uma convenção da UNESCO, desta vez, era a “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”<sup>43</sup>, cuja finalidade aparece no Artigo I do documento produzido no evento, a saber:

A presente Convenção tem as seguintes finalidades:

- a) a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;
- b) o respeito ao patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos;
- c) a conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco;
- d) a cooperação e a assistência internacionais. (UNESCO, 2003: p. 04)

Com relação as definições traçadas na convenção ficou definido que:

1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.
2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos:
  - a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
  - b) expressões artísticas;
  - c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
  - d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
  - e) técnicas artesanais tradicionais. (...) (UNESCO, 2003: p. 04)

O Brasil ratificou esta convenção em março de 2006, no entanto, para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação dos bens imateriais, o IPHAN, desde o ano 2000, coordenou alguns estudos que resultaram na edição do Decreto nº. 3.551 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, assim como, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e consolidou o Inventário Nacional de Referências

<sup>43</sup> Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf>> Acesso em: 06 jan. 2016.



Culturais (INCR). Em 2004, uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática começou a ser implementada com a criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) e, finalmente, em 2010 foi instituído, por força do Decreto nº. 7.387, de 09 de dezembro, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), instrumento utilizado para reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Desta forma, aos bens culturais de natureza intangível ou imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social e estão relacionados às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas. Se manifestam: nos saberes e fazeres, representados pelos conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; nas celebrações, referentes aos rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; nas formas de expressão, representadas pelas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas e nos lugares, representados pelos mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.

Da mesma forma que os bens de natureza tangível, os bens intangíveis ou imateriais são registrados em um dos quatro Livros de Registros que são: i) **Livro de Registro dos Saberes** - criado para receber os registros de bens imateriais que reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Os *Saberes* são conhecimentos tradicionais associados a atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como grandes conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Geralmente estão associados à produção de objetos e/ou prestação de serviços que podem ter sentidos práticos ou rituais. Trata-se da apreensão dos saberes e dos modos de fazer relacionados à cultura, memória e identidade de grupos sociais; ii) **Livro de Registro de Celebrações** - para os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social. *Celebrações* são ritos e festividades que marcam a vivência coletiva de um grupo social, sendo considerados importantes para a sua cultura, memória e identidade, e acontecem em lugares ou territórios específicos e podem estar relacionadas à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, que envolvem práticas complexas e regras próprias para a distribuição de papéis, preparação e consumo de comidas e bebidas,

produção de vestuário e indumentárias, entre outras; iii) **Livro de Registro das Formas de Expressão** - para as manifestações artísticas em geral. *Formas de Expressão* são formas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas e padrões de qualidade. Trata-se da apreensão das performances culturais de grupos sociais, como manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, que são por eles consideradas importantes para a sua cultura, memória e identidade e, por último, iv) **Livro de Registro dos Lugares** - para mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas. *Lugares* são aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas, participando da construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais.

Para efeito ilustrativo, utilizando apenas os registros realizados pelo IPHAN, a Tabela 04 - Registro de Bens Intangíveis (pág. 95) mostra os bens registrados do patrimônio cultural imaterial brasileiro.

**Tabela 04 - Registro de Bens Intangíveis**

ITEM	Livro de Registro dos Saberes	Livro de Registro de Celebrações	Livro de Registro das Formas de Expressão	Livro de Registro dos Lugares
01	Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas Regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre	Círio de Nossa Senhora de Nazaré*	Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi*	Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri
02	Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas	Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão	Carimbó	Feira de Caruaru
03	Modo de Fazer Viola de Cocho	Festa do Divino Espírito Santo de Paraty	Cavalo-Marinho	Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani
04	Modo de Fazer Renda Irlandesa - Sergipe	Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis	Fandango Caiçara	-
05	Ofício das Baianas de Acarajé	Festa de Sant'ana de Caicó	Frevo: expressão artística do Carnaval do Recife*	-
06	Ofício das Panelas de Goiabeiras	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	Jongo no Sudeste	-
07	Ofício dos Mestres de Capoeira	Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó	Maracatu Nação	-
08	Ofício de Sineiro	Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe	Maracatu de Baque Solto	-
09	Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí	-	Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo	-
10	Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá	-	O Toque dos Sinos em Minas Gerais	-
11	Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro	-	Roda de Capoeira*	-
12	-	-	Rtixòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá	-
13	-	-	Samba de Roda do Recôncavo Baiano*	-
14	-	-	Tambor de Crioula do Maranhão	-
15	-	-	Teatro de Bonecos Popular do Nordeste	-

Fonte: IPHAN - Elaboração: autor

\* Esta manifestação encontra-se na **lista representativa do patrimônio cultural imaterial da humanidade no Brasil**.

### 2.3.3. Bens Naturais

Conforme dito anteriormente, foi a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” da UNESCO que definiu a inscrição de bens naturais como patrimônio mundial. Segundo sua definição:

(...) serão considerados como patrimônio natural:  
 Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;  
 As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;  
 Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural. (UNESCO, 1972: p. 02)

Para Rafael Ribeiro (2000) o texto do documento elaborado durante a convenção possui contradições relativas às definições das categorias cultural e natural e tais incongruências refletem a bilateralidade da política de preservação do patrimônio mundial, de um lado aqueles que se atentavam para a proteção dos sítios naturais e de outro aqueles interessados na preservação dos sítios culturais.

Independente das críticas, é fato que a iniciativa foi extremamente relevante, seja pelo alerta dado frente as ameaças de destruição que o patrimônio natural e cultural vinha sofrendo, tanto por causas naturais quando por causas antrópicas<sup>44</sup>, seja pela discussão aberta que vem fomentando iniciativas de estudos e produções acadêmicas sobre o tema, mormente na Geografia. Segundo Juliana Santilli:

(foi somente) mais tarde, verificando-se a existência de bens que podiam ser classificados nas duas categorias, foi criada a classificação de bem misto, para aqueles que tinham sua inscrição justificada tanto por critérios naturais quanto culturais, mas sem uma análise da integração entre ambos. Foi apenas em 1992, no mesmo ano em que se realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, que a UNESCO adotou a categoria “paisagem cultural”, valorizando todas as inter-relações entre homem e meio ambiente, entre o natural e o cultural. (SANTILLI, 2009, p. 173)

Ao cunhar o termo paisagem cultural, além de aproximar as categorias patrimoniais - cultural e natural - foi criado um instrumento de preservação e conceito. O conceito de paisagem cultural, não poderia ser diferente uma vez que é um patrimônio cultural, envolve as ideias de pertencimento, significado e valor. Para serem incluídas na lista do patrimônio mundial, as paisagens culturais devem ser selecionadas pelo seu valor universal, pela sua representatividade em termos de

<sup>44</sup> Antrópico: pertencente ou relativo ao homem ou ao período de existência do homem na Terra.

uma região geocultural claramente definida e pela sua capacidade de ilustrar elementos culturais distintos dessa região.

Santilli (*op. cit.*) afirma que para a paisagem cultural ser inscrita como patrimônio mundial deverá ser classificada dentre os seguintes critérios:

(...) a) paisagens claramente definidas (*clearly defined landscapes*), que são aquelas desenhadas e criadas intencionalmente, como jardins e parques construídos por razões estéticas; b) paisagens evoluídas organicamente (*organically evolved landscapes*), também chamadas de “essencialmente evolutivas”, que se subdividem em paisagens-relíquia ou fóssil (*relict or fossil landscapes*), cujo processo de construção terminou no passado, e paisagens contínuas ou vivas (*continuing landscapes*), em que os processos evolutivos ainda estão em curso; c) paisagens culturais associativas (*associative cultural landscapes*), que têm o seu valor determinado de acordo com associações feitas acerca delas, como as associações espirituais de povos tradicionais com determinadas paisagens. (SANTILLI, *op. cit.*, p. 143)

Dos 197 registros de bens naturais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO<sup>45</sup>, de 1978 a 2015, apresenta-se, entre outros: Ilhas Galápagos - Equador (1978); Parque Nacional *Grand Canyon* - Estados Unidos (1979); Parque Nacional Durmitor - Montenegro (1980); Park Nacional do Serengete - Tanzânia (1981); Grupo de Ilhas *Lord Howe* - Austrália (1982); Parque Nacional Pirin - Bulgária (1983); Parque das Montanhas Rochosas - Canadá (1984); Parque Nacional Kaziranga - Índia (1985); Cavernas Skocjan - Eslovênia (1986); Parque Nacional Manú - Peru (1987); Reserva Floresta Sinharaja - Sri Lanka (1988), Parque Nacional Banc D'Arguin - Mauritânia (1989); Reserva Natural Tsingy de Bemaraha - Madagascar (1990); Delta do Danúbio - Romênia (1991); Ilhas Fraser - Austrália (1992); Yakushima - Japão (1993); Parque Nacional *Doñana* - Espanha (1994); Os terraços de arroz das Cordilheiras Filipinas - Filipinas (1995); Lago Baikal - Rússia (1996); A Costa Amalfitana - Itália (1997); Ilhas Subantárticas - Nova Zelândia (1998); Península de Valdez - Argentina (1999); As primeiras plantações de café da *Sierra Maestra* - Cuba (2000); A paisagem cultural e os vestígios arqueológicos do Vale de Bamiyán - Afeganistão (2001); A paisagem cultural da região vinícola de Tokaj - Hungria (2002); A quebrada de Hunahuaca, no vale do Rio Grande - Argentina (2003); As paisagens vinícolas da ilha vulcânica do Pico, que integra o arquipélago de Açores - Portugal (2004); Shiretoko - Japão (2005); A paisagem do agave e as antigas destilarias de tequila - México (2006); Parque Nacional Teide - Espanha (2007), As florestas sagradas de Mijikenda Kaya - Quênia (2008); Os Dolomites - Itália (2009); Platô Putorana - Rússia (2010); Ilhas Ogasawara - Japão

<sup>45</sup> Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

(2011); Lagos do Ounianga - Chad (2012); Monte Etna - Itália (2013); Delta do Okavango - Botswana (2014); Jardim Botânico de Singapura - Singapura (2015).

No caso do Brasil, apesar da proteção da paisagem estar prevista, desde o Decreto Nº. 25, de 1937, somente com a portaria do IPHAN Nº. 127 de 2009 é que se iniciou o processo de salvaguarda da paisagem natural como patrimônio. Os documentos produzidos por este instituto que regulamentam e orientam as ações no que diz respeito a este tema, conceituam paisagem cultural como uma porção do território com características peculiares, produto de relações que os grupos sociais estabelecem com a natureza, relações essas que podem aparecer fisicamente, sob a forma de marcas e/ou por meio de valores que lhe são atribuídos socialmente. Para Ribeiro (2007), o caráter peculiar ou especial, próprio de algum lugar, é o elemento essencial que faz com que uma determinada paisagem possa ser reconhecida como de importância cultural e, portanto, passível de mecanismos públicos de proteção. Neste sentido, o peculiar é aquilo que dá identidade a um lugar e esta, por sua vez, é capaz de diferenciá-lo num contexto espacial mais amplo.

O nosso país conta com 08 (oito) bens naturais reconhecidos com patrimônio mundial (vide quadro página 89).

## **2.4. Educação Patrimonial**

Antes de tratar especificamente as questões da educação patrimonial, torna-se relevante apresentar, mesmo que sucintamente, aquilo que se compreende como educação. Para tanto, parte-se dos conceitos de educação formal, não formal e informal.

A educação formal caracteriza-se por ser estruturada e por se desenvolver no seio de instituições, tais como: escolas e universidades, onde o aluno deve seguir um programa pré-determinado. Na concepção de von Simson, Park e Fernandes (2001), a educação formal tem o caráter compulsório e a responsabilidade de transmitir determinados conteúdos, assim como, de estar subordinada a uma estrutura hierarquizada e a um poder centralizado.

A educação não formal processa-se fora da esfera escolar e é veiculada pelos museus, meios de comunicação e outras instituições que organizam eventos das

mais diversas ordens, tais como: cursos livres, feiras e encontros. A aprendizagem não formal desenvolve-se de acordo com os desejos do indivíduo, num clima especialmente concebido para se tornar agradável. Para as autoras citadas anteriormente, a educação não formal não é obrigatória, os conteúdos são os mais variados e não existem conteúdos obrigatórios. Nessa modalidade ao definir-se atividades e conteúdos deve-se voltar para as necessidades e desejos expressos pelo grupo com o qual se irá trabalhar. Ainda segundo as autoras, a estrutura organizacional da educação não formal é bastante flexível e pouco hierarquizada e as formas de participação são descentralizadas e pouco formalizadas (VON SIMSON, PARK & FERNANDES, 2001).

E, finalmente, a educação informal, que é aquela que ocorre de forma espontânea, no cotidiano, por meio de conversas e vivências com familiares, amigos, colegas e interlocutores ocasionais.

Contudo, também a respeito da educação, faz-se referência à premissa do educador Paulo Freire (1921/1997)<sup>46</sup>, para quem ensinar é um ato de educar para a liberdade e educar é promover a liberdade pessoal, a autonomia, é criar um “homem-sujeito”.

Ao afirmar tal postura, é inevitável pensar o quanto o Brasil, enquanto nação, ainda necessita trabalhar para alcançar esta meta. O que ainda se vê por aqui, de maneira geral, é uma sociedade com dificuldade de participar e se envolver com as decisões importantes para o país. Grande parte desta constatação está atrelada às graves e contínuas crises que afetam as instituições educacionais país afora e, conseqüentemente, em função do parco conhecimento adquirido pela maioria dos brasileiros. Haja vista os resultados encontrados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2013) que apresenta 8,3% da população brasileira como analfabeta, o número de pessoas com 10 (dez) anos ou mais que não têm instrução ou estudaram menos de um ano é de 16 (dezesseis) milhões e o número médio de anos de estudo dos brasileiros, com 10 (dez) ou mais anos de idade, é de 7,7 (sete vírgula sete). Levando em conta que para se completar o ensino fundamental a demanda é de 09 (nove) anos de estudo, conclui-se que boa parcela da população brasileira não possuem o ensino fundamental completo. Certamente

---

<sup>46</sup> Paulo Reglus Neves Freire foi um educador, pedagogo e filósofo brasileiro. É considerado o influenciador do movimento chamado pedagogia crítica.

estes números explicam os significativos inconvenientes e contradições que se apresentam no Brasil.

Entretanto, focando a atenção naquilo que se propõe nesta seção: todo indivíduo, a partir da educação, deve criar sua identidade pessoal relacionada com o contexto cultural no qual está inserido, observamos conforme nos diz Flávio Carsalade:

(...) apenas com a construção de parâmetros pessoais e de autonomia, inseridos em determinado contexto geográfico, histórico e social, o ser humano pode, efetivamente, educar-se e usar a educação para o crescimento da sociedade em que vive (...). (CARSALADE, 2002: p. 68)

A partir desse mote e considerando que o patrimônio cultural é também a materialização da cultura na qual se insere o aprendiz, pode-se estabelecer fortes relações entre a educação e o patrimônio cultural, assim como, pode-se dizer que a educação patrimonial é o amálgama que os une.

Ações educativas ou sensibilizadoras das comunidades detentoras de bens culturais ocorrem desde a criação do IPHAN, em 1937, Mário de Andrade, em seu projeto apontava para a importância do caráter pedagógico dos museus. Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do IPHAN, na década de 1960, destacou a importância da educação. Em suas palavras: “Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular”. Posteriormente, na década de 1970, sob o comando de Aloísio de Magalhães, a questão foi abordada de maneira mais contundente e o lema de atuação passou a ser a já referida frase: **“a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio”**.

Todavia, a expressão educação patrimonial foi introduzida no Brasil, em termos conceituais e práticos, por ocasião do Iº Seminário de Educação Patrimonial, realizado no Museu Imperial de Petrópolis (RJ), inspirado no trabalho educacional que vinha sendo desenvolvido na Inglaterra com o nome de *“Heritage Education”*.

A educação patrimonial é um trabalho permanente de envolvimento de todos os segmentos que compõem a comunidade, visando à preservação dos marcos e manifestações culturais, compartilhando responsabilidades e esclarecendo dúvidas, conceitos e, ao mesmo tempo, divulgando trabalhos técnicos pertinentes e seus resultados. Visa principalmente fortalecer a autoestima das comunidades pelo reconhecimento e valorização de sua cultura e seus produtos. Esse processo educacional formal e não formal usa situações e ações que provocam reações,



interesse, questionamentos e reflexões sobre o significado e valor dos acervos culturais e sua manutenção e preservação. Nas palavras de Maria de Lourdes Parreiras Horta:

A Educação Patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA *et al.*, 1999: p. 6)

As ações de educação patrimonial estão amparadas em uma série de premissas conceituais, a saber: (i) as comunidades devem ser participantes efetivas das ações educativas; (ii) os bens culturais devem estar inseridos nos espaços de vida das pessoas; (iii) a educação patrimonial é um processo de mediação; (iv) o patrimônio cultural é um campo de conflito; (v) os territórios são espaços educativos; (vi) as ações educativas devem levar em conta a intersectorialidade das políticas públicas; e (vii) é necessária uma abordagem transversal e dialógica na educação patrimonial.

Conforme mencionado anteriormente, a educação patrimonial é o elo que une a educação e o patrimônio cultural. Em meio as afinidades existentes, Flávio Carsalade (*op. cit.*) destaca: (i) a facilitação do processo ensino-aprendizagem: uma vez que o patrimônio cultural é um elo que liga o mundo interior, da personalidade, da identidade pessoal, com o mundo exterior, da realidade, da universalidade. Assim, “o patrimônio cultural é base para a construção de significados” (Carsalade, *op. cit.*: p. 76); (ii) a formação cidadã: pois se deve ensinar para formar e não para apenas informar “o patrimônio cultural permite inserir o aprendiz na perspectiva histórica e de identidade do grupo social a que pertence, transmitindo-lhe conteúdos éticos e de cidadania” (Carsalade, *op. cit.*: p. 77); Criação de uma ética de ações: educa-se para desenvolver e dar autonomia tanto ao indivíduo quanto à sociedade. “(...) a noção de patrimônio cultural, coletivo e comum a um grupo, permite o desenvolvimento de uma ética de ações”. (Carsalade, *op. cit.*: p. 77). Todas as vezes que as pessoas se reúnem para construir e dividir conhecimentos, investigar para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que as cerca estão realizando uma ação educativa, quando tudo isso é feito levando em conta o patrimônio cultural, então se trata de educação patrimonial.

Ante ao pluralismo democrático estabelecido após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que reflete e respalda a diversidade cultural

brasileira e, ao mesmo tempo, permite que diferentes grupos sociais acessem o poder, reforça-se o fato de que, proteger nossas referências culturais implica em ir além do estabelecimento de dispositivos jurídicos requer o conhecimento. Por sua vez, entende-se que o conhecimento procede da informação e que pode levar à sabedoria, nas palavras de Cipriano Carlos Luckesi: “o conhecimento é a compreensão inteligível da realidade que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com esta mesma realidade” (LUCKESI, 1993).

Desta forma, o conhecer, que se utiliza de informações das diferentes ciências, é um passo necessário para a proteção, contudo, não é suficiente. É preciso transformar o conhecimento em sabedoria e, para isso, devemos nos valer da dimensão política. Ao adotarmos uma postura, referente às ações de identificar, conhecer e preservar as práticas culturais para além do saber, atribuímos poder aos grupos que as praticam. Preservar referências culturais é uma demonstração de poder, haja visto os exemplos de civilizações pretéritas poderosas que não só conseguiram preservar suas identidades, assim como, se apropriaram de referências de outros grupos ou destruíram os vestígios culturais daqueles, os quais sobrepujaram.

Na contemporaneidade, a informação assume um papel cada vez mais relevante em nossas vidas e conforme nos diz Arlêude Bortolozzi<sup>47</sup>:

(...) a educação ambiental e a cultura devem desempenhar papéis preponderantes para a construção da cidadania. Ambas têm a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para a proteção do patrimônio cultural como sendo umas das facetas na luta pela defesa da própria vida. É urgente, que tanto a educação como a cultura, muitas vezes ausentes destes pertinentes diálogos, reconheçam a importância do binômio que elas próprias constituem - como um pilar de sustentação das cidades contemporâneas e venham se juntar ao debate, para que efetivamente possam difundir uma nova cultura do território. (BORTOLOZZI, 2008: s/p)

Acredita-se que a educação patrimonial é um valioso instrumento para análises mais profundas sobre os valores éticos, estéticos e socioambientais da nossa sociedade. Para Bortolozzi:

(...) a educação patrimonial deveria estar inserida no rol das preocupações tanto da chamada educação ambiental como da educação como um todo, valorizando as culturas urbanas locais. Os efeitos dos impactos socioambientais, das intervenções urbanas atuais muitas vezes promovem a exclusão social, quando em nome da chamada “revitalização urbana” ou “recuperação de áreas degradadas” podem provocar o deslocamento parcial ou total das comunidades. Não há dúvidas sobre a importância da educação patrimonial em estudos sobre as cidades contemporâneas. (BORTOLOZZI, 2008: s/p)

<sup>47</sup> Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/157.htm>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

Os princípios norteadores das ações de educação patrimonial são a descoberta e a construção em conjunto, motivadas pela observação, apreensão, exploração e apropriação criativa do conhecimento, na busca da compreensão da condição individual e coletiva e o aprimoramento da vida em sociedade, ou seja, sensibilizar a sociedade para uma mudança de atitude, de espectadores da proteção do patrimônio para atores desse processo e produzir a compreensão e por meio dela, proporcionar a apreciação e, por meio da apreciação chegar à proteção. Segundo Carlos Henrique Rangel:

A Educação Patrimonial deve nos motivar a pensar em nós mesmos e no mundo que nos cerca. Principalmente, ela deve trabalhar todos os sentidos humanos:

- Deve trabalhar o olhar para que possamos entender e compreender o que se vê para compreender o gostar e o não gostar do que se vê.
- Deve trabalhar a audição para que se possa saber ouvir e refletir sobre o que se ouve.
- Deve educar o olfato para saber o mundo e seus cheiros e seus significados e para onde eles nos remetem.
- Deve educar a percepção tátil para sentir as coisas. Sua temperatura, textura, maleabilidade, função estética.
- Deve trabalhar os modos de se expressar e os de dizer para que sejamos capazes de exprimir os sentimentos, dúvidas, anseios e ideias, com propriedade, por meio da fala, da escrita e do próprio corpo. (RANGEL, s/d: p. 82)

Antes de iniciar um trabalho utilizando o patrimônio cultural como objeto de estudo, devem-se estar definidos os objetivos educacionais e os resultados esperados com a atividade. O educador deverá estar atento para as habilidades, conceitos e conhecimentos que a atividade desenvolverá nos educandos, assim como, deverá saber de que modo as atividades se inserem no currículo escolar, caso a atividade seja desenvolvida em sala de aula. A educação patrimonial possui as seguintes etapas de trabalho: (i) Observação; (ii) Registro; (iii) Pesquisa/Exploração; (iv) Apropriação. O Quadro 02 - Etapas da Educação Patrimonial, abaixo, sintetiza cada uma das etapas mencionadas apresentando os objetivos e sugerindo uma metodologia.

**Quadro 02 - Etapas da Educação Patrimonial**

<b>ETAPA</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>METODOLOGIA</b>
1) Observação	Identificar o objeto/função/significado; Desenvolver a percepção visual e simbólica.	Utilize jogos de memória, desenhos, jogos dos sete erros, jogos de comparação com fotos antigas e recentes, perguntas etc.
2) Registro	Fixar o conhecimento percebido; Aprofundar a observação e análise crítica; Desenvolver a memória, o pensamento lógico, intuitivo e operacional.	Redação, desenho, poesia, explicação verbal, fotografias (produção e análise), maquetes, plantas e mapas.
3) Exploração	Desenvolver a capacidade de análise e julgamento crítico; Aprender a interpretar os fatos e acontecimentos; Descobrir significados.	Discussão com os alunos ou grupo sobre conceitos, dúvidas. Desenvolvimento de trabalhos sobre o tema com entrevistas, pesquisa em livros, revistas, jornais e internet.
4) Apropriação	Envolver afetivamente os educandos com o objeto cultural; Apropriar-se do bem como patrimônio cultural; Valorizar a cultura local.	O que cada um aprendeu com os trabalhos do projeto. Este é o momento que o grupo tem para expressar, da maneira que for mais conveniente, o significado da atividade educativa para cada um.

Fonte: HORTA – adaptado

Incrementar e enaltecer os aspectos culturais de uma sociedade são ações de extrema relevância, da mesma forma que a participação popular ainda continua sendo a melhor maneira e a mais democrática para melhorar as condições de vida de todos. Mas, para que se tenha resultados que atendam, satisfatoriamente, a população é necessário que os indivíduos estejam capacitados para opinar de maneira coerente. Para tanto, é inevitável que haja investimento e dedicação em educação, pois, forçosamente, para se pensar e falar em ações que envolvam os indivíduos de uma sociedade, em qualquer área que seja, exige-se conhecimento.

## CAPÍTULO 03

---

Figura 04 – Memorial Minas Gerais Vale



Fonte: <http://circuitoculturalliberdade.com.br/plus/modulos/listas/?tac=espaco&id=8#/album>

“Instruam-se, porque teremos necessidade de toda vossa inteligência. Agitem-se, porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo. Organizem-se porque teremos necessidade de toda vossa força”.

(Antonio Gramsci)

### 3.0. SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SALVAGUARDA E PROTEÇÃO

Antes de tratar a especificidade que se propõe nesta seção, torna-se conveniente, aos moldes de introdução, tecer considerações sobre o conceito e o tratamento das políticas públicas no Brasil.

Após a consolidação dos Estados Nacionais, em especial, durante os séculos XVIII e XIX, as principais funções do Estado eram a segurança pública e a defesa em caso de embate externo. No entanto, com a expansão da democracia, houve muitas mudanças com relação às suas responsabilidades perante a sociedade. Desta forma, pode-se dizer que, atualmente, a principal função do Estado é proporcionar bem-estar e desenvolvimento aos cidadãos.

Para tanto, o governo responsável pela condução de um país necessita desenvolver ações e atuar em diferentes campos tais como: saúde, educação, segurança, transporte público, meio ambiente, cultura, entre outros. Para lograr êxito em suas ações o governo utiliza as chamadas políticas públicas.

Por políticas públicas entende-se o conjunto de decisões, programas, metas e ações governamentais, em qualquer das esferas, federal, estadual ou municipal, com a participação de entes públicos ou privados, visando assegurar o direito difuso de cidadania e voltados para a resolução de problemas que são de interesse público. Por sua vez, tais problemas podem ter caráter específico, como a construção de uma ponte, por exemplo, ou podem ter caráter geral, como melhoria nas condições da educação pública.

No caso do Brasil, as políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente, ou que se afirmam enquanto novos direitos das pessoas e comunidades, graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos constituídos. Por exemplo, a água é concebida pela Constituição Federal como bem de uso comum, para proteger este bem e regulamentar seu uso múltiplo foi instituída a Política Nacional de Recursos Hídricos, mediante a Lei Federal nº 9.433<sup>48</sup>. Da mesma forma, o meio ambiente é também reconhecido como um direito de todos e a ele corresponde a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal n.º 6.938<sup>49</sup> e assim, para todos os campos vão se criando as leis que são os instrumentos de garantia de direito.

---

<sup>48</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm)>. Acesso em: 09 jan. 2016.

<sup>49</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm)>. Acesso em: 09 jan. 2016.

As políticas públicas, geralmente, são formuladas por iniciativa dos poderes executivo ou legislativo (atores políticos), separada ou conjuntamente, a partir de demandas propostas pela sociedade (atores sociais), em seus vários seguimentos. Através de grupos organizados, os atores sociais fazem seu(s) apelo(s) aos representantes do poder legislativo - vereadores, deputados e senadores - e estes mobilizam os componentes do poder executivo - prefeito, governador e presidente da república - para que atendam as solicitações da população. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, em alguns casos, é assegurada na própria lei que as institui. É importante ressaltar que a existência da demanda e a solicitação, por um grupo organizado, não garantem a implantação de uma política pública, pois, cada governo realiza uma seleção de prioridades que visa responder as demandas das áreas mais vulneráveis da sociedade pela qual é responsável e, certamente, nem todas as solicitações são atendidas. Desta forma, é preciso que tais reivindicações ganhem força, através de mobilizações sociais que chamem a atenção dos atores políticos.

No Brasil, a participação social na formulação de políticas públicas vem se afirmando, nos últimos anos, por meio de instrumentos como encontros, conferências e audiências públicas. A Lei Complementar Nº. 131 de maio de 2009, também conhecida como “Lei da Transparência”<sup>50</sup>, por exemplo, estabelece o seguinte:

Art. 1º (...) Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:  
I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;  
II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; (...). (BRASIL, LEI COMPLEMENTAR 131, 2009).

Entretanto, ao se analisar, mesmo que de maneira superficial, a implantação das políticas públicas brasileiras percebe-se que até a década de 1920 o país tinha grande parte de sua população vivendo no campo com uma economia fortemente baseada na agricultura. A partir daí, o país foi paulatinamente se industrializando e, conseqüentemente, viu sua população migrar, de maneira maciça, para as cidades. Pode-se dizer que ao longo de 70 anos, os governos deram muito mais ênfase ao

<sup>50</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp131.htm)>. Acesso em: 08 jan. 2016.

processo de industrialização do que se preocuparam com as transformações que a sociedade brasileira vinha sofrendo, salvo poucos exemplos. Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho e anos mais tarde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ainda nessa década surgiram programas voltados ao pagamento de aposentadoria e pensões em diversas profissões. Com a imposição da ditadura pelo governo militar, muitos direitos civis, sociais e políticos foram retirados da população brasileira, contudo, foram criados o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Na década de 1970 foi criado o Ministério da Previdência que atuava na área da saúde e na área social.

Apesar das medidas criadas e dos programas sociais voltados à população, as decisões eram caracterizadas pelo assistencialismo e pela ineficiência dos processos, por isso, passou-se a investir mais no sistema privado, por exemplo, a educação e a saúde particulares.

Com relação às políticas públicas de cultura, a partir da segunda metade do século XX, as reivindicações de diferentes grupos, comprometidos com aspectos de sua identidade cultural, converteram-se em disputas na esfera pública das democracias capitalistas que, por sua vez, estavam envolvidas nas lutas contra as desigualdades sociais e pelo reconhecimento da diversidade cultural. Desta forma, a cultura reforçou seus laços com a identidade e a preocupação com a preservação de patrimônios culturais entrou na pauta das discussões de entidades internacionais que passaram a influenciar as orientações políticas das democracias contemporâneas.

Focada neste tema, a partir daqui, esta seção do estudo passa a tratar das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural nos contextos mundial e nacional, com destaque para a política pública do Estado de Minas Gerais, conhecida como “ICMS - Patrimônio Cultural”.

### **3.1. Antecedentes da Preservação**

Para Bernardo Novais da Mata Machado (2000: p. 50), “a origem do direito à identidade cultural ou direito à proteção do patrimônio cultural, situa-se historicamente nos movimentos revolucionários da Inglaterra (1688) e da França (1789)”.



No caso da França, em função do vandalismo que sucedeu a Revolução, surgiu uma corrente de pensadores que chamou a atenção para a destruição que estava acontecendo com os edifícios, sobretudo aqueles relacionados à monarquia, que apesar de representarem um regime que estava sendo refutado, também eram testemunhos históricos e, como tal, deveriam ser preservados.

Assim, surgiram as primeiras iniciativas para a preservação de edificações, precisamente em Paris, cujo argumento estava associado à composição da fisionomia da cidade e ao patrimônio histórico que pertencia ao cidadão. Desta forma, o termo patrimônio passou a ser usado para designar o conjunto de bens culturais e, estes, passaram a ter valor como documentos da nação, objeto cultural e objeto de interesse político. Neste caso, o governo revolucionário tenta regulamentar a proteção dos bens confiscados tudo em função do interesse público, surgem as primeiras leis de proteção do patrimônio histórico e artístico, surgem os primeiros museus públicos, bibliotecas, teatros nacionais, conservatórios de artes e ofícios e os arquivos públicos. Segundo Mata Machado:

A criação destas instituições visava a materializar os novos valores simbólicos de Nação, Povo, e Estado, incuti-los no imaginário da população e assim obter o consenso e a coesão social em torno desses ideais. Também fez parte desse processo de construção de identidades, a fixação das datas cívicas, a composição de hinos, bandeiras e Armas nacionais, além da criação de instituições dedicadas à instrução pública. (MATA MACHADO, *op. cit.*: p. 50)

Em 1830 houve a institucionalização definitiva da proteção do patrimônio com a criação do cargo de inspetor dos monumentos históricos e em 1832 realizou-se o inventário de bens e atitudes da população com relação ao patrimônio daquele país.

Pode-se dizer que no século XIX houve a consolidação do modelo de preservação francês cujos princípios podem ser sintetizados como: estatal, centralizador, com uma noção planejada e regulamentada visando os interesses políticos do Estado, apoiado por homens letrados, em especial, pelos historiadores.

Somente após a 2ª Guerra Mundial é que se vai falar do direito à proteção do patrimônio cultural com abrangência internacional conforme será visto a seguir.

### 3.1.1. Preservação no Contexto Mundial

As políticas públicas de Estado para a cultura, no que se refere aos países ocidentais, têm como suporte a preservação do patrimônio histórico e artístico das nações. Este, por sua vez, inicialmente era representado, principalmente, pelo patrimônio de “pedra e cal”, ou seja, pelo patrimônio arquitetônico. Essa realidade, conforme dito anteriormente, foi motivada pelo pioneirismo francês e durante o século XIX, tanto na França quanto na Inglaterra e em outras nações europeias, foram criadas instituições, na sua maioria públicas, foram elaboradas leis e foram realizados trabalhos de inventário, de conservação e de restauração, tudo em função de estruturar a prática de preservação do patrimônio cultural.

A criação de políticas estatais naquela época foi uma preocupação de vários dirigentes, como foi o caso de Napoleão Bonaparte, que chegou a encomendar aos seus subordinados inventários minuciosos relatando todas as riquezas existentes nos territórios sob seu comando. Ademais, nas palavras de Maria Cecília Londres Fonseca (2005):

Essa denominação já indica a dupla dimensão que assumiu a questão nesse período: a dimensão cívica, na medida em que determinados bens culturais são convertidos em testemunhos privilegiados da memória da nação, e passam a ser protegidos por leis que ordenam sua proteção, cuidados por instituições criadas especificamente para esse fim, e divulgados por meio da instrução pública e leiga; a dimensão estética, na medida em que, como signos do passado, os monumentos integram a iconografia e o imaginário romântico, em que a Idade Média era tema recorrente e as ruínas um motivo muito frequente. (FONSECA, 2005: p. 165)

Portanto, na primeira metade do século XIX formou-se em vários países europeus, em especial na França, uma imagem de nação povoada pelos testemunhos materiais do que a história apresentava como seu processo de formação.

Com relação às legislações nacionais, na maioria delas consta o preceito de que é dever do Estado preservar o patrimônio histórico e artístico, entretanto, após a 2ª Guerra Mundial esse assunto ganhou envergadura internacional e motivou a criação de um organismo multilateral, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)<sup>51</sup>.

A UNESCO foi fundada em 1945 com o intuito de desenvolver “a solidariedade mundial e intelectual da Humanidade”. Logo no prefácio da sua

---

<sup>51</sup> Disponível em: <[www.peaunesco.com.br/.../2.Documento%20-%20História](http://www.peaunesco.com.br/.../2.Documento%20-%20História)>. Acesso em: 09 jan. 2016.

Constituição destaca-se: “já que as guerras nascem na mente dos homens, é na mente dos homens que devemos erguer os baluartes da paz”. Em seguida, o mesmo documento apresenta-se o seu objetivo como:

Contribuir para a manutenção da paz e da segurança através da Educação, da Ciência e da Cultura, a colaboração entre as nações a fim de garantir o respeito universal à justiça, à lei, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, de sexo, de idioma ou de religião, que a Carta das Nações Unidas reconhecem a todos os povos. (UNESCO, 2015).

Dentre as ações da instituição aparecem, a reconstrução de escolas, bibliotecas, museus e fundações educativas que haviam sido destruídas na 2ª Guerra Mundial; fóruns de intercâmbios de ideias e conhecimentos científicos; oferta de educação para vencer o analfabetismo, meta que ainda hoje se constitui em grande desafio, segundo a instituição; proteção ao meio ambiente onde busca reconciliar o uso e a conservação dos recursos naturais e, especificamente, no campo do patrimônio cultural, nos anos de 1960, a campanha de proteção e salvamento aos templos de Núbia, no Egito e no Sudão, monumentos que foram removidos para a construção da barragem de Assuã. Esta ação transformou a maneira de proteger o patrimônio cultural e abriu caminho para a criação do Programa de Proteção do Patrimônio Mundial, em 1972, com a já referida “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”<sup>52</sup>.

Apoiada nesta Convenção, essa instituição supranacional vem atuando desde então, contudo, para alcançar resultados depende essencialmente da iniciativa dos Estados Nacionais. Durante o século XX, a UNESCO foi responsável pela disseminação do modelo de políticas públicas de preservação do patrimônio pelo planeta, chegando até os países de tradição não-ocidental, onde pôde estabelecer um diálogo com as práticas preservacionistas de nações milenares, como é o caso do Japão e da China, que viriam a contribuir para as mudanças na concepção da política pública de preservação. Segundo Fonseca (*op. cit.*: p. 166): “O modelo francês de preservação do patrimônio histórico tornou-se um artigo de exportação, e foi introduzido no século XX em vários países do mundo, inclusive no Brasil”. Esse processo de expansão e ao mesmo tempo de crítica à hegemonia do modelo europeu corroborou o princípio da diversidade cultural, considerado pela UNESCO como um dos principais recursos para uma cultura da paz.

---

<sup>52</sup> Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

Contudo, a adesão das sociedades, com seus distintos grupos sociais, às práticas da preservação de bens culturais tem sido considerada o grande desafio a ser enfrentado no século XXI. Isto porque, mesmo tendo como justificativa para sua implantação o interesse público, a concepção de uma identidade nacional proposta por uma política construída por uma minoria (neste caso, intelectuais e/ou agentes públicos) não parece apropriada para legitimar ações que, muitas vezes, afetam significativamente a vida de um grande número de cidadãos com tantas peculiaridades.

No entanto, não se pode deixar de reforçar que o interesse da preservação do patrimônio cultural na contemporaneidade, não é um empenho apenas de classes mais abastadas ou intelectualizadas e, muito menos, está restrito a proteção de bens culturais de excepcional valor. Se, inicialmente, o trabalho em prol da preservação do patrimônio concentrou-se nas áreas tradicionais da cultura de elite, como os monumentos e sítios históricos ou as obras de arte, com o passar do tempo, o alargamento da concepção conceitual do que é patrimônio cultural, a diversificação dos instrumentos de proteção, assim como, o envolvimento de novos atores sociais no processo de proteção, passaram a demandar políticas públicas que abarcassem a amplitude da concepção, da mesma forma que passaram a exigir ações que vão além da simples identificação e proteção de monumentos.

De acordo com Fonseca:

Novos problemas, como a questão ambiental nas áreas de interesse histórico, a inserção dos centros históricos urbanos na dinâmica de desenvolvimento das grandes cidades, a demanda por bens culturais pela indústria do turismo, o reconhecimento dos bens culturais de natureza imaterial como parte do patrimônio cultural da nação, os direitos de propriedade intelectual coletivos sobre conhecimentos tradicionais associados ou não a recursos genéticos, são apenas alguns temas que passaram a integrar a agenda das políticas de preservação. (FONSECA, *op. cit.*: p. 160)

Diante deste contexto, parafraseando Néstor Garcia Canclini (1994), se faz mister continuar ampliando a problemática que compõe o patrimônio cultural, assim como, o campo disciplinar em que ele se situa.

### 3.1.2. Preservação no Contexto Nacional

No caso do Brasil, pode-se dizer que até a chegada do século XX são raras as iniciativas que partiram do Estado no intuito de proteger o patrimônio cultural, contudo, o primeiro documento que se tem notícia fazendo alusão à questão é a carta de Dom André de Melo e Castro, Conde de Galveias e vice-rei do Estado do Brasil, endereçada ao governador do Estado de Pernambuco, Luiz Pereira Freire de Andrade, em 05 de abril de 1742, na qual o Conde relata sua preocupação com a utilização do Palácio das Duas Torres, obra de Maurício de Nassau, como quartel de tropas, o que, segundo Dom André, não seria um uso adequado podendo causar danos ao edifício.

Já no século XIX, o ministro do Império, Conselheiro Luís Pedreira do Couto, deu ordem para os presidentes das províncias terem cuidados especiais na restauração dos monumentos, protegendo as inscrições neles gravadas.

Tem-se registro que o engenheiro português, Ricardo Severo, e seu grupo de adeptos da arquitetura neocolonial, já em 1914, faziam visitas às cidades com reminiscências coloniais colhendo material para seus documentos. Em 1916, Alceu Amoroso Lima e Rodrigo de Melo Franco, dois intelectuais importantes dessa época, descobriram o barroco e perceberam a necessidade de proteger este patrimônio colonial. Alceu Amoroso Lima, em artigo publicado na “Revista do Brasil”, edição de setembro/outubro de 1916, intitulado “Pelo passado nacional”, alertou sobre a necessidade de preservar o patrimônio das antigas cidades coloniais mineiras, então em situação deplorável, devido à descaracterização e ruína.

Em 1920, o coro em favor do patrimônio cultural aumenta, o arquiteto Lúcio Costa, a partir de uma viagem a Diamantina, passou a enaltecer a arquitetura colonial brasileira. Do mesmo modo, Mario de Andrade publica, no mesmo ano, na “Revista do Brasil” textos em defesa do patrimônio mineiro. A arte colonial mineira passou a ser vista pela vanguarda intelectual carioca, mineira e paulista como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira. Ainda em 1920, foi elaborado um anteprojeto de lei em defesa dos bens arqueológicos brasileiros.

Em 03 de dezembro de 1923, o deputado Luís Cedro propõe a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos. Em 20 de maio de 1924, Olívia Penteado, preocupada com os roubos e vendas do acervo das igrejas e com o estado de conservação destes bens culturais mineiros, cria em Tiradentes (MG) uma

Sociedade dos Monumentos Históricos do Brasil cuja finalidade era: a proteção e a conservação dos monumentos históricos do Brasil, igrejas, palácios, mansões, casas particulares dignas de interesse, além disso, móveis, objetos e obras de arte, pinturas, estátuas, livros e arquivos, prataria etc. A primeira reunião contou a presença de René Thiollier, do presidente de Estado Carlos Campos, José Carlos de Macedo Soares, Tarsila Amaral, Oswald de Andrade, Paulo Prado e Blaise Cendrars<sup>53</sup>, que redigiu os estatutos da Sociedade e neste caso, previa a classificação dos monumentos, inventário e proteção ao patrimônio imaterial.

Em 1925, o jurista mineiro Jair Lins elaborou um anteprojeto com o mesmo propósito de Augusto de Lima, que também não foi aprovado. Mais tarde, esse anteprojeto serviria de base para o Decreto-Lei Nº. 25<sup>54</sup>. No mesmo ano, o Episcopado do Estado de Minas Gerais elaborou uma carta pastoral em defesa do patrimônio da Igreja destacando o valor de antiguidade e tradição. Em 1926, Oswald de Andrade elabora para a presidência da república, um esboço para a criação de uma repartição destinada à proteção do patrimônio cultural, o Departamento de Organização e Defesa do Patrimônio Artístico do Brasil (DEDEPAB), cuja finalidade era salvar, inventariar e tomba o patrimônio nacional, as riquezas artísticas espalhadas pelo território brasileiro. Considerar monumentos públicos e proteger como tais as principais realizações arquitetônicas da Colônia e os sambaquis, necrópoles e demais vestígios da nossa pré-história.

Uma década antes da aprovação da primeira lei brasileira de proteção ao patrimônio cultural, algumas inspetorias estaduais de monumentos históricos já haviam sido criadas, a exemplo de Minas Gerais que a criou em 1926, Bahia em 1927 e Pernambuco em 1928. Em 29 de agosto 1930, o deputado baiano José Wanderley apresentou um projeto com o propósito de proteger o patrimônio, propondo a criação de uma Inspeção de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 12 de julho de 1934, o Decreto n.º 24.928 declara a cidade de Ouro Preto (MG) como “Monumento Nacional”. Em 14 de julho de 1934, o Decreto n.º 24.735 aprova o novo regulamento do Museu Histórico Nacional e organiza o serviço de proteção aos monumentos históricos e às obras de arte tradicionais. Também no mesmo ano a Constituição Federal de 1934, institucionaliza a tutela jurídica do

---

<sup>53</sup> Foi um intelectual suíço, radicado na França, convidado pelos modernistas para conhecer o patrimônio histórico cultural brasileiro.

<sup>54</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)>. Acesso em 09 jan. 2016.

patrimônio histórico, artístico e paisagístico nacional, “Art. 10, inciso III: Compete concorrentemente à União e aos Estados: (...) proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão das obras de arte;” (IPHAN, s/d).

Contudo, a preservação do patrimônio histórico cultural no Brasil ganha relevância a partir da década de 1930 quando Mário de Andrade, a pedido do então Ministro da Educação Gustavo Capanema, elabora um anteprojeto que dá origem ao Decreto Nº. 25, de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, instituindo o tombamento como instrumento jurídico principal para atuação do poder público e, dentre outras coisas, organiza o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – (SPHAN)<sup>55</sup>. O ato do presidente Getúlio Vargas, de 13 de abril de 1936, cria provisoriamente o SPHAN que foi criado definitivamente pela Lei Federal n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. Entre suas funções, estava encarregado do cadastro, tombamento e restauração de bens considerados de valor histórico artístico, documental, arquitetônico, paisagístico e arqueológico. Em seu anteprojeto Mário de Andrade defendia que o patrimônio compreendia, além dos bens materiais, a arte popular e a arte ameríndia, chegando a citar textualmente a música, os contos, as lendas, a medicina, as danças, assim como o vocabulário, as magias e a culinária. Mário de Andrade atestava o valor do patrimônio histórico como forma de se construir uma identidade nacional. Na sua concepção, somente o conhecimento da nossa cultura, com suas múltiplas faces, daria ao Brasil condições de inserir-se no concerto das nações e esse trabalho deveria iniciar-se juntamente com o processo de escolarização. Dizia ele: “Não basta ensinar o analfabeto a ler. É preciso dar-lhe contemporaneamente o elemento em que possa exercer a faculdade que adquiriu. **Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização**” (grifo do autor).

Contudo, o jurista Rodrigo de Melo Franco de Andrade ao elaborar o texto final do decreto foi bem mais comedido. Privilegiou o caráter material do patrimônio nacional, conforme podemos notar no artigo primeiro transcrito abaixo:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, DECRETO nº 25, 1937)

---

<sup>55</sup> SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional criado em 1937 que em 1970 dá lugar ao atual IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Acredita-se que o jurista tinha consciência de que o patrimônio cultural de um povo ia além da sua materialidade e que se deveria preservar seus valores simbólicos. Todavia, na época, a prática do SPHAN e dos órgãos estaduais, nascidos após o “Compromisso de Brasília”<sup>56</sup>, em 1973, privilegiava “a pedra e cal”, ou seja, o que se preservava, por meio do tombamento, eram praticamente os monumentos arquitetônicos.

Na década de 1980 a larga concepção de Mário de Andrade é retomada e revisada, especialmente por Aluísio Magalhães, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) cujo objetivo foi executar o “referenciamento da dinâmica cultural brasileira”. Além disso, o ambiente intelectual do momento conferiu ao patrimônio cultural um conceito mais amplo associado a uma orientação antropológica, o que pode ser percebido no texto da Constituição Federal de 1988<sup>57</sup> que defende:

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (I) as formas de expressão; (II) os modos de criar, fazer e viver; (III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; (IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; (V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

As referências explícitas aos bens de natureza imaterial evidenciam a forma dilatada com que foi tratado o conceito de patrimônio cultural. Entretanto, apesar da existência do Decreto Nº 25 e de toda a legislação infraconstitucional<sup>58</sup>, em todas as esferas de governo, nenhum destes instrumentos era adequado à preservação das práticas culturais imateriais. Deste modo, faltavam instrumentos para a defesa do patrimônio imaterial. Em 14 de novembro de 1997, em face da comemoração dos 60 anos do IPHAN, promoveu-se em Fortaleza (CE) o Seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, para o qual foram convidados representantes de diversas instituições públicas e privadas, da UNESCO e da sociedade com o objetivo

<sup>56</sup> Encontro de governadores, prefeitos e autoridades da área de cultura, de todos os níveis, cujos objetivos foram: reforçar o papel do Estado na proteção dos bens culturais e atribuir às universidades a pesquisa histórica e a elaboração de inventário dos bens regionais.

<sup>57</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 09 jan. 2016.

<sup>58</sup> Lei infraconstitucional é o termo utilizado para se referir a qualquer lei que não esteja incluída na norma constitucional, e, de acordo com a noção de ordenamento jurídico, esteja disposta em um nível inferior à Carta Magna do Estado.



de recolher subsídios para a elaboração de diretrizes e criação de instrumentos legais visando:

Identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens “portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Artigo 216 da Constituição), considerados em toda a sua complexidade, diversidade e dinâmica, particularmente, “as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artística e tecnológicas”, com especial atenção àquelas referentes à cultura popular. (IPHAN, CARTA DE FORTALEZA, 1997)

Especificamente, em 04 de agosto de 2000, o Decreto nº. 35.511 instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro. Dentre os méritos deste decreto, que são muitos, destacamos, em primeiro lugar, a capacidade de abarcar com concisão e precisão científica uma gama de bens culturais de natureza imaterial em quatro grupos ou livros.

Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. § 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros: (I) Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; (II) Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; (III) Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; (IV) Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (BRASIL, DECRETO 35.511, 2000)

Em segundo lugar, a participação da sociedade civil tanto na provocação da abertura do processo de registro, quanto na sua instrução.

São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro: (I) o Ministro de Estado da Cultura; (II) instituições vinculadas ao Ministério da Cultura; (III) Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal; (IV) sociedades ou associações civis. (BRASIL, DECRETO 35.511, 2000)

Torna-se bastante claro que a legislação brasileira apresenta um progresso significativo no que tange a preservação patrimônio cultural nacional e o faz de forma pragmática ao perceber que não se garante a continuidade temporal de um patrimônio apenas por meio de um decreto, mas, sobretudo, pelo envolvimento dos diversos atores e pelo reconhecimento da sociedade.

No entanto, conforme alerta Fonseca:

O fato é que, até o momento, o poder público continua sendo, no Brasil, o protagonista das políticas de preservação, sendo responsabilizado mais pelos limites de sua ação do que por eventuais sucessos. Ainda é pouco perceptível para a sociedade brasileira tanto a presença do patrimônio histórico no seu cotidiano como a importância do envolvimento dos cidadãos na busca por soluções para sua preservação. A essa constatação se acrescenta o fato de que as ações de preservação - como tantas outras nas áreas social e cultural - dependem da continuidade de esforços a longo prazo e do apoio e cooperação da população. (FONSECA, *op. cit.*: p. 161)

Além do que foi exposto, deve-se considerar que no contexto atual não se pode esquecer a pressão econômica que assola o mundo capitalista globalizado e o patrimônio cultural não fica fora dessa influência evidentemente. Diante deste fato indaga-se: é possível desenvolver políticas públicas de proteção do patrimônio cultural que equilibrem os múltiplos objetivos econômicos, culturais, sociais, ambientais, entre outros? Eis um dos desafios, dentre tantos, que se apresentam na contemporaneidade. No entanto, como vimos, só a comunidade representada por seus vários e diversos grupos sociais pode garantir a elaboração e a aplicação de tais políticas públicas.

### **3.2. Instrumentos de Proteção e Acautelamento**

Desde a criação da primeira lei e da implementação da política de proteção do patrimônio cultural no Brasil, em 1937, o principal instrumento utilizado para a salvaguarda dos bens culturais é o instituto do tombamento. Contudo, em função das necessárias alterações realizadas, ao longo do tempo, para uma melhor abordagem do tema, outros instrumentos foram sendo utilizados pela sociedade. A Constituição Federal de 1988, no seu Art. 216, parágrafo 1º, diz: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. A abordagem constitucional apresenta os chamados instrumentos administrativos, por outro lado, a ação civil pública e a ação popular aparecem como os instrumentos judiciais. Entretanto, além destes, a legislação urbanística, os incentivos fiscais, o mandado de segurança, a educação patrimonial, entre outros, também são considerados ferramentas de proteção.

Todos estes instrumentos serão tratados nesta parte do estudo, com exceção da educação patrimonial, uma vez que esta, já foi abordada no capítulo anterior. Porém, antes do tratamento específico de cada um deles, será realizada uma breve análise dos princípios da proteção do patrimônio cultural baseada no artigo intitulado: “Princípios Básicos da Proteção ao Patrimônio Cultural” (2009) de autoria do Professor e Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Dr. Marcos Paulo de Souza Miranda.

Em seu estudo, o autor alerta para a importância do conhecimento das leis, assim como, dos princípios fundamentais que orientam a preservação dos bens culturais, pois, o poder público pode e deve agir na salvaguarda do patrimônio cultural utilizando dos seguintes princípios:

1º - **Princípio da proteção:** a proteção ao patrimônio cultural é compromisso imposto pela Constituição Federal em seu Artigo 216, parágrafo 10 e no Artigo 23, incisos III e IV. Figura como uma obrigação tanto do poder público, do Estado, quanto da sociedade; “(...) a ação protetiva em prol do patrimônio cultural não se trata de mera opção ou de faculdade discricionária do Poder Público, mas sim de uma imposição cogente<sup>59</sup>.” (Miranda, *op. cit.*: p. 16).

2º - **Princípio da função sociocultural da propriedade:** a Constituição Federal do Brasil reconhece o direito dos cidadãos à propriedade e estabelece no Artigo 5º, inciso XXIII, que a propriedade atenderá à função social. Da mesma forma, a Carta Magna confere tanto ao poder público quanto à comunidade o dever de preservar o patrimônio cultural, conforme citado no item anterior. Sendo assim, Miranda alerta:

(...) evidente que os proprietários de bens culturais não podem exercer o seu direito de propriedade de maneira ilimitada, de forma a causar danos a eles, uma vez que estão sujeitos a um regime jurídico próprio, sendo considerados bens de interesse público. Assim, os proprietários de bens culturais devem exercer o direito sobre eles não unicamente em seu próprio e exclusivo interesse, mas em benefício da coletividade (...). (MIRANDA, *op. cit.*: p. 17)

3º - **Princípio da fruição coletiva:** assegurado pela Constituição Federal, Artigo 215, *caput*,: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Como os bens culturais são a toda evidência, “fontes de cultura”, o acesso ao conhecimento sobre eles deve ser assegurado à coletividade, não se podendo lhes dispensar o mesmo tratamento dado aos bens não culturais. Miranda, referenciando a conclusão de Nº 06 da “Carta de Santos”<sup>60</sup>, diz:

O pleno exercício dos direitos de cidadania relacionados à fruição do patrimônio cultural só se torna efetivo se as medidas adotadas para a identificação, pesquisa, registro, proteção, conservação e preservação dos bens e manifestações de valor cultural asseguram a ampla e pública divulgação das medidas adotadas e do valor cultural dos referidos bens e

<sup>59</sup> Cogente: **aquilo que se impõe pela lógica; que é racionalmente necessário**; é um adjetivo que qualifica o que deve ser necessariamente observado. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/cogente/>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

<sup>60</sup> Documento produzido por ocasião do 2º Encontro Nacional: O Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural, realizado nos dias 23 e 24 de setembro de 2004 na cidade de Santos (SP).

manifestações, bem como o acesso público, às presentes e futuras gerações. (MIRANDA, *op. cit.*: p. 18)

**4º - Princípio da prevenção de danos:** aparece como uma imposição das mais importantes acerca da matéria. O autor do artigo lembra que a Constituição Brasileira estatui que meras ameaças (e não necessariamente danos) ao patrimônio cultural devam ser punidas na forma da lei (Artigo 216, Parágrafo 4º). Ainda para Miranda (*op. cit.*: p. 18): “em termos de patrimônio cultural nosso ordenamento está orientado para uma posição de caráter fundamentalmente preventiva, voltada para o momento anterior à consumação do dano – ou do mero risco”.

**5º - Princípio da responsabilização:** para o autor:

O princípio da responsabilização decorre do que dispõe a Constituição Federal em seu art. 225 § 3º, verbis: As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. A ampla responsabilidade pelos danos causados ao patrimônio cultural está relacionada com a autonomia e independência entre os três sistemas existentes: civil, administrativo e criminal, de forma que um mesmo ato de ofensa a tal bem jurídico pode e deve acarretar responsabilização, de forma simultânea e cumulativa, nas três esferas, nos exatos termos do que determina a nossa Constituição Federal. (MIRANDA, *op. cit.*: p. 19)

**6º - Princípio do equilíbrio:** visa buscar por intermédio de políticas públicas o balanceamento e a conciliação da preservação com o crescimento econômico.

Por força deste princípio, deve-se buscar a criação dos meios adequados para assegurar a integração das políticas de crescimento econômico e social e de conservação do patrimônio cultural, tendo como finalidade o desenvolvimento integrado, harmônico e sustentável. Não há dúvida que o desenvolvimento econômico é um valor precioso da sociedade, mas ele deve coexistir com a preservação do meio ambiente cultural, de forma que aquele não implique em anulação deste último. (MIRANDA, *op. cit.*: p. 19)

**7º - Princípio da participação popular:** para Aloísio Magalhães “a sociedade é a melhor guardiã do patrimônio cultural”, através dos seus vários grupos, tanto de caráter erudito como os populares. Da mesma forma, “As Normas de Quito” sobre a matéria, editadas em 1967, após reunião da Organização dos Estados Americanos, renunciavam que:

Do seio de cada comunidade pode e deve surgir a voz de alarme e ação vigilante e preventiva. O estímulo a agrupamentos cívicos de defesa do patrimônio, qualquer que seja sua denominação e composição, tem dado excelentes resultados, especialmente em localidades que não dispõem ainda de diretrizes urbanísticas e onde a ação protetora em nível nacional é débil ou nem sempre eficaz. (MIRANDA, *op. cit.*: p. 20)

### 8º - **Princípio da vinculação dos bens culturais:** de acordo com o autor:

Este princípio tem assento constitucional e decorre do disposto no art. 23, IV, da vigente Carta Magna que dispõe ser competência comum da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios impedir a evasão de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural. Ou seja, quis o legislador constituinte que o Poder Público adotasse as medidas cabíveis para assegurar a manutenção de tais bens em suas origens, tendo em vista o seu elevado significado para a memória e identidade de nosso povo. Como decorrência deste princípio, os bens culturais brasileiros devem ser mantidos no país, ressalvada a saída temporária para o exterior com objetivos de intercâmbio científico ou cultural. Neste sentido o Decreto-Lei 25/37 (art. 14), as Leis nº 3.924/61 (art. 20), nº 4845/65 (Arts. 1º a 5º) e nº 5.471/68 (Arts. 1º a 3º). (MIRANDA, *op. cit.*: p. 21)

9º - **Princípio da educação patrimonial:** decorrente da participação da sociedade na preservação do patrimônio cultural, este princípio também figura na Constituição Federal como imposição expressa. Para Maria de Lourdes Parreiras Horta em seu “Guia Básico de Educação Patrimonial”, trata-se de “um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (HORTA, 1999: p. 06). Assim como:

Na “Carta de Goiânia” – 1º Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural ficou consignado na conclusão de nº 04: Só por meio da educação é possível mudar valores e incluir a preservação do Patrimônio Cultural na rotina de vida dos cidadãos. É preciso que as instituições de cultura, educação e a sociedade em geral incluam a educação sobre o patrimônio em seus projetos. É necessário criar essa “consciência cultural”, pois a condição primária para a preservação de um bem cultural é o reconhecimento de seu valor pela comunidade onde está inserido. (MIRANDA, *op. cit.*: p. 21-22).

### 10º - **Princípio da solidariedade intergeracional:** para Miranda:

A nossa Constituição Federal dispõe que é dever do Poder Público e da coletividade a proteção do meio ambiente para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput). Sendo certo que os bens que integram o patrimônio cultural estão incluídos entre os bens ambientais, em seu sentido amplo, impõe-se a defesa dos mesmos com vistas às gerações vindouras, já que são de fundamental importância para a sadia qualidade de vida e para a dignidade da pessoa humana. Assim, podemos afirmar que as gerações atuais têm a responsabilidade de cuidar para que as necessidades e os interesses das gerações futuras no que tange ao acesso e a fruição aos bens culturais, de forma sadia e adequada, sejam plenamente salvaguardados. (MIRANDA, *op. cit.*: p. 22).

11º - **Princípio da multiplicidade dos meios protetivos:** dentre os meios de proteção que podem ser usados pela sociedade a favor do patrimônio cultural podemos listar: os inventários, os tombamentos, os registros, entre outros. Segundo o autor:

A Constituição cita como exemplo cinco instrumentos de proteção ao patrimônio cultural e deixa espaço para que outras formas de acautelamento e preservação sejam também utilizadas. Assim, conclui-se, por exemplo, que o tombamento – o mais antigo e conhecido instrumento de proteção no Brasil – é apenas uma das muitas formas de preservação de um bem que possui valor cultural. Entretanto, a preservação não possui uma única face, traduzindo-se, em verdade, num conjunto de ações que podem ser tomadas pelo Poder Público ou mesmo por particulares que visem à manutenção da memória dos grupos formadores da nação brasileira. Em cada caso concreto deve ser verificado qual o melhor instrumento para a proteção específica do bem, não havendo uma predeterminação abstrata. (MIRANDA, *op. cit.*: p. 23).

Conhecer a legislação que respalda os princípios de proteção do patrimônio cultural configura-se uma atitude de interesse e respeito à sociedade brasileira, bem como, representa uma importante ferramenta de luta para aqueles que buscam de maneira ética salvaguardar o legado cultural brasileiro para as gerações futuras. O Direito exerce um papel fundamental na delimitação de políticas preservacionistas, uma vez que por meio dos instrumentos administrativos e judiciais, promove o controle do Poder Público sobre aqueles bens materiais e imateriais que formam a identidade da nação.

### 3.2.1. Instrumentos Administrativos

O objetivo desta seção do capítulo é apresentar quais os principais instrumentos, a serviço da sociedade, para promover a proteção dos bens culturais. Não foi feito um estudo minucioso e detalhado destes instrumentos, o intuito foi, tão somente, demonstrá-los de maneira sucinta.

Por instrumentos administrativos entende-se que são os documentos que estruturam e normalizam uma instituição e/ou serviço. No caso da proteção do patrimônio cultural são cinco: o inventário, o registro, a vigilância, o tombamento e a desapropriação.

1º - **Inventário**: Sob o ponto de vista etimológico, inventário deriva do latim medieval *inventarium*, é um substantivo masculino e apresenta as seguintes definições de acordo com o dicionário Priberam<sup>61</sup> de língua portuguesa: “01. Relação dos bens, móveis e imóveis, de alguém. 02. Descrição minuciosa. 03. Menção ou enumeração de coisas. = LISTA, ROL. 04. Descrição dos bens .ativos e passivos de uma empresa ou sociedade comercial”.

<sup>61</sup> Disponível em: <<https://www.priberam.pt/DLPO/invent%C3%A1rio>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

Entretanto, para o fim que se pretende aqui, o inventário constitui-se em um dos instrumentos administrativos de preservação do patrimônio cultural que tem por objetivo preservar, como patrimônio cultural, imóveis de valor histórico, arquitetônico, urbanístico, ambiental, simbólico e também de valor afetivo para a população. O inventário aparece como uma das mais antigas formas de proteção do patrimônio cultural em nível internacional. Na França, por exemplo, onde se iniciou o processo de proteção de bens culturais, a política formal do inventário começou em 1837 e, atualmente, os franceses contam com cerca de 40 mil monumentos inventariados.

No Brasil, em 1939, Rodrigo Melo Franco de Andrade, ao fazer um balanço dos primeiros anos de funcionamento do SPHAN, esclareceu da seguinte forma sobre o papel dos inventários:

A tarefa principal que o legislador brasileiro cometeu ao serviço de proteção é o tombamento, mas como não se conhecem previamente todas as coisas de excepcional valor histórico ou artístico, para tomar as que tenham esses requisitos torna-se necessário proceder pelo país inteiro a um inventário metódico dos bens que pareçam estar nas condições estabelecidas para o tombamento, e em seguida realizar os estudos requeridos. (ANDRADE, 1939 apud AZEVEDO, 1987: p. 83)

Na década de 1980, quando da elaboração do projeto da nova Carta Magna, promulgada em 1988, especialistas na defesa do patrimônio cultural que prestaram consultoria aos legisladores propuseram a previsão de um leque de instrumentos legais que, complementando o tombamento, fosse capaz de dar cobertura efetiva a todas as formas de manifestações culturais do país. O então coordenador do inventário de proteção do acervo cultural da Bahia, Paulo Ormino de Azevedo, disse:

Assim concebido, o inventário poderá ser a base de uma nova política de preservação, que, ao invés de tutelar apenas os bens excepcionais normalmente produzidos pelas elites, buscará administrar o patrimônio amplo e pluralista construído por todos os brasileiros. (AZEVEDO, 1987: p. 82)

Desta forma, a Constituição Federal reconheceu expressamente no Artigo 216, parágrafo 1º, o inventário como instrumento de tutela do patrimônio cultural. Trata-se este instrumento, de uma minuciosa pesquisa de identificação e descrição do bem cultural a ser tutelado, utilizando critérios técnicos, históricos, sociais e artísticos, que permitirá a catalogação de suas principais características físicas, e culturais bem como o seu estado de conservação.

O inventário é uma forma de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor, é uma atividade de educação patrimonial,

portanto, seu objetivo é construir conhecimentos a partir do diálogo entre a instituição que o realizará e a comunidade que detêm as referências culturais a serem inventariadas. Um dos objetivos do inventário é fazer com que diferentes grupos e gerações se conheçam e compreendam melhor uns aos outros, promovendo o respeito pela diferença e a importância da pluralidade. O inventário promove o conhecimento mútuo. Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas padronizadas, conforme demonstra o exemplo na página a seguir, Quadro 03 - Ficha de Inventário, onde há a identificação do município, microrregião a qual pertence, identificação do distrito onde está sendo feito o inventário, breve histórico do local, definição dos aspectos naturais, manifestações culturais, acervo arquitetônico e urbanístico, acervo de bens móveis e integrados, arquivos, patrimônio arqueológico, sítios naturais, referências bibliográficas, informações complementares, documentação fotográfica e ficha técnica.



### Quadro 03 - Ficha de Inventário

<b>Campo 01. Microrregião</b> Campo reservado à denominação da microrregião de localização do município, segundo a divisão territorial do Estado de Minas Gerais, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
<b>Campo 02. Município</b> Campo reservado à denominação do município, quando da realização do inventário.
<b>Campo 03. Distrito:</b> Campo reservado à denominação do distrito, quando da realização do inventário <ul style="list-style-type: none"> <li>Caso seja distrito sede, registrar apenas Sede. Caso o acervo inventariado esteja localizado em povoado de denominação específica, registrar esta denominação após o nome do distrito a qual pertença separado por barra. Por exemplo: Providência/San Martinho - Providência é distrito e San Martinho é povoado.</li> </ul>
<b>Campo 04. Histórico:</b> Campo reservado ao registro das informações históricas do município ou do distrito. Devem ser registrados os dados históricos referentes à época de formação da localidade e à origem de sua ocupação (mineração, comércio, atividades agropastoris, outros). <ul style="list-style-type: none"> <li>Registrar datações que identifiquem o município ou o distrito do ponto de vista administrativo e eclesiástico (época de elevação à categoria de distrito, de cidade, de município; época de formação/constituição de freguesia e paróquia). Mencionar as bases econômicas atuais do município, fazendo referência ao seus distritos, caso tenham expressão econômica.</li> </ul>
<b>Campo 05. Aspectos Naturais:</b> Campo reservado ao registro de informações técnico-ambientais da região/município e de elementos da paisagem natural (cachoeiras, reservas biológicas, matas).
<b>Campo 06. Manifestações Culturais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Patrimônio Imaterial: campo reservado ao registro das diversas manifestações culturais, históricas e/ou contemporâneas, locais e/ou regionais, objetivando a identificação cultural do município. Citar datas de ocorrência, local e particularidades.</li> <li>Exs: FESTAS RELIGIOSAS: Nossa Senhora do Rosário, Semana Santa, outras datas; FESTAS FOLCLÓRICAS: Cavalhada, Congado, outras comemorações; ESPAÇOS CULTURAIS: museus, bibliotecas, cinemas, outros; ARTESANATO E ARTISTAS: artesanatos locais, grupos vocais, etc.; TRADIÇÕES CULTURAIS LOCAIS/REGIONAIS: receitas e técnicas, crenças e mitos locais.</li> </ul>
<b>Campo 07. Acervo Arquitetônico e Urbanístico:</b> Campo reservado à síntese histórica, arquitetônica e urbanística da sede e dos distritos que integram o município. Indicar as edificações religiosas, oficiais e civis; os conjuntos arquitetônicos, vias principais formadoras da malha urbana e os núcleos históricos de maior relevância local e/ou regional.
<b>Campo 08. Bens Móveis e Integrados</b> Campo reservado à síntese sobre o acervo de bens móveis e integrados, indicando sua representatividade histórico-artística e os exemplares de maior relevância local e/ou regional.
<b>Campo 09. Arquivos</b> Campo reservado à síntese sobre os acervos arquivísticos existentes, destacando os de maior relevância local e/ou regional.
<b>Campo 10. Patrimônio Arqueológico</b> Campo reservado ao registro de informações relativas à presença de vestígios arqueológicos pré-históricos e/ou históricos.
<b>Campo 11. Sítios Naturais</b> Campo reservado ao registro de informações relativas à presença de sítios naturais: paisagísticos, espeleológicos e paleontológicos.
<b>Campo 12. Referências Bibliográficas</b> Campo reservado às fontes bibliográficas e arquivísticas pesquisadas e/ou utilizadas na elaboração da ficha.
<b>Campo 13. Informações Complementares</b> Campo reservado ao registro de toda e qualquer informação complementar, dados e/ou relatos não específicos de outros campos mas relacionados com as informações gerais sobre o município e seus distritos.
<b>Campo 14. Documentação Fotográfica</b> Campo reservado à documentação iconográfica representativa do município, ou específica para cada distrito, incluindo imagens antigas e atuais. As imagens devem ter legenda, com informação sobre a data e o fotógrafo (ou acervo de origem).
<b>Campo 15. Ficha Técnica</b> Campo reservado à equipe técnica envolvida e a data em que foi realizada a atividade: Levantamento: _____ Data: ____/____/____ Elaboração: _____ Data: ____/____/____ Revisão: _____ Data: ____/____/____

Fonte: IEPHA - adaptado

Apesar de ainda não haver lei regulamentadora dispondo sobre este instituto, o inventário se mostra como um meio eficaz de proteção cultural, uma vez que, as informações recolhidas e catalogadas, servem de parâmetros para futuras intervenções no bem, que tanto pode ser móvel quanto imóvel. Dentre os efeitos do inventário sobre um bem cultural destacam-se: os bens inventariados somente poderão ser destruídos, inutilizados ou alterados mediante prévia autorização do órgão responsável pelo ato protetivo que, por sua vez, deve exercer especial vigilância sobre o bem, e os bens inventariados devem ser conservados adequadamente por seus proprietários, uma vez que ficam submetidos ao regime jurídico específico dos bens culturais protegidos e sujeitos às penalidades previstas nos Artigos 62 e 63 da Lei 9.605/98<sup>62</sup>.

Assim, pode-se dizer que o inventário é uma das atividades fundamentais para o estabelecimento e priorização de ações dentro de uma política de preservação efetiva e gestão do patrimônio cultural. Toda medida de proteção, intervenção e valorização do patrimônio cultural depende do conhecimento dos acervos existentes.

2º - **Registro:** O instituto do registro está previsto no Artigo 216, Parágrafo 1º da Constituição Federal e foi regulamentado pelo Decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000<sup>63</sup>. Para a sua criação foram utilizados três instrumentos: o primeiro, de cunho jurídico internacional, foi a “Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”<sup>64</sup> elaborada na Conferência Geral da UNESCO, em 17 de outubro de 1989, em Paris, motivada pela reação de alguns países, com destaque para a Bolívia, que defendiam a ideia de que a UNESCO deveria realizar estudos que apontassem formas jurídicas de proteção às manifestações da cultura tradicional e popular como um importante aspecto do Patrimônio Cultural da Humanidade; o segundo, de direito interno, relaciona-se com o já citado Artigo 216 da Constituição de 1988 e, o terceiro, de caráter acadêmico, está vinculado à “Carta de Fortaleza”<sup>65</sup>, evento promovido pelo IPHAN, por ocasião da comemoração de

<sup>62</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2016.

<sup>63</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm)>. Acesso em: 10 de jan. 2016.

<sup>64</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

<sup>65</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2016.

seus 60 anos de criação, em novembro de 1997 em Fortaleza (CE), onde aconteceu o Seminário: “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”.

Com relação às definições atribuídas ao termo, Marcos Paulo de Souza Miranda diz:

O registro implica na identificação e produção de conhecimento sobre o bem cultural pelos meios técnicos mais adequados e amplamente acessíveis ao público, permitindo a continuidade dessa forma de patrimônio, assim como sua disseminação. (MIRANDA, 2006: p. 105)

Francisco Humberto Cunha Filho afirma que o registro é: “(...) uma perenização simbólica dos bens culturais. Esta perenização dá-se por diferentes meios os quais possibilitam às futuras gerações o conhecimento dos diversos estágios porque passou o bem cultural”. (CUNHA FILHO, 2000, p.125).

O instituto do registro se diferencia do instituto do tombamento na medida em que este produz restrições ao uso, gozo e fruição do bem atingido, enquanto o registro nas palavras de Maria Cecília Londres Fonseca:

(...) não se propõe a “conservar” os bens registrados ou a assegurar a sua ‘autenticidade’, nem a atribuir ao poder público a obrigação de fiscalizar e de zelar pela sua integridade física. Nessa mesma linha, não cria explicitamente direitos ou deveres para quaisquer das partes envolvidas, a não ser as atribuições mencionadas nos art. 5º e 6º do Decreto nº 3.551/2000, que recaem sobre o Ministério da Cultura, cabendo a este, além da concessão do título de ‘Patrimônio Cultural do Brasil’ e inscrição no livro de registro correspondente (art. 5º), ‘assegurar ao bem registrado’ documentação pelos meios adequados e ‘ampla divulgação e promoção’ (art. 6º). (FONSECA, 2015: p. 3-4)

A semelhança entre os dois institutos é percebida pela forma de catalogação usada, isto é, o registro dos bens culturais ocorre com a inscrição do bem cultural em um dos quatro Livros, conforme definido na legislação:

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros: (I) Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; (II) Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; (III) Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; (IV) Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (BRASIL, DECRETO 3.551, 2000)

O procedimento do registro se materializa a partir da apresentação da proposta, por um indivíduo ou instituição, direcionada ao responsável pela política pública de proteção em qualquer uma das esferas de governo. Após esta etapa, a proposta será avaliada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para a sua deliberação, caso seja positiva, haverá a inscrição do bem no seu respectivo livro e a

concessão do título de “Patrimônio Cultural Imaterial”, que poderá ser: da Humanidade (UNESCO), do Brasil (IPHAN), do Estado de Minas Gerais (IEPHA) ou Municipal (Conselho Municipal). Importante observação nos traz Miranda se referindo ao processo de registro na esfera federal:

O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para decidir sobre a revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil. Se for negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referencia cultural de seu tempo. (MIRANDA, 2006, p. 10)

O registro é citado como a parte mais visível da política pública federal de proteção patrimônio cultural imaterial. Dentre as etapas necessárias desta política, encontram-se os inventários, que devem fornecer as informações necessárias ao processo de registro, assim como, os planos e ações de salvaguarda. Todas estas etapas devem ser realizadas com a participação do maior número possível de indivíduos e instituições que possam contribuir para esta finalidade. Merece destaque no entanto que uma produção imaterial possui, as vezes, significados diversos segundo o extrato social considerado e todos devem ser considerados.

3º - **Vigilância:** A vigilância constitui-se como medida administrativa de proteção ao patrimônio cultural, por meio de ação integrada entre as administrações públicas das diferentes esferas de governo e as comunidades. Neste sentido, a vigilância é uma prerrogativa do Poder Público que deve exercê-la sobre os bens culturais sob sua tutela, assim como, deve ser facilitada por meio de orientações e recomendações técnicas destinadas, de modo geral, à coletividade, na qualidade de detentora e corresponsável por sua guarda.

Para o exercício da vigilância deve-se obedecer as normas que constituem o marco legal e conceitual das políticas públicas de preservação no Brasil, respeitando a hierarquia que aparece esquematizada a seguir: (i) a Constituição Federal de 1988, cuja supremacia como norma é fundamental, traz de maneira mais abstrata e abrangente o tema da vigilância. A Constituição Federal confere as seguintes competências:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

(ii) os atos normativos primários (infraconstitucional), que visam à criação, modificação e extinção de direitos e competências do Poder Legislativo, são constituídos pelas leis complementares ou ordinárias, designadas conforme a Constituição Federal; (iii) os atos normativos secundários, que regulamentam as Leis pelo Poder Executivo, por meio de decretos de maneira a instruir a aplicabilidade das mesmas; (iv) o ordenamento jurídico na base da pirâmide constituído pelas resoluções (Secretarias de Estado), deliberações (órgãos colegiados), portarias e instruções normativas (órgãos executivos vinculados com competências específicas). Também constituem normas de referência às políticas públicas de preservação as Convenções, Declarações, Resoluções, Recomendações e Instruções Normativas assinadas pelos Estados Membro, que são elaboradas nas conferências da UNESCO, das quais o Brasil é signatário.

A vigilância ganha mais legitimidade na medida em que os bens culturais ganham maior expressão e ciência, assim, o conhecimento dos bens culturais é o primeiro passo para a sua proteção. Como exemplo pode-se citar, não são raros os casos em que objetos móveis ou integrados à arquitetura de acervos de cultos religiosos são furtados ou apropriados indevidamente, porém, a informação com a relação de peças subtraídas, suas respectivas fotografias, dificilmente são divulgadas. A informação é o instrumento primordial para as ações que se seguem ao conhecimento: a proteção, a conservação e a segurança desses acervos.

Por isso, a vigilância não deve ser tomada como apenas uma atividade corriqueira de observação e vigília, é necessário que se constitua como uma atividade sistemática de conhecimento, documentação e monitoramento, que envolva todos aqueles que convivem, que fazem uso e que são responsáveis pela segurança do patrimônio cultural, tais como os órgãos de preservação, conselhos, polícias, instituições religiosas, administrações de museus, entre outros.

4º - **Tombamento:** Tombamento é um instrumento jurídico usado para proteger um bem cultural. No caso do Brasil, foi instituído pelo Decreto Lei Federal Nº. 25 de 1937, que tem por objetivo impor a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos. Segundo Rabello (2015: p.02), referindo-se ao termo impor: “A imposição resulta do caráter obrigatório e estatal da decisão de preservar determinado bem, em função do interesse público”. Tombar é registrar, pôr sob a guarda para

conservar e proteger os bens (móveis e imóveis) de interesse público. É um ato do reconhecimento do valor cultural de um bem.

O termo tombamento consiste no ato de inventariar, registrar, arrolar algo em arquivos especiais e se trata de um procedimento administrativo no qual o Poder Público irá declarar o valor cultural de um bem material inscrevendo-o no respectivo Livro do Tombo. De acordo com Miranda:

A palavra tomo, com o sentido de inventário ou registro, foi usada por Dom Fernando, em 1375, designando o Arquivo Nacional de Portugal, instalado em uma das torres que amuralhavam a cidade de Lisboa, local que ficou conhecido com o nome de Torre do Tombo. Os registros da administração portuguesa eram feitos nos Livro do Tombo, daí sua denominação. (Miranda, 2006, p. 108)

Sobre o Livro do Tombo, o Artigo 4º do Decreto 25/37 define que o órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural deverá possuir quatro livros onde serão assentados os bens culturais de acordo com sua categoria a saber:

(1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º; (2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; (3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; (4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. (BRASIL, DECRETO 25, 1937)

Desta forma, o tombamento trata-se de um ato declaratório que impõe uma restrição ao “Direito de Propriedade” sem, no entanto, suprimir a propriedade de seu titular. Para Maria Coeli Simões Pires, o tombamento é:

O ato final resultante e procedimento administrativo mediante o qual o Poder Público, intervindo na propriedade privada ou pública, integra-se na gestão do bem móvel ou imóvel de caráter histórico, artístico, arqueológico, documental ou natural, sujeitando-o a regime jurídico especial e tutela pública, tendo em vista a realização de interesse coletivo de preservação do patrimônio. (PIRES, 1994: p. 78)

O principal efeito da imposição do tombamento é conservar os bens materiais que são reconhecidos como portadores de valores culturais. Com a imposição do tombamento, são criadas obrigações para os proprietários de bens tombados, para o poder público, assim como, para a sociedade em geral no sentido de manter e conservar o bem cultural.

Também no Artigo 216 da Constituição Federal, o instituto do tombamento encontra-se mencionado, dentre outros instrumentos que podem ser usados na preservação do patrimônio cultural. A forma, o uso e os efeitos legais destes diferentes instrumentos são estabelecidos pelas leis infraconstitucionais que os regulamentam.

Acerca da serventia do tombamento diz-se que é a forma pela qual o poder público seleciona os bens materiais que, por seus atributos culturais, devem ser preservados contra mutilações e destruição. Para Rabello (2015):

Se determinadas coisas são reconhecidas como portadoras de valores culturais, e se estes valores culturais são direitos coletivos públicos, logo elas - as coisas - devem ser preservadas (conservadas) para que os valores culturais, que são direitos coletivos, sejam passíveis de fruição pelos titulares desse direito: a população. Portanto, o tombamento serve para preservar o direito coletivo público ao patrimônio cultural nacional, estadual ou municipal, do qual as coisas, públicas ou privadas, podem ser portadoras. (RABELLO, *op. cit.*: p. 07)

Compete ao Poder Público Federal, Estadual ou Municipal realizar o tombamento sendo que o mesmo bem cultural pode receber a proteção cumulativa dos três entes. Para Miranda:

O fundamento da atribuição para tomar é tríplice, na medida em que é político, pois compete ao Poder Público exercer o *imperium* sobre os administrados, vez que possui exercício sobre todas as coisas, bens e pessoas em seu território; é constitucional, por ser o tombamento um instrumento protetivo previsto expressamente na Lei Maior e também legal em razão de existir lei nacional a regular o instituto. (Miranda, 2006, p. 114)

Com relação aos efeitos que o tombamento exerce sobre o bem cultural imóvel chama a atenção o fato de constituir uma área de proteção na vizinhança do bem tombado para garantir sua fruição como patrimônio cultural da comunidade. Essa área de vizinhança, comumente chamada de entorno do bem tombado, passa a estar também sob proteção e o Artigo 18 do Decreto 25/35 traz:

Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (**entenda órgão de proteção do patrimônio cultural**), não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra, ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de 50% do valor do mesmo objeto. (BRASIL, DECRETO 25, 1937), (grifo do autor).

O ato do tombamento pode ser instituído de três formas de acordo com o referido decreto: (i) tombamento de ofício: está previsto no Artigo 5º, que dispõe que os bens pertencentes a União, Estados e Municípios, serão tombados por ofício, por ordem do diretor do órgão federal responsável pela proteção; (ii) o tombamento compulsório: é previsto no Artigo 8º, este tipo de tombamento se caracteriza pela resistência do proprietário do bem à pretensão estatal de limitar o seu uso da propriedade; (iii) tombamento voluntário: é a modalidade prevista no Artigo 7º que se dá quando o proprietário do bem requer o seu tombamento e este preenche os requisitos necessários.

O proprietário do bem tombado, deve realizar as obras necessárias para a sua conservação, não causar nenhum dano a este, exercer a sua constante vigilância e caso seja necessário algum ato que vá reparar ou modificar o bem, é preciso a autorização do órgão competente.

Muitas são as formas de proteção e preservação do patrimônio cultural, algumas delas estão sugeridas no Artigo 216, da Constituição Federal, o tombamento é uma delas, a mais antiga e consolidada, mas não é a única. É, sem dúvida, a mais conhecida e por isso tem sido, por vezes, usada em qualquer circunstância, para qualquer finalidade e efeito, o que não é nem adequado nem apropriado, pois enfraquece sua eficácia e compreensão.

5º - **Desapropriação:** A desapropriação é um instituto jurídico que constitui na perda da propriedade privada de um bem em favor do Estado, mediante justa e prévia indenização, exceto nos casos de expropriação taxativamente previstos em lei. A Constituição Federal dispõe sobre a desapropriação como meio de exercer o acautelamento dos bens culturais. Não por acaso, o referido instituto foi disposto em último lugar no rol do Artigo 216, parágrafo 1º, por se tratar de meio radical e coativo. Marçal Justen Filho (2015: p: 422) conceitua o instituto da desapropriação como: “Ato estatal unilateral que produz a extinção da propriedade sobre um bem ou direito e a aquisição do domínio sobre a entidade expropriante, mediante indenização justa”.

A desapropriação é sempre um ato estatal, ou seja, somente o Estado tem poder de determinar a perda do domínio de um bem particular, decorrente do seu poder de império e que se justifica pela necessidade de atendimento a relevante interesse coletivo, podendo, ainda, constituir sanção pela violação do dever de cumprimento da função social da propriedade.

O requisito da justa indenização diferencia a desapropriação da expropriação ou do confisco, uma vez que nesses últimos não há contraprestação estatal pela perda do bem, pois aparece como consequência da prática de um ato ilícito. Via de regra, o pagamento da indenização deve ser prévio e em dinheiro, exceção feita à desapropriação de propriedade urbana que não cumpre sua função social e da desapropriação para fins de reforma agrária, cujo pagamento pode dar-se através de títulos da dívida pública ou da dívida agrária.

A desapropriação pode ser administrativa ou judicial. Iniciando-se sempre como um procedimento administrativo. Caso o Poder Público e o particular não



cheguem a um acordo quanto ao montante indenizatório, será necessário submeter o caso à apreciação do Poder Judiciário. Justen Filho (*op. cit.*: p: 428) argumenta que embora seja mais comumente aplicável aos bens imóveis, são passíveis de desapropriação todos os bens suscetíveis de avaliação econômica, inclusive propriedade intelectual e participações societárias.

A Constituição Federal estabelece duas modalidades de desapropriação, (i) a desapropriação por utilidade pública, encontra-se disciplinada no Decreto Lei 3.365/41, com a seguinte redação:

Art. 5º: Consideram-se casos de utilidade pública: a) a segurança nacional; b) a defesa do Estado; c) o socorro público em caso de calamidade; d) a salubridade pública; e) a criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência; f ) o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica; g) a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais; h) a exploração ou a conservação dos serviços públicos; i) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais; (redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999); j) o funcionamento dos meios de transporte coletivo; **k) a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza;** l) a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens moveis de valor histórico ou artístico; m) a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios; n) a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves; o) a reedição ou divulgação de obra ou invento de natureza científica, artística ou literária; p) os demais casos previstos por leis especiais. (BRASIL, DECRETO 3.365, 1941) (grifos do autor)

A desapropriação deve ser precedida de decreto do presidente, governador ou prefeito declarando o bem como de utilidade pública. A opção pela desapropriação deve ocorrer, quando o uso de outros instrumentos para exercer a proteção do bem se mostrar dificultosa, inviável, ou até mesmo, insuficiente, por ser um meio de intervenção na propriedade privada, todas as formalidades legais devem ser estritamente observadas.

### 3.2.2. Instrumentos Judiciais

1º - **Ação Civil Pública:** é um instrumento processual destinado à proteção de interesses difusos<sup>66</sup> da sociedade. Trata-se de instrumento criado com a finalidade de efetivar a responsabilização por danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. A Constituição Federal de 1988 alargou o alcance desse instrumento, estendendo-o à proteção do patrimônio público em geral, conferindo-lhe âmbito análogo ao da ação popular.

A legislação brasileira também prevê o uso da ação civil pública nas seguintes condições: (i) Lei 7.853/89<sup>67</sup> - dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência; (ii) Lei 7.913/89<sup>68</sup> - dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores imobiliários; (iii) Lei 8.069/90<sup>69</sup> - Estatuto da Criança e do Adolescente; (iv) Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

A ação civil pública se consagrou como instituto de busca e satisfação das tutelas relacionadas aos direitos difusos, assim, a preservação da memória e identidade de uma sociedade se apresenta como o objeto pelo qual a ação civil pública é proposta. Desta forma, diz-se que a ação civil pública é um instrumento de reconhecida eficácia na proteção dos bens de valor cultural. Esta ação irá evitar que haja dano ao bem objeto da proteção, bem como, repará-lo caso ocorra, buscando a indenização cabível.

Compete ao ministério público, união, estados e municípios, bem como, suas autarquias, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou pelas associações autorizadas por lei, exercer a legitimidade desta ação.

2º - **Ação Popular:** Sobre este assunto a Constituição Federal vigente traz a seguinte referência:

Art. 5º, inciso LXXIII: qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, a moralidade administrativa, ao meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e de ônus de sucumbência. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988)

<sup>66</sup> São aqueles transindividuais, ou seja, que abrangem número indeterminado de pessoas unidas pelo mesmo fato.

<sup>67</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2016.

<sup>68</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7913.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7913.htm)>. Acesso em 12 jan. 2016.

<sup>69</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2016.

Por sua vez, a Lei 4.717/65<sup>70</sup>, atribui àquele que é cidadão, a legitimidade de propor um ação popular quando haja lesão a bens culturais pelo poder público, como exemplo, cita-se o município que deixa de exercer o dever de zelo, fiscalização e defesa dos bens culturais sob sua vigilância.

Dois requisitos são necessários a fim de que uma ação popular seja proposta, a ilegalidade do ato praticado, bem como, a sua lesividade, mas, referida ação pode acontecer de forma preventiva, isso é, antes que os efeitos lesivos ocorram.

### 3.2.3. Outros Instrumentos

Dentre outros instrumentos de proteção do patrimônio cultural destacam-se:

**1º - Plano Diretor:** A Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu, em seu Artigo 182, a obrigatoriedade da elaboração de plano diretor para as cidades com mais de 20 mil habitantes. Segunda a Carta Magna, trata-se do “instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”, o qual tem por objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”.

Desta forma, o plano diretor também aparece como um dos instrumentos de proteção do patrimônio cultural, ele organiza o território urbano, dando direcionamento ao seu crescimento e desenvolvimento. Nele podem constar diretrizes que sejam capazes de proteger o patrimônio cultural de possíveis danos gerados pelo desenvolvimento. Dentre as proposições que este documento pode trazer para viabilizar a tutela dos bens culturais destacam-se: (i) **Territórios de Interesse Cultural e da Paisagem: (TICP):** promoção de iniciativas culturais, educacionais e ambientais em áreas que concentram grande número de espaços e atividades relevantes para a memória e a identidade cultural da cidade, através da criação de TICP; (ii) **Zonas Especial de Preservação Cultural (ZEPEC):** demarcação de áreas da cidade destinadas à preservação, valorização e proteção de espaços culturais, afetivos e simbólicos, de grande importância para a memória, identidade e vida cultural da cidade. (iii) **Paisagem urbana:** valorização das paisagens da cidade, a partir do seu reconhecimento como bem ambiental e elemento essencial à identidade e sensação de conforto individual e social.

<sup>70</sup> Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4717.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4717.htm)>. Acesso em 12 jan. 2016.

**Instrumentos culturais:** incorporação de instrumentos de identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural, como tombamento, chancela da paisagem cultural, registro dos bens imateriais e transferência do direito de construir.

**2º - Lei de Uso e Ocupação do Solo:** Instrumento normativo de implementação de uma política de desenvolvimento urbano, é constituído de um conjunto de leis e diretrizes, explicitadas a partir do conhecimento específico de cada cidade, da identificação de seus problemas relevantes e, principalmente, a partir da identificação de sua função no contexto regional. Identifica e propõe novos usos e atividades para áreas em processo de degradação e preserva as demais áreas que contenham patrimônio cultural. Definem as formas de utilização e ocupação do solo urbano. Elas devem ser compatíveis com o processo de ocupação histórica da cidade e capazes de resguardar a paisagem urbana e o patrimônio cultural de descaracterizações.

**3º - Lei Orgânica do município:** organiza administrativamente o município, estabelecendo a sua forma de funcionamento. Define normas para a ocupação e uso de espaços públicos e estas normas podem disciplinar a utilização dos bens culturais, contribuindo para a sua preservação.

**4º - Código de Obras:** define as normas de construção e reforma de edificações. Pode contribuir para a preservação do patrimônio cultural, estabelecendo parâmetros que sejam compatíveis com as diversas tipologias arquitetônicas existentes e com a história da ocupação.

**5º - Estatuto da Cidade:** Lei Nº 10.257<sup>71</sup>, de 10 de julho de 2001, o “Estatuto da Cidade” define uma série de mecanismos urbanísticos para a gestão democrática das cidades, muitos deles com aplicação direta na preservação da memória. Prevê a proteção, a preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico. Fixa o prazo de cinco anos, a partir da sua vigência, para que os municípios com mais de 20 mil habitantes criem e aprovem o Plano Diretor. Dentre os instrumentos desta lei aparecem: a) Transferência do direito de construir - que compensa eventual perda econômica promovida pelo tombamento de bens culturais; b) Operações urbanas consorciadas - que viabilizam negociações para a

---

<sup>71</sup> Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em 12 jan. 2016.

preservação de áreas urbanas de interesse de preservação e, em especial, a implementação de um plano de preservação do patrimônio cultural urbano; c) Desapropriação com pagamentos de títulos - que pode apresentar os mesmos resultados do tombamento; d) Direito de preempção<sup>72</sup> - que garante ao poder público a preferência na compra de imóveis de seu interesse, no momento de sua venda, inclusive bens tombados, privilegiando assim, o interesse coletivo; e) Estudo de impactos de vizinhança - que pode proteger o bem cultural de possíveis impactos causados por grandes empreendimentos a serem realizados na cidade; f) Gestão orçamentária participativa - que prevê a participação da comunidade na elaboração do orçamento do município. A comunidade poderá exigir a destinação de recursos do orçamento municipal para ações de preservação do bem cultural.

### 3.3. Cartas Patrimoniais

As cartas patrimoniais aparecem como um instrumento conceitual das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, não têm a função de legislar sobre o patrimônio, mas fornecer embasamento para que os órgãos competentes possam fazê-lo. São fruto da discussão, em um determinado momento, de vários grupos de classe com perspectivas ideológicas distintas, assim como, são documentos, cujos textos concisos, sintetizam os pontos a respeito dos quais foi possível obter consenso, oferecendo indicações de caráter geral. Assim, possuem uma postura indicativa e, no máximo, apresentam-se como documentos de referências éticas para as várias profissões envolvidas na preservação, mas, não se constituem numa prescrição para ser utilizada na prática.

Desta maneira, analisar as cartas patrimoniais de forma acurada é uma atividade essencial para quem trabalha com a preservação, sobretudo, para se evitar interpretações apressadas e, muitas vezes, equivocadas e superficiais. No entanto, considerando que o propósito desta seção é apresentar os principais documentos de proteção do patrimônio cultural que foram produzidos em uma série de eventos

---

<sup>72</sup> É o direito de preferência que tem o vendedor de um bem no caso do comprador querer vendê-lo após a sua aquisição. Este direito, que também é denominado direito de prelação, pode ser convencional, quando assim for acertado entre as partes, ou legal, no caso da venda de bem desapropriado pelo poder público, por exemplo. Ou seja, se o poder público for vender um bem que foi desapropriado, seu antigo proprietário terá garantido o direito de preferência em adquiri-lo pelo preço pago na desapropriação. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/250/Preempcao>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

nacionais e internacionais e levando em conta que foram encontrados um total de 59 documentos, seria extenuante e desproposital fazer aqui uma análise acurada de cada um deles. Desta forma, optou-se por elaborar o Quadro 02 - Cartas Patrimoniais (pag. 144) que apresenta cronologicamente cada um dos documentos juntamente com o tema geral tratado na ocasião da sua elaboração. Antes porém, deixa-se registrado, a título de curiosidade, que o documento brasileiro mais antigo que se pode referenciar como uma recomendação acerca do patrimônio brasileiro é a Carta de Pero Vaz de Caminha<sup>73</sup> que se encontra disponível no acervo de cartas patrimoniais do IPHAN.

**Quadro 04 - Cartas Patrimoniais**

CARTAS PATRIMONIAIS – SÉCULO XX				
PERÍODO		LOCAL	ESPECIFICAÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
DÉCADA DE 1930	1931	Atenas/Grécia	Carta de Atenas - Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações	Preservação dos monumentos.
	1933	Atenas/Grécia	Carta de Atenas – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM)	Salvaguarda dos edifícios isolados ou conjuntos urbanos.
DÉCADA DE 1950	1954	Haia/Países Baixos	Carta de Haia - UNESCO	Proteção de bens culturais em caso de conflito armado.
	1956	Nova Déli/Índia	Recomendações de Nova Déli - UNESCO	Compreensão mútua entre os povos por meio da cultura.
DÉCADA DE 1960	1962	Paris/França	Recomendações de Paris - UNESCO	Proteção da beleza e do caráter das paisagens e sítios naturais, rurais e urbanos.
	1964	Veneza/Itália	Carta de Veneza – Congresso Internacional de Arquitetos	Conservação e restauração dos monumentos, visando a salvaguarda tanto da obra de arte quanto do testemunho histórico.
	1964	Paris/França	Recomendações de Paris - UNESCO	Propostas de regulamentação internacional.
	1967	Quito/Equador	Normas de Quito – Organização dos Estados Americanos (OEA)	Promover a valorização do patrimônio cultural, em função do desenvolvimento econômico e social.
	1968	Paris/França	Recomendações de Paris - UNESCO	Preservação dos bens culturais de todos os períodos históricos.
DÉCADA DE 1970	1970	Brasília/Brasil	Compromisso de Brasília - I Encontro de Governadores de Estado e Prefeitos.	Ação supletiva dos estados e municípios à atuação federal.
	1970	Paris /França	Recomendação de Paris - UNESCO	Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícitas dos bens culturais.
	1971	Salvador/Brasil	Compromisso de Salvador - II Encontro	Política de proteção aos bens naturais e de valor cultural.

73

			de Governadores de Estado e Prefeitos.	
	1972	Itália	Carta de Restauro – Governo da Itália	Normas para intervenções de restauração.
	1972	Estocolmo/Suécia	Declaração de Estocolmo – Organização das Nações Unidas para o meio Ambiente (UNEP)	Melhoria do ambiente urbano.
	1972	Budapeste/Hungria	Assembleia de Budapeste - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Introdução da arquitetura contemporânea em grupos de edifícios antigos.
	1972	Paris/França	Recomendação Paris - UNESCO	Proteção ao patrimônio natural e cultural mundial.
	1974	São Domingos/ República Dominicana	Resolução de São Domingos - Organização dos Estados Americanos (OEA)	Aspectos operativos que materializem e tornem possível a defesa dos bens culturais.
	1975	Bruges/Bélgica	Assembleia de Bugres - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Conservação das pequenas cidades históricas.
	1975	Amsterdã/Holanda	Declaração de Amsterdã - Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu	Arquitetura contemporânea de alta qualidade e conservação integrada.
	1975	Amsterdã/Holanda	Manifesto Amsterdã - Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico	A inserção de novas arquiteturas nos conjuntos antigos.
	1976	Bruxelas/ Bélgica	Carta do Turismo - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Turismo e patrimônio cultural.
	1976	Nairóbi/Quênia	Recomendações de Nairóbi - UNESCO	Salvaguarda dos conjuntos históricos e a sua função na vida contemporânea.
	1977	Machu Picchu/Peru	Carta de Machu Picchu – Encontro Internacional de Arquitetos	Revisão da Carta de Atenas de 1933.
DÉCADA DE 1980	1980	Burra/Austrália	Carta de Burra - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Manutenção de um entorno visual apropriado, no plano das formas, da escala, das cores, da textura, dos materiais, etc.
	1981	Florença/Itália	Carta de Florença - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Proteção dos jardins históricos.
	1982	Deschambault/Canadá	Declaração de Deschambault - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Preservação do patrimônio.
	1982	Nairóbi/Quênia	Declaração de Nairóbi - Organização das Nações Unidas para o meio Ambiente (UNEP)	Intensificação de esforços em nível global, regional e nacional para a proteção do ambiente.
	1982	Trindade/México	Declaração de Tlaxcala - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Revitalização das pequenas aglomerações.
	1982	Dresden/Alemanha	Declaração de	Reconstrução de monumentos

			Dresden - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	destruídos pela guerra.
	1983	Roma/Itália	Declaração de Roma - Centro Internacional para o estudo da preservação e restauro de bens Culturais (ICCROM)	Monumentos e sítios: ação de conservação atual na Itália.
	1983	Apleton/Canadá	Carta de Apleton - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Proteção e valorização do ambiente edificado.
	1985	México	Declaração do México - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Aproximação entre os povos e melhor compreensão entre os homens.
	1986	Washington/EUA	Carta de Washington - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Ampliação do conceito de cidade Histórica.
	1987	Petrópolis/Brasil	Carta de Petrópolis - I Seminários Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos	Sítio histórico urbano.
	1987	Washington/EUA	Carta de Washington - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Salvaguarda das cidades históricas.
	1989	Cabo Frio/Brasil	Carta de Cabo Frio - Encontro de Civilizações das Américas	Processo de preservação e sua complexidade.
	1989	São Paulo/Brasil	Declaração de São Paulo - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Discussão e debate para a Carta de Lausanne.
	1989	Paris/França	Recomendação Paris - UNESCO	Cultura tradicional e popular.
DÉCADA DE 1990	1990	Lausanne/França	Carta de Lausanne - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Patrimônio arqueológico.
	1992	Rio/Brasil	Carta do Rio - UNESCO	Nova aliança mundial.
	1992	Coumayeur/Itália	Carta de Coumayeur - UNESCO	Proteção do patrimônio artístico e cultural.
	1992	Nova Zelândia	Carta de Nova Zelândia -	Conservação dos sítios com valor patrimonial cultural.
	1993	Oaxaca/México	Declaração de Oaxaca - UNESCO	Educação, trabalho e pluralismo cultural.
	1993	Colombo/Sri Lanka	Assembleia Colombo - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Diretrizes para a educação e formação na conservação de monumentos, conjuntos e sítios.
	1994	Nara/Japão	Carta de Nara - UNESCO/ICCROM/ICOMOS	Autenticidade em relação à convenção do patrimônio mundial.
	1995	Unidroit	Convenção de Unidroit	Retorno de bens culturais roubados ou exportados ilegalmente.
	1995	Brasília/Brasil	Carta de Brasília - Cone Sul	Questão de autenticidade a partir da peculiaridade regional.
	1995	Europa	Recomendação	Conservação integrada das áreas



			Europa - Conselho da Europa	de paisagens culturais.
	1996	San António/EUA	Declaração de San António - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Autenticidade na conservação e na gestão do património cultural.
	1996	Paris/França	Convenção sobre Proteção do Patrimônio Mundial - UNESCO	Preservação dos bens culturais.
	1996	Sófia/Bulgária	Declaração de Sofia - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Princípios para o registro de monumentos, grupo de edifícios e sítios.
	1996	São Paulo/Brasil	Declaração de São Paulo II - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Mudanças sociais e patrimônio cultural.
	1997	Mar del Plata/Argentina	Carta de Mar del Plata - Documento do MERCOSUL	Diversidade dos sistemas e subsistemas culturais.
	1997	Fortaleza/Brasil	Carta de Fortaleza - Seminário: Patrimônio Imaterial - Estratégias e Formas de Proteção	Patrimônio imaterial: estratégias e formas de proteção.
	1999	Cartagena de las Índias/Colômbia	Cartagena de Índias – Conselho Andino de Ministros	Proteção e recuperação de bens culturais.
<b>CARTAS PATRIMONIAIS - SÉCULO XXI</b>				
DÉCADA DE 2000	2000	Cracóvia/Polónia	Carta de Cracóvia - UNESCO	Princípios para a conservação e o restauro do património construído.
	2001	Paris/França	Recomendações de Paris	Convenção sobre a proteção do património cultural subaquático.
	2003	Paris/França	Recomendação Paris - UNESCO	Salvaguarda do património cultural imaterial.
	2005	Paris/ França	Recomendações de Paris - UNESCO	Convenção sobre proteção e promoção da diversidade das expressões culturais
	2009	Nova Olinda/Brasil	Carta de Nova Olinda - I Seminário de Avaliação e Planeamento das Casas do Patrimônio.	Avaliação e planeamento das "Casas do Patrimônio".
	2010	Brasília/Brasil	Carta de Brasília - Fórum Juvenil de Patrimônio Mundial	Visão do jovem sobre o patrimônio.
	2010	Juiz de Fora/Brasil	Carta de Juiz de Fora - I Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos	Preservação e gestão de jardins históricos.

Fonte IPHAN - Elaboração: autor

As cartas patrimoniais, de modo geral, não são uma coletânea de regras de proteção e utilização do patrimônio cultural, nem possuem uma relação de causa e efeito. Para utilizar suas proposições é necessário compreender sua natureza, as discussões que estão em sua base, os modos como suas indicações foram apreendidas e incorporadas, da mesma forma, para poder interpretá-las de maneira acurada é preciso rigor metodológico. Para tanto, é essencial conhecer o debate sobre o tema tratado no período em que a carta foi redigida, as razões que levaram a determinadas formulações naquela época e a própria transformação do campo

temático ao longo do tempo. Os registros - atas - das reuniões realizadas nos eventos são instrumentos fundamentais para se conseguir apurar com precisão a fundamentação teórica em debate. Além disto, ler a carta na sua totalidade é princípio basilar para não descontextualizar frases e nem realizar conclusões contraditórias. Conforme chamaram atenção os autores Pedro Paulo Funari e Lourdes Domínguez:

Multiplicaram-se, nas últimas décadas, as declarações internacionais sobre a preservação dos bens culturais, como consequência das políticas voltadas para a inclusão social. Neste contexto, os estudiosos, em geral, e todos que se dedicam ao patrimônio em museus, instituições patrimoniais diversas e em todos os níveis, têm sentido falta de uma compilação, ainda que parcial e provisória, desse manancial. (FUNARI & DOMÍNGUEZ, 2005: p. 07)

O que se apresentou nesta seção foi uma compilação parcial, usando as palavras dos autores citados. O esforço empreendido na elaboração do quadro acima está longe de ser uma análise fundamentada, no entanto, acredita-se que auxilia na busca pelos documentos.

### **3.4. Preservação do Patrimônio Cultural no Estado de Minas Gerais**

Parte da civilização contemporânea tem feito uma inteligente opção por padrões de desenvolvimento sustentável que garantirão às gerações futuras o direito de usufruir de um meio ambiente saudável e de uma herança cultural que distinga e identifique os diferentes povos. Para que essa tarefa seja cumprida em toda a sua extensão é importante que as ações sejam concebidas de forma abrangente e sistêmica, configurando uma política pública clara e acessível às comunidades.

O Estado de Minas Gerais promulgou sua primeira Carta Constitucional em 1891, desde então, já vigoraram outras quatro constituições, a de 1935, de 1947, 1967 e, a atualmente em vigor, de 1989. Os Artigos 208 e 209 da atual Constituição do Estado de Minas Gerais dispõem:

Art. 208 - Constituem patrimônio cultural mineiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira, entre os quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, tecnológicas e artísticas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico.

Art. 209 - O Estado, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, de outras formas de acautelamento e preservação e, ainda, de repressão aos danos e às ameaças a esse patrimônio. (MINAS GERAIS, CONSTITUIÇÃO, 1989)

Atualmente, a política pública de cultura do Estado de Minas Gerais é coordenada pela Secretaria de Estado de Cultura (SEC) a quem compete planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais, a cargo do estado, relativas ao incentivo, à produção, à valorização e à difusão das manifestações culturais da sociedade mineira. Desta forma, segundo o estatuto da instituição está “assegurada a preservação da diversidade cultural, a democratização do acesso à cultura e o oferecimento de oportunidades para o exercício do direito à identidade cultural”. Integram a área de competência da Secretaria Estadual de Cultura<sup>74</sup>:

- I - por subordinação administrativa, os seguintes Conselhos:
  - a) Conselho Estadual de Política Cultural;
  - b) Conselho Estadual de Arquivo;
  - c) Conselho Estadual de Patrimônio Cultural - CONEP; e
- II - por vinculação:
  - a) a Fundação Clóvis Salgado - FCS;
  - b) a Fundação de Arte de Ouro Preto - FAOP;
  - c) a Fundação TV Minas - Cultural e Educativa - TV MINAS;
  - d) a Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG;
  - e) a Rádio Inconfidência Ltda.; e
  - f) Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais – DETEL-MG.

Como cabe ao poder público zelar e promover ações para a preservação do patrimônio cultural, desde 30 de setembro 1971, o Estado de Minas Gerais conta com a estrutura organizacional do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), fundação sem fins lucrativos vinculada à Secretaria de Estado de Cultura, que visa garantir à sociedade o acesso e a fruição do patrimônio cultural estadual. O IEPHA/MG tem por finalidade pesquisar, proteger e promover os patrimônios cultural, histórico, natural e científico, de natureza material ou imaterial, de interesse de preservação no Estado de Minas Gerais, nos termos da legislação estadual que dispõe sobre a matéria. Cabe ao IEPHA/MG, além da proteção aos bens por ele tombados, cuidar da difusão da consciência patrimonial e da criação de instrumentos e mecanismos que contribuam, de maneira universal e eficaz, para a preservação da memória e identidade culturais em todo o Estado, isto é, da educação patrimonial. O instituto tem atuação de caráter normativo

<sup>74</sup> Disponível em: < <http://www.cultura.mg.gov.br/a-secretaria/institucional/integracao-institucional-vinculacao-ou-subordinacao>>. Acesso em 13 jan. 2016.

e presta serviços na execução direta ou na supervisão e fiscalização de intervenções. Além disso, dá assessoria às prefeituras municipais e comunidades, sempre pautado na preservação e divulgação do patrimônio cultural estadual. De acordo com a Lei Delegada Nº 149, de 2007, o IEPHA/MG deve observar, no âmbito de suas competências, as deliberações do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP) - bem como deve instruir os processos de competência do referido conselho. Entre sua fundação e março de 1979, o IEPHA/MG, em razão dos limitados recursos de que dispunha e de uma estrutura técnica e administrativa ainda em formação, não pôde desenvolver plenamente uma política de obras de restauração e conservação compatível com as reais necessidades do acervo histórico e artístico do Estado<sup>75</sup>. Mesmo com uma estrutura operacional muito simples, foram realizadas, nesses primeiros anos, algumas obras de conservação e restauro, assim como, alguns tombamentos. O Quadro 05 - Bens Tombados pelo IEPHA/MG (pag. 152) apresenta os primeiros 10 bens culturais reconhecidos pelo instituto com patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais.

A estrutura técnico administrativa do IEPHA/MG, entre 1979 e 1984, passou a contar com três superintendências: (i) conservação e restauração; (ii) pesquisa, tombamentos e divulgação e (iii) museus e outros acervos, além de uma secretaria geral, subordinadas à diretoria executiva. Neste período, o instituto executou dois grandes programas de obras: o Programa de Obras Urgentes (POU) e o Programa de Cidades Históricas (PCH), ambos com recursos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do Tesouro do Estado e da iniciativa privada. Na proteção dos bens culturais, introduziu além do tombamento, o instrumento do inventário, iniciando o programa denominado Inventário do Patrimônio e Acervo Cultural (IPAC) que, ainda hoje, é uma importante medida administrativa de proteção do patrimônio cultural. Em 1989, após mudança da direção, incrementou-se o número de obras de restauração e conservação, com destaque para os seguintes bens: Arquivo Público Mineiro, Palácio da Liberdade, Fazenda Belo Vale, entre outros<sup>76</sup>. A gestão seguinte foi a primeira administração do IEPHA/MG após a Constituição Estadual de 1989. O princípio da municipalização, firmado na

---

<sup>75</sup> “Minas Gerais possui um dos maiores e mais significativos acervos do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Em seu território situam-se mais de 60% dos bens culturais que constituem esse patrimônio” (IEPHA/MG/2011). Porque os primeiros centros urbanos no interior do país foram criados em Minas Gerais no século XVII, graças à riqueza produzida pela mineração e para atender ao grande número de pessoas que lá se fixaram e que tinham renda para suprir necessidades e desejos.




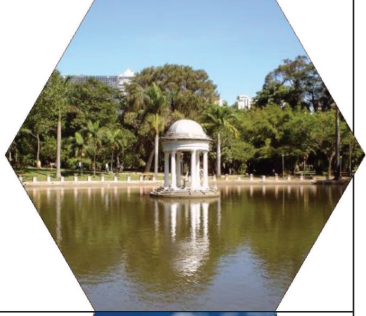

<sup>76</sup> Para maiores esclarecimentos das referidas obras consultar: <<http://www.iepha.mg.gov.br>>

Constituição, reforçou uma tendência já defendida pelos órgãos de preservação. A diretriz adotada pelo instituto foi a de assumir uma postura cada vez mais normativa e de assessoria, reduzindo sua atuação direta em obras e projetos. O ano de 1996 foi marcado pela preocupação do instituto com a preservação do patrimônio cultural nos municípios, impulsionada pela criação da Lei nº 12.040/1995 (Lei Robin Hood)<sup>77</sup>, responsável pelo surgimento da política pública estadual que destina recursos do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos municípios que preservam seu patrimônio cultural. Esta política, conhecida como “ICMS Patrimônio Cultural”, será tratada especificamente na próxima seção.

---

<sup>77</sup> Para maiores esclarecimentos sobre a referida lei consultar: <<http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/leirobinhood>>

### Quadro 05 - Bens Tombados pelo IEPHA/MG

<p><b>Palácio da Liberdade</b></p> <p>Belo Horizonte (MG)</p> <p>Decreto Estadual nº 16.956, de 27/1/1975</p>		<p><b>Arquivo Público Mineiro</b></p> <p>Belo Horizonte (MG)</p> <p>Decreto Estadual nº 16.983, de 7/2/1975</p>	
<p><b>Fazenda da Boa Esperança</b></p> <p>Belo Vale (MG)</p> <p>Decreto nº 17.009 de 27/2/1975</p>		<p><b>Fazenda da Posse</b></p> <p>Santana dos Montes (MG)</p> <p>Decreto nº 16.965 de 30/1/1975</p>	
<p><b>Museu de Mineralogia</b></p> <p>Belo Horizonte (MG)</p> <p>Decreto Estadual nº 17.087, de 13/3/1975</p>		<p><b>Conjunto Paisagístico do Parque Municipal</b></p> <p>Belo Horizonte (MG)</p> <p>Decreto Estadual nº 17.086, de 13/3/1975</p>	
<p><b>Capela de Nossa Senhora do Rosário</b></p> <p>Pedro Leopoldo (MG)</p> <p>Decreto Estadual nº 17.729 de 27/1/1976</p>		<p><b>Basílica de Santa Luzia do Rio das Velhas</b></p> <p>Santa Luzia (MG)</p> <p>Decreto Estadual nº 17.779, de 09/03/1976</p>	
<p><b>Casa na rua da Direita nº. 101</b></p> <p>Santa Luzia (MG)</p> <p>Decreto Estadual nº 18.531, de 2/6/1977</p>		<p><b>Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Liberdade</b></p> <p>Belo Horizonte (MG)</p> <p>Decreto Estadual nº 18.531, de 02/6/1977</p>	

Fonte: IEPHA – Elaboração: autor

O IEPHA/MG presta assessoria aos municípios para que, juntos, estabeleçam e implantem uma política de preservação do patrimônio cultural adequada às características de cada comunidade, além disto, é o responsável pela elaboração das diretrizes normativas e análise da documentação enviada pelos municípios para cumprimento dos critérios estabelecidos. Esta política tem proporcionado ao instituto a criação de um banco de dados com informações históricas, arquitetônicas, fotográficas e plantas cadastrais de milhares de bens culturais tombados ou inventariados em nível municipal. O programa “ICMS Patrimônio Cultural” foi premiado pelo IPHAN, em 2002, e também foi reconhecido pelo Fundo das Nações Unidas para a Criança e o Adolescente (UNICEF), como o melhor programa de distribuição de renda do Brasil.

O início dos anos 2000 foram marcados pelo registro, aplicado ao patrimônio imaterial, em 2009, acreditando na importância da ampla participação das comunidades nas ações de preservação da memória, foi criada a “Jornada Mineira do Patrimônio Cultural” cuja proposta é “levar as comunidades mineiras a perceberem de modo diferente suas cidades, lugares, manifestações e produções”. Ação pioneira no país, a jornada teve inspiração na experiência francesa das *“Journées du Patrimoine”*. Em 2011, ficaram registrados cerca de 1.100 ações, ligadas ao patrimônio cultural, que movimentaram 567 dos 853 municípios de Minas Gerais.

Desde 2010 o instituto desenvolve o “Programa de Restauração de Acervos” que tem a proposta de identificar e recuperar bens de forte significado para as comunidades às quais tais acervos pertencem. Em 2013, atuando em parceria com o Governo Estadual, o IEPHA/MG lançou o programa “Minas Patrimônio Vivo” que investiu, até 2015, cerca de 30 milhões de reais na recuperação de patrimônios tombados pelo instituto em todas as regiões do estado. O objetivo foi restaurar e conservar a estrutura física dos bens tombados e também garantir a segurança de obras artísticas a partir da instalação de sistemas contra furtos, de prevenção e combate a incêndios. Segundo o instituto, a proposta é que o município se conscientize e atue com responsabilidade na preservação do patrimônio local, abrangendo e envolvendo vários setores da sociedade na divulgação e execução dos trabalhos de proteção patrimonial.

Diante do exposto, salienta-se que toda produção cultural deve ser valorizada independentemente da riqueza ou pobreza da região que a produz, assim, se

reconhece o caráter democrático da política pública mineira que vêm permitindo que tanto os municípios ricos quanto os mais pobres recebam recursos para protegerem os seus patrimônios culturais. Percebe-se que o IEPHA/MG exerce um papel importante na capacitação, fiscalização, assessoramento e no desenvolvimento desta política. Neste sentido, com o intuito de um melhor entendimento acerca das nuances que compõem esta política, a partir deste momento, passa-se a abordá-la.

### **3.4.1. ICMS Patrimônio Cultural**

Apresentada como única, em todo o país, a Lei nº 12.040/1995, atual Lei Nº. 18.030/2009, repassa recursos para os municípios que preservam a sua memória e sua produção cultural. A base para a elaboração da referida lei está na Constituição Federal que determina que 75% do Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) dos Estados devem ser repassados aos municípios de acordo com o volume de arrecadação e que 25% devem ser repassados conforme a regulamentação dada por lei estadual.

Desta forma, em 28 de dezembro de 1995, o governo mineiro criou a Lei Nº. 12.040, substituída pela atual Lei Nº. 18.030/2009, que estabelece a redistribuição do ICMS Para uma melhor compreensão de como é realizado o repasse aos municípios a Tabela 05 - Repasse de ICMS/MG (pág. 155), mostra os valores percentuais de cada um dos critérios. Desde que entrou em vigor, em 1995, na primeira versão da lei, o número de municípios participantes, no quesito patrimônio cultural, cresceu mais de 600%. Dos iniciais 104 municípios, em 1996, em 2015 foram pontuados 658 municípios, conforme pode ser visto na Tabela 06 - Municípios Pontuados no ICMS Patrimônio Cultural, (pág. 155). A participação dos municípios no ano de 2015 equivaleu a pouco mais de 77% dos 853 municípios mineiros<sup>78</sup>. O ano que houve a maior participação dos municípios foi em 2012 com 727 dos 853 existentes, um percentual de pouco mais 85% dos municípios.

---

78

Disponível em:  
<[http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=96&Itemid=151](http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=96&Itemid=151)>. Acesso em 13 jan. 2016.



**Tabela 05 - Repasse de ICMS/MG**

CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO	PERCENTUAIS/EXERCÍCIO		
	2009	2010	a partir de 2011
VAF (art. 1º, I)	79,68	79,68	75,00
Área geográfica (art. 1º, II)	1,00	1,00	1,00
População (art. 1º, III)	2,71	2,71	2,70
População dos 50 municípios mais populosos (art. 1º, IV)	2,00	2,00	2,00
Educação (art. 1º, V)	2,00	2,00	2,00
Produção de alimentos (art. 1º, VI)	1,00	1,00	1,00
Patrimônio cultural (art. 1º, VII)	1,00	1,00	1,00
Meio ambiente (art. 1º, VIII)	1,00	1,00	1,10
Saúde (art. 1º, IX)	2,00	2,00	2,00
Receita própria (art. 1º, X)	2,00	2,00	1,90
Cota mínima (art. 1º, XI)	5,50	5,50	5,50
Municípios mineradores (art. 1º, XII)	0,11	0,11	0,01
Recursos hídricos (art. 1º, XIII)	0,00	0,00	0,25
Municípios sede de estabelecimentos penitenciários (art. 1º, XIV)	0,00	0,00	0,10
Esportes (art. 1º, XV)	0,00	0,00	0,10
Turismo (art. 1º, XVI)	0,00	0,00	0,10
ICMS solidário (art. 1º, XVII)	0,00	0,00	4,14
Mínimo "per capita" (art. 1º, XVIII)	0,00	0,00	0,10
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: ALMG - adaptado

**Tabela 06 - Municípios Pontuados no ICMS Patrimônio Cultural**

ANO	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS PONTUADOS
1996	104
1997	120
1998	166
1999	233
2000	207
2001	232
2002	339
2003	364
2004	468
2005	404
2006	593
2007	643
2008	664
2009	646
2010	710
2011	716
2012	727
2013	689
2014	527
2015	658

Fonte: IEPHA - Elaboração autor

Para fazer jus à pontuação e, conseqüentemente, ao repasse de recursos, os municípios necessitam cumprir os quesitos estabelecidos nas Deliberações Normativas do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP) que, para 2015, foram as seguintes exigências<sup>79</sup>:

<sup>79</sup> Informações obtidas junto a Deliberação Normativa do CONEP Nº 02/2012 a vigorar a partir do exercício de 2015.

- a) Quadro I – Existência de Planejamento e de Política Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e outras ações – PCL – que apresenta a relação de procedimentos a serem documentados e informados ao IEPHA/MG sobre a implementação de um sistema municipal de proteção do patrimônio cultural local necessário para que o município possa desenvolver política cultural. Os demais atributos somente serão pontuados se o município comprovar a existência e o funcionamento regular do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de acordo com as diretrizes estabelecidas neste Quadro.
- b) Quadro II – Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural – INV – que apresenta a relação de procedimentos a serem documentados e informados ao IEPHA/MG sobre a elaboração do plano e desenvolvimento de Inventário do Patrimônio Cultural pelo município.
- c) Quadro III – Processos de Tombamento e Laudos Técnicos de Estado de Conservação – NH, CP, BI e BM – que apresenta a relação de procedimentos a serem documentados e informados ao IEPHA/MG sobre os tombamentos de bens materiais no nível municipal –núcleo histórico urbano, conjuntos urbanos ou paisagísticos localizados em zonas urbanas ou rurais, bens imóveis incluídos seus respectivos acervos de bens móveis e integrados quando houver e bens móveis – e os laudos de estado de conservação específicos, que informem sobre o efeito do tombamento. Somente processos de tombamento definitivo serão considerados para efeito de pontuação.
- d) Quadro IV – Investimentos – NH, CP, BI e BM – que apresenta a relação de procedimentos a serem documentados e informados ao IEPHA/MG sobre os investimentos financeiros e as atividades desenvolvidas pelo município como parte das atividades de preservação dos bens culturais protegidos (materiais tombados ou inventariados). Para efeito de análise e pontuação no Quadro IV somente serão considerados os municípios que forem pontuados pelo Quadro III.
- e) Quadro V – Educação Patrimonial – EP – que apresenta a relação de procedimentos a serem documentados e informados ao IEPHA/MG sobre a elaboração de projetos e a realização de atividades de educação patrimonial;
- f) Quadro VI – Registro de bens imateriais – RI – que apresenta a relação de procedimentos a serem documentados e informados ao IEPHA/MG sobre os processos de registro de bens imateriais no nível municipal.
- d) Quadro VII – Investimentos Financeiros com recursos do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural em Bens Culturais Protegidos – FU – que apresenta a relação de procedimentos a serem documentados e informados ao IEPHA/MG sobre a criação do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e gestão dos seus recursos. (IEPHA, CONEP, 2012).

A documentação produzida pelos municípios em função das ações de preservação realizadas no âmbito municipal e em cumprimento às diretrizes estabelecidas pelo IEPHA/MG, além de comprovar a atuação do poder público municipal na proteção de seu patrimônio, é uma fonte valiosa de informação para a história do município e, conseqüentemente, para os Estado de Minas Gerais.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216 dispõe, em seu parágrafo 2º, que “cabe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” e a Lei Federal Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, em seu Artigo 1º, estabelece a responsabilidade do Poder Público em garantir “(...) a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de provas e informação”. Assim, a

documentação produzida pelos municípios em decorrência das atividades realizadas em função do critério “ICMS Patrimônio Cultural” deve permanecer sob a guarda do município, ser organizada, preservada e disponibilizada para consulta.

Bom seria, se fosse verdade, pensar que os 658 municípios mineiros que cumpriram seus compromisso com a política pública vigente no Estado, em 2015, assim o fizeram por verdadeiramente conhecerem e reconhecerem o valor dos bens culturais que possuem. Infelizmente, é conhecido o fato que boa parte das administrações públicas municipais implantam a política apenas para arrecadar os recursos financeiros provenientes do patrimônio cultural, uma vez que, os valores são depositados na conta geral das prefeituras e dali saem para pagar os mais variados compromissos da administração e, dificilmente, retornam como investimentos no patrimônio e/ou para a manutenção da própria política de preservação. No sentido de amenizar esta realidade, desde 2010, a Deliberação Normativa do CONEP solicita aos municípios a criação do Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural (FUMPAC), cuja finalidade específica é prestar apoio financeiro em caráter suplementar, ou seja, aumentar os benefícios que trazem ações destinadas à promoção, preservação, manutenção e conservação do patrimônio cultural do município.

O FUMPAC é um fundo especial. Os fundos especiais constituem um instrumento legal de organização de receitas que serão destinadas para atender a finalidades específicas de sua criação, o que torna os seus recursos vinculados a determinados objetivos ou serviços. Um fundo especial tem a característica e a função de reunir recursos financeiros específicos destinados a objetivos, serviços ou despesas também específicos.

No caso do FUMPAC, este é instituído, especificamente, para prestar subsídio financeiro à política de proteção ao patrimônio cultural local. Além disso, é estabelecido por meio de lei, aprovada pela câmara municipal. Caso o conteúdo dessa lei não seja suficiente para torná-la autoaplicável, após a sua aprovação, o prefeito do município deverá regulamentá-la por decreto. A regulamentação do fundo deve atender à Lei Federal Nº. 4.230/64.

Acredita-se que uma política pública, em particular uma política de preservação, só se mostra correta e consequente quando, além de contemplar medidas referentes à memória de um povo, baseia-se mais amplamente em uma

concepção que integra as questões socioeconômicas, técnicas, artísticas e ambientais, articulando-as com as questões de qualidade de vida, meio ambiente e cidadania. A integração do patrimônio cultural ao cotidiano das pessoas e às suas celebrações faz com que este exerça sua força geradora de identidade étnica, de valorização ética e de referência cultural.

## CAPÍTULO 04

---

Figura 05 – MM Gerdau Museu das Minas e do Metal



Fonte: <http://circuitoculturaliberdade.com.br/plus/modulos/listas/?tac=espaco&id=10#/informacao>

“A cultura é o melhor conhecimento do que foi dito e pensado no mundo”

(Mathew Arnold)

#### **4.0. ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO**

De acordo com os estudiosos da área de metodologia científica, a definição do objeto de pesquisa, assim como, a opção metodológica, constituem um processo tão importante para o pesquisador quanto o texto que ele elabora ao terminar sua pesquisa. Segundo a professora Zaia Brandão (2000), a tão afirmada, contudo, nem sempre praticada, “construção do objeto” diz respeito, entre outras coisas, à capacidade de optar pela alternativa metodológica mais adequada à análise daquele objeto. Se nossas conclusões somente são possíveis em razão dos instrumentos que utilizamos e da interpretação dos resultados a que o uso dos instrumentos permite chegar, relatar procedimentos de pesquisa, mais do que cumprir uma formalidade, oferece ao leitor e a outros pesquisadores a possibilidade de refazer o caminho e, assim, avaliar com mais segurança as afirmações que fazemos.

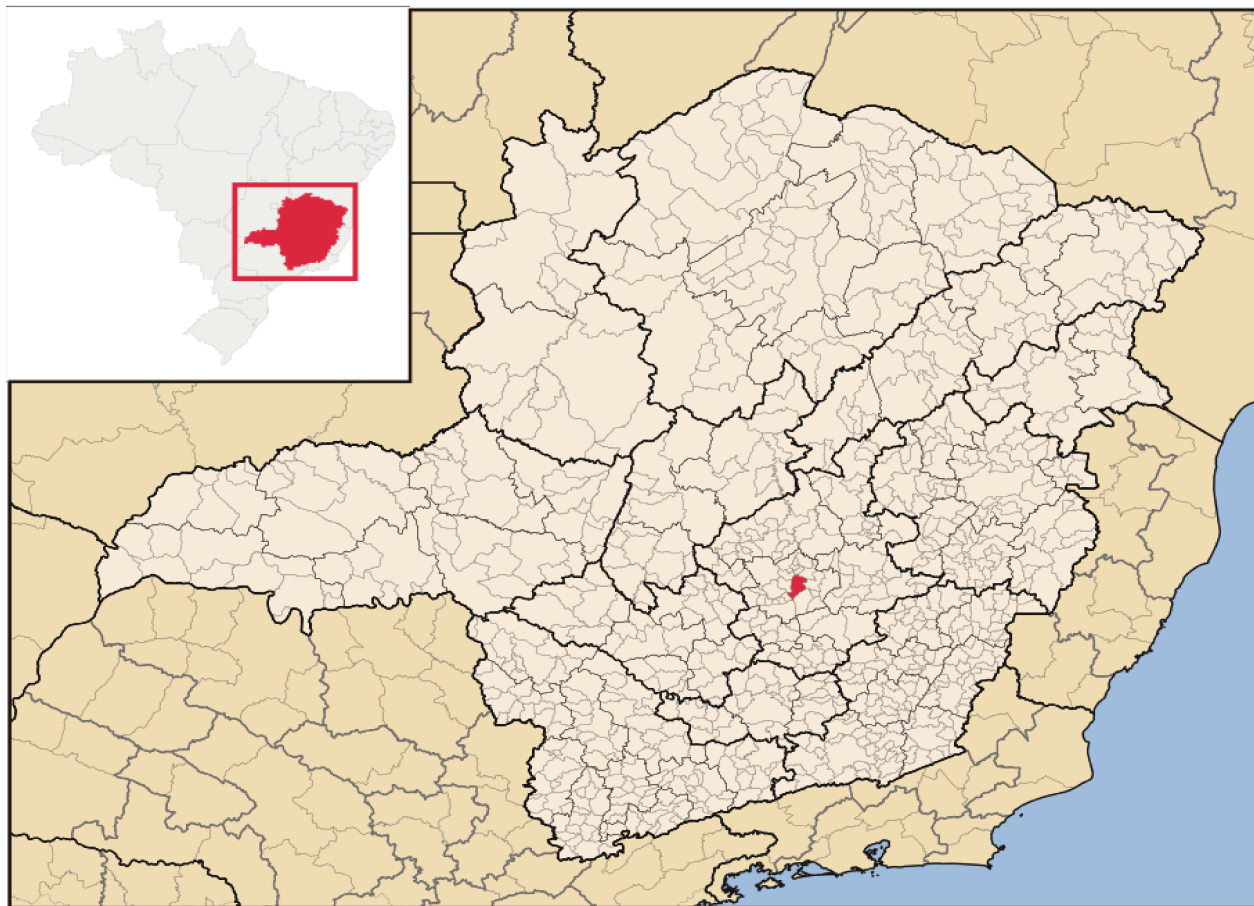
Desta forma, neste capítulo, passamos a apresentar o objeto desta pesquisa e a metodologia utilizada para seu estudo. Com relação ao objeto, pode-se dizer que consiste em uma política pública de cultura denominada Circuito Cultural Praça da Liberdade que foi desenvolvida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da sua Secretaria de Cultura em parceria com empresas da iniciativa privada. De maneira introdutória e sucinta, caracteriza-se pela utilização do acervo arquitetônico, antigos prédios públicos, localizados na Praça da Liberdade em Belo Horizonte (MG), que foram transformados em espaços culturais, desde 2010, com a transferência da Sede Administrativa do Governo do Estado.

##### **4.1. Apresentação**

Os registros apontam que, por volta de 1701, o bandeirante João Leite da Silva Ortiz, ao chegar à região da então Serra de Congonhas, resolveu fundar uma fazenda para criação de gado que ficou conhecida como “Fazenda do Cercado”. Uma vez que era ponto de passagem de tropeiros, que conduziam gado da Bahia para a região das minas, o progresso do local foi-se acentuando e logo se tornou o arraial “Curral del Rei”. Com a decadência da mineração o arraial se expandiu e chegou à condição de Freguesia, embora mantivesse uma rotina simples e monótona. Somente com a Proclamação da República, em 1889, o local se tornou palco de transformações, primeiro pela mudança do nome para Belo Horizonte e,

posteriormente, em 17 de dezembro de 1893, por força da Lei Nº 3 da Constituição Estadual, que determinava a transferência da sede do governo do estado de Ouro Preto para Belo Horizonte.

**Figura 06 - Mapa de localização de Belo Horizonte (MG)**



Fonte:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Belo\\_Horizonte#/media/File:MinasGerais\\_Municip\\_BeloHorizonte.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Belo_Horizonte#/media/File:MinasGerais_Municip_BeloHorizonte.svg)

A mesma lei criava a “Comissão Construtora”, composta por técnicos responsáveis pelo planejamento e execução das obras sob a chefia de Aarão Leal de Carvalho Reis, engenheiro e urbanista.

O projeto criado pela Comissão Construtora, finalizado em maio de 1895, inspirava-se no modelo das mais modernas cidades do mundo, como Paris e Washington. Os planos revelavam algumas preocupações básicas, como as condições de higiene e circulação humana. Dividiram a cidade em três principais zonas: a área central urbana, a área suburbana e a área rural. No centro, o traçado geométrico e regular estabelecia um padrão de ruas retas, formando uma espécie de quadriculado. Mas largas, as avenidas seriam dispostas em sentido diagonal. Esta área receberia toda a estrutura urbana de transportes, educação, saneamento e assistência médica. Abrigaria, também, os edifícios públicos dos funcionários estaduais. Ali também deveriam se instalar os estabelecimentos comerciais. Seu limite era a Avenida do Contorno, que naquela época se chamava de 17 de dezembro. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, [s.d.]).

Nesse contexto, foi concebida a Praça da Liberdade, um complexo paisagístico e arquitetônico que sintetiza a história de Belo Horizonte (MG). Localizada entre as atuais avenidas João Pinheiro e Cristóvão Colombo e as ruas Gonçalves Dias, Santa Rita Durão e Alvarenga Peixoto, foi construída na cota mais alta do perímetro urbano, possui uma área de 35.000 m<sup>2</sup> com terreno plano e sem desníveis, seu entorno é caracterizado por edifícios com grande variedade estilística, com destaque para os ecléticos da virada dos séculos XIX/XX, que abrigavam as Secretarias de Estado. O prolongamento da avenida João Pinheiro divide a praça, longitudinalmente, em duas partes ladeadas por palmeiras imperiais; transversalmente, possui duas alamedas que lhe dão a configuração de cruz. No centro, encontra-se em destaque o coreto em estrutura metálica e, espalhados por toda sua extensão, pode-se encontrar monumentos, bustos e fontes. Atribui-se ao arquiteto paisagista Paul Villon o desenho original dos jardins que possuíam características aos moldes dos jardins ingleses. Em 1920, por ocasião da visita da família real belga, a linha original inglesa foi substituída pelo traçado de inspiração francesa que permanece ainda hoje; a reforma coube ao arquiteto e paisagista Reinaldo Dieberger. Em 1969, visando atender à reestruturação do sistema viário, foi realizada uma nova reforma cuja característica maior foi a supressão do tráfego na alameda central. Em 02 de junho de 1977 o conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça da Liberdade foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), sendo formado pelos seguintes bens: Edifício Niemeyer, Secretaria de Estado de Defesa Social, Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, Edifício Mape, Edifício Sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG), Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado de Educação, Reitoria da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), “Rainha da Sucata”, Biblioteca Pública Luiz de Bessa, Palácio dos Despachos, Palácio Arquiepiscopal, Palacete Dantas, Solar Narbona e “Casa Amarela”. No início da década de 1990, atendendo às comemorações do 94º aniversário de Belo Horizonte (1991), a praça foi restaurada, retomando-se o traçado de 1920, os trabalhos ficaram a cargo da equipe da arquiteta Josefina Vasconcelos. A partir de 2010, com a transferência da sede do Governo do Estado para a Cidade Administrativa, no Bairro Serra Verde - região de Venda Nova, a maioria dos edifícios do entorno da praça passou a compor o Circuito Cultural Praça da Liberdade.



Inaugurado no ano de 2010, segundo Maciel (2013), o circuito foi criado “com o objetivo de explorar a diversidade cultural” em uma área da cidade com “enorme valor simbólico, histórico e arquitetônico”. Tal ação é um empreendimento que caracteriza a política pública idealizada pelo governo do estado, cuja concepção foi sintetizada no trecho abaixo, extraído do Anexo I do Termo de Parceria N° 032, assinado em 2012 por Eliane Oliveira, na condição de Secretária de Cultura, e por Cristiana Miglio Kumaira Pereira, então Diretora Presidente do Instituto Sérgio Magnani<sup>80</sup>, co-gestor do circuito:

O Circuito Cultural Praça da Liberdade (CCPL) está sendo implantado pelo Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, para oferecer à população novos espaços de conhecimento, arte, cultura, ciência e entretenimento. O Circuito, desenvolvido em parceria com a iniciativa privada, restaura e implementa novos usos aos prédios públicos que circundam a Praça da Liberdade, transformando-os em um riquíssimo conjunto de cultura e informação, composto de acervos históricos, artísticos e temáticos; centros culturais interativos; biblioteca e espaços para oficinas, cursos e ateliês abertos; além de planetário, cafeterias, restaurantes e lojas. [...] Para abrigar a sede dos futuros espaços culturais, todas as intervenções de restauração e revitalização dos edifícios são supervisionadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) e tiveram os projetos aprovados pelos órgãos responsáveis como o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município (CDPCM-BH), a Secretaria Municipal de Regulação Urbana (SMARU), o Conselho Estadual do Patrimônio (CONEP) e a Secretaria do Meio Ambiente (SMA). Nos anos iniciais do projeto, o foco principal esteve na negociação e celebração dos convênios com as entidades públicas e privadas que são responsáveis por alguns dos espaços, bem como na viabilização da restauração dos edifícios junto aos órgãos responsáveis. Embora ainda existam obras em andamento [...], o foco principal passa a ser a configuração da gestão do Circuito que dará a ele o caráter integrado a que se pretende, dentro de alto padrão estético e cultural, qualidade técnica e programação qualificada. O cumprimento da missão (“Ampliar o capital humano através da cultura, informação e educação, garantindo espaço para a inovação e divulgação da cultura”) e da visão (“Tornar-se o maior complexo na área de cultura e informação do Brasil, transformando-se em referência mundial”) propostas depende de uma gestão compartilhada entre Estado e parceiros, que será alinhada e fortalecida a partir deste ano. (MINAS GERAIS, 2012, p. 12)

A proposta do circuito tem como objetivo, de acordo Cristiana Pereira, então gestora do circuito, reunir, na Praça da Liberdade e vizinhança, “[...] 12 espaços culturais entre museus históricos, artísticos e temáticos, centros culturais, bibliotecas e espaços para oficinas, cursos, ateliês e cafés” (CIRCUITO, 2013).

Apresentado, tanto pelos órgãos oficiais quanto pela imprensa, conforme disse Barbosa (2013), como “o maior complexo cultural do país e o único do mundo fruto de parceria público-privada”, os museus/espaços são administrados por

<sup>80</sup> O Instituto Cultural Sérgio Magnani (ICSM) é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Governo do Estado de Minas Gerais e pelo Governo Federal. Fundado em 2004 por integrantes da comunidade cultural mineira, o ICSM tem por objetivos atuar no desenvolvimento e na gestão de projetos e programas culturais e socioeducativos. Disponível em: < <http://www.institutosergiomagnani.org.br> >. Acesso em: 14 out. 2014.

empresas privadas que realizam investimentos na recuperação do patrimônio e na manutenção dos prédios. Nas palavras de Cristiana Pereira:

(...) este modelo de parceria público-privada possibilita que grandes empresas participem e contribuam efetivamente com o avanço cultural da cidade. Mais que realizarem suas atividades-fim, os parceiros investem na implantação e manutenção de museus, espaços de aprendizagem, salas de exposições e espetáculos, além de centros de memória que consolidam a história de Minas Gerais, apresentando-a de forma gratuita ou a preços populares (CIRCUITO, 2013).

Dentre os equipamentos culturais em funcionamento no Circuito Cultural Praça da Liberdade, sete são geridos diretamente pelo Governo do Estado e os outros funcionam por meio de parcerias público-privadas ou parcerias com instituições públicas federais.

O Governo do Estado de Minas Gerais, desde o ano de 2002, colocou em pauta o Programa de Parceria Público-Privada (PPP), contudo, somente em 2007 foi efetivamente iniciado com o projeto de exploração da Rodovia MG 050; em 2009 foi assinado um contrato para a construção de uma unidade de administração central do complexo penal; em seguida, 2010, foi a vez da implantação, gestão, operação e manutenção das Unidades de Atendimento Integrado (UAI's), em seis municípios mineiros, assim como a modernização, revitalização e concessão do Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão); em 2012, conforme referenciado, foi tratado o Circuito Cultural Praça da Liberdade, em 2013, a operação e manutenção do Sistema Rio Manso; Em 2014 foi a vez da implantação e operação de UAI's - (fase 02), o tratamento de resíduos sólidos urbanos, o Contorno Metropolitano Norte, a Rota Lund, o Aeroporto Regional da Zona da Mata, o Centro Empresarial Gameleira, a Unidade de Atendimento Integrado (UAI) - Praça Sete de Setembro, o transporte de passageiros sobre trilhos (metrô de BH) e a implantação e operação de rede de água e esgoto no norte de Minas (Copanor 02). No ano de 2015 foram tratados: a implantação e operação de infraestrutura de recolhimento de veículos irregulares na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), o serviço de emalçamento de veículos do Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais (DETRAN/MG), a implantação e operação da sede própria do DETRAN/MG, o Contorno Metropolitano Leste e a reforma e operação do Estádio Mineirinho.

Na lista de parceiros do Governo do Estado para a implantação do Circuito Cultural Praça da Liberdade destacam-se: o Banco do Brasil, responsável pelo Centro Cultural Banco do Brasil, que além de Belo Horizonte conta com mais três unidades: em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo; as Centrais Elétricas de Minas

Gerais (CEMIG), criada pelo então governador Juscelino Kubitschek, é uma empresa mista de capital aberto controlada pelo Governo do Estado e é responsável pelo Centro de Arte Popular; a MM GERDAU, empresa ligada à mineração e à indústria do aço responde pelo Museu das Minas e do Metal; a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que atua no Espaço UFMG do Conhecimento; a VALE, fundada em 1942 em Itabira (MG), é hoje a segunda maior mineradora diversificada do mundo e a primeira em minério de ferro, no cenário do circuito responde pelo Memorial Minas Gerais - VALE. A Fiat, indústria automobilística instalada em Betim (MG), desde 1976, é responsável pelos trabalhos realizados pela Casa Fiat de Cultura. O SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, atua no circuito junto à Casa da Economia Criativa e a Fundação Clóvis Salgado, uma entidade de direito público vinculada à Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, é a responsável pela execução do programa de política pública no âmbito da arte e da cultura.

#### 4.1.1. Os espaços culturais

Desde abril de 2015, o Circuito Cultural Praça da Liberdade vem sendo gerido pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) e atualmente, encontram-se abertos à visitação 15 espaços, são eles: (i) o **Arquivo Público Mineiro**: considerado a instituição cultural mais antiga do Estado de Minas Gerais, foi criado em 1895, ainda na antiga capital Ouro Preto (MG). Em 1901 foi transferido para Belo Horizonte (MG), ocupando um prédio provisório; a partir de 1938 passou a ocupar o atual espaço que se encontra situado à Avenida João Pinheiro, 372. A edificação caracteriza-se pelo estilo eclético e mantém suas características originais. Seu acervo conta com aproximadamente 10.500 títulos, dentre eles documentos que remontam aos períodos colonial, imperial e republicano, além de um conjunto de fotografias, coleção de mapas produzidos no século XVIII e o registro de diversos personagens da Inconfidência Mineira; (ii) a **Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa**: edifício em estilo arquitetônico modernista projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, localiza-se no número 21 da praça e foi inaugurado em 1954. O prédio possui um teatro com capacidade para 220 pessoas, salas para cursos e galeria de arte, além de um acervo com aproximadamente 260.000 títulos dentre eles obras raras; (iii) a **Casa Fiat de**

**Cultura:** ocupa o então Palácio dos Despachos, um edifício de autoria do arquiteto Luciano Amedée Peret; com linhas arquitetônicas modernas, possui quatro pavimentos com vãos amplos e dimensões adequadas para receber grandes exposições de artes plásticas. Conta, em seu vestíbulo, com um painel de Cândido Portinari, alusivo à Inconfidência Mineira, datado de 1954; (iv) o **Cefart Liberdade:** é uma extensão do Centro de Formação Artística e Técnica da Fundação Clóvis Salgado. É uma escola que tem como foco de atuação a capacitação, a qualificação e o aperfeiçoamento de estudantes nas áreas de teatro, dança e música. O Cefart Liberdade possui aproximadamente 570 m<sup>2</sup> e conta com 04 salas para aulas individuais, ou para pequenos grupos; 02 salas de ensino coletivo, 01 sala de estudo multiuso e 01 sala de ensaio, que também poderá ser usada para pequenas apresentações; (v) o **Centro Cultural Banco do Brasil:** instalado no “prédio amarelo” da praça, o espaço de seis andares possui características arquitetônicas ecléticas com influências *art déco*, foi inaugurado em 1930 e sediou a Secretaria de Segurança e Assistência Pública. Atualmente, abriga o CCB - BH, responsável por promover atividades nas áreas de artes plásticas, artes cênicas, música e programas educativos. Conta com um teatro com capacidade para 270 lugares, salas para exposições permanentes, salas multiuso para atividades audiovisuais, debates, conferências, oficinas e café. Coube ao arquiteto restaurador Flávio Grilo a responsabilidade pelos trabalhos de restauração do edifício que foi entregue ao público em 2012; (vi) o **Centro de Arte Popular-Cemig:** localizado nas imediações da Praça da Liberdade, mais especificamente na Rua Gonçalves Dias, 1608, o prédio de características ecléticas datado de 1920 foi construído para ser uma residência e, posteriormente, serviu para o funcionamento do extinto “Hospital São Tarcísio”. Recentemente, após passar por uma intervenção, foi transformado em espaço cultural que conta com um acervo de obras de arte popular das diferentes regiões de Minas Gerais. A arquiteta responsável pelo espaço foi Janete Ferreira da Costa, já o projeto de museografia e a curadoria são de Eliane Guglielme e Mário Santos; (vii) **Espaço do Conhecimento UFMG:** implantado em um edifício de cinco andares de linhas contemporâneas, cuja autoria é da arquiteta Josefina Vasconcelos, o espaço tem como objetivo principal “promover a divulgação científica e a cultura por meio de recursos tecnológicos e audiovisuais, de maneira lúdica e interativa” (CIRCUITO, 2013), possui em sua fachada principal, voltada para a Praça da Liberdade, um sistema digital que permite a reprodução, durante a noite, de

cenas ligadas às artes e ciências. A maior atração de espaço fica por conta do planetário instalado no último andar do edifício; (viii) o **Horizonte SEBRAE - Casa da Economia Criativa**: ocupa uma antiga casa na rua Santa Rita Durão, o espaço busca resgatar a cultura e a história da época em que foi construída (1910), dando um recorte nas experiências e nos casos populares de então por meio da exibição de trechos de obras de autores contemporâneos, tais como Carlos Drummond de Andrade, Ciro dos Anjos e Pedro Nava. O espaço tem o propósito de deixar o público à vontade para interagir e obter informações sobre empreendedorismo na economia criativa; (ix) o **Memorial Minas Gerais – Vale**: situa-se em um edifício eclético inaugurado em 1897 onde funcionou a Secretaria de Estado da Fazenda. Hoje conta com 31 espaços para exposição, que reúnem manifestações contemporâneas, populares e folclóricas referentes à história e aos costumes mineiros do passado e presente. Os trabalhos de adequação do espaço para implantação do museu são de responsabilidade dos arquitetos Carlos Maia, Débora Mendes, Eduardo França, Igor Macedo, Humberto Hermeto e Flávio Grilo; (x) **MM Gerdau - Museu das Minas e do Metal**: popularmente conhecido como “prédio rosa”, o edifício começou a ser construído em 1895 e foi inaugurado em 1897, segue o padrão arquitetônico estabelecido pela “Comissão Construtora da Nova Capital” - eclético; inicialmente abrigou a Secretaria do Interior e, posteriormente, a Secretaria de Educação. Atualmente, resguarda em suas 18 salas um acervo referente às duas principais atividades econômicas do Estado de Minas Gerais, a mineração e a metalurgia. O arquiteto Paulo Mendes da Rocha foi o responsável pelos trabalhos de arquitetura, a museografia fica a cargo de Marcello Dantas e a restauração de Maria Regina Reis Ramos; (xi) o **Museu Mineiro**: o edifício que abriga esse museu foi sede do Senado Mineiro e está situado à Avenida João Pinheiro, 342. Suas características arquitetônicas seguem o mesmo padrão dos edifícios históricos da Praça da Liberdade, seu acervo conta com aproximadamente 2.600 objetos provenientes de 36 coleções distintas de particulares e públicas; (xii) o **Palácio da Liberdade**: edifício de estilo arquitetônico eclético tem sua inauguração datada de 1897 e foi sede do governo do estado até 2010. Tombado pelo IEPHA/MG através do Decreto Nº 16.956, de 27/01/1975, conta em seu interior com decoração variada, passando do “Estilo Luís XV” para o “Estilo *Art Nouveau*”. Em 1989/1990 foi realizado o inventário do acervo de bens móveis do Palácio da Liberdade, que acabaram por ser catalogados em trinta e duas categorias, nas quais se incluem

peças de mobiliário, objetos de iluminação, esculturas, prataria, relógios, tapeçarias e uma rica pinacoteca; (xiii) **Praça da Liberdade**: localizada no alto da Avenida João Pinheiro, o objetivo da praça foi, durante muito tempo, abrigar a sede administrativa do Estado de Minas Gerais composta pelos prédios do Palácio do Governo e das primeiras Secretarias de Estado, porém, ao longo dos anos, o espaço foi recebendo construções de diferentes estilos arquitetônicos e todo o complexo encontra-se, hoje, tombado pelo IEPHA-MG.

Recentemente foram incorporados ao “Circuito Cultural Praça da Liberdade”, (xiv) o **BDMG Cultural**: um instituto que há 27 anos realiza ações na área da música, das artes visuais e das artes cênicas. Braço cultural do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, a instituição tem como objetivo, ações culturais envolvendo artistas novos e consagrados; (xv) a **Academia Mineira de Letras**: foi fundada na cidade de Juiz de Fora (MG), em 1909, por um grupo de jornalistas, escritores e profissionais ligados à literatura e à cultura. Em 1915 a instituição foi transferida para Belo Horizonte (MG) e, em 1987, passou a ocupar o Palacete Borges da Costa, ganhando posteriormente um anexo para receber eventos e reuniões. O conjunto das edificações se destaca pelo contraste arquitetônico entre o clássico palacete e o moderno auditório. O espaço abriga um acervo de 28 mil títulos e 32 mil exemplares, entre obras raras e únicas.

Dentro da proposta da nova gestão, destaca-se a ampliação do perímetro de atuação do projeto cultural. Assim, estão em processo de implantação: (i) a **Casa do Patrimônio Cultural de Minas Gerais**: o IEPHA visando aumentar a participação de grupos ligados à cultura popular de diversas regiões do Estado no circuito pretende implantar este equipamento que ocupará o edifício da antiga Secretaria de Viação e Obras Públicas, também conhecido como “Prédio Verde”, que compõe o “Circuito Cultural Praça da Liberdade”, foi projetado pelo arquiteto José de Magalhães e teve sua construção empreendida pela Construtora da Nova Capital, entre os anos de 1895/1897. Sua arquitetura compõe o estilo eclético, mesclando elementos da arquitetura clássica francesa, neobarroca e a renascentista italiana; (ii) o **Inhotim Escola**: “o Projeto Inhotim Escola tem o objetivo de promover a difusão, formação e fomento de artes visuais e de meio ambiente, a partir de estratégias educativas e de inclusão social e cidadania” (CIRCUITO, 2013). Essa proposta será implantada nos edifícios do Palacete Dantas e Solar Narbona, ambas, originalmente destinadas a residências. O Palacete Dantas foi construído em 1915, em estilo neoclássico,

projetado pelo arquiteto/escultor Luiz Olivieri que integrou a Comissão Construtora; sua planta divide-se em dois pavimentos. A edificação foi adquirida pelo governo estadual em 1981 e, após sua restauração, o prédio passou a abrigar a Secretaria de Estado da Cultura. Sobre o Solar Narbona, desconhece-se a data exata da construção e a autoria do projeto; a partir de 1964 passou a pertencer ao estado, dando abrigo à Delegacia Geral do Estado; em 1967 passou a abrigar a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM); e, em 1983, foi cedido à Secretaria de Cultura. O Palacete Dantas e o Solar Narbona foram tombados pelo IEPHA/MG através do Decreto Nº 18.531, de 02/06/1977. Quando incorporadas ao circuito as edificações contarão com “programação centrada em arte e meio ambiente, abrigando exposições de arte contemporânea, atividades artísticas e educativas, cursos, oficinas, mostras de cinema, vídeo arte, apresentações de música, teatro e dança. O local também será equipado com espaços de convivência, como café, bistrô, loja, pátio/prça e auditório” (CIRCUITO, 2013); (iii) o **Museu do Automóvel**: será implantado em um galpão de 2.000 m<sup>2</sup> que faz parte do complexo do Palácio da Liberdade. “O espaço servia de estacionamento para veículos do Gabinete Militar do Governador de Minas Gerais. A implantação do museu contará com parceria do *Veteran Car Club* do Brasil, que cederá o acervo de raridades para contar a história dos automóveis” (CIRCUITO, 2013). O Circuito Cultural Praça da Liberdade contará ainda com o (iv) **Centro de Informação ao Visitante**: antigo Centro de Apoio Turístico Tancredo Neves (CAT), popularmente conhecido como “Rainha da Sucata”<sup>81</sup>. Foi construído no final dos anos 1980, a partir de um projeto pós-moderno de autoria dos arquitetos Éolo Maia e Sylvio Podestá. Ousado, o projeto suscitou discussões e polêmicas na época de sua construção, porém, mantém a mesma escala e “dialoga” criticamente com as outras edificações da praça. A área construída é de 1.460 metros quadrados, no nível térreo há um grande vão livre com espaço para exposições, além de um anfiteatro com capacidade para 400 pessoas. O espaço está sendo recuperado para abrigar todas as informações sobre o circuito.

Desde a atuação do novo gestor - IEPHA/MG - o Circuito Cultural Praça da Liberdade vem sendo tratado como “Circuito Liberdade”, no entanto, neste estudo, continuaremos a tratá-lo como Circuito Cultural Praça da Liberdade.

---

<sup>81</sup> Termo atribuído em função de uma novela, de mesmo nome, televisionada à época da inauguração do edifício.

Quanto à programação de cada um dos espaços culturais, esta é bastante dinâmica e variada, desta forma, a maneira mais rápida e fiel para acompanhar os eventos que são oferecidos pelos espaços culturais que compõem o circuito é por meio do endereço eletrônico: <[www.circuitoculturalliberdade.com.br](http://www.circuitoculturalliberdade.com.br)>. Nessa página virtual é possível conhecer a história do circuito, cada um dos espaços culturais, bem como, suas programações. Além disso, também se pode obter informações do circuito no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, disponível em: <[www.belo Horizonte.mg.gov.br](http://www.belo Horizonte.mg.gov.br)>, bem como, pelo guia eletrônico conhecido como “Guia BH”, disponível em: <<http://www.guiabh.com.br>>.

No entanto, visando trazer, de maneira geral, as informações sobre os espaços culturais que compõem o circuito, a seguir é apresentado um mapa esquemático da localização dos espaços, assim como, foi confeccionado um quadro, intitulado: Espaços Culturais do Circuito Cultural Praça da Liberdade, apresentado na página 173, onde estão destacados cada um dos espaços em funcionamento com os seus respectivos endereços, horários de funcionamento, modalidade de ingresso e telefone de contato.





Fonte: <http://circuitoculturaliberdade.com.br/plus/modulos/conteudo/index.php?tac=mapa>

### **Quadro 06 - Espaços Culturais do Circuito Cultural Praça da Liberdade**

ITEM	ESPAÇO CULTURAL	ENDEREÇO	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	INGRESSO	CONTATO
01	<b>ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS</b>	Rua da Bahia, 1466	segunda a sexta, das 14h às 19h e de acordo com a programação de eventos	gratuito	(31) 3222-5764
02	<b>ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO</b>	Avenida João Pinheiro, 372	segunda a sexta-feira: 9h às 17h	gratuito	(31) 3269-1167
03	<b>BDMG CULTURAL</b>	Rua da Bahia, 1600	todos os dias, inclusive aos domingos e feriados: 10h às 18h	de acordo com a programação	(31) 3219-8486
04	<b>BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL LUIZ DE BESSA</b>	Praça da Liberdade, 21.	segunda a sexta-feira: 8h às 18h	gratuito	(31) 3269-1166
05	<b>CASA FIAT DE CULTURA</b>	Praça da Liberdade, 10	terça a sexta, das 10h às 21h sábados, domingos e feriados: 10h às 18h e de acordo com a programação de eventos	de acordo com a programação	(31) 3289-8900
06	<b>CEFART LIBERDADE</b>	Rua Sergipe, 884	segunda a sexta-feira, das 9h às 21h	gratuito	(31) 3308-4700
07	<b>CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL</b>	Praça da Liberdade, s/n	quarta a segunda, das 9h às 21h e de acordo com a programação de eventos	de acordo com a programação	(31) 3431-9400
08	<b>CENTRO DE ARTE POPULAR CEMIG</b>	Rua Gonçalves Dias, 1608	terças, quartas e sextas-feiras, das 10h às 19h. quinta-feira funciona das 12h às 21h e, aos sábados e domingos, das 12h às 19h	gratuito	(31) 3222-3231
09	<b>ESPAÇO DO CONHECIMENTO UFMG</b>	Praça da Liberdade, s/n	terça a domingo: 10h às 17h. quinta-feira: 10h às 21h	de acordo com a programação	(31) 3409-8350
10	<b>HORIZONTE SEBRAE – CASA DA ECONOMIA CRIATIVA</b>	R: Santa Rita Durão, 1275	segunda a sexta-feira - 9h às 18h	gratuito	(31) 3285-2622
11	<b>MEMORIAL MINAS GERAIS- VALE</b>	Praça da Liberdade, s/n	terças, quartas, sextas e sábados: das 10h às 17h30, quintas: das 10h às 21h30 e domingos: das 10h às 15h30.	de acordo com a programação	(31) 3343-7317
12	<b>MM GERDAU – MUSEU DAS MINAS E DO METAL</b>	Praça da Liberdade, s/n	terça a domingo: 12h às 18h. quintas: 12h às 22h e de acordo com a programação de eventos	de acordo com a programação	(31) 3516-7200
13	<b>MUSEU MINEIRO</b>	Avenida João Pinheiro, 342	terças, quartas e sextas-feiras: 10h às 19h. quintas-feiras: 12h às 21h sábados e domingos: 12h às 19h e de acordo com a programação de eventos.	gratuito	(31) 3269-1109
14	<b>PALÁCIO DA LIBERDADE</b>	Praça da Liberdade, s/n	o espaço está provisoriamente fechado para obras e adequações.	gratuito	(31) 3217-9500

Fonte: Circuito, 2016 - Elaboração: autor

## 4.2. Metodologia

Antes de avançarmos rumo à exploração do objeto de estudo, fazem-se necessárias algumas elucidações acerca dos procedimentos metodológicos adotados. Para tanto, considerou-se que, de acordo com Minayo e Gomes:

pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade (...) embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação, ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. (MINAYO E GOMES, 2012, p. XX)

Segundo Gil (2008), pesquisa é um processo formal e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Assim como, sabendo que a pesquisa pode ser uma ferramenta fundamental no sentido de pensar a realidade e que o debate em torno da pesquisa está longe de ser homogêneo, pois envolve realidades sociais, circunstâncias cotidianas e ideologias distintas.

Especificamente, no caso da pesquisa aqui apresentada, esta pode ser sintetizada com o seguinte delineamento: trata-se de um trabalho quali-quantitativo, realizado por meio de estudos bibliográficos, documentais, assim como, por levantamento de dados.

A título de reforço, apoiado em Giddens (2012, p. 89), “a pesquisa pode ser feita pelo método misto – quantitativo/qualitativo - de modo a obter uma compreensão e explicação mais ampla do tema estudado”. Além disso, segundo Minayo (1993):

No entanto, se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais ‘ecológicos’ e ‘concretos’ e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa. (MINAYO, 1993, p. 247)

Por sua vez, de forma bastante sucinta, pode-se dizer que o levantamento de dados caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Para Vieira (2009) a expressão levantamento de dados por amostragem é muito genérica e é usada para descrever o que, em língua inglesa, é chamado de

*survey*, palavra que segundo a autora, não tem tradução para o português. Este delineamento de pesquisa é eminentemente quantitativo porque é feito com base em critérios estatísticos. Pode ser feito por correio, e-mail ou internet, por telefone ou por entrevistas. Esta última, foi a modalidade adotada nesta pesquisa.

No levantamento de dados feito por entrevistas é preciso apresentar as mesmas questões em um único instrumento, denominado questionário, onde as questões estão sempre na mesma ordem, para todos os entrevistados. Sobre o questionário, Vieira (*op. cit.*) define o mesmo como um instrumento de pesquisa constituído por uma série de questões sobre um determinado tema e que é apresentado aos participantes da pesquisa, chamados de entrevistados ou respondentes.

Os entrevistados, ao tomarem conhecimento do que trata a pesquisa, devem responder as questões contidas no questionário e entregá-lo preenchido ao entrevistador, que pode ser ou não o pesquisador principal. Cada entrevistado corresponde a uma unidade da amostra selecionada. Ao final de todo o processo, as respostas são tabuladas e são transformadas em estatísticas. Estas estatísticas são projetadas para a totalidade da população, da qual foi extraída a amostra, levando em consideração a margem de erro, que é obtida mediante cálculos estatísticos (Gil, *op. cit.*).

O levantamento de dados é um dos muitos tipos de pesquisa social que, assim como todos os outros, apresenta vantagens e limitações. Com relações às vantagens destacam-se: i) o conhecimento direto da realidade, ii) a economia e a rapidez e, iii) quantificação. As principais limitações são: i) a ênfase nos aspectos perceptivos; ii) a pouca profundidade no estudo da estrutura e dos processos sociais e, iii) a limitada apreensão do processo de mudança.

#### **4.2.1. O questionário**

De acordo com os especialistas da área, o questionário é um instrumento de pesquisa constituído por uma série de questões sobre um determinado tema. Deve obedecer algumas regras básicas cuja principal é que possua uma lógica interna na representação exata dos objetivos e na estrutura de aplicação, tabulação e interpretação. Tem como objetivos: traduzir a informação desejada em um conjunto de perguntas específicas e deve ser elaborado de maneira a minimizar os erros nas

respostas e garantir a padronização e a comparação dos dados entre os entrevistadores, aumentando a velocidade e a precisão dos registros e facilitando o processamento dos dados. (VIEIRA, *op. cit.*)

Para a pesquisa em questão foi elaborado e definido um primeiro questionário que foi utilizado como teste numa amostra de 100 (cem) indivíduos da comunidade acadêmica do Centro Universitário de Formiga (MG) - UNIFOR/MG, uma vez que o autor atua como professor nesta instituição. Após o teste foram realizados ajustes no questionário que ficou com as seguintes características: **Seção A** - identificação da pesquisa - nesta parte é possível identificar o título do trabalho, o pesquisador responsável, o local onde foi realizada a pesquisa e o número do questionário. **Seção B** - perfil do entrevistado - esta seção foi estruturada por 05 (cinco) perguntas assim organizadas: idade (18 a 20, 20 a 30, 30 a 40, 40 a 50, 50 a 60 e acima de 60 anos); gênero (masculino e feminino); escolaridade (fundamental incompleto, fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto, superior completo, pós, mestrado e doutorado), renda familiar (01 a 03 salários, 03 a 05 salários, 05 a 10 salários, acima de 10 salários) e residência (morador de Belo Horizonte (MG), morador da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG), morador do interior do Estado de Minas Gerais, morador de outros estados). Com esta seção do questionário foi possível traçar o perfil socioeconômico e sociocultural dos entrevistados. **Seção C** - visão geral sobre o Circuito Cultural Praça da Liberdade - nesta parte do questionário foi possível levantar informações específicas sobre o objeto de estudo. A seção foi composta por 13 perguntas, assim definidas: 01) Você conhece a Praça da Liberdade? (sim ou não); 02) Qual ou quais motivos te levam ou levaram até a Praça da Liberdade?, neste caso, o entrevistado poderia marcar uma ou mais das seguintes opções: lazer, trabalho, cultura, descanso, educação, outro; 03) Você já ouviu falar do Circuito Cultural Praça da Liberdade? (sim ou não), mesmo com uma resposta negativa a entrevista continuava, neste caso, passava-se direto para a pergunta de número 05; 04) Como você tomou conhecimento do Circuito Cultural Praça da Liberdade?, aqui o entrevistado deveria marcar uma das opções: internet, amigo, jornal, televisão, outro meio; 05) Você já visitou algum dos espaços culturais listados a seguir? O entrevistado deveria marcar sim ou não na frente do nome dos 14 (quatorze) espaços culturais que fazem parte do Circuito, quais sejam: Academia Mineira de Letras, Arquivo Público Mineiro, BDMG Cultural, Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, Casa FIAT de Cultura, CEFART

Liberdade, Centro Cultural Banco do Brasil, Centro de Arte Popular CEMIG, Espaço do Conhecimento UFMG, HORIZONTE SEBRAE - Casa da economia Criativa, Memorial Minas Gerais-Vale, MM GERDAU - Museu das Minas e do Metal, Museu Mineiro e Palácio da Liberdade. 06) Você sabia que os espaços culturais da pergunta anterior fazem parte do Circuito Cultural Praça da Liberdade? 07) Com que frequência você visita espaços culturais e/ou museus?, nesta opção, o entrevistado deveria marcar uma das seguintes alternativas: de 01 a 03 vezes por semana, de 01 a 03 vezes por mês, de 01 a 03 vezes por ano ou nenhuma; 08) Você sabia que o acesso a alguns espaços culturais do Circuito Cultural Praça da Liberdade é gratuito? (sim ou não); 09) O que você acha sobre a divulgação do Circuito Cultural Praça da Liberdade? (bem divulgado, mal divulgado e não sei responder); 10) Você acredita que o Circuito Cultural Praça da Liberdade valoriza a cidade de Belo Horizonte (MG)? 11) Você acha que Belo Horizonte (MG) ficou mais conhecida, por pessoas de outros estados e países, por causa do Circuito Cultural Praça da Liberdade?, nos casos das perguntas 09 e 10, as respostas deveriam ser: sim, não ou não sei responder; 12) Você está satisfeito com o que é oferecido pelo Circuito Cultural Praça da Liberdade?, neste caso a resposta deveria ser: muito satisfeito, parcialmente satisfeito, parcialmente insatisfeito, muito insatisfeito, não sei responder; 13) Você indicaria para outras pessoas conhecerem o Circuito Cultural Praça da Liberdade? (sim ou não).

#### 4.2.2. A delimitação da amostra

Para a delimitação da amostra da pesquisa utilizou-se como referência o cálculo de amostragem para uma população finita em que o desvio padrão populacional é desconhecido, representado pela seguinte fórmula:

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{d^2 \cdot (N - 1) + Z^2 \cdot p \cdot q}$$

onde:

N = tamanho da população;

Z = abscissa da curva normal padrão;

p = estimativa verdadeira de proporção de uma dos níveis da variável escolhida (dada em percentual);

$q$  = complemento percentual da estimativa da verdadeira proporção de uma dos níveis da variável escolhida ( $q = 1 - p = 100\% - p$ );

$d$  = erro amostral, expresso em decimais. Geralmente utilizamos um erro de +/- 2%.

Assim, para o levantamento de dados acerca do grau de conhecimento, por parte dos indivíduos, do “Circuito Cultural Praça da Liberdade” foi calculado o tamanho da amostra a ser retirada da população de Belo Horizonte (MG) obedecendo aos seguintes dados: segundo informações do IBGE (2010), Belo Horizonte (MG) possuía uma população de 2.375.151 (dois milhões trezentos e setenta e cinco mil cento e cinquenta e um) habitantes, com estimativa para 2015 de 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) habitantes<sup>82</sup>, adotou-se um intervalo de confiança de 95,5% e um erro amostral de 2%. Desta forma, considerando:  $N = 2.500.000$ ,  $Z = 2$ ,  $p = 50\% = 0,5$ ,  $q = 50\% = 0,5$  e  $d = 2\% = 0,02$ . Foi encontrado o seguinte resultado:

Utilizando a fórmula temos:

$$n = \frac{(2)^2 \cdot (0,5) \cdot (0,5) \cdot (2.500.000)}{(0,02)^2 \cdot (2.500.000 - 1) + (2)^2 \cdot (0,5) \cdot (0,5)} =$$

$$n = \frac{2.500.000}{0,0004 \cdot 2.499.999 + 1} =$$

$$n = \frac{2.500.000}{1000,9996} =$$

$$n = 2.497,503495... = 2.498 \text{ habitantes.}$$

Portanto, definiu-se uma amostra de 2.500 (dois mil e quinhentos) habitantes escolhidos por amostragem aleatória simples. Neste caso, a escolha dos participantes é feita ao acaso, contudo, foi considerado como fator de corte os indivíduos menores de 18 (dezoito) anos, ou seja, os indivíduos da faixa populacional com idade abaixo de 18 (dezoito) anos não fizeram parte da amostra trabalhada.

82

Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310620&search=||infogr%E1ficos:informa%E7%F5es-completas> Acesso em: 11 de abr. de 2016.

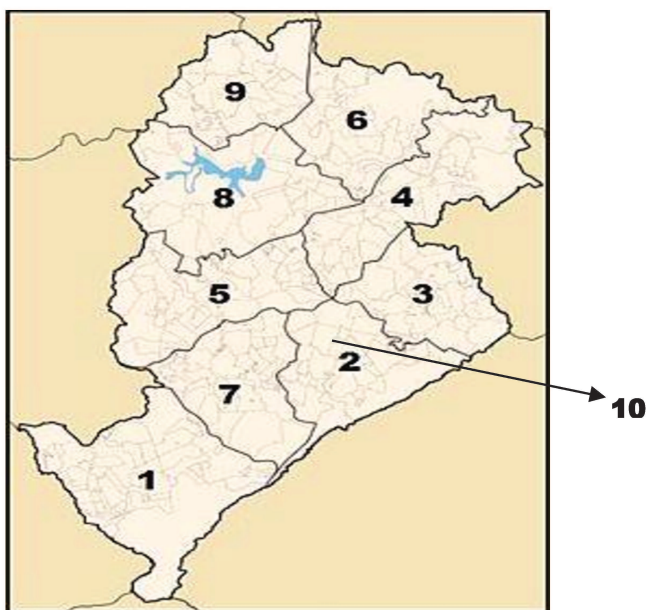
### 4.2.3. O trabalho de campo

A coleta de dados constitui uma etapa importante da pesquisa, contudo, não deve ser confundida com a pesquisa propriamente dita. A partir do resultado da pesquisa de campo foram feitas a análise, a interpretação e a discussão dos resultados.

No caso deste estudo, o questionário foi aplicado por 05 (cinco) acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR/MG). Os acadêmicos foram escolhidos tendo como critério as suas participações no Programa de Iniciação Científica (PIC) do UNIFOR/MG sob a orientação do autor deste trabalho. Assim, foram definidos 03 (três) acadêmicos do 8º (oitavo) período, que já participaram do PIC e 02 (dois) acadêmicos do 6º (sexto) período que estão participando do PIC. Os questionários foram aplicados em pontos de grande circulação de pessoas - estações de metrô, shopping centers, assim como, na própria Praça da Liberdade.

Os locais de aplicação dos questionários foram definidos levando em consideração as 09 (nove) regiões administrativas da cidade de Belo Horizonte (MG), definidas pela Secretaria de Planejamento (SEPLAG), mais a Praça da Liberdade. Vide Figura 08 abaixo e descrição a seguir.

**Figura 08 - Regiões Administrativas de Belo Horizonte (MG)**



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=regi%C3%B5es+administrativas+de+belo+horizonte>.

Adaptado: autor



Desta forma, definiu-se: 01) Região do Barreiro - neste caso as entrevistas foram realizadas no Via Shopping; 02) Região Centro-Sul - definiu-se como local para a aplicação dos questionários o BH Shopping; 03) Região Leste - aplicou-se o questionário na Estação de Metrô Santa Efigênia; 04) Região Nordeste - neste caso utilizou-se a Estação de Metrô José Cândido da Silveira; 05) Região Noroeste - definiu-se a Estação de Metrô Gameleira; 06) Região Norte - definiu-se o Shopping Center Estação; 07) Região Oeste - aplicou-se o questionário na Estação de Metrô Vila Oeste; 08) Região da Pampulha - neste caso definiu-se o Shopping Del Rey; 09) Venda Nova - aplicou-se o questionário na Estação de Metrô Vilarinho; e, 10) Região Central - utilizou-se a própria Praça da Liberdade para a aplicação dos questionários.

Cada acadêmico entrevistador ficou responsável por duas regiões da cidade que foram definidas por meio de sorteio. Da mesma forma, por sorteio, foi demarcada a ordem das regiões que foram visitadas. Assim, as visitas ficaram definidas conforme demonstra a Tabela 07 - Dados do Trabalho de Campo (página 159). Em cada uma das 10 regiões foram aplicados 250 (duzentos e cinquenta) questionários, perfazendo um total de 2.500 (dois mil e quinhentos), sendo 500 (quinhentos) por acadêmico.

Ficaram ajustados, entre o autor da pesquisa e os acadêmicos, os seguintes termos de conduta: 01) Ao abordarem os entrevistados os acadêmicos deveriam, primeiramente, explicar que se tratava de uma entrevista para fins acadêmicos, sem identificação dos nomes dos entrevistados e que os resultados seriam utilizados na defesa da tese e na escrita de artigos. 02) Os acadêmicos deveriam permanecer nos locais das entrevistas por um período máximo de 04 (quatro) horas diárias ou até completarem, em média, 35 (trinta e cinco) entrevistas por dia; 03) Os entrevistadores deveriam alternar entre manhã e tarde o período da entrevista, sem contudo, ficarem nos locais após às 18h00min, por questões de segurança. As entrevistas foram realizadas durante os meses de agosto e setembro de 2016, às sextas, sábados e domingos. A definição destes dias se deu desta forma para não prejudicarem os compromissos acadêmicos dos entrevistadores. Conforme mencionado anteriormente, a Tabela 07, a seguir, sintetiza os dados do trabalho de campo.

Tabela 07 - Dados do Trabalho de Campo

MES	DIA	LOCAL	QUANTIDADE	PERÍODO	TOTAL
AGOSTO (2016)	12 (sexta)	Região 09	35	Tarde	175
		Região 06	35		
		Região 04	35		
		Região 03	35		
		Região 02	35		
	13 (sábado)	Região 09	35	Manhã	175
		Região 06	35		
		Região 04	35	Tarde	
		Região 03	35		
		Região 02	35		
	14 (domingo)	Região 09	35	Manhã	185
		Região 06	35		
		Região 04	40		
		Região 03	35		
		Região 02	40		
	19 (sexta)	Região 09	35	Tarde	200
		Região 06	45		
		Região 04	40		
		Região 03	45		
		Região 02	35		
	20 (sábado)	Região 09	40	Manhã	210
		Região 06	40	Tarde	
		Região 04	45	Manhã	
		Região 03	40	Tarde	
		Região 02	45		
	21 (domingo)	Região 09	35	Manhã	165
		Região 06	35		
		Região 04	30		
		Região 03	35		
		Região 02	30		
	26 (sexta)	Região 09	35	Tarde	140
		Região 06	25		
		Região 04	25		
		Região 03	25		
		Região 02	30		
	27 (sábado)	Região 01	45	Manhã	190
		Região 07	35	Tarde	
		Região 05	35		
		Região 08	40		
		Região 10	35	Manhã	
	28 (domingo)	Região 01	40	Manhã	200
		Região 07	35		
		Região 05	35		
		Região 08	45		
		Região 10	45		
SETEMBRO (2016)	02 (sexta)	Região 01	40	Tarde	195
		Região 07	35		
		Região 05	45		
		Região 08	40		
		Região 10	35		
	03 (sábado)	Região 01	35	Tarde	200
		Região 07	40	Manhã	
		Região 05	35	Tarde	
		Região 08	45	Manhã	
		Região 10	45	Tarde	
	04 (domingo)	Região 01	35	Manhã	175
		Região 07	35		
		Região 05	35		
		Região 08	35		
		Região 10	35		
	09 (sexta)	Região 01	35	Tarde	175
		Região 07	35		
		Região 05	35		
		Região 08	35		
		Região 10	35		
	10 (sábado)	Região 01	20	Manhã	115
		Região 07	35	Tarde	
		Região 05	30		
		Região 08	10		
		Região 10	20	Manhã	
RESUMO DOS DADOS					
DIAS DE PESQUISA		LOCAIS DE ENTREVISTAS		TOTAL DE ENTREVISTAS	
15		10		2500	

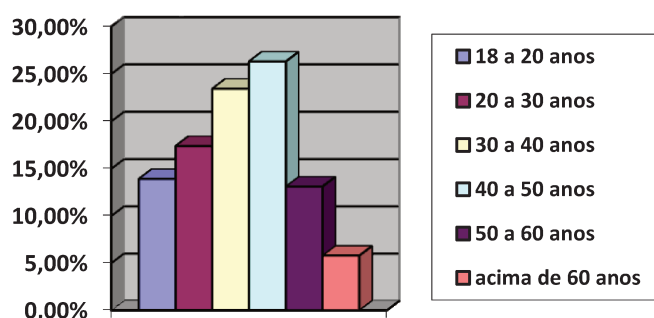
Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

### 4.3. Resultados

#### 4.3.1. Gráficos

Um dos objetivos desta seção é identificar a percepção dos entrevistados, por meio do questionário aplicado, com relação ao Circuito Cultural Praça da Liberdade, no entanto, antes de se tratar especificamente do objeto de estudo traçou-se o perfil socioeconômico dos entrevistados cujos dados foram sintetizados nos gráficos de 01 a 05 a seguir:

**Gráfico 01 - Idade dos entrevistados**



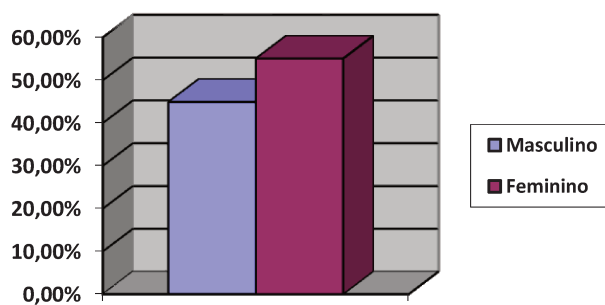
Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

Com relação à idade dos entrevistados temos: 348 (trezentos e quarenta e oito) indivíduos com idade entre 18 e 20 anos (13,92%), 435 (quatrocentos e trinta e cinco) com idade entre 20 e 30 anos (17,40%), 586 (quinhentos e oitenta e seis) entrevistados com idade entre 30 e 40 anos (23,44%), 658 (seiscentos e cinquenta e oito) com idade entre 40 e 50 anos (26,32%), 328 (trezentos e vinte e oito) indivíduos com idade entre 50 e 60 anos (13,12%) e 145 (cento e quarenta e cinco) entrevistados com idade acima de 60 anos (5,8%).

Com relação ao gênero dos entrevistados obteve-se 1377 (um mil trezentos e setenta e sete) indivíduos do sexo feminino (55,08%) e 1123 (um mil cento e vinte e três) do sexo masculino (44,92%). Os dados deste item confirmam as pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2013), cujo levantamento apontou que na região metropolitana de Belo Horizonte (MG) o público feminino é de aproximadamente 3300000 (três milhões e trezentos mil), contra 3100000 (três

milhões e cem mil) de homens. Desta maneira, o Gráfico 02 - Gênero dos entrevistados, ficou assim configurado:

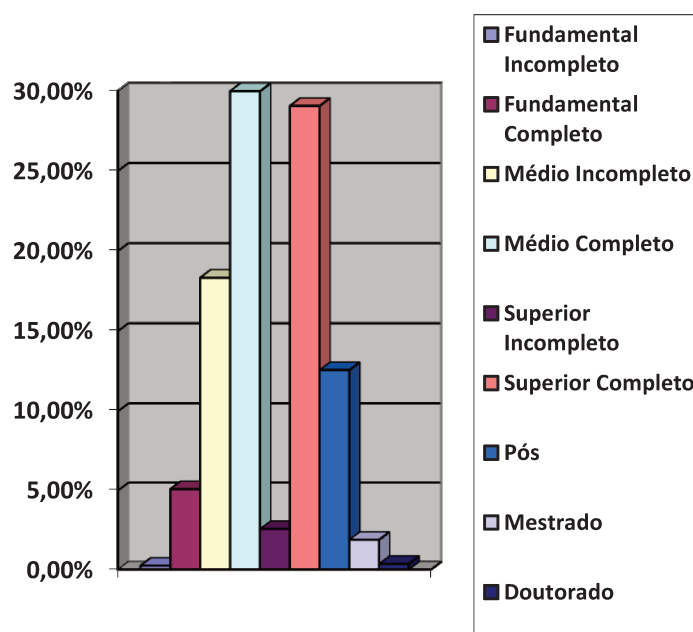
**Gráfico 02 - Gênero dos entrevistados**



Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

Com relação à escolaridade dos entrevistados tem-se:

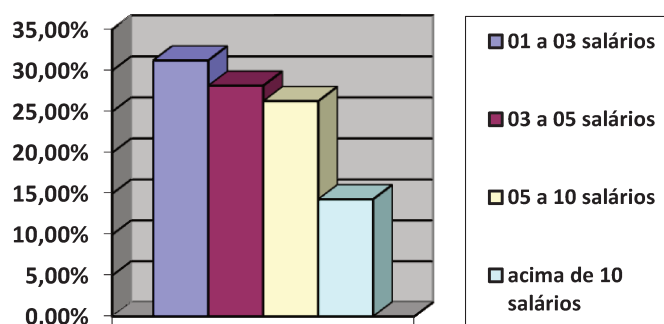
**Gráfico 03 - Escolaridade dos entrevistados**



Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

Do total de 2500 (dois mil e quinhentos) entrevistados, apenas 06 (seis) indivíduos não possuem nem o ensino fundamental completo (0,24%), 127 (cento e vinte e sete) possuem o ensino fundamental completo (5,08%), 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) possuem o ensino médio incompleto (18,32%) e 749 (setecentos e quarenta e nove) possuem o ensino médio completo (29,96%). Com relação ao ensino superior, 64 (sessenta e quatro) indivíduos disseram que não terminaram o curso que começaram (2,56%), ao passo que 726 (setecentos e vinte e seis) concluíram o ensino superior (29,04%). 314 (trezentos e quatorze) entrevistados possuem pós-graduação (12,56%) na modalidade *lato sensu*, 47 (quarenta e sete) possuem mestrado (1,88%) e 09 (nove) entrevistados possuem doutorado (0,36%).

**Gráfico 04 - Renda familiar dos entrevistados**



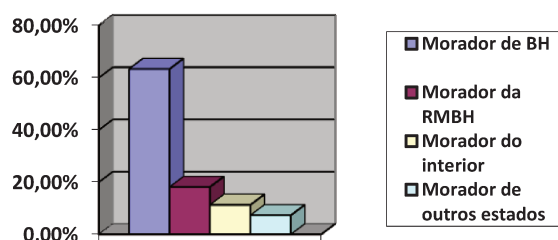
Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

Com relação a renda familiar os entrevistados se classificam da seguinte maneira: 781 (setecentos e oitenta e um) indivíduos afirmaram terem rendimentos familiares entre 01 a 03 salários (31,24%). Com relação à renda familiar entre 03 a 05 salários, 704 (setecentos e quatro) entrevistados se enquadram nesta faixa (28,16%). Considerando o critério entre 05 a 10 salários, 657 (seiscentos e cinquenta e sete) entrevistados tem rendimentos familiares nesta faixa (26,28%). Os indivíduos que possuem renda familiar acima de 10 salários correspondem a 358 (trezentos e cinquenta e oito) (14,32%).

Considerando o critério local de residência, encontrou-se os seguintes resultados: 1583 (um mil quinhentos e oitenta e três) indivíduos se declararam moradores da cidade de Belo Horizonte (MG) (63,32%), 453 (quatrocentos e cinquenta e três) entrevistados são moradores da Região Metropolitana de Belo

Horizonte (RMBH) (18,12%). 282 (duzentos e oitenta e dois) entrevistados são moradores do interior do Estado de Minas Gerais (11,28%) e 182 (cento e oitenta e dois) indivíduos se declararam moradores de outros estados (7,28%). Assim, o gráfico deste critério ficou com a seguinte configuração

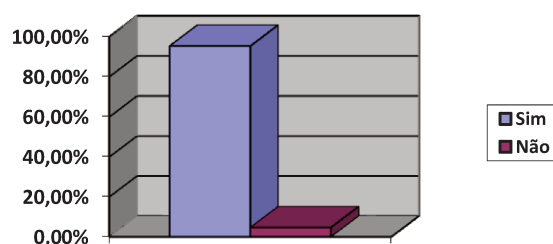
**Gráfico 05 - Local de residência dos entrevistados**



Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

Passando para a tabulação da terceira parte do questionário, denominada visão geral sobre o Circuito Cultural Praça da Liberdade, encontramos os resultados que seguem nos gráficos de 06 a 18. Quando perguntados se conheciam a Praça da Liberdade, a maioria absoluta, 2383 (dois mil trezentos e oitenta e três) entrevistados, respondeu que sim (95,32%) e apenas 117 indivíduos responderam que não (4,68%). Desta forma, obteve-se um gráfico com as seguintes características:

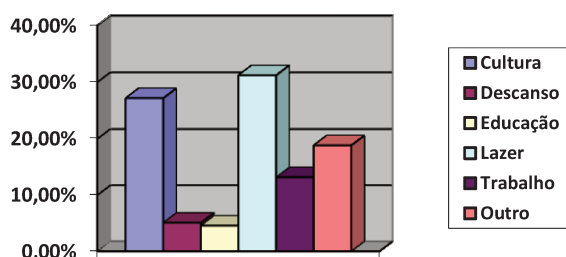
**Gráfico 06 - Você conhece a Praça da Liberdade?**



Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

Com relação à segunda pergunta desta seção do questionário, os resultados encontrados se apresentam desta forma:

**Gráfico 07 - Qual ou quais motivos te levam ou levaram até a Praça da Liberdade?**

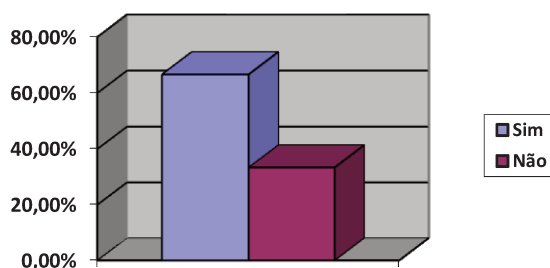


Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

Percebe-se, neste caso, que 679 (seiscentos e setenta e nove) entrevistados apontaram a cultura como motivo para ir ou ter ido à Praça da Liberdade (21,16%), por sua vez, o descanso é citado por 127 (cento e vinte e sete) indivíduos (5,08%). A educação aparece como opção para 114 (cento e quatorze) entrevistados (4,56%), enquanto o lazer é mencionado por 780 (setecentos e oitenta) indivíduos (31,20%). Os entrevistados que vão à Praça da Liberdade por motivos de trabalho são num total de 329 (trezentos e vinte e nove) indivíduos (13,16%) e aqueles que frequentam o ambiente por outros motivos são 679 (seiscentos e setenta e nove) (18,84%).

Quando perguntados se já haviam ouvido falar do Circuito Cultural Praça da Liberdade as respostas foram:

**Gráfico 08 - Você já ouviu falar do Circuito Cultural Praça da Liberdade?**

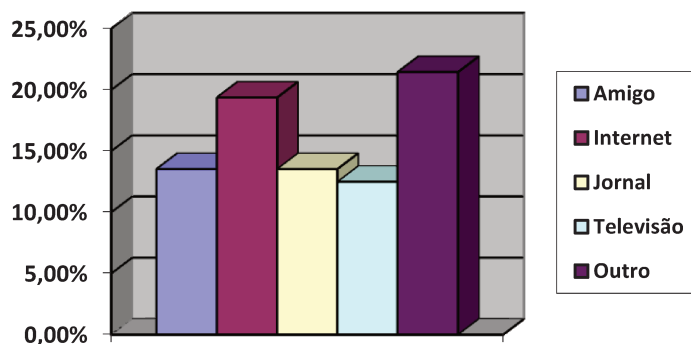


Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

Do total de 2500 (dois mil e quinhentos) entrevistados, 1656 (um mil seiscentos e cinquenta e seis) indivíduos disseram que sim, conheciam o Circuito Cultural Praça da Liberdade (66,64%). Por outro lado, 844 (oitocentos e quarenta e quatro) entrevistados disseram não conhecer o circuito (33,36%).

Aqueles que disseram que conheciam o circuito complementaram a resposta explicitando as seguintes razões: indicação de um amigo, apareceu na resposta de 830 (oitocentos e trinta) entrevistados (33,20%), enquanto que a divulgação pela internet foi citada por 484 (quatrocentos e oitenta e quatro) indivíduos (19,36%). Os jornais aparecem na opinião de 338 (trezentos e trinta e oito) entrevistados (13,52%), a televisão foi citada por 312 (trezentos e doze) indivíduos (12,48%) e outros meios foram citados por 536 (quinhentos e trinta e seis) entrevistados (21,44%). Neste caso, outros meios trata-se das chamadas mídias espontâneas, tais como, redes sociais.

**Gráfico 09 - Como você tomou conhecimento do Circuito Cultural Praça da Liberdade?**

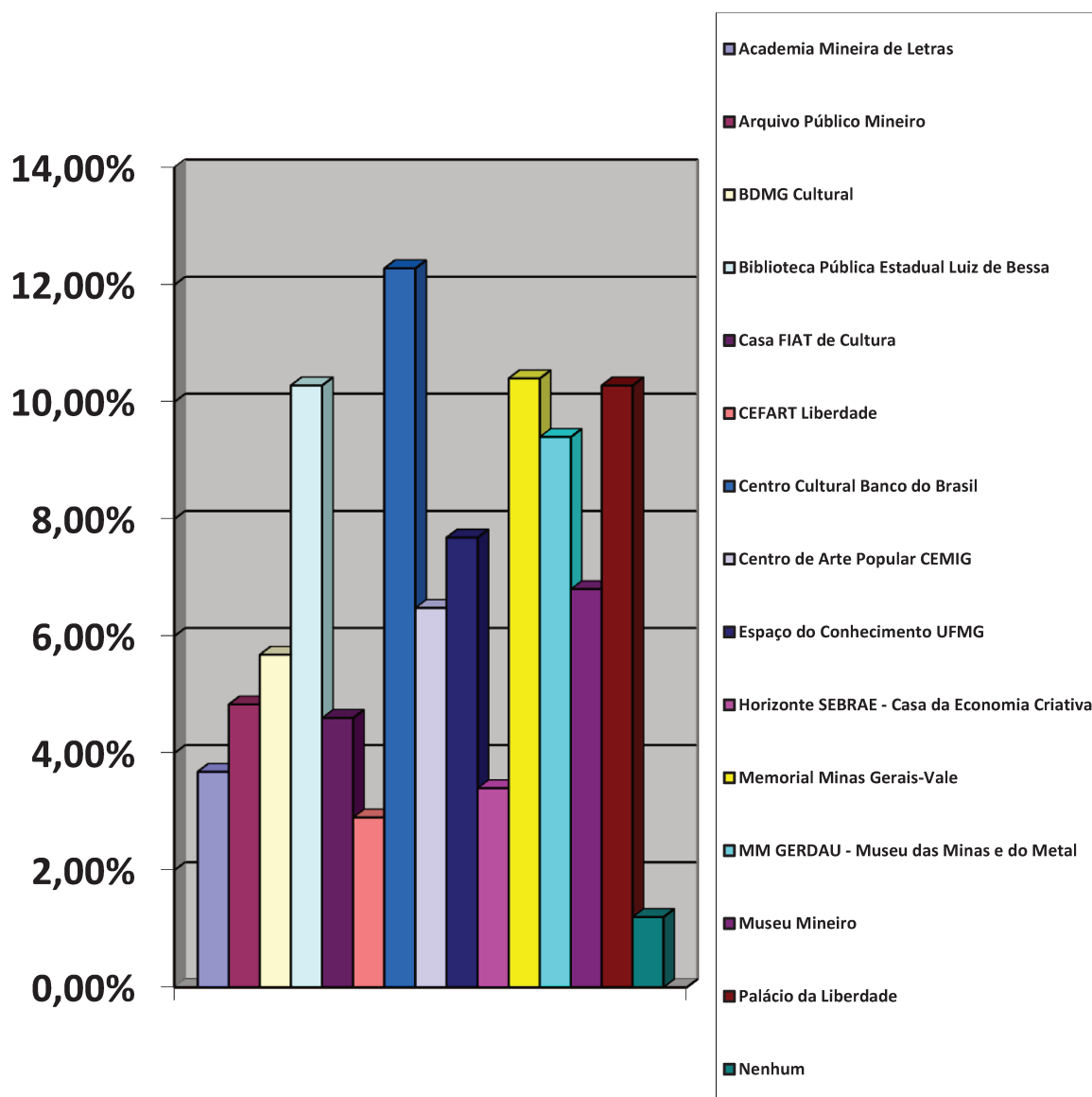


Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

O gráfico a seguir trata da relação dos entrevistados e suas visitas a um ou mais dos 14 (quatorze) espaços culturais que compõem o Circuito Cultural Praça da Liberdade. Os resultados ficaram assim configurados:



**Gráfico 10 - Você já visitou algum dos espaços culturais listados a seguir?**



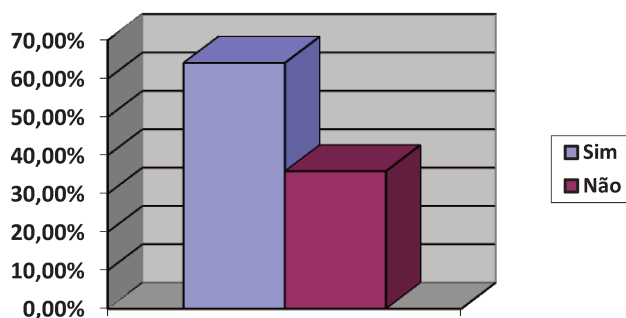
Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

A pesquisa constatou que 92 (noventa e dois) indivíduos conhecem a Academia Mineira de Letras (3,68%), 122 (cento e vinte e dois) conhecem o Arquivo Público Mineiro (4,83%), 142 (cento e quarenta e dois) o BDMG Cultural (5,68%), 257 (duzentos e cinquenta e sete) a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (10,28%) e 115 (cento e quinze) a Casa Fiat de Cultura (4,6%). Do total de entrevistados, 74 (setenta e quatro) disseram ter visitado o CEFART Liberdade (2,96%), 307 (trezentos e sete) visitaram o Centro Cultural Banco do Brasil (12,28%), 162 (cento e sessenta e dois) o Centro de Arte Popular CEMIG (6,48%), 192 (cento

e noventa e dois) o Espaço do Conhecimento UFMG (7,68%) e 85 (oitenta e cinco) o Horizonte SEBRAE - Casa da Economia Criativa (3,4%). Por sua vez, o Memorial Minas Gerais - VALE foi visitado por 260 (duzentos e sessenta) entrevistados (10,4%), o MM GERDAU - Museu das Minas e do Metal foi citado por 235 (duzentos e trinta e cinco) indivíduos (9,4%), o Museu Mineiro por 170 (cento e setenta) (6,8%), o Palácio da Liberdade por 257 (duzentos e cinquenta e sete) (10,28%) e 30 (trinta) entrevistados afirmaram que não visitaram nenhum dos espaços culturais listados (1,2%).

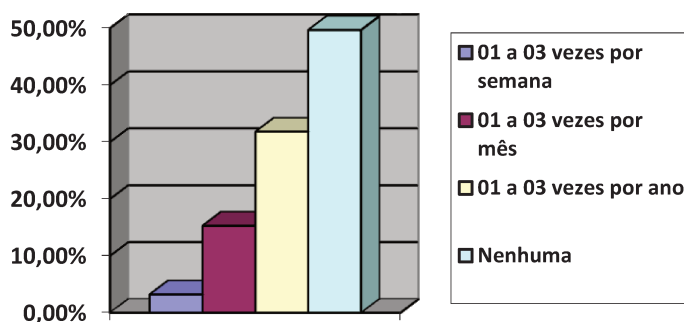
Quando perguntados se sabiam que os espaços culturais listados na pergunta anterior faziam parte do Circuito Cultural Praça da Liberdade, 1603 (um mil seiscentos e três) entrevistados responderam que sim (64,12%) e 897 (oitocentos e noventa e sete) disseram que não (35,88%).

**Gráfico 11 - Você sabia que os espaços culturais da pergunta anterior fazem parte do Circuito Cultural praça da Liberdade?**



Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

Com relação à frequência com que os entrevistados visitam espaços culturais e/ou museus, os resultados encontrados foram: 80 (oitenta) indivíduos afirmaram que frequentam de 01 a 03 vezes por semana (3,2%), 382 (trezentos e oitenta e dois) disseram que visitam de 01 a 03 vezes por mês (15,28%), 795 (setecentos e noventa e cinco) visitam de 01 a 03 vezes por ano (31,8%) e 1242 (um mil duzentos e quarenta e dois) disseram nunca visitarem espaços culturais e/ou museus (49,7%).

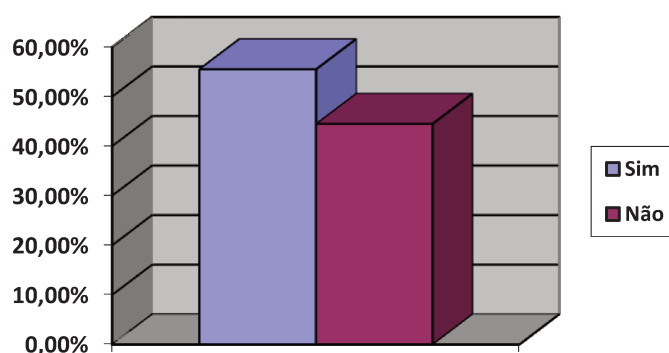
**Gráfico 12 - Com que frequência você visita espaços culturais e/ou museus?**

Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

Acerca do conhecimento sobre a gratuidade da entrada nos espaços culturais, 1388 (um mil trezentos e oitenta e oito) entrevistados disseram que sabiam que em alguns espaços culturais havia a entrada gratuita (55,52%), no entanto, 1112 (um mil cento e doze) responderam que não sabiam desta informação (44,48%).

**Gráfico 13 - Você sabia que o acesso a alguns espaços culturais do Circuito**

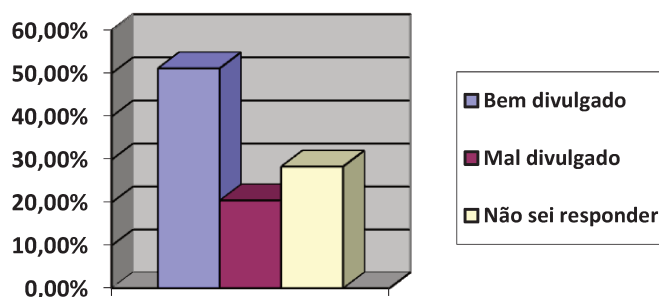
#### Cultural Praça da Liberdade é gratuito?



Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

A respeito da divulgação do Circuito Cultural Praça da Liberdade, feita pela sua administração, as respostas encontradas foram: 1279 (um mil duzentos e setenta e nove) entrevistados disseram que é bem divulgado (51,16%), no entanto, 512 (quinhentos e doze) disseram que é mal divulgado (20,48%) e 709 (setecentos e nove) entrevistados não souberam responder (28,36%).

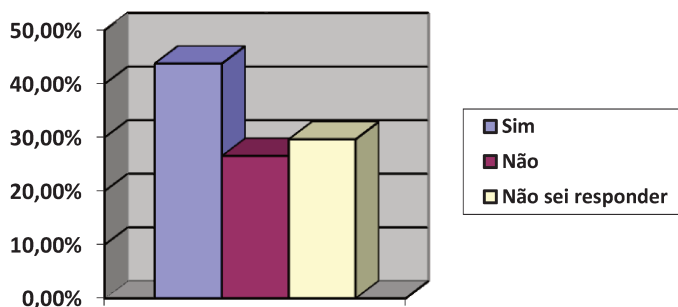
**Gráfico 14 - O que você acha sobre a divulgação do Circuito Cultural Praça da Liberdade?**



Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

Sobre a pergunta 10 desta seção do questionário o resultado foi: 1095 (um mil e noventa e cinco) entrevistados disseram acreditar que sim, o Circuito Cultural Praça da Liberdade valoriza a cidade de Belo Horizonte (43,80%), ao passo que 664 (seiscentos e sessenta e quatro) indivíduos não acreditam (26,56%) e 741 (setecentos e quarenta e um) entrevistados não souberam responder (29,64%).

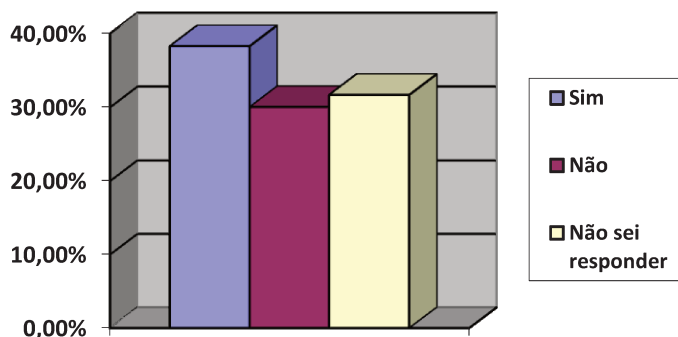
**Gráfico 15 - Você acredita que o Circuito Cultural Praça da Liberdade valoriza a cidade de Belo Horizonte (MG)?**



Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

Para a pergunta 11, encontrou-se 957 (novecentos e cinquenta e sete) entrevistados que acham que Belo Horizonte ficou mais conhecida em função do circuito (38,28%), 751 (setecentos e cinquenta e um) acreditam que não (30,04%) e 792 (setecentos e noventa e dois) não souberam responder (31,68%).

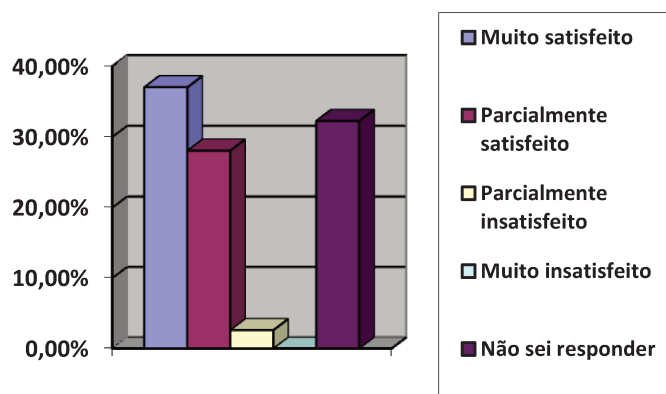
**Gráfico 16 - Você acha que Belo Horizonte (MG) ficou mais conhecida, por pessoas de outros estados e países, por causa do Circuito Cultural Praça da Liberdade?**



Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

Acerca da satisfação dos entrevistados com o que é oferecido pelo Circuito Cultural Praça da Liberdade encontramos as seguintes respostas:

**Gráfico 17 - Você está satisfeito com o que é oferecido pelo Circuito Cultural Praça da Liberdade?**



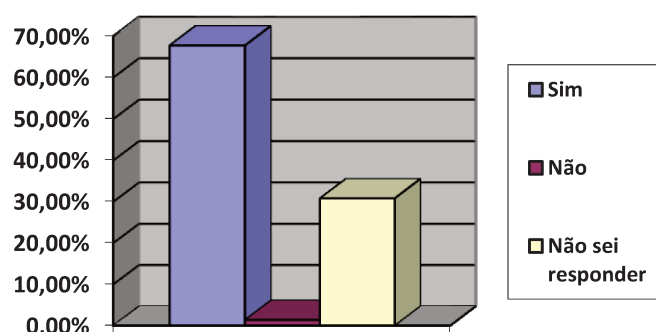
Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

Dos 2500 (dois mil e quinhentos) entrevistados, 926 (novecentos e vinte e seis) disseram que estão muito satisfeitos com o que é oferecido no circuito (37,04%), 702 (setecentos e dois) disseram que estão parcialmente satisfeitos (28,08%), 65 (sessenta e cinco) indivíduos disseram que estão parcialmente insatisfeitos com o que se oferece no circuito e nenhum disse que está totalmente

insatisfeito (0%), contudo, 807 (oitocentos e sete) não souberam responder (32,28%).

Quando perguntados se indicariam o Circuito Cultural Praça da Liberdade para outras pessoas, 1694 (um mil seiscentos e noventa e quatro) entrevistados disseram que sim (67,76%), 35 disseram que não (1,4%) e 771 (setecentos e setenta e um) não souberam responder (30,84%).

**Gráfico 18 - Você indicaria o Circuito Cultural Praça da Liberdade para outras pessoas?**



Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração: autor

#### 4.3.2. Análise dos dados

Percebe-se, pelo perfil socioeconômico dos entrevistados, que a maioria enquadra-se na faixa etária de 30 (trinta) a 50 (cinquenta) anos (49,76%), existe uma leve ascendência do gênero feminino com relação ao masculino (55,08%), a maior parte dos indivíduos possui grau de escolaridade com ensino médio e superior completos (59%), da mesma forma que os moradores da cidade de Belo Horizonte (MG) são os que predominam (63,32%). Com relação à renda familiar percebe-se que mais de 60% dos entrevistados se enquadram na faixa entre 01 a 05 salários.

Com relação às perguntas que tratam especificamente do objeto de estudo, os dados coletados permitem a seguinte análise: a grande maioria dos entrevistados conhece a Praça da Liberdade (95,32%), contudo, esse percentual cai quando se pergunta sobre o conhecimento do Circuito Cultural Praça da Liberdade (66,64%). Observa-se que mais da metade dos entrevistados utiliza a praça para fins de

cultura e lazer (52,36%), assim como, que o conhecimento do circuito aparece atrelado à indicação de amigos (33,20%) e à utilização das mídias tecnológicas (40,8%).

Quando se trata dos espaços culturais, 05 (cinco) dos 14 (quatorze) espaços são responsáveis por mais da metade das visitas (52,64%), sendo eles: a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (10,28%), o Centro Cultural Banco do Brasil (12,28%), o Memorial Minas Gerais - VALE (10,4%), o MM GERDAU - Museu das Minas e do Metal (9,4%) e o Palácio da Liberdade (10,28%). No entanto, aproximadamente 1/3 dos entrevistados (35,88%) desconhece que estes espaços fazem parte do Circuito Cultural Praça da Liberdade, assim como, desconhecem que a entrada em alguns deles é gratuita (44,48%).

Uma infeliz constatação, porém, não uma surpresa, é o fato de que quase metade da amostra de indivíduos não tem o hábito de frequentar espaços culturais e/ou museus (49,7%).

Quando perguntados especificamente sobre o Circuito Cultural Praça da Liberdade, destaca-se a ocorrência que em todas as 05 (cinco) perguntas o percentual de respostas positivas é maior, contudo, o volume de pessoas que não sabem responder as indagações também é significativo, corroborando com o percentual de aproximadamente 30% que ainda desconhece a existência do circuito.

Embora mais da metade dos entrevistados (51,16%) reconheça que há divulgação do circuito por parte da sua administração, esse percentual não parece ser tão significativo quando consideramos que se trata de uma política pública e, que como tal, deveria atender o maior número de pessoas possível.

Quanto à valorização e projeção da imagem da cidade de Belo Horizonte (MG) em função do Circuito Cultural Praça da Liberdade, mesmo tendo sido positiva a opinião da maioria dos entrevistados, se considerarmos o somatório dos que responderam não e dos que não souberam responder, em ambas as perguntas, a situação se inverteria, ou seja, 56,20%, não acreditaria que o Circuito valoriza a cidade e 61,72% não consideraria que a cidade ficou mais conhecida por causa do Circuito.

Referente à satisfação com o que é oferecido e com relação ao fato do entrevistado indicar o Circuito para outras pessoas, mais uma vez, chama nossa atenção o número de indivíduos que não souberam responder. Somadas, essas duas questões, atingem o percentual de 63,12% dos entrevistados.

Diante dessas comprovações e considerando os 06 (seis) anos de existência da política pública que criou o Circuito Cultural Praça da Liberdade, pode-se fazer a seguinte síntese: embora tenha uma estrutura física bem montada, haja vista os 14 (quatorze) espaços culturais estudados, nota-se que isto não é o bastante. Há, indiscutivelmente, a necessidade de um trabalho de gestão neste Circuito para que as ações nele desenvolvidas possam atingir um público bem maior. Contudo, diante da constatação que nos mostra 49,7% dos indivíduos entrevistados sem hábito de frequentar espaços culturais e/ou museus, acredita-se que a prioridade deva ser a formação de público para o usufruto desse contexto cultural. Neste sentido, entende-se que não há outra forma senão por meio de ações educativas.

A propósito desta abordagem, é bom que se recapitule e se reforce que é dever do Estado, quando em suas ações, atender a todas as classes sociais. Além disso, que as ações, por meio das políticas públicas, sejam pensadas de forma integrada.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Figura 09 – Praça da Liberdade



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=circuito+cultural+da+pra%C3%A7a+da+liberdade&biw=1600&bih>

“Todo patrimônio é doação do passado e parte de nosso presente contínuo”

Michel Parent

Ao longo dos séculos XIX e XX o Ocidente viveu grandes transformações que foram responsáveis pelo crescimento e pela constituição da complexidade da estrutura urbana. Configurou-se uma nova realidade social, econômica e cultural, sobre a qual se construiu as relações de poder tendo como base a cidade. Desordem, motins, pragas, ameaças de doenças, entre outros, foram temas que corroboraram com as reformas urbanas que começaram em Paris e se estenderam pelo mundo, inclusive no Brasil.

Sob os presságios da modernidade apresenta-se Belo Horizonte (MG), cidade projetada e construída para ser a capital política e administrativa do Estado de Minas Gerais, cuja proposta marcou o urbanismo da era republicana brasileira. No discurso que a precedeu a construção do novo eliminaria o velho, assim, a cidade representou a ruptura com a velha ordem urbana estabelecida. Passado pouco mais de um século de sua criação, o que era novo, agora traz consigo muito mais que as marcas da geometrização e ordenação do espaço, estabelecidos pelos planejadores, traz as marcas dos que constroem e vivem na cidade. Neste contexto, a Praça da Liberdade é um destaque, pois, mais que a concretização da concepção funcional e racionalista da modernidade, sintetiza no seu território as marcas que nos permitem reconhecer a linha do tempo por meio do patrimônio arquitetônico.

Entretanto, com a implantação da política pública cultural que estabeleceu o chamado Circuito Cultural Praça da Liberdade, despertou neste pesquisador o seguinte questionamento: Tal ação visa atender a comunidade local ou está ancorada na tendência contemporânea de mercantilização das cidades? Assim, utilizando-se como objeto de estudo a política pública cultural referida, este trabalho foi realizado tendo como temática o patrimônio cultural na cidade contemporânea. A hipótese construída foi a de que a ligação do patrimônio cultural com o território urbano contemporâneo está associada muito mais à valorização econômica, visando atender ao processo de globalização das cidades, do que à valorização cultural dos espaços públicos, visando atender a comunidade local.

Acreditamos que tal suspeição exige de nós, que nos dedicamos às análises e estudos sobre o território urbano, reforço ao alerta de estudiosos como David Harvey, para quem o “empresariamento das cidades” é uma política pública que tende a mascarar a realidade, desviando a atenção das pessoas dos problemas relacionados ao desenvolvimento urbano (HARVEY, *op. cit.*). Além disso, cremos que o patrimônio cultural, como parte da complexidade urbana, ajuda-nos a buscar

as estratégias mais adequadas de intervenção nas cidades contemporâneas, assim como, nos permite falar sobre o direito à cidade. Direito à cidade significa participar ativamente na elaboração de políticas públicas que promovam a vida dos cidadãos. Direito à cidade inclui, também, a fruição dos espaços públicos de lazer, cultura e, principalmente, de educação, com dignidade. Ainda de acordo com Harvey (*op. cit.*): “saber que tipo de cidade queremos é um tema que não pode estar dissociado do saber que tipo de laços sociais, de relações com a natureza, estilo de vida, tecnologia e valores estéticos que desejamos”. Ao mesmo tempo, parece-nos obrigação salientar que a qualidade de vida que representa o espaço da Praça da Liberdade e seu entorno deve ser acessível a todos e não apenas a uma parte da população. Em um país como o Brasil, onde a justiça social se apresenta deficiente, é grande o risco de se estabelecer uma política pública que atenda uma pequena parte da população em detrimento de uma parte maior que sofre com os mais diversos tipos de problemas urbanos.

Não há dúvida que incrementar e enaltecer os aspectos culturais de uma sociedade são ações de extrema relevância, da mesma forma que a participação popular ainda é a melhor maneira, e a mais democrática, para tentar melhorar as condições de vida de todos. Mas, para que se tenha resultados que atendam satisfatoriamente à maior parte da população, é necessário que esta mesma população esteja capacitada para opinar, coerentemente, sobre as ações a serem implementadas. Considerando as características da maioria da sociedade brasileira, seria conveniente, concomitante à implantação de políticas públicas culturais, realizar um forte incremento nas políticas públicas de educação para que a sociedade, de modo geral, possa verdadeiramente compreender e beneficiar-se de sua cultura. Conforme salienta Queiroga:

Morar é mais do que possuir uma casa, é conviver, inclusive nos lugares públicos; **Educar envolve a cidade**, seus espaços públicos, compreendendo a existência do outro, respeitando diferenças, construindo um cotidiano comunicacional político participativo; (...) **Propor a qualificação dos sistemas de espaços livres é, portanto, contribuir para a educação**, saúde, transportes, habitação, saneamento e meio ambiente. É construir uma metrópole melhor, pensando espaços de cidadania mais do que de consumo. (QUEIROGA, *op. cit.* p.35 - grifos nossos)

A conclusão do autor em seu artigo, robustece as considerações finais desta pesquisa, uma vez que, a julgar pelos dados obtidos no trabalho de campo e pela análise que se fez dos mesmos, torna-se importante salientar, neste momento, o

papel educador da cidade. Para tanto, não se pretende aqui uma abordagem aprofundada, mas, somente provocadora.

O conceito de cidade educadora foi consolidado no início da década de 1990, por força do “I Congresso Internacional das Cidades Educadoras” realizado em Barcelona (Espanha). Esse encontro produziu e aprovou a “Carta das Cidades Educadoras”<sup>83</sup>, cujos princípios básicos caracterizam o que é uma cidade educadora. Várias cidades brasileiras são membros da Associação Internacional de Cidades Educadoras dentre elas: Belo Horizonte (MG), Caxias do Sul (RS), Cuiabá (MT), Pilar (PB), Porto Alegre (RS), Piracicaba (SP), Alvorada (RS) e Campo Novo do Parecis (MT). No que tange a outros países da América Latina, das cidades que aderiram ao movimento destacam-se: *Rosário* (Argentina), *Concepción* (Chile), *Medellin* (Colômbia), *Santa Cruz de la Sierra* (Bolívia), *Quito* (Equador), *León* (México) e *Montevideu* (Uruguai).

No bojo da sua introdução, a “Declaração de Barcelona” (1994) traz:

Hoje, mais do que nunca, a cidade, grande ou pequena, dispõe de inúmeras possibilidades educadoras. De uma forma ou de outra contém em si mesma elementos importantes para uma formação integral. A cidade educadora é uma cidade com uma personalidade própria, integrada no país onde se situa. A sua identidade, portanto, é deste modo interdependente da do território de que faz parte. É também uma cidade que não está fechada sobre si mesma mas que mantém relações com o que a rodeia - outros núcleos urbanos do seu território e cidades com características semelhantes de outros países -, com o objetivo de aprender, trocar experiências e, portanto, enriquecer a vida dos seus habitantes. A cidade educadora é um sistema complexo em constante evolução e pode exprimir-se de diferentes formas, mas dará sempre prioridade absoluta ao investimento cultural e à formação permanente da sua população. (Carta das Cidades Educadoras, 1994)

Para Paulo Freire, “enquanto educadora, a cidade é também educanda. Muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de quê e de quem a fazemos” (FREIRE, 1993, p. 23). Para Moacir Gadotti: “Uma cidade pode ser considerada como uma cidade que educa quando, além de suas funções tradicionais econômica, social, política e de prestação de serviços - exerce uma nova função cujo objetivo é a formação para e pela cidadania” (GADOTTI, 2004, p.134). Acreditamos que a cidade que educa oferece a todos os seus habitantes as mesmas oportunidades de formação, de desenvolvimento pessoal e de entretenimento. Neste sentido, reforçamos que a educação é a premissa fundamental para lograr êxito, seja no que se refere à capacidade dos

<sup>83</sup> Disponível em: <<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/cartacidadeseducadoras.pdf>> Acesso em 17 de set. de 2016.

cidadãos de se autoconhecerem, seja no que se refere à capacidade de compreenderem-se como parte de uma coletividade. Além disso, o “Manifesto das Cidades Educadoras” afirma:

a satisfação das necessidades das crianças e dos jovens, no âmbito das competências do município, pressupõe uma oferta de espaços, equipamentos e serviços adequados ao desenvolvimento social, moral e cultural, a serem partilhados com outras gerações. O município, no processo de tomada de decisões, deverá levar em conta o impacto das mesmas. **A cidade oferecerá aos pais uma formação que lhes permita ajudar os seus filhos a crescer e utilizar a cidade num espírito de respeito mútuo.** Todos os habitantes da cidade têm o direito de refletir e participar na criação de programas educativos e culturais, e a dispor dos instrumentos necessários que lhes permitam descobrir um projeto educativo, na estrutura e na gestão da sua cidade, nos valores que esta fomenta, na qualidade de vida que oferece nas festas que organiza, nas campanhas que prepara, no interesse que manifeste por eles e na forma de os escutar. (Carta das Cidades Educadoras, 1994 – grifo nosso)

Diante do que foi estudado e até aqui abordado, no que tange as políticas públicas de cultura, acreditamos que existem, hoje em dia, duas questões que não podem ser desconsideradas. A primeira diz respeito à diversidade cultural que aparece como elemento fundamental para a continuidade da existência da própria sociedade e suscita considerar os vários aspectos nela inerentes, ou seja, o de promovê-la como capaz de formar grupos e estes, por sua vez, serem capazes de dialogar entre si, o de valorizá-la nas suas peculiaridades também para os grupos que a produzem e não somente para aqueles que são de fora da comunidade e, finalmente, o de utilizá-la como estandarte contra a padronização cultural imposta pela globalização. A segunda questão diz respeito à forma de ação do Estado sobre o mercado cultural, cujo objetivo principal deveria ser o de desenvolver ações que elevem o grau de autonomia dos diferentes grupos culturais. Conforme salienta Lia Calabre: “A função da elaboração de políticas públicas na área de cultura deve ser a de garantir plenas condições de desenvolvimento da mesma. O Estado não deve ser um produtor de cultura, mas pode e deve ter a função de democratizar as áreas de produção, distribuição e consumo. Cultura é fator de desenvolvimento” (CALABRE, 2007).

Diante do exposto e entendendo a cidade, com todos os seus recursos patrimoniais e culturais, como espaço privilegiado de afirmação identitária e de especificidades, num tempo marcado pela globalização, ela pode ser valorizada usando uma idiossincrasia para se evidenciar perante as outras cidades do mesmo território ou para se afirmar nas rotas internacionais. Malgrado Belo Horizonte (MG) figurar na lista das cidades educadoras brasileiras, percebe-se, pelo resultado do

trabalho de campo desta pesquisa, que existe uma incoerência com relação à realidade de fato e aquilo que se tem no papel. Por exemplo, apesar de mais de 60% dos entrevistados admitirem conhecerem o Circuito Cultural Praça da Liberdade, 49,7% diz que não frequenta museus e/ou espaços culturais. Apesar de possuir um significativo número de espaços educativos, estes se encontram pouco frequentados.

Diante das constatações contraditórias, depreende-se que: no que se refere às novas formas de reutilização dos edifícios, por meio das revitalizações que deram lugar aos museus e/ou espaços culturais, que o conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade teve sua condição de ponto turístico reforçada. Embora as edificações tenham uma condição física muito bem estruturada, há a necessidade de uma melhor divulgação do circuito, assim como, precisa-se buscar um público maior, porém existe o imperativo de formação de público.

Neste sentido, pode-se dizer que a hipótese levantada foi confirmada pelo estudo, seja pelo percentual de entrevistados que afirmaram não conhecer o Circuito Cultural Praça da Liberdade, seja pelo percentual que não acredita que o circuito valoriza a cidade, bem como, que esta não ficou mais conhecida por sua causa. Desta forma, constata-se que a política pública cultural implantada na capital do Estado de Minas Gerais, criou um foco de atratividade e magnetismo cultural, apoiado, sobretudo, no patrimônio arquitetônico, com o intuito de fomentar a atividade econômica na cidade de Belo Horizonte (MG), projetando-a e inserindo-a nas dinâmicas competitivas de captação de recursos e turistas, sem, contudo, ficar evidente que a população local participa ativamente e usufrui deste processo.

Despretensiosamente, sugerimos para uma melhor gestão do Circuito Cultural Praça da Liberdade e, conseqüentemente, da política pública de cultura instituída pelo Estado de Minas Gerais: i) que a educação patrimonial seja referenciada e utilizada como instrumento na formulação de políticas públicas urbanas e, principalmente, de educação; ii) que a educação patrimonial possa ser incluída no quadro de disciplinas institucionalizadas nas escolas de ensino formal, bem como, nas atividades de educação não formal e nos programas de planejamento urbano; iii) que os debates entre educação e patrimônio cultural sejam fomentados nas universidades e instituições ligadas ao tema possibilitando o cumprimento das proposições anteriores, bem como, o surgimento de novas proposições, iv) que as experiências com as atividades de educação patrimonial possam ser mais

divulgadas, lembrando que na contemporaneidade a informação tem papel relevante em nossas vidas e, v) que os gestores atentem-se para uma melhor divulgação do circuito e para a contemplação de ações que atendam tanto a diversificação da cultura quanto a do público.

Merece referência ainda, como desdobramento para outros estudos, um fato levantado pelo acadêmico que ficou responsável pela aplicação do questionário na Praça da Liberdade. Em si tratando de um espaço público, foram apontados como problemas do local, a falta de banheiros públicos, a falta de bebedouros, assim como, a ausência de locais para se obter uma alimentação acessível.

Por fim, fica a ressalva quanto à indisponibilidade dos responsáveis pela gestão dos espaços culturais e do circuito como um todo para a concessão de entrevistas para coleta de dados e informações sobre a gerência, o que, a nosso ver, deixou uma lacuna no trabalho que poderá ser preenchida com futuros novos estudos. Registram-se aqui os agradecimentos a todos aqueles que disponibilizaram as informações necessárias para a realização desta tese.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

Figura 10 – Biblioteca Luiz de Bessa



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=biblioteca+luiz+de+bessa&biw=1600&bih>

“Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende”.

Leonardo Da Vinci



AMARAL, A. L. *Pertencimento*. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>>. Acesso em: 04 de jan. 2016.

ARANTES, O. *Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas*. In: A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos. 4ª Edição, Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_, O. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: EDUSP, 1998.

ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

AZEVEDO, P. O. *Por um Inventário do Patrimônio Cultural Brasileiro*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 22, p. 82-85. IPHAN: Brasília, 1987. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf)>. Acesso em 10 jan. 2016.

BARCELLOS, J. A. S. *Territórios do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea*. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Orgs.). *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul (RS). Editora UFRGS; Editora da UNISC, 1995.

BENÉVOLO, L. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BENJAMIN, W. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro, 2004.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BORTOLOZZI, A. *Patrimônio cultural em território urbanizado e a reconstrução das cidades contemporâneas: caminhos e possibilidades da educação patrimonial*. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 10, 2008, Barcelona. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica: Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/157.htm>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

BRAGA, R. & CARVALHO, P. F. *Cidade: espaço da cidadania*. In: GIOMETTI, A. B. R. e BRAGA, R. (orgs.). *Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: Ensino de Geografia*. São Paulo: UNESP-PROPP, 2004.

BRANDÃO, C. R. *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável*. 2ª Edição - Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental. 2005.

BRANDÃO, Z. *Entre questionários e entrevistas*. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (orgs.). *Família & escola*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 171-83.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República . Decreto 25 de 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)>. Acesso em 18 de dez. 2015.

CALABRE, L. *Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas*. In: III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, 2007. Disponível em: <[http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre\\_l\\_politicas\\_culturais\\_no\\_brasil\\_balanco\\_e\\_perspectivas.pdf](http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_l_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf)>. Acesso em: 24 de set. de 2016.

CANCLINI, N. G. *O Patrimônio Cultural e a Construção do Imaginário Nacional*. In:

IPHAN: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23, Brasília, 1994.

CARNEIRO, H. F. *Banalização do patrimônio cultural material e consequências perversas para a vida na cidade*. In: Martins, C. (Org.). Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.

CARSALADE, F. de L. *Bem*. In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1ª Edição. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

\_\_\_\_\_. *Educação e Patrimônio Cultural*. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Reflexões e Contribuições para a Educação Patrimonial. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

CARVALHO, E. *A Totalidade Como Categoria Central na Dialética Marxista*. Disponível em: <<http://orientacaomarxista.blogspot.com.br/2008/07/totalidade-como-categoria-central-da.html>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

CASTELLS, M. *O Poder da Identidade*. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume 02. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1999.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. 13ª Edição. São Paulo: Ática. 2005.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

CHUVA, M. *História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Nº. 34, 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>> Acesso em: 12 de out. de 2015.

CIRCUITO Cultural Praça da Liberdade passa por processo de expansão. *De Fato Online*, Belo Horizonte, 26 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.defatoonline.com.br/noticias/ultimas/26-08-2013/circuito-cultural-praca-da-liberdade-passa-por-processode-expansao>>. Acesso em: 14 out. 2014.

CLAVAL, P. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979.

COELHO NETTO, J. T. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico: nova fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CUNHA, E. J. R. *A NATUREZA DO ESPAÇO URBANO: formação e transformação de territórios na cidade contemporânea*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

CUNHA FILHO, F. H. *Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

DINIZ, C. R. *Metodologia Científica*. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande. EDUEP, 2008.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERRARI, M. *Émile Durkheim, o criador da sociologia da educação*. Nova Escola, São Paulo, [201?]. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/criadorsociologia-educacao-24.shtml>>. Acesso em: 14 out. 2014.

FONSECA, M. C. L. *Registro*. In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1ª Edição. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

\_\_\_\_\_. *O patrimônio histórico na sociedade contemporânea*. Disponível em: <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero01/FCRB\\_Escritos\\_1\\_7\\_Cecilia\\_Londres.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero01/FCRB_Escritos_1_7_Cecilia_Londres.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2016.

FONSECA, M. J. B. *Historicidade do Tecido Urbano: o homem contemporâneo e a sua competência de edificar*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura - Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

FREIRE, P. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 1993.

FUNARI, P. P. & DOMÍNGUEZ, L. *As Cartas Internacionais sobre o Patrimônio*. In: Textos Didáticos/Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2005.

GADOTTI, M. *Cidade educadora: princípios e experiências*. São Paulo: Cortez/IPF, 2004.

GIDDENS, A. *Sociologia*. 6. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMBRICH, E.H. *A história da arte*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1999.

GOMES, S. A. *Et. all. A Didática da Geografia Escolar: uma reflexão sobre o saber a ser ensinado, o saber ensinado e o saber científico*. Sociedade & Natureza, v. 34, p. 23-30, 2006.

GONÇALVES, J. R. S. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HARTOG, F. *De Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

HARVEY, D. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. Espaço & Debates, n. 39, p. 48-64, 1996.

HOBSBAWN, E. & RANGER, T. *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HORTA, M. L. P.; FARIAS, P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HUYSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Tradução: Sergio Alcides. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Aeroplana, 2004.

IEPHA/MG. *Deliberação Normativa do CONEP*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, Nº 02, Secretaria de Estado da Cultura. Belo Horizonte: 2012.

IPHAN. *O que é Patrimônio Cultural?* Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?pagina=4>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

JACQUES, P. B. *Patrimônio Cultural Urbano: Espetáculo contemporâneo?* Revista de Urbanismo e Arquitetura, Salvador, v. 6, n. 1, p. 32-39, 2003. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229>>. Acesso em: 14 out. 2014.

JAPIASSÚ, H. & MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JAPIASSÚ, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JORGE, V. O. *Patrimônio: neurose contemporânea? Alguns apontamentos sobre o papel da memória coletiva na idade da fragmentação*. In: Conservar pra que? 8ª Mesa Redonda de Primavera realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 26 e 27 de mar. 2004. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10039.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

JUSTEN FILHO, M. *Curso de Direito Administrativo*. 11ª Edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

KOSICK, K. *A Dialética do Concreto*. Editora Paz e Terra, São Paulo, 7ª Edição, 2002.

LACROIX, M. *O princípio de Noé ou a ética da salvaguarda*. Instituto Piaget, 1997.

LARAIA, R. B. *Cultura um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.

LE GOFF, J. *História e Memória*. 5ª Edição. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LEITE, R. P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

LÉVI-STRAUSS, L. Patrimônio imaterial e diversidade cultural: o novo decreto para a proteção dos bens imateriais. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.147, p. 23-27, out. 2001.

LIMA, E. F. W. Configurações urbanas cenográficas e o fenômeno da 'gentrificação'. In: Texto Especial Arquitextos, 46, 2004. Disponível em: [http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq046/arq046\\_03.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq046/arq046_03.asp) Acesso em: 13 de out. de 2015.

LOPES, J. T. *Da democratização à democracia cultural: uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público*. Porto: Profedições, 2007. Disponível em: <<http://pesquisabmc.cmcoimbra.pt/docbweb2/plinkres.asp?Base=ISBD&Form=COMP&StartRec=0&RecPag=5&NewSearch=1&SearchTxt=%22TCO%20Da%20democratiza%E7%E3o%20%E0%20democracia%20cultural%20%3A%20>> Acesso em: 12 de out. de 2015.

LUCKESI, C. C. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1993.

LUKÁCS, G. *Existencialismo ou marxismo?* São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, B. N. M. *A identidade cultural de fato e de direito*. In: MINAS GERAIS.

Secretaria de Estado da Educação. Reflexões e Contribuições para a Educação Patrimonial. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

MACIEL, D. *Circuito da Praça da Liberdade já é uma referência nacional*. Diário do Comércio, Belo Horizonte, 14 dez. 2013. Caderno DC Turismo. Disponível em: <[http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=circuito\\_da\\_praca\\_da\\_liberdade\\_ja-e\\_referencia\\_nacional&id=127516](http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=circuito_da_praca_da_liberdade_ja-e_referencia_nacional&id=127516)>. Acesso em: 30 out. 2014.

MAGALHÃES, A. *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Roberto Marinho/Nova Fronteira, 1997.

MAIA FILHO, M. S. *Entre o passado e o presente, a afirmação da memória como direito fundamental*. Tese de Doutorado - Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília: 2013. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14161/1/2013\\_MamedeSaidMaiaFilho.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14161/1/2013_MamedeSaidMaiaFilho.pdf). Acesso em: 05 de jan. de 2016.

MARTINS, C. *Patrimônio cultural e identidade*. In: Martins, C. (org.). *Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006.

MARTINS, A. C. *A memória da ruína, ou a ruína da memória*. In: Conservar pra que? 8ª Mesa Redonda de Primavera realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 26 e 27 de mar. de 2004. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10048.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

MATA MACHADO, B. N. *Diretrizes para o planejamento de uma política pública de cultura*. In: FARIA, H. e NASCIMENTO, M. E. Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo. São Paulo: Pólis, v. 36, p.41-54, 2000.

MEDEIROS, R. M. V. *Re-territorialização e identidade. O Significado dos Assentamentos para a Economia dos Municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS)*. In: IX Colóquio Internacional de Neocrítica, Porto Alegre, 2007.

MENDES, L. *Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado*. In: Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 13, n. 26, pp. 473-495, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/11536737-Cidade-pos-moderna-gentrificacao-e-a-producao-social-do-espaco-fragmentado.html>>. Acesso em: 12 de out. de 2015.

MENICONI, R. *A questão do patrimônio: arquitetura, memória e gestão das cidades*. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 6, n. 6, p. 45-58, 1998.

MESQUITA, Z. *Do território à consciência territorial*. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Orgs.). Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul (RS). Editora UFRGS; Editora da UNISC, 1995.



MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Cultura. *Praça da Liberdade: circuito cultural, arte e conhecimento*. Belo Horizonte: Secretaria do Estado de Cultura, Governo do Estado de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <[http://www.cultura.mg.gov.br/files/Termo\\_de\\_parceria/l%20TA%20CCPL%20assinado.pdf](http://www.cultura.mg.gov.br/files/Termo_de_parceria/l%20TA%20CCPL%20assinado.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2014.

MINAYO, M. C. de S. (org.); GOMES, R. Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade. 32ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINAYO, M. C. de S. & SANCHES, O. *Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?* In: Caderno de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz, jul/set, 1993, p. 239-262.

MIRANDA, M. P. de S. *Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural*. Org. Marcos Paulo de Souza Miranda, Guilherme Maciel Araújo e Jorge Abdo Askar. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

\_\_\_\_\_. *Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro*. Doutrina Jurisprudência - Legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MONTE-MÓR, R. L. *As Teorias Urbanas e o Planejamento Urbano no Brasil*. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT2308201001849.PDF>. Acesso em: 06 jan. 2016.

MORAES, A. C. R. *Geografia: Pequena História Crítica*. São Paulo: Annablume, 2007.

MORIN, E. *O Método 04: As ideias, habitat, vida, costumes, organização*. Tradução: Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008.

\_\_\_\_\_. *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MUNFORD, L. *A cidade na história*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1996.

NORA, P. *Entre Memória e História*. A problemática dos lugares. Revista Projeto História, São Paulo, vol. 10, 1993.

OLIVEIRA, L. M. B. *Identidade Cultural*. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Identidade+cultural>>.

Acesso em: 23 dez. 2015.

OLIVEIRA, C. A. P. *Educação Patrimonial no Iphan*. 2011. Monografia (Especialização) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011.

PIEPER, D. S. et al. *Pertencimento, patrimônio e meio ambiente: um diálogo necessário para a sustentabilidade*. Revista DELOS: *Desarrollo Local Sostenible*, Nº. 21, out. 2014. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/delos/21/pertencimento.html>>. Acesso em: 04 de jan. 2016.

PIRES, M. C. S. *Da Proteção ao Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *O traçado da cidade e a exclusão social*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, [s.d.]. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade>>. Acesso em: 05 out. 2014.

QUEIROGA, E. F. *Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras*. In: RESGATE - vol. XIX, Nº. 21 - jan./jun. 2011 - UNICAMP - p. 25-35. Disponível em: <<http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/264/264>>. Acesso em: 15 de out. de 2015.

RABELLO, S. *O tombamento*. In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1ª Edição. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Volume 29, São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, M. M. *Educação Patrimonial – Conceitos sobre Patrimônio Cultural*. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. *Reflexões e Contribuições para a Educação Patrimonial*. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

RANGEL, C. H. *O Papel da Educação Patrimonial*. In: Diretrizes para a Proteção do patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEPHA, s/d.

RIBEIRO, R. W. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, Copedoc, 2007.

SÀNCHEZ, F. A Reinvenção das Cidades na Virada de Século: agentes, estratégias e escalas de ação política. IN: Revista de Sociologia e Política, Nº. 16, p. 31-49, jun. 2001. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3584/2841>>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

SANTILLI, J. *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2009.

SANTOS, J. L. *O que é Cultura*. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense, 6ª Edição, 1997.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2008 A.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 6ª Edição. São Paulo: Edusp, 2008 B.

\_\_\_\_\_. ; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. *Memória e Modernidade*. In: O País Distorcido. Publifolha, 2002 A.

\_\_\_\_\_. *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp, 2002 B.

SAQUET, M. A. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

\_\_\_\_\_. *O território: diferentes interpretações na literatura italiana*. In; RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.) Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, p.121-147, 2004.

SARAVIA, E. *Notas sobre as indústrias culturais? Arte, criatividade e economia*. In: Revista Observatório Itaú Cultural, n. 01, jan./abr.; p. 29-33. São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

SILVA, K. V. & SILVA, M. H. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

SILVA, H. M. B. *Introdução*. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros históricos*. São Paulo, Annablume, 2006.

SMITH, N. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global*. In: Bidou-Zachariasen, C. (ed.), *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de «revitalização» dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

SOUSA, M. W. *O pertencimento ao comum mediático: a identidade em tempos de transição*. In: Revista Significação, n. 34; p. 31-52, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/significacao/article/viewFile/68112/70670>>. Acesso em: 04 de jan. 2016.

SOUZA, E. A. & PEDON, N. R. *Território e Identidade*. In: Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas. Três Lagoas – MS, v 01, Nº 6, Ano 4, 2007.

SOUZA, M. L. de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPÓSITO, E. S. *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: UNESP, 2004.

TODOROV, T. *Los abusos de la memoria*. Traducción de Miguel Salazar. Buenos Aires: Paidós, 2002.

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. *Relatório sobre a situação da população mundial 2011*. Brasília: UNFPA-Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.un.cv/files/PT-SWOP11-WEB.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2014.

VAINER, Carlos B. (2007), "Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano". In: A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos. 4ª Edição, Petrópolis: Vozes, 2007.

VALE, A. L. F; SAQUET, M. A; SANTOS, R. A. *O TERRITÓRIO: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração*. In: Revista Faz Ciência, n. 07; p.11-26, UNIOESTE, 2005.

VAQUER, M. *Estado y Cultura: La Función Cultural de Los Poderes Públicos em La Constitución Española*. Madrid: Centro Editorial Ramón Areces, 1998.

VIEIRA, S. *Como elaborar questionários*. São Paulo: Atlas, 2009.

VERGARA, S. C. *Em busca da visão de totalidade*. Revista de Administração de Empresas, v. 33, p. 20-31, nov./dez. 1993.

VIVES, Pedro A. *Glosario crítico de gestión cultural*. Granada: Junta de Andalucía: Editorial Comares, 2007.

VON SIMSON, O. R. de M. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. In: Augusto Guzzo Revista Acadêmica. Nº.06, 2003, p. 14-18. Disponível em: <[http://fics.edu.br/index.php/augusto\\_guzzo/article/view/57/63](http://fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/57/63)>. Acesso em: 12 de jul. de 2016.

VON SIMSON, O. R. de M.; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. Educação não formal: cenários de criação. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Centro de Memória, 2001.

WACHOWICZ, L. A. *A Dialética na Pesquisa em Educação*. Revista Diálogo Educacional - v. 2 - n.3 - p. 171-181 - jan./jun. 2001.

## BIBLIOGRAFIA

---

Figura 11 - Espaço do Conhecimento UFMG



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=circuito+cultural+da+pra%C3%A7a+da+liberdade&biw=1600&bih>

“Não o que o homem é, e sim apenas o que ele faz é o patrimônio que não poderá jamais perder”

Christian Hebbel

BARBOSA, D. *Circuito Cultural Praça da Liberdade inaugura maior centro de exposições do Brasil*. Portal Sete, Sete Lagoas, 27 ago. 2013. Disponível em: <[http://portalsete.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3286:circuito-cultural-praca-da-liberdade-inaugura-maior-centro-de-exposicoes-do-brasil&catid=68:minasgerais](http://portalsete.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3286:circuito-cultural-praca-da-liberdade-inaugura-maior-centro-de-exposicoes-do-brasil&catid=68:minasgerais)>. Acesso em: 14 out. 2014.

BECKER, B. K. *A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável*. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BENEVOLO, L. *A arquitetura do novo milênio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

BIANCHETTI, M. S. *Minas Gerais exporta modelo de parcerias público-privadas*. Diário do Comércio, Belo Horizonte, 01 fev. 2014. Caderno Economia. Disponível em: <[http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=minas\\_gerais\\_exporta\\_modelo\\_de\\_parcerias\\_publico-privadas&id=129731](http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=minas_gerais_exporta_modelo_de_parcerias_publico-privadas&id=129731)>. Acesso em: 14 out. 2014.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros históricos*. São Paulo, Annablume, 2006.

BORTOLOZZI, A. *Cidades Reivindicadas: territórios das lutas urbanas, das utopias e do prazer*. Arlêude Bortolozzi (org.). São Paulo: Olho d'Água, 2011.

CASTRIOTA, L. B. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CLAVAL, P. *A geografia cultural: o estado da arte*. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

CORRÊA, R. L. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 2002.

\_\_\_\_\_. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

\_\_\_\_\_. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FONSECA, M. C. L.. *Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio*. In Manual de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Brasília: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/DID, 2000.

GEIGER, P. *As formas do espaço brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GONTIJO, M. de C. A. & QUEIROGA, E. *Espaços públicos da metrópole contemporânea: reflexões sobre o caso de Campinas*. In: Oculum Ensaios, PUC Campinas, 2005, p. 77-87. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/787/767>>

GRACIA, Francisco de. *Construir em lo Construido*. Madrid, Editorial NEREA, S. A. 1992.

HARVEY, D. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

\_\_\_\_\_. *Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

IEPHA. *40 anos na proteção do patrimônio cultural mineiro*. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. *Deliberação Normativa do CONEP Nº 02/2012*. IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. *Portaria nº 47, de 28 de novembro de 2008*. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2013.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Patrimônio Imaterial, 2010. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 14 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. *Manual de aplicação do INRC*. Brasília: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/DID, 2000. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 14 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. *Carta de Fortaleza*, de 14 de novembro de 1997. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 14 fev. 2012.



JACOBS, J. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Natureza das Economias*. Tradução Paulo Anthero Soares Barbosa. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1997. Coleção Primeiros Passos, nº 23.

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMOS JUNIOR. C. B. & BORTOLOZZI, A. *Patrimônio cultural em território urbano contemporâneo: o caso do Circuito Cultural Praça da Liberdade – Belo Horizonte (MG)*. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.16, N.2, p.97-115, novembro 2014.

LEMOS JUNIOR. C. B. *A implantação da Usina Hidrelétrica de Furnas e suas repercussões: estudo sobre a territorialização de políticas públicas*. Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: 2010.

LYNCH, K. *A Imagem da Cidade*. Tradução Maria Cristina Carvalho Afonso. Lisboa: Edições 70, 1990.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

ROSS, J. L. S. *Geomorfologia: Ambiente e Planejamento*. São Paulo: Contexto, 1991.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Lei nº 13803 de 12 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. Lei nº 12040 de 28 de dezembro de 1995. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. Constituição do Estado de Minas Gerais de 21 de setembro de 1989. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2013.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Piaget, 2003.

OLIVEIRA, R. de C. *Modernismo intramuros: a maison de verre (1927-1931)*. In: Seminário DOCOMO Brasil, *O Moderno já Passado/O Passado no Moderno: Reciclagem, Requalificação, Rearquitetura*, 7, 2007, Porto Alegre: FAU/ UFRGS, 2007.

SANTOS, C. N. F. *A Cidade como um Jogo de Cartas*. Niterói, RJ: EDUFF, 1988.

SAUER, C. O. *Geografia cultural*. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SINGER, P. *Economia Política da Urbanização*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2002.

WAGNER, P. L.; MIKESSEL, M. W. *Os temas da geografia cultural*. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.